

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
Instituto de Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Antropologia
Área de Concentração em Antropologia Social e Cultural



Dissertação de Conclusão de Curso

**A OCUPAÇÃO TUPI NA REGIÃO DO MÉDIO RIO DOCE/MG: ANÁLISE DE
MATERIAL LÍTICO E ESPACIALIDADE DO SÍTIO ARQUEOLÓGICO FLORESTAL**

I

Alexandre Pinto Coelho de Almeida

Pelotas, 2016

Alexandre Pinto Coelho de Almeida

**A OCUPAÇÃO TUPI NA REGIÃO DO MÉDIO RIO DOCE/MG: ANÁLISE DE
MATERIAL LÍTICO E ESPACIALIDADE DO SÍTIO ARQUEOLÓGICO
FLORESTAL I**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia, área de concentração em Antropologia Social e Cultural, do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Antropologia.

Orientadora: Prof. Dra. Loredana Marise Ricardo Ribeiro

Coorientador: Prof. Dr. André Prous

Pelotas, 2016

Alexandre Pinto Coelho de Almeida

**A OCUPAÇÃO TUPI NA REGIÃO DO MÉDIO RIO DOCE/MG: ANÁLISE DE
MATERIAL LÍTICO E ESPACIALIDADE DO SÍTIO ARQUEOLÓGICO
FLORESTAL I**

Dissertação aprovada, como requisito parcial, para obtenção do grau de Mestre em Antropologia, área de concentração em Arqueologia, Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas.

Data de defesa: 23/05/2016

Banca Examinadora:

Prof. Dra. Loredana Marise Ricardo Ribeiro.....(Orientadora)
Doutora em Arqueologia.....pela Universidade de São Paulo.

Prof. Dr. Rafael Guedes Milheira.....
Doutor em Arqueologia..... pela Universidade de São Paulo.

Prof. Dr. Jorge Eremites de Oliveira.....
Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Prof. Dr. Andrei Isnardis Horta.....
Doutor em Arqueologia..... pela Universidade de São Paulo.

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas
Catalogação na Publicação

A314o Almeida, Alexandre Pinto Coelho de

A ocupação Tupi no Médio Rio Doce/MG : análise de material lítico e espacialidade do Sítio Florestal I / Alexandre Pinto Coelho de Almeida ; Loredana Marise Ricardo Ribeiro, orientadora ; André Prous, coorientador. — Pelotas, 2016.

262 f. : il.

Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, 2016.

1. Tupi. 2. Médio Rio Doce. 3. Colonialismo. 4. Lítico. 5. Espacialidade. I. Ribeiro, Loredana Marise Ricardo, orient. II. Prous, André, coorient. III. Título.

CDD : 307

Elaborada por Simone Godinho Maisonave CRB: 10/1733

Dedico este trabalho aos meus pais, irmãos, sobrinhos,
avós e à Mara.

Agradecimentos

Agradeço aos meus pais, João Lincoln de Almeida e Maria Sylvia P.C de Almeida por toda a força que me deram nesta empreitada; aos meus irmãos Guilherme e Silvia; à Gisele e família Lindnau; minhas sobrinhas e sobrinhos, Manuela, Maya, Davi e Pedro (*in memoriam*). Agradeço aos meus avós, Manoel José de Almeida, Luiz Felipe e Silvia Pinto Coelho (*in memoriam*). À minha avó Márcia de Sousa Almeida, que nos seus quase 100 anos, tem força para transmitir e despejar a sua alegria e vontade de viver a toda família. Agradeço à família Schuch por terem sempre apoiado essa minha trajetória! Grato à minha “companheira de área”, Dra. Rita Heloísa de Almeida, por ter revisado o texto e pela amizade; à tia Vera e toda a minha família!

Agradeço à minha orientadora, Prof. Loredana Ribeiro, pela inspiração, incentivo e amizade durante estes dois anos de aprendizado. Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Antropologia, em especial, aos professores Rafael Milheira, Jorge Eremites e Rogério Rosa, pessoas com quem eu levo o aprendizado para a vida toda. Aos colegas de mestrado, Estelamaris Dezordi, Átila Perillo e Luiza Wolff com quem compartilhei alegrias, angústias e copos, muitos copos. De Pelotas, não poderia esquecer-me do grande Bruno Ribeiro, vulgo “Jamaica”, cá pras bandas de Minas, pela amizade e companheirismo de sempre. Em Porto Alegre, meu agradecimento à família Bisonhim, em especial à Kelli e Lavínia, que nos acolheram e sempre foram grandes amigas e companheiras de todos os momentos.

Agradeço por toda força e horas de discussão a respeito das minhas dúvidas, seja no museu, no bar, ou ainda em algum rincão destas Minas Gerais, ao Mestre de sempre, André Prous. Aos meus amigos, colegas, irmãos de sempre: Ângelo Pessoa Lima, que fez os desenhos das peças para este trabalho; ao Deivison do Couto, que me ajudou com as análises do material e à Jacqueline Rodet e Déborah Duarte, que tiveram uma santa paciência para ensinar os primeiros passos “nas pedras”. À Camila Jácome; Igor Moraes; Gustavo Neves; Clarisse Jacques; Andrei Isnardis; Vanessa Linke, Adriano

Carvalho; Vinicius Castilho; Luiz Felipe; Wagner Gomes; Filipe Amoreli; Lilian Panachuk; Elber Lima; Rosangela Oliveira; Martha de Castro; Márcio “Comandante”; Rogério “Bunecão de Olinda”; Sarah Hissa; Anaeli de Almeida; Elisângela Moraes; Évelin Nascimento, Rachel Rocha. A todos vocês, o meu muito obrigado pelo companheirismo, amizade e farras!

Aos meus amigos do gole: Paulinho, Cristiano, Tio Chico, e aos amigos do rock: Fábio “Gudan”; Albertin; Carlito; Luis; Hadassa e Rafael “Le bundê”. Continuemos no rock moçada! Ao C.A.M, por todas as alegrias e tristezas!

Agradeço à Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio Grande do Sul - FAPERGS - pela concessão de bolsa integral para o desenvolvimento da minha pesquisa.

Por fim, agradeço de todo coração à minha amada Edmara Schuch, pessoa que topou essa empreitada e que sempre esteve ao meu lado nestes tempos “fora de casa”! A você linda, dedico este trabalho!

Os índios, aqui vivendo milhares de anos, numa interação fecundíssima com a natureza tropical, acumularam uma minuciosa sabedoria adaptativa. Cada povo índio tem, de seu ambiente, esse conhecimento copioso que denomina cada árvore ou arbusto, cada inseto e cada peixe, as aves e todo outro animal e planta, definindo-lhes características e atribuindo-lhes utilidade. Nós brasileiros, ao contrário, somos os que chegamos ontem. Para nós, uma árvore é um pé de pau, todo animal é bicho. O pouco que sabemos da natureza circundante, inclusive seus nomes, aprendemos dos índios. A principal herança que deles recebemos foi a parte que nos coube desta sabedoria ecológica. (...) Essa herança, basicamente Tupi, é que constitui a base da nossa adaptação à floresta tropical. Por isso, nós brasileiros somos, etnicamente, uma gente tupinizada, tanto que sempre tivemos grandes dificuldades de tratar com povos indígenas de outras matrizes. O que mais singulariza a língua portuguesa do Brasil é a presença poderosa e copiosíssima de nomes Tupi, com que denominamos lugares e coisas do mundo natural e do sobrenatural. (Ribeiro & Moreira Neto, 1992:38)

RESUMO

Almeida, Alexandre Pinto Coelho de. **A ocupação Tupi no Médio Rio Doce/MG: análise de material lítico e espacialidade do sítio arqueológico Florestal I**. 2016. 262f.

Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2016

O presente estudo é focado nos resultados da análise do material lítico do sítio arqueológico Florestal I, situado na região do Médio Rio Doce, Minas Gerais/Brasil. Através dos resultados das análises do material lítico, discuto as escolhas tecnológicas empregadas para se obter os instrumentos identificados, procurando compreender a execução da cadeia operatória de produção e a funcionalidade destes objetos e de que maneira estas escolhas auxiliam na compreensão da utilização e ocupação do espaço, além de abranger outros aspectos compreendidos dentro da dinâmica social e econômica destes portadores da cerâmica Tupiguarani que habitaram no passado a região do Médio Rio Doce. Paralelamente, apresentamos uma discussão a respeito de como os conceitos de cultura e civilização, advindos do pensamento ocidental, influenciaram de sobremaneira os arcabouços teóricos e metodológicos da pesquisa científica e na construção de um discurso colonialista da qual a arqueologia participou ativamente.

Palavras-chave: Tupi; Médio Rio Doce; colonialismo; lítico; espacialidade

ABSTRACT

Almeida, Alexandre Pinto Coelho de. **The Tupi occupation in the Middle Rio Doce/MG: lithic material analysis and spatiality of the archaeological site Florestal I** 2016. 262f.

Dissertation (Master Degree in Anthropology) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2016

This study is focused on the analysis of the results of the lithic material from the archaeological site Florestal I, located in the Middle Rio Doce region. Through the results of the lithic material analysis, we discuss the technological choices used to obtain the identified tools, trying to understand the implementation of the operative production chain and the functionality of these objects and how these choices help to understand the use and occupation of space and covers other aspects understood within the social and economic dynamics of these Tupiguarani ceramic bearers who lived in the past the region of the Middle Rio Doce. At the same time, we present a discussion of how the concepts of culture and civilization, arising from the Western thought, greatly influenced the theoretical and methodological frameworks of scientific research and construction of a colonialist discourse which archeology participated actively.

Keywords: Tupi; Middle Rio Doce; colonialism; lytic; spatiality

Lista de Figuras

Figura 1 -	Esquema de categorias de espaço distribuídas pelo espaço Tupinambá.....	83
Figura 2 -	Localização das bacias hidrográficas de Minas Gerais.....	96
Figura 3 -	Localização do sítio arqueológico Florestal I.....	108
Figura 4 -	Imagem da inserção do sítio arqueológico Florestal I na paisagem.....	109
Figura 5 -	Fotografia do aspecto da paisagem local.....	111
Figura 6 -	Intervenções arqueológicas no sítio Florestal I.....	112
Figura 7 -	Fotografia dos blocos granitóides.....	114
Figura 8 -	Fotografia das cerâmicas em superfície.....	114
Figura 9 -	Localização das intervenções arqueológicas.....	115
Figura 10 -	Fotografia da escavação do Setor A	116
Figura 11 -	Fotografia da escavação do Setor B	116
Figura 12 -	Fotografia do fragmento cerâmico	119
Figura 13 -	Fotografia do calibrador em cerâmica	119
Figura 14 -	Fotografia do fragmento cerâmico pintado	121
Figura 15 -	Fotografia do fragmento cerâmico ungulado	121
Figura 16 -	Fotografia da vasilha semi-inteira	124
Figura 17 -	Fotografia do vasilhame globular	124
Figura 18 -	Formas abertas	126
Figura 19 -	Formas bi-infletidas	126
Figura 20 -	Formas globulares	127
Figura 21 -	Formas fechadas	127
Figura 22 -	Gráfico classificação do lítico lascado x quantidade em cada setor escavado	129
Figura 23 -	Gráfico tipo de matéria-prima (setores A e B).....	130
Figura 24 -	Gráfico tipo de córtex (setores A e B).....	131
Figura 25 -	Fotografia da peça N° 173 - lasca bipolar	132
Figura 26 -	Fotografia da peça N° 173 - lasca bipolar	132

Figura 27 -	Gráfico tipo de matéria-prima das lascas bipolares (setor A).....	132
Figura 28 -	Gráfico tipo de córtex das lascas bipolares do setor A	133
Figura 29 -	Gráfico tipo de talão das lascas bipolares do setor A.	134
Figura 30 -	Fotografia da peça N° 59 – nucleiforme	135
Figura 31 -	Fotografia da peça N° 102 – nucleiforme	135
Figura 32 -	Gráfico tipo de matéria-prima dos nucleiformes do setor A.....	136
Figura 33 -	Fotografia da peça N° 56 - núcleo-lasca.....	138
Figura 34 -	Fotografia da peça N° 56 - núcleo-lasca	138
Figura 35 -	Fotografia da peça N° 69 - lasca unipolar	140
Figura 36 -	Fotografia da peça N° 101 - lasca unipolar e bipolar.	141
Figura 37 -	Fotografia peça N° 79 - lasca unipolar e bipolar.....	141
Figura 38 -	Fotografia da peça N° 121 - lasca de técnica indefinida.....	142
Figura 39 -	Fotografia da peça N° 149 – núcleo	144
Figura 40 -	Gráfico da distribuição horizontal do lítico lascado do setor A.....	147
Figura 41 -	Planta de escavação do setor A com localização do material lascado	148
Figura 42 -	Gráfico densidade de material lascado por nível de escavação no setor A	149
Figura 43 -	Fotografia da peça N° 12 – lasca bipolar.....	149
Figura 44 -	Fotografia da peça N° 375 – lasca bipolar.....	150
Figura 45 -	Desenho da peça N° 375 – lasca bipolar.....	150
Figura 46 -	Gráfico tipo de matéria-prima (setor B).....	150
Figura 47 -	Gráfico tipo de córtex (setor B)	151
Figura 48 -	Gráfico tipo de talão (setor B)	152
Figura 49 -	Fotografia da peça N° 29 – nucleiforme	154
Figura 50 -	Gráfico tipo de matéria-prima (setor B)	154
Figura 51 -	Fotografia da peça N° 300 - núcleo – lasca.....	156
Figura 52 -	Fotografia da peça N° 300 - núcleo – lasca.....	156

Figura 53 -	Gráfico tipo de matéria-prima (setor B)	157
Figura 54 -	Fotografia da peça 301 – lasca unipolar.....	158
Figura 55 -	Desenho da peça 301 – lasca unipolar.....	158
Figura 56 -	Fotografia da peça N° 238 - lasca unipolar.....	159
Figura 57 -	Desenho da peça 238 – lasca unipolar.....	159
Figura 58 -	Gráfico tipo de talão	160
Figura 59 -	Fotografia da peça N° 716 – núcleo.....	162
Figura 60 -	Fotografia da peça N° 52 – núcleo	162
Figura 61 -	Gráfico tipo de matéria-prima.....	163
Figura 62 -	Gráfico da distribuição horizontal do lítico lascado do setor B.....	166
Figura 63 -	Planta de escavação do setor B com localização do material lascado	167
Figura 64 -	Gráfico de densidade de material lascado por nível de escavação no setor B	167
Figura 65 -	Gráfico quantidade de instrumentos líticos brutos e pouco modificados x setor.....	168
Figura 66 -	Fotografia da peça N° 319 – percutor.....	169
Figura 67 -	Fotografia da peça N° 118 – percutor.....	169
Figura 68 -	Fotografia da peça N° 378 – alisador de cerâmica...	169
Figura 69 -	Fotografia da peça N° 201 – alisador de cerâmica...	169
Figura 70 -	Fotografia da peça N° 358	170
Figura 71 -	Desenho da peça N° 358	170
Figura 72 -	Fotografia da peça N° 104	171
Figura 73 -	Desenho da peça N° 104.....	171
Figura 74 -	Fotografia da peça N° 10 - polidor manual.....	172
Figura 75 -	Fotografia da peça N° 10 - polidor manual.....	172
Figura 76 -	Fotografia da peça N° 01 – bigorna.....	173
Figura 77 -	Desenho da peça N° 19 – bigorna.	173
Figura 78 -	Fotografia da peça N° 81 – quebra-coco.....	174
Figura 79 -	Desenho da peça N° 148 – polidor móvel	174
Figura 80 -	Fotografia em detalhe da superfície do polidor.....	174
Figura 81 -	Fotografia da peça N° 36 - amazonita polida.....	175

Figura 82 -	Fotografia da peça N° 360 - amazonita polida.....	175
Figura 83 -	Gráfico categoria de artefatos no setor A.....	176
Figura 84 -	Gráfico distribuição dos instrumentos líticos brutos no setor A	177
Figura 85 -	Dispersão material bruto e/ou modificado no setor A..	178
Figura 86 -	Gráfico densidade de instrumentos brutos por nível de escavação no setor A	179
Figura 87 -	Gráfico categoria de artefatos no setor B.....	180
Figura 88 -	Gráfico densidade de material lítico bruto por área de escavação do setor B	181
Figura 89 -	Dispersão material bruto e/ou modificado no setor B..	182
Figura 90 -	Gráfico densidade de instrumentos brutos por nível de escavação no setor B	182
Figura 91 -	Gráfico densidade de instrumentos exumados entre os setores A e B	186
Figura 92 -	Dispersão do material lítico no setor A	187
Figura 93 -	Dispersão do material lítico no setor B	188
Figura 94 -	Croqui de localização das áreas escavadas.....	196
Figura 95 -	Dispersão do material arqueológico do setor A.....	202
Figura 96 -	Dispersão do material arqueológico no setor B.....	210
Figura 97 -	Dispersão material arqueológico na área principal....	212
Figura 98 -	Dispersão material arqueológico no Anexo 02.....	215
Figura 99 -	Localização das possíveis casas indígenas no Florestal I.....	222
Figura 100 -	Localização das áreas de concentração no Florestal II	229
Figura 101 -	Localização da área Leste e Oeste no Florestal I.....	230

Lista de Tabelas

Tabela 1 -	Tipo de antiplásticos.....	120
Tabela 2 -	Tipo de decoração plástica	122
Tabela 3 -	Tipo de decoração pintada	123
Tabela 4 -	Tipologia de borda e lábio	124
Tabela 5 -	Orientação dos negativos - lasca bipolar - (setor A)..	135
Tabela 6 -	Dimensões das lascas bipolares (setor A).....	135
Tabela 7 -	Tipo de córtex - nucleiformes - (setor A).....	137
Tabela 8 -	Orientação dos negativos - nucleiformes - (setor A)..	137
Tabela 9 -	Dimensões dos nucleiformes (setor A).....	138
Tabela 10 -	Tipo de matéria-prima - núcleo-lascas - (setor A).....	138
Tabela 11 -	Tipo de córtex – núcleo-lascas - (setor A)	139
Tabela 12 -	Orientação dos negativos – núcleo - lascas - (setor A).	139
Tabela 13 -	Dimensões dos núcleo-lascas (setor A).....	140
Tabela 14 -	Orientação dos negativos – lascas unipolar e bipolar - (setor A).....	141
Tabela 15 -	Tipo de matéria-prima - técnica indefinida - (setor A)	142
Tabela 16 -	Tipo de córtex - técnica indefinida - (setor A).....	142
Tabela 17 -	Tipo de talão - técnica indefinida - (setor A)	143
Tabela 18 -	Tipo de perfil - técnica indefinida - (setor A)	143
Tabela 19 -	Orientações dos negativos - técnica indefinida - (setor A).....	143
Tabela 20 -	Dimensões das lascas de técnica indefinida (setor A).....	144
Tabela 21 -	Tipo de matéria-prima dos núcleos (setor A)	145
Tabela 22 -	Orientações dos negativos - núcleos - (setor A)	145
Tabela 23 -	Dimensões dos núcleos (setor A)	146
Tabela 24 -	Tipo de perfil – lasca bipolar (setor B)	152
Tabela 25 -	Orientação dos negativos – lasca bipolar - (setor B).	153
Tabela 26 -	Dimensões das lascas bipolares (setor B)	153
Tabela 27 -	Tipo de córtex – nucleiforme - (setor B).....	155

Tabela 28 -	Orientação dos negativos - nucleiformes (setor B)..	156
Tabela 29 -	Dimensões dos nucleiformes (setor B)	156
Tabela 30 -	Tipo de córtex – núcleo-lasca (setor B)	157
Tabela 31 -	Orientação dos negativos – núcleo-lasca - (setor B)	158
Tabela 32 -	Dimensões dos núcleos-lasca (setor B).....	158
Tabela 33 -	Tipo de córtex – lasca unipolar (setor B)	160
Tabela 34 -	Tipo de perfil – lasca unipolar (setor B)	161
Tabela 35 -	Orientação dos negativos – lasca unipolar – (setor B).....	161
Tabela 36 -	Dimensões das lascas unipolares (setor B)	162
Tabela 37 -	Orientação dos negativos – núcleo – (setor B)	163
Tabela 38 -	Dimensões dos núcleos (setor B)	164
Tabela 39 -	Localização dos vestígios cerâmicos no sítio arqueológico.....	198
Tabela 40 -	Localização dos vestígios líticos no sítio arqueológico.....	199
Tabela 41 -	Quantidade de material x área de sítio.....	231

Sumário

Sumário	17
Introdução	21
1 – Cultura e civilização: a construção e a influência destes conceitos na arqueologia Tupi	27
1.1 Cultura e civilização	30
1.2 Arqueologia, cultura e pós-colonialismo	42
2 – Os Tupi e a Arqueologia brasileira	68
2.1 Arqueologia Tupi ou Tupiguarani? Da prática de uma arqueologia colonialista à prática de uma arqueologia descolonialista no Brasil	69
2.2 Tupi: um panorama geral à época do contato; organização sociopolítica e territorialidade	80
2.3 Edificações e espaços internos	87
2.4 Edificações ou espaços externos.....	92
2.5 Arqueologia Tupi em Minas Gerais	94
2.5.1 A - Rio Grande (sul e sudoeste de Minas)	96
2.5.2 B - Rio das Velhas (centro-norte de Minas)	98
2.5.3 C - Rio Jequitinhonha (nordeste de Minas).....	99
2.5.4 D - Rio São Francisco (centro e norte de Minas)	100
2.5.5 E - Rio Paraíba do Sul (leste e sudeste de Minas)	102
2.5.6 F – Rio Mucuri (nordeste de Minas).....	104
2.5.7 G - Rio Doce (leste de Minas).....	104
2.5.8 H – Rio Paranaíba (oeste de Minas)	105
2.6 Arqueologia Tupi no Médio Rio Doce	107
2.6.1 Os aspectos físicos e ambientais locais e a inserção dos sítios arqueológicos na paisagem	107
2.7 Sítios Arqueológicos Tupi	107
2.8 O sítio arqueológico Florestal I	108
2.9 As escavações realizadas pela equipe do Consórcio Aimorés – CEMIG & CVRD	112
2.10 A escavação realizada pela equipe do Setor de Arqueologia do MHNJB/UFMG	116
2.10.1 Aspectos tecnotipológicos da cerâmica do sítio Florestal I	118
2.10.2 Formas identificadas de bordas, lábios e vasilhames	123
2.10.3 Formas identificadas dos vasilhames.....	126
3 – Análise da indústria lítica do sítio arqueológico Florestal I	128
3.1 Metodologia de análise do material lítico	128
3.2 Análise tecnológica do material lítico lascado dos setores A e B do sítio Florestal I	128
3.2.1 Matéria-prima	129

3.2.2 Córtex.....	130
3.3 Análise do lítico lascado do Setor A	132
3.3.1 Lascas Bipolares	132
3.3.1.1 Matéria-prima	132
3.3.1.2 Tipos de córtex	133
3.3.1.3 Tipos de Talão	133
3.3.1.4 Perfil	134
3.3.1.5 Negativo de lascamento e orientação dos negativos	134
3.3.1.6 Dimensões das lascas bipolares	135
3.3.2 Nucleiformes	135
3.3.2.1 Matéria-prima	136
3.3.2.2 Tipos de córtex	136
3.3.2.3 Negativo de lascamento e orientação dos negativos	137
3.3.2.4 Dimensões	137
3.3.3 Núcleo-lascas	138
3.3.3.1 Matéria-prima	138
3.3.3.2 Tipo de córtex	139
3.3.3.3 Negativos de lascamento	139
3.3.3.4 Dimensões	139
3.3.4 Lascas Unipolares.....	140
3.3.5 Lascas unipolar e bipolar.....	140
3.3.6 Lascas de técnica indefinida.....	141
3.3.6.1 Matéria-prima	142
3.3.6.2 Tipo de córtex	142
3.3.6.3 Tipo de talão	142
3.3.6.4 Tipo de perfil	143
3.3.6.5 Negativos de lascamento	143
3.3.6.6 Dimensões	144
3.3.7 Núcleos	144
3.3.7.1 Matéria-prima	144
3.3.7.2 Tipo de córtex	145
3.3.7.3 Negativos de lascamento	145
3.3.7.4 Dimensões	145
3.4 Análise espacial do material lítico lascado, núcleo–lascas e núcleos do setor A.....	146
3.4.1 Distribuição horizontal do lítico lascado do setor A	146
3.4.2 Distribuição vertical do lítico lascado do setor A.....	148
3.5 Análise do lítico lascado do Setor B	149
3.5.1 Lascas Bipolares	149

3.5.1.1 Matéria-prima	150
3.5.1.2 Tipo de córtex	151
3.5.1.3 Tipo de talão	151
3.5.1.4 Tipo de perfil	152
3.5.1.5 Negativos de lascamento	152
3.5.1.6 Dimensões	153
3.5.2 Nucleiformes	153
3.5.2.1 Matéria-prima	154
3.5.2.2 Tipo de córtex	154
3.5.2.3 Negativos de lascamento	155
3.5.2.4 Dimensões	156
3.5.3 Núcleo-lascas	156
3.5.3.1 Matéria-prima	157
3.5.3.2 Tipo de córtex	157
3.5.3.3 Negativos de lascamento	157
3.5.3.4 Dimensões	158
3.5.4 Lascas unipolares	158
3.5.4.1 Matéria-prima	159
3.5.4.2 Tipo de córtex	159
3.5.4.3 Tipo de talão	160
3.5.4.4 Tipo de perfil	160
3.5.4.6 Dimensões	161
3.5.5 Núcleos	162
3.5.5.1 Matéria-prima	162
3.5.5.2 Tipo de córtex	163
3.5.5.3 Negativos de lascamento	163
3.5.5.4 Dimensões	164
3.6 Análise espacial do material lítico lascado, núcleo-lascas e núcleos do setor B	164
3.6.1 Distribuição espacial horizontal do lítico lascado do setor B	164
3.6.2 Distribuição espacial vertical do lítico lascado do setor B	167
3.7 Análise tecnológica do lítico bruto dos setores A e B do sítio Florestal I	168
3.7.1 Batedores ou percutores	168
3.7.2 Alisador de cerâmica	169
3.7.3 Calibrador	170
3.7.4 Polidores manuais	171
3.7.5 Bigornas	172
3.7.6 Quebra-cocos	173
3.7.7 Polidores móveis	174

3.8 Análise tecnológica dos instrumentos brutos pouco modificados	175
3.8.1 Geométricos.....	175
3.8.2 Distribuição das peças líticas brutas e pouco modificadas no Setor A	175
3.8.3 Distribuição espacial dos artefatos líticos brutos nos setor A	176
3.8.4 Distribuição das peças líticas brutas e pouco modificadas no Setor B	179
3.8.5 Distribuição espacial dos artefatos líticos brutos nos setor B	180
3.9 Sínteses preliminares	183
3.9.1 Lítico lascado.....	183
3.9.2 Lítico bruto e pouco modificado	185
3.9.3 Distribuição do material lascado e bruto nos setores A e B	186
3.10 Características gerais da indústria lítica do sítio arqueológico Florestal I	189
4 - A articulação do espaço intra-sítio e inter-sítios: estudo interpretativo	194
4.1 Análise espacial do sítio arqueológico Florestal I	194
4.2 Análise espacial inter-sítio do Florestal I	195
4.3 Análise espacial dos setores A, B e C	200
4.4 Considerações a respeito da espacialidade e uso do espaço no sítio arqueológico Florestal I.....	220
4.5 O sítio Florestal I e sua inserção no contexto microrregional: a análise macroespacial.....	224
Considerações Finais.....	242
Referências Bibliográficas	246
Anexo – 1. Sítios CNSA	263
Anexo – 2. Localização Sítios Arqueológicos. Fonte: Baeta & Alonso, 2004.	266

Introdução

Este trabalho foca o sítio arqueológico Florestal I, localizado no médio curso do Rio Doce, no município de Aimorés, em Minas Gerais.¹ A pesquisa investe em análises do material lítico do sítio, a partir das quais discuto as escolhas tecnológicas empregadas para se obter os instrumentos identificados, procurando compreender a execução da *cadeia operatória* de produção e a *funcionalidade* destes objetos (sejam elas para atividades cotidianas, de extração, produção, de uso simbólico ou decorativo). Tratam-se de quesitos importantes para se entender os procedimentos técnicos e motores (que são dinâmicos e particulares, mas ao mesmo tempo são coletivos e internos a um grupo) e de que maneira estas escolhas auxiliam na *compreensão da utilização e ocupação do espaço*, além de abranger outros aspectos compreendidos dentro da dinâmica social e econômica de grupos ceramistas que habitaram a região do Médio Rio Doce.

Trata-se de um trabalho *continuum*, já que a análise do material cerâmico deste sítio arqueológico foi tema da minha monografia de graduação (Almeida, 2007). Penso que os resultados agora alcançados com a análise do lítico proporcionam uma visão mais ampla da discussão da espacialidade deste sítio arqueológico. O estudo do material lítico, que por muitas vezes é relegado a um segundo plano nas pesquisas que envolvem o passado das populações ditas horticultoras na arqueologia brasileira (Noelli & Dias, 1995; Prous, 2011), mostrou-se bastante eficaz para a compreensão da utilização do espaço e do papel deste sítio inserido no contexto microrregional de ocupação Tupi.

Discutirei ao longo do trabalho questões que permeiam a História do Pensamento Arqueológico mundial, que por sua vez, influenciaram diretamente a Arqueologia brasileira. Neste debate, toma-se como ponto de referência a construção dos conceitos de cultura e civilização dentro do pensamento ocidental. Trata-se de concepções que vinham sendo construídas desde antes da formalização conceitual de ambas as palavras que posteriormente, influenciaram de sobremaneira a ciência ocidental. Tais concepções foram

¹ As escavações e estudos anteriores do sítio foram conduzidas pela equipe do Setor de Arqueologia do Museu de História Natural da Universidade Federal de Minas Gerais, no escopo do projeto *Tupiguarani em Minas Gerais*, sob coordenação do Prof. André Prous.

utilizadas para justificar o colonialismo, denotando em jogo de poder e domínio de uma população/cultura sobre outra(s). No Brasil, verificamos que ao longo do processo formativo da nação, temos a figura do indígena brasileiro, sendo constantemente manipulado e utilizado de acordo com os interesses do Estado. Posteriormente, com o advento da *mundialização* da ciência (Ferreira, 2007; Corrêa, 2014), verifica-se como os arcabouços teóricos e metodológicos utilizados pelas principais linhas de pensamento na arqueologia brasileira continuaram a praticar um discurso colonialista, especialmente contra as populações nativas, que eram observadas de maneira estática e fossilizadas no passado, sem que pudessem promover transformações e/ou mudanças culturais internamente. O embasamento teórico-metodológico utilizado pelo PRONAPA, permeado por ideias degeneracionistas e restritivas, com o uso de terminologias centradas na construção e estabelecimento de um esquema cronológico do desenvolvimento cultural das populações pré-coloniais brasileiras (Dias, 2007), desencadeou no (quase) rompimento da cultura material arqueológica com as populações reconhecidas historicamente e etnograficamente; inviabilizando, portanto, a constituição de uma história indígena de longa duração.

Também discutirei o florescimento de outra vertente de pensamento cuja linha de raciocínio e metodologia empregada na pesquisa arqueológica tem mudado, aos poucos, este cenário a partir dos anos 1980. Esta vertente é fortemente influenciada pelas ideias expostas por Brochado em sua tese de doutoramento defendida no ano de 1984, pela qual o autor, utilizando-se de dados informativos advindos de outros campos do conhecimento, tais como a Etnologia, a Linguística e a História, promove uma forte retomada da ligação da cultura material arqueológica com as populações autóctones do presente ou historicamente conhecidas; tendo, portanto, um teor *continuísta* da história destas populações nativas (Eremites de Oliveira, 2007; Milheira, 2014; Corrêa, 2014).

Esta vertente de pensamento mais recente da arqueologia nacional possibilitou uma nova reaproximação da arqueologia com os povos nativos, buscando-se um discurso descolonialista da arqueologia brasileira (Silva, 2014). Embora esta vertente ainda tenha suas abordagens praticadas de forma tímida no cenário nacional, não deixa de ser um importante passo para a

arqueologia brasileira como um todo, pois, esta segue deixando a neutralidade científica marcadamente presente no passado ligado a uma agenda histórico-culturalista, para passar a ser mais responsável e atuante politicamente e socialmente na prática do ofício, especialmente frente ao atual cenário político-econômico global, que é amplamente difundido e apoiado pelas elites brasileiras.

A abordagem utilizada por Brochado e seus vários seguidores será um referencial constante neste trabalho, pois utilizarei de muitas informações etnográficas e etno-históricas como aporte da discussão que compreende a forma de ocupação e utilização do espaço do sítio arqueológico Florestal I; procurando desmistificar a utilização do termo *Tupiguarani* no debate sobre esta sociedade, pois, acredito que não podemos utilizar tal termo, a partir do momento em que percebemos esta sociedade sendo extremamente dinâmica socialmente e culturalmente no tempo e no espaço.

O debate torna-se mais aprofundado, pois, na região de pesquisa, embora tenham sido registrados mais de uma dezena de sítios arqueológicos Tupi, atualmente esta área é ocupada pelos *Krenak*, uma população indígena atribuída ao tronco linguístico Macro-Jê. As documentações históricas e arqueológicas indicam que esta região do Médio Rio Doce foi ocupada na pré-história mais recente por grupos indígenas Tupi e outros grupos pertencentes ao tronco linguístico Macro-Jê. Os relatos e informações a respeito destes grupos e a ocupação destes nesta região, que compreende o leste de Minas Gerais e o oeste do Espírito Santo, nos últimos séculos da era cristã, são bastante ricos na bibliografia especializada, especialmente em relação aos *Botocudos*, designação genérica de grupos aparentados que utilizavam discos auriculares labiais como distintivos étnicos, possuindo dialetos similares. Pertencente aos grupos e subgrupos *Botocudos*, os documentos históricos citam os *Jiporacs*, *Naknenukes*, *Takruk-Krak*, *Etwet*, dentre outros. Outros grupos indígenas, tais como os *Puris*, *Coroados*, *Malalis*, *Pataxós*, *Maxapós*, *Paranaubis*, também são mencionados nos documentos como naturais desta região. As frentes de colonização, que começaram a adentrar nesta região já em meados do século XVI, foram determinantes no quase total extermínio destas populações nativas no final do século XVIII. Os poucos indígenas restantes foram aldeados em diversas localidades, com o intuito de “civilizá-los”

e manter o controle do contingente populacional indígena (Baeta e Alonso, 2004; Paiva, 2010). Os *Krenak*² são os atuais remanescentes indígenas, considerados os últimos *Botocudos do Leste* que resistem ao processo civilizatório na região, situam-se no local de uma antiga aldeia (*Quijemebrack*), numa área de 4.000ha, na margem esquerda do rio Doce. O maior desafio vivido por esta população indígena hoje é o de se manterem socialmente e economicamente neste espaço delimitado de 4.000ha e serem plenamente aceitos pela sociedade não-indígena, já que sofrem inúmeras formas de violência e preconceito por parte dos moradores e autoridades das cidades vizinhas que, no entender destas, a demarcação da área indígena trouxe “graves prejuízos financeiros” para a comunidade de produtores rurais, cooperativas e prefeituras locais pelo fato das terras terem retornado ao domínio dos *Krenak* (ISA, 2000, 2016).

A presença histórica de populações não-Tupi na região torna-se de suma importância para compreender a forma de ocupação e utilização do espaço Tupi, pois, como veremos no capítulo 4, a conformação espacial dos sítios arqueológicos Tupi pesquisados em algumas regiões do país sugerem que raramente as antigas aldeias Tupi tinham suas unidades habitacionais organizadas ao redor de uma praça central (Prous, 2007), entretanto, verifica-se que no caso do Florestal I, suas possíveis unidades de habitação estão dispostas ao redor de um espaço mais vazio de material, que, por sua vez, se assemelha mais à configuração espacial das aldeias de populações Tupi e Jê, etnograficamente conhecidas no Brasil. Para discutir a questão da espacialidade Tupi farei ampla utilização dos dados etnográficos e etno-históricos como fonte de conhecimento para se pensar o modo de vida e as relações sociopolíticas e econômicas dos Tupi, que no passado dominavam boa parte da parte leste da América do Sul. Os aspectos tecnotipológicos da cultura material Tupi em Minas Gerais e, mais precisamente, do sítio arqueológico Florestal I, também são de muita importância para se discutir a espacialidade do sítio, pois, como estamos trabalhando com uma região que é historicamente ocupada por populações não-Tupi, devemos ficar atentos a possíveis traços de alteração/mudança, tanto na configuração espacial do sítio

² Os Krenák ou Borun são conhecidos também por Aimorés, nomenclatura dada pelos Tupi, e por Grén ou Krén, sua autodenominação. (ISA, 2016)

arqueológico, quanto na cultura material, que podem sugerir ou remeter à possibilidade de interação e/ou contato entre estas populações. Os resultados alcançados a respeito da espacialidade e da cultura material local são de importância ímpar para o debate que compreende o papel deste sítio arqueológico inserido no contexto regional de ocupações Tupi em Minas Gerais. Apresenta-se aqui, portanto, os resultados obtidos neste trabalho e a contribuição que este oferece à pesquisa de sítios arqueológicos Tupi a partir deste estudo de caso.

No capítulo 1 apresento uma discussão a respeito de como os conceitos de *cultura* e *civilização*, advindos do pensamento ocidental, influenciaram de sobremaneira os arcabouços teóricos e metodológicos da pesquisa científica e na construção de um discurso colonialista da qual a arqueologia participou ativamente.

No capítulo 2 discuto como esses conceitos agiram na arqueologia brasileira e, em especial, no que concerne à arqueologia Tupi, discutindo-se como a interpretação dos dados arqueológicos infere diretamente no discurso colonialista da arqueologia brasileira. Neste capítulo, adentro o “universo” Tupi arqueológico, onde apresento o que se sabe a respeito desta população, trazendo um panorama geral sobre a ocupação Tupi no território brasileiro e aspectos que abrangem a organização sociopolítica e a territorialidade desta sociedade. Neste capítulo também discuto a possibilidade de uma arqueologia voltada à construção de História Indígena de longa duração, discutindo-se como o modo de interpretação dos dados arqueológicos podem permear questões que remetem a rupturas e continuidades da História Indígena. Ainda neste capítulo 2 apresento um histórico de pesquisas arqueológicas que já foram realizadas no estado de Minas Gerais e que são relacionadas aos Tupi, para, posteriormente, apresentar o histórico de pesquisa que remete à região do Médio Rio Doce e, mais especificamente, do sítio arqueológico Florestal I. Apresento as características físico-ambientais locais; as intervenções arqueológicas realizadas no interior do espaço do sítio e demais estruturas identificadas no espaço e, por fim, apresento as características gerais da cerâmica arqueológica.

No capítulo 3 apresento os resultados das análises do material lítico do sítio arqueológico Florestal I, a forma de dispersão destes no espaço do sítio e

a discussão destes resultados, tendo em vista o material lítico dos demais sítios arqueológicos Tupi da região do Médio Rio Doce. Irei discutir os resultados buscando-se correlacionar os aspectos tecnológicos e funcionais identificados no material arqueológico com o contexto ambiental local; tendo em vista os aspectos sociais, econômicos e simbólicos já conhecidos na bibliografia específica.

No capítulo 4 apresento a discussão da espacialidade do sítio arqueológico, integrando todos os resultados obtidos a partir das análises da cultura material que foi exumada e coletada e das demais estruturas do sítio Florestal I. Os textos etnográficos, os relatos dos primeiros viajantes que tiveram contato com esta população Tupi no passado, além de produções científicas que compreendem a discussão a respeito da formas de assentamento e espacialidade Tupi, também foram largamente utilizados como aporte teórico para discutir a interpretação da espacialidade na articulação do espaço inter e intra-sítio do Florestal I.

Por fim, apresento na conclusão uma discussão a respeito das abordagens teórico-metodológicas na arqueologia brasileira e os resultados obtidos com a pesquisa arqueológica no sítio arqueológico Florestal I de maneira integrada; a contribuição desta pesquisa na arqueologia Tupi e, por fim, sugiro algumas alternativas à prática de uma arqueologia menos colonizadora e mais alinhada socialmente e politicamente com as atuais demandas sociopolíticas e econômicas das populações indígenas brasileiras e, dentre estas, as populações Tupi.

1 – Cultura e civilização: a construção e a influência destes conceitos na arqueologia Tupi

O estudo das mais diversas sociedades através da cultura material é, sem dúvida, o principal interesse da arqueologia, o que por si só não representa uma tarefa fácil, pois é preciso interpretar a evidência arqueológica na busca de significados sociais, políticos, econômicos e simbólicos de uma dada sociedade. A falta de acesso direto às informações sobre o comportamento humano faz esta disciplina buscar em outros campos científicos informações, teorias e métodos. Dentre estes campos, a Antropologia segue sendo uma das principais bases no desenvolvimento da Arqueologia, tanto nos métodos e práticas de campo, quanto nos aportes teóricos e conceituais.

Apesar da diversidade dos seus campos de interesse, ambas as disciplinas necessitam de outras áreas do saber, mas conservam em suas respectivas unidades o objetivo de compreender os seres humanos como indivíduo/sociedade, a dinâmica social e os aspectos culturais. Segundo Jonhson (2000:31),

(...) muitos arqueólogos incorporam dentro do alcance do conceito da teoria arqueológica as motivações e a prática, assim como o contexto social e cultural da arqueologia (...) um fator problemático seria a interpretação. Muitos profissionais concordariam que essa interpretação implica em aspectos teóricos no sentido mais amplo. Jonhson (2000:31)

A influência da Antropologia na Arqueologia se reflete nos marcos teóricos desta última, ao longo dos séculos XIX, XX e XXI. Os aportes teóricos e metodológicos utilizados na prática da pesquisa arqueológica estão diretamente pautados nos conceitos de *cultura* e *civilização* vigentes nas escolas de Antropologia, especialmente na Europa e Estados Unidos do século XX. As correntes teóricas do Evolucionismo de Taylor; da escola Boasiana; do Funcionalismo de Malinowski, do Estruturalismo de Lévi-Strauss e do Neo-Evolucionismo de White são exemplos de fontes teóricas cujo debate, sob estas diferentes perspectivas, contribuiu para o desenvolvimento de um conceito de cultura multilinear. Sendo assim, a discussão teórico-metodológica,

que remete ao conceito de cultura e sua influência, quando adentramos na discussão a respeito dos diferentes aspectos que permeiam o comportamento humano³, também é adotada sob diferentes perspectivas dentro da disciplina arqueológica, produzindo, portanto, resultados distintos na interpretação dos dados arqueológicos.

Entretanto, deve-se ter em mente que, pelo fato destes estudos, que correlacionam a interação Humanos x Natureza x objetos, serem produtos do pensamento ocidental, os fatores socioculturais e históricos inerentes da sociedade ocidental também influenciaram diretamente nas produções teóricas a respeito deste tema (Ingold, 1994; Gosden, 2001; Patterson, 2008). Esta situação coloca em lados opostos a lógica do conhecimento científico (sociedade ocidental) e a lógica do conhecimento tradicional (sociedades não ocidentais - especialmente as não letradas), gerando desta forma, uma verdadeira violência epistemológica (Ingold, 2000, Gonzáles-Ruibal, 2006, 2012; Gnecco, 2009); violência esta, que pôde ser observada de maneira direta ou indireta em diversas pesquisas arqueológicas relacionadas às mais diversas sociedades não ocidentais e, entre elas, os Tupi.

Em relação às populações ameríndias, esta violência epistemológica se faz de maneira sistematizada e desde a invasão europeia, pois a dicotomia que separa o indivíduo ou o coletivo da natureza no pensamento ocidentalizado choca-se com o pensamento e o modo de vida destas populações indígenas que habitaram e/ou ainda habitam o continente americano, já que muitas destas sociedades não fazem distinção ou oposição entre os elementos humanos e da natureza, como observa Baptista da Silva (2010:117):

Esta divisão ontológica entre natureza e cultura, animais e humanos, plantas e humanos, minerais e humanos, objeto e sujeito, sociedade e indivíduo, humanos e não humanos, entre tantas outras, costuma ocorrer nas sociocosmologias euroreferenciadas, marcadas por conceitos antagônicos, que indicam oposições binárias, sem conectividade entre seus termos. Daí, certamente, nossas dificuldades e constrangimentos cosmológicos, na compreensão de inúmeros preceitos êmicos, (Baptista da Silva, 2010:117).

³Aspectos que abrangem relações sociais (hábitos e costumes), políticas (conflitos, alianças) e econômica (relação de produção).

Nos diversos estudos e pesquisas arqueológicas que são voltadas ao “tema Tupi”, podemos observar como os pesquisadores trabalharam o conceito de cultura e o seu papel dentro desta sociedade em diferentes perspectivas, produzindo diferentes interpretações que influenciaram diretamente nos estudos da cultura material e a respeito do conhecimento desta sociedade como um todo. Apesar de tratar de uma relação direta entre indivíduo/sociedade e objetos, os resultados produzidos culminam em diferentes olhares a respeito desta relação, que envolve a produção, uso e descarte de objetos por parte das pessoas. Estes três pontos - produção, uso e descarte - na sociedade Tupi ganham uma dimensão enorme, pois, além de envolver a relação dos humanos diretamente com o meio, envolvem aspectos simbólicos que muitas vezes não são compreendidos ou percebidos em sua totalidade pelos ocidentais, o que resulta muitas vezes em interpretações destoantes quanto aos aspectos sociais e funcionais de um determinado objeto ou instrumento para aqueles que os produziu, utilizou e descartou. Sendo assim, um artefato pode carregar multissignificados que são inerentes e particulares aos Tupi.

Podemos compreender esta constatação, quando se verifica o porquê de muitos dos cronistas e viajantes naturalistas europeus não terem conseguido entender, por exemplo, o valor que a sociedade Tupi dava a um determinado tipo de objeto/matéria em detrimento a algum outro, supostamente mais “valioso” aos olhos do invasor europeu, como podemos observar através do relato de Hans Staden, quando este esteve entre os Tupinambá da costa, no século XVI:

Não existem entre eles propriedade particular, nem conhecem dinheiro. Seus tesouros são penas de pássaros. Quem as tem muitas, é rico e quem tem cristais para os lábios e faces, é dos mais ricos. (Staden, [1547-1555]1974:172)

As escolhas tecnológicas para produzir e utilizar os artefatos líticos podem estar associadas à funcionalidade destes objetos desempenhada na sociedade Tupi, mas também podem estar permeadas por aspectos cosmológicos e/ou simbólicos; por isso, acredito que entender ou compreender a execução da cadeia operatória desde a escolha da matéria-prima, passando

pela sua transformação em um instrumento, a utilização e descarte deste, ou seja, “a vida deste instrumento”, pode nos permitir compreender melhor o coletivo em questão, o que, por sua vez, pode fornecer informações importantes para a compreensão da utilização e ocupação do espaço e, no caso do presente trabalho, o sítio arqueológico Florestal I.

1.1 Cultura e civilização

Desde a antiguidade até o século XIX, as tentativas de se explicar as mais variadas diferenças de comportamento entres os povos já eram discutidas, ora pautados nas variações geográficas, ora nas variações biológicas; no entanto, não havia formalização conceitual do que hoje entendemos como cultura. A palavra “cultura” deriva do verbo latino *colere* e até a idade média, tanto no vocábulo francês, quanto no inglês, estava associada à prática do cultivo do solo ou significava *campo arado*. Posteriormente passou a designar um sentido mais específico, indicando processos de procriação e refinamento progressivo na domesticação de plantas e animais, ou mesmo o resultado ou incremento de tal processo (Wagner, 2010: 54). O sentido de humanidade ou o que é próprio do “ser humano”, ainda que não explicitamente associado ao ainda não inventado “conceito de cultura”, era pautado na ideia central do paradigma *humanos x natureza*, que por sua vez, era permeado por ideias de desenvolvimento humano sobrepondo as forças da natureza, ou seja, o controle da natureza pela humanidade e, conseqüentemente, uma divisão da realidade entre natureza x sociedade. A respeito desta dicotomia natureza/humanidade Wagner (2010) afirma que,

(...) o ponto de contraste é sempre a *natureza*, compreendida como uma fonte e manancial de energia e substância *a priori*, situada no interior do indivíduo (...) tanto quanto fora dele. (...) A “humanidade” é pois natureza refinada e filtrada por um desígnio e uma ordem conscientes, uma disciplina que é ela mesma objetificada como algo que pode ser aprendido, ensinado, preservado, registrado e estendido. Essa ordem é o “estado” de filósofos como Locke e Rousseau, a *cultura* de antropólogos evolucionistas posteriores e o *progresso* dos simplificadores modernos. (Wagner, 2010:206)

Ainda que até o século XVIII o significado de “cultura” não houvesse sido formulado no plano conceitual, o próprio processo de desenvolvimento deste conceito ao longo da História é permeado por uma relação de poder ou de controle, onde podemos observar que há uma base fundada em ideias que remetem a ordens sociais, morais, políticas, econômicas e ideológicas próprias dos europeus na relação entre Humanos x Natureza e objetos. Esta relação de poder/controle é verificada quando observamos o evento histórico marcado pela chegada dos europeus às terras africanas, asiáticas e americanas; consequência da expansão ibérica, que desencadeou talvez o mais prodigioso dos processos civilizatórios de toda história humana. Esta expansão europeia colonialista e imperialista, baseada na expropriação e na imposição cultural, foi legitimada tanto pelo poder da igreja católica, sacralizando o saqueio e a escravidão, quanto pelo poder econômico dos reinos português e espanhol, que buscavam em outras terras a acumulação de riquezas. A invasão europeia às terras brasileiras, trazendo consigo as noções de cultura e civilização do velho continente; trouxe às populações ameríndias locais, entre elas os Tupi, que estavam situados em quase toda a costa e, portanto, na “linha de frente” à época do contato, a ruína e quase total destruição de suas culturas no plano material e imaterial em pouco menos de dois séculos de ocupação portuguesa⁴.

O espanto do europeu ao chegar a estas terras e, ao observarem quão diferentes eram as maneiras de pensar e agir dos povos nativos, se deu muito em consequência da forma como os primeiros compreendiam e entediam o que significava ser civilizado, afinal, trata-se, de um “conceito que expressa a consciência que o Ocidente tem por si mesmo” (Elias, 1990:23). Tal como ele foi (e ainda é) constituído e operado, as consequências para os indígenas foram devastadoras, como observam Ribeiro & Moreira Neto (1992) na afirmação abaixo:

(...) na história escrita pelos europeus, é o sentido que eles próprios deram ao descobrimento. Para todos os efeitos, aqui acharam uma terra de ninguém, que só esperava (...) a chegada de seus

⁴ As taxas de população durante os dois primeiros séculos da colonização foram bastante altas. As guerras, as expedições para captura de escravos e, principalmente, as epidemias e a fome dizimaram os Tupi-Guarani (Fausto, 1992; Cunha, 1992, 2012).

verdadeiros donos. Claro que lá, no indescoberto, havia gentes, humanas gentes na aparência, que ali estavam desde milênios antes. (...) Mas era como se não existissem, porque existiam para si mesmas, sem qualquer utilidade para o europeu enquanto não produzissem mercadorias para enricá-los. (...) inexistiam, também, num sentido mais profundo, uma vez que estavam fora da única forma legitimamente humana de ser, que era a cristandade. Introduzir entre eles a palavra revelada, fazê-los conscientes e teologicamente responsáveis por seus atos, seria, pois, a tarefa do descobridor. (Ribeiro & Moreira Neto, 1992:18)

Claro que devemos contextualizar e situar o que estava representado neste período da História, em suma,, um choque entre duas sociedades distintas. As noções de cultura e civilização no pensamento europeu/ocidental serviram como aporte para justificar a colonização dos indígenas, no "sentido da sua conversão aos valores e comportamentos dos colonizadores portugueses" (Almeida, 1997:25), pois aos olhos do europeu, "os índios do Brasil foram logo caracterizados como gente sem religião, sem justiça e sem estado – uma ideia que, elaborada pela filosofia política, serviu de base ao imaginário sobre o homem natural e o estado de natureza" (Fausto 2005:10). Tal ideia a respeito dos ameríndios brasileiros vai ao encontro dos três maiores valores fundamentais da sociedade europeia àquela época, já que a cultura eurocêntrica era baseada no saber teológico, imposto pela Igreja Católica, na Justiça baseada em um misto que remete à moral cristã (justiça divina) e às leis do Estado, e o próprio Estado, personificado na figura do rei. Sem dúvida, eram parâmetros próprios e três pilares fundamentais que formavam a base da civilização europeia naquele período da História, tanto que começaram a ser impostas às populações nativas através da catequização, aplicação da justiça divina e estatal, ocupação e exploração de diversos recursos naturais terrenos, como por exemplo, o pau-brasil.

O domínio português em terras brasileiras era objetivamente voltado para exploração econômica a fim de se sustentar ou expandir o Império ultramarino. A importância do contato e consequente conhecimento dos aspectos culturais dos grupos Tupi por parte dos invasores europeus se revelou como forma estratégica para a ocupação e colonização do espaço. A relação de poder, estabelecida com a chegada dos europeus às terras americanas, é anterior mesmo à formulação de um conceito de cultura, demonstrando, por sua vez, que o próprio conceito, que ainda iria começar a ser desenvolvido dois séculos adiante na Ciência, já *nasceria* baseado em

premissas fundamentadas em um tipo de relação que envolve ao mesmo tempo poder (humanos x humanos) e controle do meio ambiente (humanos x natureza). Para as populações Tupi esse choque de culturas se deu de maneira catastrófica, pois estes “foram estrategicamente utilizados pelos portugueses, franceses e holandeses no processo de conquista e afirmação de domínio nas terras do leste da América do Sul” (Corrêa, 2014:30). Não havia, portanto, interesse por parte das autoridades coloniais em coletar dados ou incentivar estudos científicos a respeito das culturas ameríndias, caracterizando este período formativo da História do Brasil pela parca bibliografia publicada dedicada a estas populações autóctones. Até o século XVIII, no que concerne às populações Tupi, por exemplo, sob o ponto de vista da etnografia e da arqueologia, as melhores informações se reuniam ainda a partir dos relatos de cronistas e religiosos quinhentistas e seiscentistas que estiveram *in loco* com essa população no passado (Prous, 1992, 2011).

O conceito de cultura começa a tomar forma com o advento do Iluminismo na França e Inglaterra no final do século XVII e ao longo do século XVIII. Pautado pelo uso da razão, os filósofos do Iluminismo entendiam que a cultura “é a soma dos saberes acumulados e transmitidos pela humanidade, considerada como totalidade ao longo de sua história” (Cuche, 2002:20). A noção de cultura está diretamente associada às ideias de progresso, evolução, educação e razão. São pressupostos que estavam fortemente vigentes nos grandes centros europeus neste período da História Ocidental, em grande parte, influenciadas pelos iluministas franceses e ingleses, cujas ideias já eram difundidas entre as classes politicamente dominantes nestes locais.

Portanto, as bases deste conceito começaram a ser constituídas ainda século XVII e ganharam força durante o século seguinte, com o estabelecimento das ideias advindas do Iluminismo na Europa ocidental (Laraia, 1986). “Tornar-se humano” está intimamente associado a uma visão pautada por uma escala evolutiva unilinear, que vai do “homem natural” (selvagem/sem cultura); ao “homem civilizado” (civilizado/culto), cuja humanidade desenvolve e refina seus dons naturais e, com o acúmulo do conhecimento, se transforma em um ser evoluído culturalmente através da aprendizagem e recepção de regras culturais e sociais presentes na sociedade ocidental, tornando-se, portanto, um ser (humano) civilizado (Wagner, 2010;

Cuche, 2002). A noção de cultura e humanidade neste período estabelece a superioridade do ser humano frente à natureza e, sendo assim, a humanidade torna-se o “centro do universo”. A raça humana se diferencia dos demais seres vivos pela sua capacidade cognitiva de criação no plano mental e prático, que por sua vez, é cumulativo e pode ser transmitida de indivíduo para indivíduo(s), que é a herança cultural (Laraia, 1986; Cuche, 2002).

Foi durante o período entre a segunda metade do século XVII e meados do século XVIII que o conceito de civilização começou a ser formalizado, fortemente associado à noção de cultura, especialmente em França. A palavra *civilization*, do vocábulo francês, é sintomática aos costumes e/ou hábitos de uma sociedade, portanto, se a palavra *cultura* evoca os *progressos individuais*, *civilização* corresponde aos *progressos coletivos* (Cuche, 2002). Para os europeus, especialmente na França, esta noção de civilização deveria ser expandida aos demais povos “menos civilizados”, pois para os primeiros, qualquer sociedade “primitiva” seria capaz de evoluir e se transformar numa sociedade (civilizada), pois havia a crença de que estes povos “selvagens” também poderiam chegar a este estágio (de civilização) já atingido pelos europeus. Por trás disso, vê-se claramente uma ideia unilinear e uniforme transfigurada em “estágios evolutivos” de cada sociedade, que vai do selvagem/menos civilizado ao europeu/civilizado. Na prática, esta aspiração denota uma forma de imposição anteriormente praticada pelos europeus, frente aos demais povos que foram “descobertos” com o estabelecimento das grandes navegações nos séculos XV e XVI, com a diferença de que a religião Cristã, corporificada pela Igreja Católica, já não fazia parte do discurso para legitimar a colonização ou posse dos territórios invadidos. O conceito de civilização, portanto, está também pautado em uma relação de poder/dominação que se configura na imposição cultural do branco, europeu e racional, frente às demais culturas não ocidentais (Cuche, 2002).

No Brasil, esta noção de civilização pode ser exemplificada através da imposição do uso da língua portuguesa como idioma oficial em substituição à língua *Gera*⁵ (Corrêa, 2014:31). Aprender os costumes e a língua nativa era de

⁵ Trata-se de uma língua que misturava elementos das línguas portuguesa e Tupi antigo. Foi usualmente praticada na colônia até a sua proibição em 1759, por Marquês de Pombal (Corrêa, 2014).

importância ímpar e estratégica dentro do processo de colonização arquitetado pelo europeu nos primeiros séculos pós-invasão. Visto que estava relativamente estabelecida a situação de domínio frente aos nativos Tupi que habitavam a costa, já que houve um esvaziamento populacional desta área em função da fuga e mortandade dos indígenas, o processo de ocupação do território pelos portugueses foi efetivado não somente através da força física, mas também da imposição cultural, pois, para os novos governantes desta terra, “seria uma afronta ao império português que os índios fossem civilizados utilizando a língua geral ao invés do português” (Corrêa, 2014: 80). Trata-se de um exemplo, portanto, da clara relação de poder por trás deste componente civilizatório, denotada pela obrigação compulsória por parte dos colonizadores em estabelecer a sua língua matriz como um dos fatores preponderante à colonização destas terras. Outro exemplo de como o componente civilizatório fundado na sociedade europeia agiu de forma direta entre as populações indígenas neste período pode ser observado quando materializamos a instituição do “*Diretório*”⁶, que, dentre outras regras/instruções, estabelecia o uso da língua portuguesa e estimulava o casamento entre indígenas e brancos e o convívio social e comunitário nas novas povoações ou nas antigas missões que então se elevaram a vilas. A aparente e desejável (?) convivência de forma civilizada entre brancos e índios, na verdade foi uma forma de, ao mesmo tempo, utilizar o indígena em atividades econômicas e impor o modelo civilizatório e cultural do mundo ocidental (Almeida, 1997:14).

Na Alemanha dos séculos XVIII e XIX, a noção de cultura se difere em relação à francesa, pois, nega o domínio intelectual (francês) e, por consequência, nega a influência das ideias iluministas, que, por sua vez, influenciavam a nobreza local. A palavra germânica “*Kultur*” está intimamente associada à burguesia intelectual alemã e também carregava significados que inerentes aos aspectos políticos e sociais que opunham dois sistemas de valores, o alemão e o francês. Para os alemães “tudo que era autêntico e que contribui para o enriquecimento intelectual e espiritual será considerado como vindo da cultura; ao contrário, o que é somente aparência, brilhante, leviandade, refinamento superficial, pertence à civilização” (Cuche, 2002:25). O

⁶ Documento jurídico que regulamentou as ações colonizadoras dirigidas aos índios, entre os anos de 1757-1798. (Almeida, 1997:14)

crescimento da burguesia alemã no plano político e social idealiza o desejo de unidade nacional baseada no plano da cultura. Após a Revolução Francesa, a ideia de cultura para os alemães era permeada pela influência crescente de um nacionalismo onde a cultura alemã seria a principal força motora na constituição da consciência e união da futura nação.

A noção alemã de cultura (*Kultur*) aspira muito mais à consolidação das diferenças nacionais, uma noção particularista, enquanto que a noção francesa de cultura é universalista, expressada através da palavra *civilization*. No século XIX, na Alemanha, a noção de cultura emerge como um patrimônio da nação, baseada nas artes, moral e no intelecto. Esta noção germânica de “cultura”, particularista e baseada em conceitos etnorraciais de nação, posteriormente influenciou a intelectualidade francesa, que expandiu sua própria noção de cultura, ainda que sem abandonar antigas concepções iluministas baseadas na ideia universalista uniforme. Neste sentido, a noção de cultura abarca uma dimensão coletiva, não se referindo apenas ao desenvolvimento intelectual do indivíduo, passando, portanto, a caracterizar de forma integral os mais diversos aspectos socioculturais que são particulares a uma dada sociedade, assim, a noção de cultura também “marca a identidade” e as diferenças desta sociedade perante as outras (Laraia, 1986; Cuche, 2002).

O século XIX foi para o Brasil um período marcado pelo início da pesquisa científica por meio de criação de instituições científicas, como por exemplo, o Museu Imperial/Nacional e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (Prous, 1992; Ferreira, 2007, Corrêa, 2014). O conhecimento do território era imprescindível, pois também se buscava a diversificação da economia através da exploração de outros recursos capazes de suprir os altos custos gerados pela independência de Portugal. Como a política e os rumos do país, de maneira geral, eram controladas por uma elite intelectualizada e fortemente influenciada pela cultura europeia, as pesquisas científicas também passaram a ser mais relevantes aos interesses do Estado. Foi uma época onde viajantes e naturalistas de diversas nacionalidades percorreram o território brasileiro coletando informações sobre os aspectos físico-ambientais e socioculturais do país. Embora não houvesse uma preocupação especificamente em relação à arqueologia por parte destes viajantes, eventualmente mencionavam algo a respeito dos vestígios arqueológicos

encontrados em suas explorações terrenas, que por seu turno, contribuíram no aumento do conhecimento a respeito das jazidas arqueológicas nacionais, mesmo que de forma indireta. Em todos os casos, posteriormente propiciou a formação de uma base mais sólida para que fosse possível dar início ao debate direcionado ao conhecimento das populações ameríndias dentro das instituições científicas que viriam a ser criadas ao longo do século XIX (Prous, 1992; Ferreira, 2007).

Em suas viagens exploratórias, estes viajantes também perceberam que aquele “índio original”, descrito pelos primeiros cronistas que os antecederam, já não mais existia. O que se via eram povos considerados arredios, bravos ou incivilizáveis. Este fato, segundo Corrêa (2014:32), configurou numa “tradição que se tornará mais potente com o passar do século, expressada na assertiva da existência de um índio bom, genericamente Tupi (ou Guarani), convenientemente morto (...), em contraposição a um índio vivo, não Tupi (...)”. Com a independência do Reino de Portugal estabelecida em 1822, a instituição do Império (1822 - 1889) e, posteriormente, com a Proclamação da República - levada a cabo pelas elites do país -, em 1888, - foi necessária uma figura que estimulasse e simbolizasse uma identidade própria da recente nação independente e, impreterivelmente, a figura do índio foi constantemente utilizada nesta busca de identidade nacional, ora de maneira enaltecida, ora de maneira depreciativa. A figura do índio Tupi-Guarani foi constantemente manipulada e utilizada como símbolo de uma recente e aspirada *identidade brasileira* transfigurada como *elemento unificador* fundamental ao *processo de autoafirmação* da nação (Ferreira, 2007; Corrêa, 2014). Essencialmente, por trás desta busca de identidade nacional, havia os interesses políticos e ideológicos que manipulavam a figura do índio de acordo com os interesses do país, controlado pelas elites. Novamente, podemos observar a questão da relação de poder de maneira clara neste período da História do Brasil. Não havia propriamente uma luta de classes, até porque essa figura do índio Tupi enaltecida não era a do índio vivo, e sim a do índio morto, aquele que foi exterminado muito tempo antes de existir a República. A estratégia de se utilizar o índio como símbolo de identidade nacional de fato é notável, levando-se em conta o contexto da época, pois ao mesmo tempo em que o Estado utilizava desta figura para si, também não se incomodava, pois índio morto não

fala. Se por um lado o índio Tupi morto era, aos olhos da elite dominadora, considerado civilizado na sua concepção original, por outro lado, os indígenas vivos, por sua vez, eram considerados selvagens (Ferreira, 2007; Corrêa, 2014). Portanto, a política de construção de identidade nacional brasileira deve ser associada como parte de um colonialismo ocorrido de maneira interna, tendo como base a relação de poder e dominação como condição civilizadora:

(...) civilizar, neste contexto, é eufemismo para colonizar; pensar os meios possíveis para fundar um contrato social com os indígenas significava assegurar a ocupação e expropriação de terras e circunscrever geopoliticamente o território nacional. (Ferreira, 2007:04)

As noções de cultura e civilização vigentes deste período na Europa, onde se observa claramente um deslocamento da oposição social para a oposição nacional (Elias, 1939), influenciaram sobremaneira as elites no Brasil. A concepção de uma identidade nacional nesta época no país deve ser associada não mais ao colonialismo de fora para dentro, tal qual é marcado pelo período colonial, mas sim, a uma forma de *colonialismo interno* (Oliveira, 1960; Ferreira, 2007), onde as populações indígenas vivas naquele período eram vistas como inimigas da nação por serem consideradas incivilizadas e, aos olhos dos colonizadores brasileiros, deveriam ser “educadas” à força para que pudessem ser integradas na sociedade brasileira. Se o empreendimento (de educar essas populações nativas) não fosse satisfatório, o extermínio dos indígenas era justificado por si só.

O interesse pela arqueologia talvez tenha ocorrido de maneira aparentemente despretensiosa. A curiosidade relativa às origens, migrações, desenvolvimento da sociedade, entre outros questionamentos, que são inerentes à vida e à história da humanidade, remontam a tempos remotos e antecedem à prática da arqueologia efetivamente como a conhecemos⁷. As noções ou conceitos de cultura e civilização vigentes ao longo do período “pré-científico” moldaram, de maneira implícita ou explicitamente, as teorias dentro do âmbito da arqueologia, gerando diferenças quanto às orientações teóricas, perspectivas e sua forma interpretativa na discussão dos registros

⁷ A instituição da Ciência, tal como detentora do Conhecimento, se daria após meados do século XIX (Ferreira, 2007).

arqueológicos (Jonhson, 2000; Trigger, 2004, Ferreira, 2007). No início do século XIX, o emprego de dados e técnicas que se aproximavam da metodologia utilizada nos primeiros anos da arqueologia científica já eram percebidos, no entanto, eram vazios de corpo teórico *per si* (Trigger, 2004).

Na segunda metade do século XIX, o inglês Edward Tylor (1832-1917) sintetizou os termos *Kultur* e *Civilization* em uma só palavra no vocabulário inglês: “*Culture*”. Esta palavra significa tudo aquilo que capacita um indivíduo a viver como membro de um coletivo ou sociedade. Tylor afirmava que,

(...) cultura e civilização, tomados em seu sentido etnológico mais vasto, são um conjunto complexo que inclui o conhecimento, as crenças, a arte, a moral, o direito, os costumes e as outras capacidades ou hábitos adquiridos pelo homem enquanto membro da sociedade. (Tylor, 1871, apud Laraia, 1986:28).

Esse novo paradigma promove o início do distanciamento e, posteriormente, o rompimento do domínio cultural e do domínio natural na interação entre humanos e a Natureza na tentativa de se responder questões a respeito das diferenças culturais. Os conceitos de cultura e, especialmente, de civilização, são claramente de cunho evolucionista e foram muito influenciados pelas então recentes descobertas realizadas pelo naturalista e geólogo britânico Charles Darwin (1809-1882) em sua publicação a respeito da teoria evolutiva por meio da seleção natural intitulada “*A Origem das Espécies*” (1859). A concepção destas ideias nos estudos sobre a humanidade e as diferenças culturais se deu por meio do estabelecimento de um parâmetro comparativo baseado numa escala evolutiva de desenvolvimento cultural uniforme, ou seja, cada sociedade se encontrava em um estágio de desenvolvimento e, necessariamente, deveria percorrer estas fases para se tornarem “civilizados”. Segundo Wagner (2010),

“(...) a palavra (cultura) também carrega fortes conotações da concepção de Locke e Rousseau do “contrato social”, da moderação dos instintos e desejos “naturais” do homem por uma imposição arbitrária da vontade. O conceito oitocentista de “evolução” adicionou uma dimensão histórica a essa noção de criação e moderação do homem por ele mesmo, resultando no conceito otimista de “progresso”. (Wagner, 2010:54)

Na metade final do século XIX e no início do XX, sob a influência deste pensamento a respeito de cultura (e civilização), que era permeado pelo evolucionismo unilinear e pelo etnocentrismo, foram capazes de mudar o sistema político e econômico mundial, pois legitimou o imperialismo colonial europeu no século XIX e ao longo do século XX. Os europeus, sob o pretexto de “dever civilizar” as sociedades “selvagens e menos avançadas” usavam deste artifício (aparentemente) progressista e racional para justificar a ocupação territorial e econômica de vários locais em diferentes continentes, que, inclusive, era legitimado pelas comunidades acadêmicas por meio da amplitude de estudos que tinham esta abordagem como principal referencial teórico. As formas de imposição desta ideologia frente aos povos “menos avançados culturalmente” se deram através de expropriação e ocupação territorial, controle político, econômico e social, que pode ser traduzido como um amplo processo discriminatório, que classificava de maneira hierárquica as mais diferentes sociedades, tendo, obviamente, as sociedades europeias como parâmetro máximo dentro desta escala evolutiva cultural.

Da metade final do século XIX até o início do século XX, o panorama geral quanto ao entendimento do passado da humanidade sofreria grande transformação, não somente pelo crescente interesse na formulação de uma ciência empírica, embasada por um corpo teórico capaz de responder aos mais diversos questionamentos relacionados ao passado da humanidade, mas também devido a questões políticas e econômicas que levavam muitas nações a dar importância estratégica às jazidas arqueológicas, e consequentemente, aos estudos arqueológicos. A arqueologia desenvolve-se no Velho Continente emergida em uma perspectiva iminentemente evolucionista. A relação entre o tempo e principalmente o espaço, configurado no registro arqueológico, tornou-se mais complexa para os pesquisadores, especialmente na comparação entre a cultura ocidental, representada pelo modelo europeu, e as mais diferentes sociedades-não ocidentais. Com os povos ameríndios, de maneira geral, foi amplamente difundida a tese que estes habitantes eram incivilizáveis, pois eram belicosos e, por natureza, incapazes de ter um desenvolvimento dentro da escala da evolução humana (Trigger, 2004). Vemos que, de fato, não houve mudanças radicais quanto à forma de tratamento dispensado pelo europeu aos povos não ocidentais, mesmo com a instituição da Ciência no

ocidente. O que mudava, basicamente, era o fato das respostas aos questionamentos em relação às diferenças culturais e às origens da humanidade ser pautadas pelo conhecimento advindo de uma ciência empírica, positivista e essencialmente eurocentrista.

Ao pensarmos as origens da arqueologia científica, que ocorreria em meados do século XIX, observa-se que essa “nasceria” permeada por conceitos de cunho evolucionista, transfigurado em uma relação de poder, com um forte componente racista (Jonhson, 2000; Ferreira 2007). Esta relação (de poder) torna-se mais explícita quando observamos a interação (ocorrida de maneira nada harmoniosa) entre europeus e os povos não ocidentais ou colonizados que, por seu turno, se propagou com o advento da arqueologia como disciplina científica, inserida dentro do contexto de *mundialização da ciência* (Ferreira, 2007); onde havia claramente uma dicotomia estabelecida entre centro e periferia. No plano conceitual, a incipiente Antropologia brasileira, que abarcava os estudos etnográficos e arqueológicos, também se comportou de maneira semelhante à observada inicialmente no continente europeu.

A arqueologia brasileira, que era abastecida por ideias positivistas e permeada por explicações difusionistas e racistas, de maneira geral, se desenvolveu como um todo, tanto na área teórica e metodológica, quanto na prática de campo. Devido ao crescente interesse em torno da figura do índio em prol dos interesses nacionalistas, como vimos anteriormente, o debate a respeito das culturas nativas do Brasil, ocorrida desde a chegada da Côrte portuguesa, em 1808, propiciou não somente o início das escavações arqueológicas no país, mas também o aumento substancial das reservas técnicas das instituições de pesquisa; desta forma, os resultados originados das pesquisas se configuraram em uma série de publicações científicas, que, embora fossem claramente de cunho evolucionista, proporcionaram maior conhecimento sobre as populações nativas americanas (Prous, 1992; Ferreira, 2007; Corrêa, 2014).

A arqueologia Tupi, atualmente, ainda é influenciada pelo conhecimento gerado de todo este acúmulo de informações sobre os Tupi ocorrido àquela época, visto que a figura do índio Tupi tornou-se um elemento símbolo na construção de uma identidade nacional; sendo, portanto, vultosa a quantidade

de informações diretas e indiretas pertinentes ao estudo arqueológico destes povos. Já nos primeiros decênios do século XX, os estudos arqueológicos traziam um forte elo entre a cultura material Tupi como elemento de identificação étnica e cultural. Compêndios tratando das origens, rotas de migração e cultura material dos Tupi eram observados tanto na leitura especializada, quanto na literatura popular (Corrêa, 2014). A metodologia utilizada na análise da cultura material Tupi, seguindo as premissas do evolucionismo, era permeada por descrições minuciosas e classificações tipológicas do material arqueológico, a partir das coleções arqueológicas e etnográficas das instituições científicas⁸, reforçando assim, o estabelecimento de uma arqueologia brasileira influenciada por conceitos evolucionistas, onde as culturas nativas eram classificadas dentro de uma escala de desenvolvimento evolutivo (Ferreira, 2007; Corrêa, 2014). Essa perspectiva teórica, que na virada do século XIX para o XX já não era tão forte na Europa e nos Estados Unidos, foi amplamente utilizada no Brasil.

1.2 Arqueologia, cultura e pós-colonialismo

No final do século XIX, de maneira geral, a pesquisa arqueológica estava fortemente associada a uma abordagem evolucionista, entretanto, na virada para o século seguinte essa pauta caía em desuso, especialmente nas escolas europeias e estadunidenses (Watson, 1995; Jonhson, 2000; Trigger, 2004). A arqueologia estadunidense, mais alinhada à Antropologia, e a europeia, mais ligada à História, passam a analisar as informações advindas do registro arqueológico dentro de uma perspectiva histórico-cultural. A mudança de paradigma é decorrente da crescente importância dada ao difusionismo e ao particularismo histórico para explicar a variação cultural em distintos povos, que

⁸ A ampliação e diversificação das instituições científicas antecederam à República. Ocorreram a par e passo com a especialização científica e a introdução da ciência experimental no Brasil; são perceptíveis mesmo antes de 1870, quando foram criadas comissões geológicas, laboratórios, museus, escolas superiores. Estes locais, voltados ao fomento das pesquisas científicas no país, se caracterizavam por serem “lugares fundamentais de desenvolvimento das Ciências Naturais, da Arqueologia e da Antropologia nos séculos XIX e XX; locais onde se geriam a noção de progresso cultural e de democratização do conhecimento através da Educação pública” (Ferreira, 2007: 06-07).

por seu turno, estimulou a formação do conceito de cultura arqueológica⁹ (Jonhson, 2000; Trigger, 2004). Tal conceito é focado no particularismo histórico e influenciado pelo determinismo geográfico; utilizando-se dos termos difusão/migração para explicar as mudanças/ inovações culturais e para classificar a cultura material em termos de unidade cultural no estudo da arqueologia pré-histórica. Na abordagem histórico-cultural, onde os artefatos eram classificados e ordenados em tipologias que possuíam uma expressão cronológica, o papel da cultura era meramente normativo:

Para a arqueologia histórico-cultural, a interpretação das semelhanças e diferenças nos padrões morfológicos dos artefatos possui conotações étnicas e as mudanças ao longo do tempo nestes padrões são explicadas, principalmente, em termos de processos de difusão e migração. (Dias, 2007:63).

Nos Estados Unidos, as pesquisas arqueológicas estavam a todo vapor. Os dados arqueológicos revelaram que as mudanças temporais observadas no registro arqueológico não poderiam ser respondidas apenas pela substituição de uma sociedade por outra, pois havia evidências concretas que a ocupação humana na América do Norte era demasiadamente antiga. A influência do histórico-particularismo da escola Boasiana, por meio do conceito de cultura etnográfica¹⁰ como unidade básica de estudo e da difusão como principal vetor na explicação da mudança cultural, atingiu profundamente a arqueologia local (Trigger, 2004).

A arqueologia estadunidense, a esta época, não se preocupava por questões que remetessem aos estudos relacionados ao comportamento humano (relações sociais - hábitos e costumes; política – conflitos e alianças; e econômica - relação de produção), embora as unidades classificatórias tenham sido amplamente utilizadas (focos, aspectos, fases), onde foram implicitamente entendidos como unidades culturais. As mudanças culturais observadas na cultura material arqueológica eram, na ótica dos pesquisadores, decorrentes do

⁹ Segundo Jonhson (2000), “este tipo de idéia de cultura tem sido denominada “*normativa*”, já que está em função de duas presunções: que os *objetos* são expressões de normas culturais (...) tais normas definem o que é cultura” (Jonhson, 2000:34).

¹⁰ Cada cultura segue os seus próprios caminhos em função dos diferentes eventos históricos que são particulares. A partir daí, a explicação evolucionista da cultura, só tem sentido quando ocorre em termos de uma abordagem multilinear (Laraia, 1986:36).

contato entre grupos humanos grandes e pequenos (Watson, 1995), portanto, tal fato levou os pesquisadores deste país a se utilizarem exageradamente do difusionismo (hiper-difusionismo) para explicar as mudanças culturais, que por sua vez, eram constatadas quando se verificava a existência de transformações/mudanças tecnotipológicas e estilísticas da cultura material em diversos sítios arqueológicos de povos nativos americanos. Neste sentido, não havia possibilidade de que essas mudanças, refletidas na cultura material, fossem decorrentes de transformações internas dos grupos/sociedades. A consequência destes fatores, na arqueologia estadunidense, se deu na forma de um “afrouxamento” dos laços tanto da arqueologia com a etnografia, quanto da arqueologia e as populações ameríndias daquele país. Na Europa, os arqueólogos passaram a se interessar mais pela distribuição geográfica dos (diferentes, mas específicos) conjuntos de artefatos, procurando correlacioná-los a grupos etno-históricos, devido ao crescente interesse em questões étnicas que eram permeadas por uma orientação nacionalista (Watson, 1995; Trigger, 2004).

Tanto nos Estados Unidos quanto na Europa, as escolas passaram a se preocupar mais com a descrição e a classificação tipológica de artefatos e de culturas na elaboração de cronologias culturais, sendo assim, o paradigma histórico-cultural foca na cultura arqueológica e não em estágios gerais de desenvolvimento (Watson, 1995; Trigger, 2004). Sob esta perspectiva, a criatividade humana não é considerada como vetor explicativo para mudanças culturais observadas nos remanescentes arqueológicos. O que diferenciava o método e o objetivo da pesquisa entre as Escolas era que, se por um lado o fator etnicidade era um componente essencial frente ao forte e crescente nacionalismo característico de diversas nações europeias àquela época, por outro, nos Estados Unidos, recorreu-se ao hiper-difusionismo para explicar as mudanças culturais observadas no registro arqueológico. De maneira geral, houve um crescimento significativo no aperfeiçoamento dos métodos e técnicas em arqueologia, tais como seriação, estratigrafia, classificação, dentre outros, que proporcionaram um aumento no controle sobre as variações cronológicas e culturais, possibilitando maior compreensão a respeito do passado humano.

No período entre-guerras, as escolas europeias e estadunidenses foram influenciadas pela interpretação funcionalista, advinda da Escola de

Antropologia Social britânica. A maioria dos antropólogos culturais e etnógrafos estavam com suas atenções voltadas para linguagem, arte, cerimônias e organização social a partir de uma obsessiva e minuciosa descrição tipológica dos artefatos, porém, sem se preocuparem em estudar os artefatos inseridos em seus contextos sociais e culturais (Pfaffenberger, 1988, 1992). A partir do segundo decênio do século XX, na tradição antropológica anglo-saxônica nota-se uma significativa mudança no olhar no que diz respeito à cultura material, com um distanciamento entre esta última e a sociedade. Consequentemente, antropólogos e etnógrafos (britânicos) frequentemente passaram a ignorar a cultura material para se “concentrarem nas interconexões entre os grupos sociais ou instituições contidas dentro da *tribo*”¹¹ (González-Ruibal, 2007:115).

Desta forma, paulatinamente, a cultura material passou a ser “deixada de lado” dentro da Antropologia Cultural, em prol de pesquisas que focavam os aspectos sociais e os produtos não-materiais de uma dada sociedade (González-Ruibal, 2007). Sob a influência do enfoque funcionalista, objetivava-se entender o funcionamento dos artefatos e o modo como estes foram feitos e utilizados. Os fatores externos e internos seriam as causas das mudanças culturais. Embora a cultura material fosse ainda vista como uma manifestação cultural e as regularidades consideradas indicadores temporais de afiliação, as mudanças e transformações nas sociedades não eram explicadas apenas se recorrendo ao difusionismo¹². Este período, denotado pela proeminência da abordagem teórica funcionalista, ficou marcado, na visão de alguns arqueólogos, pelo estabelecimento do *status quo* no que se refere ao desenvolvimento de novos marcos teóricos na arqueologia (Jonhson, 2000); mas as “ferramentas” necessárias para desenvolver um estudo arqueológico sob bases mais científicas, como por exemplo, a possibilidade de datação de elementos encontrados nos sítios arqueológicos por meio de métodos físico-químicos, de fato, ou eram escassas ou inexistentes àquele momento.

¹¹ (...) concentrated on the interconnections between social groups or institutions contained within the “tribe”. (González-Ruibal, 2007:115)

¹² “(...) Se se souber que um povo, seja ele qual for, é determinado pelas necessidades mais simples da vida – encontrar subsistências, satisfazer as pulsões sexuais e assim por diante-, então está-se apto a explicar as suas instituições sociais, as suas crenças, a sua mitologia e todo o resto. Esta concepção, que se encontra muito difundida, tem geralmente, na Antropologia, a designação de funcionalismo” (Lévi-Strauss, 1978:18).

O período que compreende o fim do XIX até meados dos anos 1950 no Brasil é caracterizado por uma pequena quantidade de publicações sobre estudos arqueológicos, pela qual se verifica apenas a repetição dos dados já anteriormente publicados (Prous,1992), desenvolvidos ainda sob uma perspectiva evolucionista de cultura. Entretanto, este período é marcado por grande avanço das pesquisas etnográficas no país, que pode ser exemplificada pelos trabalhos redigidos por Alfred Métraux (1928a, 1928b,1948) e Florestan Fernandes (1949, 1952), que são de suma importância até hoje para aqueles que trabalham as populações Tupi, pois, de maneira geral, são trabalhos que sistematizaram os muitos dados já coletados e conhecidos desde a invasão europeia.

Métraux (1948) procurou sistematizar diversos elementos de grupos Tupi conhecidos até aquele momento, valendo-se de fontes históricas, arqueológicas e de pesquisas etnográficas realizadas *in situ* entre os Guarani. A cultura material, os aspectos arquitetônicos e construtivos dos edifícios, composição das aldeias e suas estruturas internas e externas, acampamentos de caça/pesca e o tipo de ambiente preferido para as instalações foram alvos na pesquisa do autor. Segundo Assis (1996:26), o objetivo do autor era o “de permitir delinear um perfil que caracterizasse a cultura material destas sociedades. Essa caracterização visava dar conta de uma questão em voga na época, a problemática difusionista, procurando determinar a área original de dispersão de grupos”. Já os trabalhos de Fernandes (1949,1952) constituíram-se na época como um grande avanço a respeito das populações Tupi pré-coloniais, pois o autor busca, através das fontes históricas disponíveis e se utilizando de uma perspectiva funcionalista, reconstituir os mais diversos aspectos das relações sociais desta população enquanto sistema multidimensional funcionalmente articulado (Viveiros de Castro, 1984/1985, 1986; Assis, 1996; Corrêa, 2014), abrangendo aspectos que remetem à organização espacial, território, economia, política, organização familiar por idade e sexo, sistema de parentesco, divisão de trabalho, aspectos construtivos, captação de recursos, etc.

Tratam-se, de fato, de trabalhos que são considerados marcos na antropologia brasileira e de referência crucial para pesquisadores que trabalham os mais diversos aspectos socioculturais dos Tupi na arqueologia

nacional. Tal fato também exemplifica a forte ligação da arqueologia nacional com a Antropologia, onde se verifica que a influência desta (na arqueologia), já ocorria desde o início do século passado. Atualmente, os estudos etnográficos das populações indígenas seguem sendo fontes de conhecimento, pois a arqueologia volta-se constantemente para este campo, visando compreender o comportamento humano no presente, de modo a ampliar o conhecimento a respeito das populações pré-coloniais; entretanto, acarreta também em questões que estão diretamente ligadas à prática da arqueologia na atualidade, especialmente, quando esta é focada no estudo das populações indígenas, como veremos mais adiante.

O enfoque histórico-cultural entrará com grande força na arqueologia brasileira somente a partir dos anos 1950, quando o arcabouço teórico-metodológico no estudo das culturas arqueológicas passa a ser eminentemente relacionada a uma agenda histórico-cultural (Bueno, 2005). As influências se deram especialmente após a chegada de pesquisadores estrangeiros, particularmente franceses, de viés empiricista e estruturalista; e estadunidenses, focados no Neoevolucionismo e na Ecologia Cultural, como veremos mais adiante.

O desenvolvimento de uma arqueologia de vertente histórico-cultural e, posteriormente funcionalista, de certa forma abriu os caminhos para a prática de uma arqueologia fundamentada em critérios e abordagens científicas, que seria desenvolvida a partir dos anos 1950. Depois da Segunda Guerra Mundial houve um grande desenvolvimento técnico-científico em estudos paleobotânicos; físico-geográficos e químicos que proporcionaram dados de grande importância na compreensão do passado humano. A possibilidade de se datar o material arqueológico, assim como o acesso de informações científicas advindas de outras áreas do conhecimento, transforma, de forma incisiva, os rumos da arqueologia. Para uma leva de arqueólogos, a arqueologia deveria ser mais científica e antropológica. Segundo Trigger (2004:278),

“Este surto de interesse por mudanças transcorridas no campo das relações estruturais e funcionais ao longo do tempo assinalou o início de um estudo processual das culturas pré-históricas, em oposição à abordagem funcional-sincrônica. O desenvolvimento dos enfoques funcional e, em seguida, processual dos dados arqueológicos substituiu a preocupação, cada vez mais estéril, da arqueologia

histórico-cultural com a etnicidade por um novo interesse vital pelo modo como as culturas pré-históricas funcionaram e mudaram". (Trigger, 2004:278)

Nos decênios de 50 e 60 do século passado, a arqueologia nos Estados Unidos passou por grandes transformações técnico-metodológicas, mas não tanto a princípio, do ponto de vista teórico, pois há uma volta ao interesse pelo evolucionismo cultural do século XIX. O Neoevolucionismo é influenciado pelo determinismo ambiental, relativamente materialista e a explicação das diferenças culturais entre as sociedades se dá por meio de uma trajetória multilinear dentro da escala evolutiva. Inspirada nas abordagens teóricas advindas da Antropologia Econômica, da Ecologia Cultural e da Antropologia Ecológica (fortemente ligada, de maneira geral, à escola de Antropologia estadunidense), na perspectiva neoevolucionista, a cultura material é considerada parte integrante de um sistema cultural. Sendo assim, os aspectos tipológicos, que por sua vez, eram definidores de afiliação cultural na abordagem histórico-culturalista, deixam de ser os principais objetivos da pesquisa. As pesquisas arqueológicas sob esta perspectiva são voltadas para a compreensão do processo de produção, uso e descarte dos artefatos e para entender a interação entre as culturas passadas e o meio natural (Dias & Silva, 2001; Dias, 2007; Silva, 2009).

Na Arqueologia, o Neoevolucionismo teve influência incisiva nas concepções teóricas formuladas pelos autores adeptos da corrente de pensamento que foi denominada como *Nova Arqueologia*¹³. Os processualistas, de maneira geral, queriam dar um enfoque cientificista à Arqueologia, apoiados por dados empíricos e no desenvolvimento de um corpo teórico consistente o suficiente para ser capaz de responder os mais variados questionamentos do passado humano. A aplicação do enfoque positivista no estudo das culturas pré-históricas procurou eliminar os elementos subjetivos para fosse possível a afirmação de uma base para a realização da interpretação dos registros/dados arqueológicos de maneira científica (Trigger,

¹³ O termo *Nova Arqueologia* se aplica a uma escola de pensamento que se baseou principalmente na Arqueologia inglesa e estadunidense nos anos sessenta e setenta (Jonhson, 2000).

2004). Influenciado pelas ideias dos percussores do Neoevolucionismo nos Estados Unidos, Leslie White e Julian Steward, o arqueólogo Lewis Binford considerou as culturas como sistemas adaptativos compostos por três subsistemas inter-relacionados: tecnologia, organização social e ideologia. Para ele, o comportamento humano é determinado pelo meio ambiente, onde o indivíduo, não tem consciência deste fator determinante dentro de um sistema cultural. O autor delineou o programa da Nova Arqueologia em dois artigos: *Arqueologia como Antropologia* (1962) e *A Sistemática Arqueológica e o Estudo Dos Processos Culturais* (1965), afirmando que, assim como a Antropologia, a Arqueologia poderia dar respostas quanto à explicação do amplo espectro de semelhanças e diferenças no comportamento cultural, onde o maior empenho estava em dar conta das similaridades culturais, não das diferenças. Segundo Binford (1962),

“(...) los arqueólogos debemos tener la capacidad de distinguir dentro del conjunto total de artefactos cuáles son los elementos relevantes que tienen su contexto funcional primario constituido por los subsistemas social, tecnológico e ideológico del sistema cultural total. No debemos equiparar “cultura material” con tecnología; tampoco debemos buscar la explicación de las semejanzas y diferencias observadas en la “cultura material” dentro de un marco único de referencia interpretativo”. (Binford, 1962 in Orquera & Horwitz, 2007:17)

Nesta perspectiva fortemente determinista, as transformações culturais devem ser explicadas em termos de processo cultural, onde as mudanças são interpretadas como adaptações às alterações no meio natural ou à competição entre diferentes sociedades. Portanto, o comportamento humano é determinado pelo meio ambiente, onde o indivíduo, não tem consciência deste fator determinante dentro de um sistema cultural. Neste sentido, a cultura, moldada pelas possibilidades e imposições originárias do meio externo, passou a ser compreendida como um Sistema Total, que por sua vez era formada por uma série de elementos interdependentes (subsistemas) em interação solidária, possibilitando compreender cada um deles através de suas relações funcionais com as demais (Lima, 2011a). A cultura material era entendida como um reflexo passivo do comportamento humano, que se restringia a uma dimensão funcional, frente às dificuldades impostas pelo meio ambiente. Sendo assim, os artefatos arqueológicos eram vistos apenas como um mecanismo de

resolução dos problemas para superar os dilemas impostos pelo meio ambiente, uma ferramenta de controle do meio natural, onde o homem poderia buscar sua autossustentação. As dimensões ideacionais da cultura material, como por exemplo, os significados simbólicos e cosmológicos, na ótica dos processualistas, eram inacessíveis à investigação científica, pois estes consideravam que tais estudos seriam especulativos e, desta forma, não foram foco de discussão dentro desta perspectiva (Jonhson, 2000; Lima, 2011a).

Para muitos arqueólogos, as teorias formuladas por essa corrente de pensamento eram muito restritivas, pois os estudos davam muita ênfase à evolução cultural, pautada no determinismo ambiental. O fato dos processualistas darem extrema importância ao meio externo, se por um lado leva os pesquisadores ao interesse pelo materialismo cultural - a ecologia, padrões de subsistência e práticas tecnológicas (assim, o material está acima do mental), por outro lado, não há crédito à consciência humana como fator de desenvolvimento da mudança cultural. Neste caso, a cultura material seria uma ferramenta mediadora da relação humanos x natureza na busca dos meios de subsistências básicos disponíveis no ambiente; onde as escolhas sociais e simbólicas dos grupos culturais não seriam vetores responsáveis pela variabilidade artefactual ou mudança tecnológica.

As limitações impostas pela perspectiva processualista, aliadas à vasta opção de significados que a cultura material carrega através da interpretação advinda na Escola Francesa de Sociologia (Estruturalismo e, posteriormente, Pós-estruturalismo), foram fatores cruciais e determinantes ao desenvolvimento de uma nova abordagem teórico-metodológica que mudou a maneira de se olhar e interpretar a cultura material no início dos anos 1980. Tal corrente, denominada Pós-processualismo, dava maior destaque ao papel da cultura material na relação humano(s)/objeto(s), onde questões ontológicas tornaram-se centrais nesta abordagem:

“El término “postprocesual” pretende abrir y ampliar el debate em arqueologia, uma ampliación (...) que incorpora nuevas influencias, tales como el marxismo, el estructuralismo, el idealismo, las críticas feministas y la arqueología publica”. (Hodder, 1988: 203)

As diferenças entre a arqueologia praticada nos Estados Unidos e esta, iniciada na Inglaterra, são bem distintas quanto à linha teórica e metodológica. A abordagem pós-processualista, embora frisasse a importância dos estudos etnoarqueológicos (iniciada e colocada em prática pelos processualistas nos E.U.A), está mais próxima da História, diferenciando, portanto, da arqueologia estadunidense, que era mais próxima da Antropologia. Se para os processualistas a cultura é um meio extrassomático da humanidade na subsistência, independente da variação física-ambiental através do tempo e do espaço, para os pós-processualistas, a cultura é mental, material e sócio-comportamental (Watson, 1995; Jonhson, 2000; Trigger, 2004). O principal articulador desta nova perspectiva é o arqueólogo britânico Ian Hodder. Defensor de uma arqueologia contextual¹⁴, o autor argumenta que os artefatos devem ser considerados como a própria cultura, e não apenas objetificações da cultura:

Hodder está empenhado em uma fluida versão semiótica do conceito de cultura tradicional, onde os itens materiais, artefatos, são participantes plenos da criação, alteração de implantação e desaparecimento de complexos de símbolos¹⁵. (Watson, 1995: 686-87)

Neste enfoque, os pesquisadores viam a possibilidade da cultura material ser lida como um texto e seus significados simbólicos passíveis de serem inferidos e definidos a partir de abstrações feitas sobre as funções simbólicas dos artefatos, observados em um sistema relacional amplo, que de modo dialético associa ou contrasta diversos tipos de evidências materiais (Hodder, 1988). Uma das premissas dessa nova corrente foi a maneira de se pensar o papel do artefato, ou ainda, da cultura material em interface com o comportamento humano e as relações sociais. O artefato ganha *status* de agente capaz de transformar as relações sociais:

¹⁴ Nesta perspectiva, a cultura arqueológica deve ser examinada sob todos os seus aspectos de maneira conjunta, possibilitando apreender sua interpretação e seus significados de maneira adequada (Trigger, 2004)

¹⁵ Hodder is committed to a fluid semiotic version of the traditional culture concept in which material items, artifacts, are full participants in the creation, deployment alteration, and fading away of symbol complexes.

Agência (dos objetos) entrou na arqueologia como uma preocupação teórica durante os anos 80. Também foi, em parte, uma crítica à arqueologia processual, acompanhado pelo crescente interesse das arqueologias do gênero e na tentativa de construir uma aproximação com a autocrítica para prática arqueológica em geral. (...) Agência (dos objetos) é o significado pelo qual as coisas são realizadas.¹⁶ (Barret, 2001:141).

Neste sentido, esta abordagem salienta que as atividades executadas pelo indivíduo ou pelos grupos são baseadas em escolhas efetuadas dentro de uma gama de possibilidades culturalmente definidas e carregadas de significados. A cultura material, entendida como um sistema de representação social, onde estariam inseridos os mais diversos tipos de relações sociais, econômicas e políticas, passa a ser uma função definidora e indicadora de grupos culturais. Fica claro, sob esta perspectiva, que a cultura material não pode ser considerada um fator externo ou exterior ao domínio social, portanto, diversos aspectos socioculturais de uma dada sociedade são potenciais vetores causadores da mudança e/ou transformações culturais internas.

O avanço, nesta perspectiva se dá no sentido interpretativo da cultura material, que vai além dos dados concretos, pois tenta identificar na cultura material o papel dos símbolos materiais que podem ser refletidos na estruturação da sociedade. Embora esta abordagem pós-processualista tenha recebido críticas quanto à sua metodologia e seu alcance nos objetivos propostos, sem dúvida há um avanço quanto ao significado da individualidade e da coletividade humana agindo no processo de mudança cultural. A cultura não é transformada apenas em função do meio externo, mas também pelo próprio ser humano, por onde a cultura material é pensada como portadora de intencionalidade, capaz de agir nas relações sociais. Entre os pós-processualistas, a cultura material é tratada como uma via aos sistemas de pensamento, onde se reconhece que os objetos são capazes de agir e transformar os mais diversos aspectos culturais internos a uma dada sociedade (Gomes, 2012).

¹⁶ Agency entered archeology as a theoretical concern during the 1980s. It did so partly as a critique of processual archeology, and it also accompanied the growing interest in archeologies of gender and attempts to build more self-critical approaches to archeological practice in general. (...) Agency is the means by which things are achieved (Barret, 2001:141).

Com o desenvolvimento da pesquisa arqueológica no Brasil a partir dos anos 1950¹⁷ e a possibilidade de se realizar datações cronológicas por carbono (C¹⁴), os estudos voltados para as mais diversas culturas do passado passaram a ser debatidas com maior ênfase no meio acadêmico. A partir deste momento, a arqueologia brasileira entra em um período de franco domínio¹⁸ das preposições teóricas e metodológicas fundadas no histórico-culturalismo e no determinismo ecológico estadunidense, materializadas nas pesquisas desenvolvidas entre 1965 e 1970 pelo PRONAPA - Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas - sob a coordenação dos arqueólogos estadunidenses Betty Meggers e Clifford Evans. O programa buscou traçar no país as rotas de migração e difusão cultural nas terras baixas do continente sul americano, estabelecendo-se um esquema cronológico do desenvolvimento cultural no país através de trabalhos prospectivos de caráter regional e seriações (utilizando-se de conceitos de fase e tradição) que permitissem, através do acúmulo de dados, a sistematização de uma gama considerável de dados empíricos na tentativa de produzir sínteses regionais (Dias, 2007; Eremites de Oliveira, 2007).

Nesta perspectiva, no que concerne à arqueologia Tupi, o uso dos conceitos de fase e tradição foi assimilado pela cunhagem do termo *Tupiguarani* para enquadrar os conjuntos cerâmicos que teriam sido produzidos pelas populações pré-coloniais Tupi, tratando-se, portanto, de um conceito normativo de cultura. Desta forma, embora a cultura material arqueológica Tupi se mostrasse variada, pois apresentava alta diversidade tecnopológica, o

¹⁷ Segundo Prous (1992:11-14), trata-se de um período caracterizado “pela atuação de grandes amadores, cujas vidas foram em boa parte dedicadas à arqueologia, e pelo despertar das instituições oficiais, que procuram criar centros universitários de pesquisa arqueológica, com a colaboração de profissionais estrangeiros, visando à formação de especialistas locais”. Embora, pessoalmente, não concorde com o termo “amadores”, pois acredito que tais autores citados realizaram grandes trabalhos, contribuindo, e muito, no desenvolvimento da arqueologia brasileira, não há como negar que a chegada das missões estrangeiras ao país fomentou um amplo desenvolvimento da pesquisas arqueológica e de uma legislação protecionista para os sítios e acervos arqueológicos no Brasil.

¹⁸ Embora, paralelamente, outras pesquisas fossem desenvolvidas no país sob influência teórico-metodológica advinda da Escola francesa, onde se estudavam os vestígios arqueológicos a partir de escavações amplas em sítios. A missão franco-brasileira de arqueologia foi desenvolvida e coordenada pelo casal Laming-Emperaire e suas pesquisas eram direcionadas ao estudo de sambaquis, abrigos sob, além de dedicar atenção especial ao estudo dos grafismos rupestres (Prous, 1992; 2006).

uso desta terminologia acabou por reunir, de maneira descontextualizada e generalizante, a alta diversidade cultural desta sociedade refletida na cultura material, tanto em termos sincrônicos, como diacrônicos. Já as hipóteses formuladas a respeito de origem e expansão/dispersão dos grupos Tupi têm suas concepções embasadas por fatores limitantes ao desenvolvimento de culturas complexas na Amazônia; permeada por uma teoria de cunho degeneracionista, pautada no determinismo ambiental. Em suma, a abordagem pronapiana acabou por provocar uma visão fragmentada do universo sociocultural Tupi pré-colonial (Dias, 2007, 2012).

A partir dos anos 1980-90, uma segunda vertente, que deriva desta perspectiva histórico-culturalista, conjugando também teorias difundidas pela arqueologia processual e pós-processual, tem sua origem a partir das ideias desenvolvidas por Brochado em sua tese de doutoramento (1984). Incrementado por fontes informativas da Linguística, Etnologia e da História, a proposta do autor é pautada pela ideia de História cultural de longa duração dos povos indígenas atuais, onde, no caso dos Tupi, houve uma explícita associação da cultura material arqueológica com as populações conhecidas historicamente e etnograficamente (Eremites de Oliveira, 2007; Corrêa, 2013):

Arqueologia enquanto história indígena pressupõe aportes de outras áreas do conhecimento como a linguística histórica, antropologia, etnografia e a etno-história de modo a permitir a elaboração de hipóteses e modelamentos sobre origens, rotas de expansão/migração, continuidade e mudança, ou seja, processos históricos de longa duração. Permite ainda que, através da etnologia e etno-história, se busque evitar o essencialismo da relação entre cultura material, língua e etnicidade, já que permitem perceber os grupos étnicos como muito mais fluidos e dinâmicos culturalmente (Corrêa, 2013:27).

Embora não se tenha dúvidas da boa intenção, quanto ao caráter social desta abordagem que envolve a construção de uma História de longa duração da população indígena proposta por Brochado e, posteriormente seguida por muitos outros autores, a associação direta da cultura material arqueológica com os povos atuais acaba por causar algumas situações que tocam exatamente no conteúdo étnico e quanto à alteridade destes povos atuais, gerando, por vezes, uma violência interpretativa ou epistemológica (Eremites de Oliveira, 2003, 2007; Kashimoto & Martins, 2008; Lima, 2011b, Soares,

2012). Voltaremos a debater essa situação no próximo capítulo do presente trabalho.

A Antropologia tem uma dimensão biológica (antropologia física); uma dimensão sociocultural (Antropologia social/cultural) e uma dimensão filosófica (busca entender o que é o Ser, a origem e o devir), que compactua com muito dos interesses e debates dentro da Arqueologia de maneira geral. Entretanto, como verificado mais acima, desde antes do fenômeno da *mundialização da ciência* (Ferreira, 2007), que ocorreu na segunda metade do século XIX e durante boa parte do século XX, na construção do(s) arcabouço(s) teórico(s) que guiavam (e ainda guiam) a disciplina antropológica e arqueológica, estas premissas estiveram sempre pautadas por conceitos que remetem ao pensamento ocidental. Tal situação perpassa a construção do olhar científico-positivista sobre a relação humano x meio ambiente e objetos, especialmente ao longo do século XX, com o estabelecimento do cientificismo como única forma “racional” de se compreender e explicar os mais diversos dilemas que implicam à humanidade. Na investigação deste tema, percebeu-se que as escolas europeias e norte-americanas são de grande influência teórica no debate e, portanto, deve-se ter em mente que, pelo fato destes estudos relacionados aos aspectos culturais que envolvem diferentes sociedades não ocidentais serem produtos do pensamento ocidental, os fatores históricos e econômicos que são associados à sociedade ocidentalizada também influenciaram diretamente as produções teóricas a respeito deste tema (Ingold, 1994; Gosden, 2001; Pinkoski, 2008; Liebmann, 2008; Patterson, 2008).

A Antropologia e a Arqueologia, que têm suas raízes fortemente associadas ao pensamento eurocêntrico, contribuíram para a construção de discursos e representações essencialistas (Patterson, 2008; Silva, 2014), onde se estabeleceu uma relação de poder e dominação, segundo a qual os povos colonizados eram considerados inferiores culturalmente (práticas culturais, tecnológicas e epistemológicas). São muitas as formas de se estabelecer essa relação (de poder e domínio), que podem transpassar pelo plano material e imaterial, evidenciando-se, portanto, diversas formas de se impor uma relação assimétrica entre indivíduos e coletivos e, como foi observado anteriormente, as sociedades Tupi também passaram por esse processo colonizador.

O colonialismo é um fenômeno definido pela dominação cultural, política e econômica de uma sociedade por outra(s) e que tem como principal referencial cronológico a expansão hispano-portuguesa através das grandes navegações ultramarinas. Através da violência física e cultural, o colonialismo produziu rupturas e mudanças sociais estabelecidas em formas de hierarquias, exclusões e subordinações que culminaram em uma marginalização sociopolítica e econômica de muitos grupos sociais em diversos países. Entre muitas das populações nativas que tiveram suas terras espoliadas e seus direitos básicos suprimidos durante o processo de colonização, descolonização e re-colonização¹⁹, pode-se verificar seu abandono pelos Estados nacionais por meio da extrema pobreza, exploração e ausência de políticas sociais que possam remediar e dignificar a História desta gente.

De certa forma, a compreensão desta relação assimétrica deve ser entendida, em minha visão, primeiramente como um processo político, pois a questão do controle é fundamental neste debate:

“(O) controle é essencial para mobilizar os recursos necessários para financiar a emergência das instituições. (...) que está fundamentado em cada tipo de poder: militar, ideológico e econômico” (Earle, 1994:940)

A meu ver, o *poder ideológico* pode ser diretamente associado às concepções e doutrinas que construíram e moldaram a ciência ocidental, como ela hoje é reconhecida e utilizada (ou seria sub-utilizada?). Como observado mais acima, as correntes teóricas que guiaram a prática da Antropologia durante parte dos séculos XIX e XX, dentre elas, o evolucionismo, o culturalismo (particularismo histórico), o funcionalismo e a ecologia cultural, influenciaram diretamente os arcabouços teórico-metodológicos das correntes teóricas do evolucionismo, histórico-culturalismo e processualista na Arqueologia. Estas disciplinas, de forma direta ou indiretamente, participaram deste processo de expansão colonial e imperial denotado não somente pela violência física, mas também epistemológica, onde de fato, nesta relação de

¹⁹ Digo re-colonização pois é devido ao fato dos países que eram colônias das nações europeias se tornarem independentes politicamente que os povos nativos deixaram de ser colonizados, configurando-se, portanto, em uma *colonização interna* (Oliveira, 1960; Ferreira, 2007)

poder e domínio, se observa que uma visão de mundo se impõe sobre as demais. Segundo Gnecco (2009:16),

“(...) modernidad y colonialismo se han co-producido mutuamente. Los discursos colonialistas están atravesados por un proyecto moralizante que supone que (a) la civilización moderna es superior; (b) esta superioridad supone un imperativo moral: civilizar, modernizar, desarrollar a los primitivos, salvajes, bárbaros, subdesarrollados, tercer-mundistas; y (c) si este empeño moral encuentra oposición o se concibe como imposible el uso de la violencia resulta legítimo y el victimario se resignifica en víctima y el sufrimiento de los otros aparece como inevitable (Dussel, 1994). (...) La dominación epistémica no borra, simplemente, los sistemas de conocimiento y las cosmovisiones de los colonizados.(Gnecco, 2009:16)

Estas disciplinas, portanto, em boa parte do século XX, colaboraram para a instituição e ao estabelecimento de um projeto colonialista, controlador e totalitário em escala mundial, onde, na América Latina e, especificamente, no Brasil, pode ser transfigurada pela prática e hegemonia do pensamento ocidental, aliado aos interesses político-econômicos e ideológicos das elites dominantes, que por sua vez, eram (e ainda são) controladoras do Estado (Gosden, 2001; Ferreira, 2007; Gonzáles-Ruibal, 2009, 2012; Gnecco, 2009; Silva, 2014). De fato, trata-se de concepções que foram sendo paulatinamente construídas desde a invasão europeia a essas terras e, sobretudo, fortemente embasadas sob um ponto de vista eminentemente depreciativo quanto à figura do nativo indígena do ponto vista cultural, social, econômico e político, durante o período formativo do Estado brasileiro (Monteiro, 1992, 2001; Oliveira & Freire, 2006; Almeida, 2007), materializado com o desaparecimento de populações inteiras de indígenas e espoliação de suas terras, em decorrência do avanço das frentes coloniais pelo interior do país, estimuladas pelo Estado.

A partir dos anos 1970, para Antropologia, e 1980, para a Arqueologia, diversos pesquisadores têm procurado discutir e criticar essas práticas colonialistas, procurando outros caminhos e alternativas que possam desassociar tanto a Antropologia, quanto a Arqueologia deste discurso exploratório baseado na relação de poder que ajudou na expansão do colonialismo e imperialismo ocidental. Trata-se de uma articulação de estudiosos que já criticavam duramente essa associação, onde se buscou uma autorreflexão a respeito do papel destas disciplinas, que são, em suas origens,

humanas e sociais, dentro do jogo de poder que envolve a sociedade ocidental e as sociedades não ocidentais (Gosden, 2001; Pinkoski, 2008, Patterson, 2008).

O termo Pós-colonialismo foi um contraponto às classificações informes na artes, literatura e erudição no que toca aos efeitos do colonialismo na formação cultural e nas sociedades. Essas ideias influenciaram substancialmente diversas disciplinas acadêmicas, entre elas a História e a Antropologia Cultural primeiramente e, posteriormente, a Arqueologia. O termo pós-colonial é referenciado às sociedades que se tornaram independentes politicamente no período pouco anterior à Segunda Grande Guerra (1939-1945) e posterior a este evento bélico; portanto, os estudiosos pós-coloniais “escrevem sobre culturas pré-coloniais, coloniais e pós-coloniais (pós-independência), bem como as continuidades históricas e rupturas entre essas sociedades” (Patterson, 2008:21). Este termo carrega uma multiplicidade de abordagens que têm sido classificadas sob a égide do pós-colonialismo, concatenando diversas perspectivas teóricas, que vão desde o Liberalismo ao Marxismo, onde, de maneira geral, contrapõem as epistemologias colonialistas, que por seu turno, não somente questionam o conhecimento das populações ditas “periféricas”, que foram produzidos em contextos coloniais e imperiais (Gosden, 2001; Libermann, 2008), como também se apropriam, deturpam e manipulam os fatores sociopolíticos e históricos.

Esta abordagem pós-colonialista se propõe a investigar a interação colonizador x colonizados sob diversas perspectivas, buscando-se entender (e enfrentar) as complexidades que envolvem as causas e os efeitos do processo de colonização e descolonização nas formações culturais, procurando reconhecer as consequências e transformações culturais que afetaram tanto os povos colonizados, quanto os colonizadores, durante e após o período de domínio político-econômico e territorial impostos pela sociedade ocidental:

(...) Escritores pós-coloniais questionam as histórias, literatura e antropologias produzidos pela cânone academia ocidental, afirmando que os estudos gerados dentro de contextos coloniais e imperiais, muitas vezes inscrevem a inferioridade sobre povos colonizados, enquanto distorcem as suas experiências (Said, 1978). Pós-colonialistas se esforçam para desenvolver novos entendimentos de experiências coloniais, muitas vezes enfatizando a agência de povos indígenas e investigar as formas híbridas e novas da cultura que se

desenvolvem fora dos processos de colonialismo.²⁰ (Liebmann, 2008:02)

Na Antropologia, essa crítica toma corpo já em meados dos anos 1970, por meio das obras de Talal Asad. O autor buscava um novo método antropológico que desse conta de analisar de maneira profunda essa relação de poder entre o Ocidente e o Terceiro Mundo, examinando as maneiras pelas quais essa relação tem sido dialeticamente ligada às condições práticas, de trabalho e intelectuais, sendo produto do pensamento europeu a respeito das sociedades não ocidentais, gerando, portanto, uma relação assimétrica dentro da própria Antropologia (Pinkoski, 2008). Na Antropologia, o estudo da colonização apresenta um ponto de vista peculiar quanto ao engajamento, pois o colonialismo não é um objeto histórico que permanece externo ao observador. A disciplina, que descende das técnicas e métodos de observação e controle que emergem da dialética colonial ocidental, precisou se reinventar metodologicamente para que fosse possível “fazer” uma Antropologia que rechaçasse a herança colonial na disciplina:

A antropologia do colonialismo tem olhado para trás, focando em uma crítica a respeito deste histórico relacionamento, ambas estrutural e pessoal, que os antropólogos e a teoria antropológica têm com o colonialismo. Atendendo a esta importante crítica, os interpretivistas desenvolveram um novo propósito e método para a investigação antropológica que integra o “insight” hermenêutico de que o pesquisador é sempre situado e deve entender o significado de suas práticas culturais de dentro deles.²¹ (Pinkoski, 2008:176)

Na Arqueologia, as influências desta abordagem ocorreram apenas em meados dos anos 80 e mesmo assim de forma tímida. Este engajamento tardio

²⁰ Postcolonial writers question the histories, literatures, and anthropologies produced by the Western academic canon, asserting that studies generated within colonial and imperial contexts often inscribe inferiority upon colonized peoples while distorting their experiences (Said 1978). Postcolonialists thus strive to develop new understandings of colonial experiences, often emphasizing the agency of indigenous peoples and investigating the hybrid and novel forms of culture that develop out of the processes of colonialism.(Liebmann, 2008:02)

²¹ The anthropology of colonialism has been backward looking focusing on a critique of the historical relationship, both structural and personal, that anthropologists and anthropological theory have to colonialism. Heeding this important critique the interpretivists developed a new purpose and method for anthropological enquiry that integrates “the hermeneutic insight that the investigator is always situated and must understand the meaning of his cultural practices from within them”. (Pinkoski, 2008:176)

da arqueologia pode ser associado à própria história de construção e desenvolvimento do arcabouço teórico da disciplina, que é caracterizado pela tradição de “importar” teorias e ideias de outros campos do conhecimento (González-Ruibal, 2012). Essa mudança de paradigma vem sendo levada a cabo desde a década de 1980, de maneira lenta, no entanto contínua, a partir do desenvolvimento da arqueologia Pós-processual. Além de uma reaproximação da disciplina arqueológica com a História e a Etnoarqueologia; a importância quanto à materialidade na pesquisa arqueológica, na abordagem pós-processualista, torna-se vital, pois a cultura material é entendida como parte das estratégias sociais e passa a ter status agenciador dentro das relações sociais. Portanto, em todos os casos, a arqueologia Pós-processual reforçou a importância do estudo da materialidade, na qual a cultura material, a partir da noção de contexto arqueológico (Hodder, 1982, 1988), traria importantes informações sobre diversos aspectos da cultura de uma dada sociedade.

Trata-se de um ponto importante, já que para os estudos pós-colonialistas, a materialidade é um componente fundamental, especialmente quando se verifica as distintas percepções que existem entre as diferentes sociedades na interação entre humanos e objetos (Olsen, 2007). A abordagem Pós-processual fragmentou o estudo da arqueologia, onde se verifica um debate multidisciplinar fruto da aproximação da arqueologia com outras correntes teóricas advindas da Sociologia, Antropologia, História, Geografia etc., tais como o Marxismo, o Pós-estruturalismo, a Hermenêutica, a Fenomenologia, a teoria prática de Bourdieu, o Feminismo/estudos de gênero e o Pós-colonialismo (González-Ruibal, 2007). A volta ao materialismo, a aproximação com os métodos e técnicas advindos da História, a utilização dos dados etnográficos e o teor multidisciplinar funcionando como aporte ou ferramenta de trabalho na teoria e na prática da arqueologia, aliada à conjuntura político-econômica e social global dos últimos 20-30 anos, de certa forma, contribuiu ao florescimento e fortalecimento de uma arqueologia mais participativa politicamente e socialmente, denominada e reconhecida como arqueologia Pós-colonial.

A arqueologia Pós-colonial foi uma reação crítica aos modelos teóricos hegemônicos (histórico-cultural, processual e pós-processual) da segunda

metade do século XX, pois estes modelos não abarcavam novas ideias às novas situações e questionamentos que envolviam indivíduo e coletivos humanos dentro do mundo político e economicamente globalizado; onde questões relacionadas à identidade, temporalidade, continuidades e rupturas, ideologia e política, materialidade e assimetria, por exemplo, passam a fazer parte da agenda teórico-metodológica e prática na arqueologia. A arqueologia, que é abarcada por uma visão humanística e outra naturalista, parece sofrer uma crise e um descompasso quanto à formulação de novas teorias capazes de acompanhar a dinâmica e as transformações que ocorrem nas mais diversas sociedades (ocidentais ou não ocidentais) ao redor do globo atualmente:

(...) a versão naturalista manteve-se essencialmente mais externa da discussão teórica desenvolvida nas ciências sociais e filosofia ao longo das últimas duas décadas (incluindo-se as perspectivas pós-humanistas). Em todos os casos, ambas as linhas (naturalista e humanista) têm-se desviado notavelmente dos pressupostos que manejavam há duas ou tres décadas atrás e há algum tempo sobrevivem à base de modificações *ad hoc*.²² (González - Ruibal, 2012:104)

A arqueologia histórico-cultural é criticada pela posição meramente descritiva e “a-teórica” com a qual os pesquisadores têm manipulado os dados arqueológicos dentro desta perspectiva. Embora tenha assumido e refletido mais a respeito das críticas que foram apontadas pelos pós-humanistas, a arqueologia processual continuava mimética e dependente das ciências naturais quanto à formulação de novas teorias para serem aplicadas na pesquisa arqueológica. A crítica também é direcionada à abordagem pós-processualista (pós-humanista), pois há uma desaprovação por parte de alguns segmentos dentro da arqueologia quanto à forma de abordagem e uso da semiótica na discussão da materialidade e significado dos objetos, que não foi capaz de transpor os dualismos cartesianos em que se mantiveram as modernas dicotomias que separavam natureza/cultura, matéria/mente,

²² (...) la versión naturalista ha permanecido fundamentalmente al margen de la mayor parte de la discusión teórica desarrollada en las ciencias sociales y la filosofía durante las últimas dos décadas (incluidas las perspectivas posthumanistas). En todo caso, ambas líneas (naturalista y humanista) se han apartado notablemente de los presupuestos que manejaban hace dos o tres décadas y llevan un tiempo sobreviviendo a base de modificaciones *ad hoc*. (González - Ruibal, 2012:104)

sujeito/objeto, individuo/coletivos (sociedade), passado/presente (González-Ruibal, 2007; 2012; Olsen, 2007; Webmoor, 2007). Esse processo de conhecimento dividido corrobora com esta assimetria observada nas ciências humanas, pois a relação entre a natureza e os objetos (coisas), humanos e não humanos, é percebida e apreendida sob diferentes perspectivas inerentes à cada sociedade ou cultura, portanto, o estudo da cultura material, da materialidade ou das “coisas”, passa a ser de suma importância na arqueologia pós-colonialista:

“(...) si la idea de que “las cosas importan” puede decirse que ya se ha expresado, es la cosa trascendental la que importa, la que ofrece a los antropólogos y arqueólogos sociales otro campo de estudio sobre cómo la gente negocia significados.” (Olsen, 2007: 291)

A arqueologia pós-colonial se propõe a desconstruir os velhos discursos propostos pelos modelos hegemônicos do século XX, examinando as categorias analíticas e conceitos dentro de um contexto particularista, ou seja, a partir das diferentes tradições nacionais e aceitando-se as diferentes percepções internas que ocorrem dentro destas diferentes tradições nacionais (Patterson, 2008). Não há espaço para generalizações; para que a pesquisa seja efetivamente importante para o presente das comunidades, os arqueólogos devem atentar às situações locais, verificando caso a caso as circunstâncias que envolvem e moldam as relações sociais e as ações sociais da sociedade em questão e, para que isso ocorra, a ativa participação dos indivíduos (pesquisadores e comunidade) que estão envolvidos no âmbito da pesquisa arqueológica se faz de suma importância, afinal de contas, o interesse dos resultados da pesquisa não se restringe apenas aos arqueólogos. Os fatores sociopolíticos são de imensa importância na prática de uma arqueologia pós-colonial, abrindo espaço para a historiografia, aos estudos de patrimônio e à sociologia da ciência. A ciência, nesta abordagem, não deve ser neutra politicamente e ideologicamente, pois na prática da arqueologia, essa neutralidade não é benéfica ao debate de temas centrais na crítica pós-colonial, como a arqueologia indígena, de gênero, da diáspora africana, etc. (Gosden, 2001; Patterson, 2008; Gnecco, 2009).

O discurso pós-colonial, de certa forma, forçou os arqueólogos a ampliar seus horizontes, buscando outras fontes das Ciências Humanas e a trilhar novos caminhos que possibilitassem uma interpretação do registro arqueológico de forma crítica politicamente e socialmente. Na América Latina, em especial, a abordagem pós-colonial foi rapidamente absorvida e colocada em prática no campo da arqueologia. O processo de colonização nesta parte do globo foi marcado por grande violência física, mental e epistemológica contra os povos autóctones. A arqueologia contribuiu à alienação e deturpação das histórias nativas, como por exemplo, no rompimento dos laços entre as sociedades indígenas contemporâneas e a cultura material arqueológica, negando os multissignificados que esta possui aos nativos e ao mesmo tempo resignificando e apropriando deste material arqueológico para uma história coletiva e/ou nacional (Jamieson, 2005; Gnecco, 2009). Portanto, além de “tomar” esse material dos verdadeiros donos, os Estados latino-americanos invariavelmente depreciavam a figura do nativo vivo e glorificava os feitos dos antepassados indígenas em prol de uma política nacionalista e integracionista:

“El tiempo (la historia) indígena cosificado fue apropiado por los discursos nacionales para construir comunidades mestizas (excepto en Argentina). La apropiación de la historia indígena por la historia nacional, escrita y controlada por elites que desprecian lo indígena y se sienten ‘blancas’, es una paradoja brutal”. (Gnecco, 2012:16)

Nesta região, um crescente número de pesquisadores tem se empenhado em levantar ferramentas que conduzam à descolonização destas sociedades e também, dentro da própria academia, que é marcada por um discurso ocidental e colonizador, já que a Educação, por muito tempo, era (ou ainda é?) um privilégio das elites e fruto da herança colonial. Entretanto, talvez pela tradição da arqueologia social, especialmente nos países andinos, fortemente ligados às concepções marxistas (Jamieson, 2005), as abordagens pós-coloniais foram rapidamente absorvidas. A condução da disciplina arqueológica nos países latino-americanos tem permeado questões que envolvem multiculturalismo, direitos indígenas, identidade, territorialidade, patrimônio, bem como questões que remetem ao feminismo, à diáspora africana e à arqueologia histórica e contemporânea; procurando ter uma posição reflexiva, crítica, política e socialmente contributiva dentro da atual

conjuntura política e econômica global que afeta de sobremaneira esses coletivos.

Estas transformações que ocorreram e ainda ocorrem na Arqueologia também podem ser verificadas no Brasil, embora mais lentamente e de maneira menos contundente que nos demais países latino-americanos. Apesar destes países se identificarem entre si pelo fato de serem todos ex-colônias europeias e, portanto, terem passado pelo mesmo processo de colonização e descolonização (embora em diferentes escalas e níveis), talvez pelo próprio fato do Brasil ser, em minha opinião, um país que possui uma postura distanciada dos demais, possivelmente devido às diferenças linguísticas, culturais e geográficas, esse fator tenha sido diretamente determinante a este “atraso” no uso das abordagens pós-coloniais no que se refere aos aspectos teórico-metodológicos e práticos na arqueologia brasileira. Obviamente, o histórico de utilização teórica e metodológica aplicada nas pesquisas arqueológicas nacionais, também contribuíram significativamente para esta situação e, como veremos no capítulo 2, a arqueologia Tupi também passa por este processo no que concerne à utilização deste novo paradigma teórico-metodológico.

Apesar das diferentes percepções difundidas ao longo do século XX a respeito do conceito de cultura, ainda hoje não existe unanimidade entre os antropólogos sobre uma definição do conceito. A palavra “cultura”, no atual sentido científico da palavra, está associada aos modos de vida e de pensamento peculiares a diferentes sociedades. O uso moderno para se definir o sentido desta palavra e sua aplicação ainda levanta acirrados debates devido às diferentes realidades encontradas em cada sociedade culturalmente diferentes entre si, pois “o uso da noção de cultura leva diretamente à ordem simbólica, no que se refere ao sentido, isto é, ao ponto sobre o qual é mais difícil de entrar em acordo” (Cuche, 2002). Ainda não há uma “resposta padrão” para explicar os fenômenos culturais, mas é consensual que estes fenômenos estão diretamente associados ao ser humano, pois é o único ser vivo capaz de se comunicar e fabricar/produzir objetos/coisas materiais e imateriais, que por sua vez, sobrepõem e influenciam os fatores biológicos, tornando-os mais eficientes para o ser humano no plano mental e operacional.

Conceitos e palavras que remetem à cultura e civilização e à ideia do que é ser humano ou o que significa humanidade assumem noções que para nós, inseridos socialmente na cultura ocidental, diferem daqueles que outras sociedades não ocidentais compreendem, por isso, devemos ter muita atenção quando tratamos ou usamos tais conceitos enquanto aporte teórico para discutir outras sociedades, pois, pelo fato de nosso pensamento estar impregnado por essas noções ocidentais, a compreensão dos hábitos e a cultura do “outro” torna-se um exercício complexo e muitas vezes duvidoso e conflituoso para nós mesmos. Se já é difícil entrar em concordância a respeito do que é ser humano civilizado (?) dentro da cultura ocidental, quem somos nós para julgar o que o outro, não ocidental, entende por isso? Wagner (2010) exemplifica de maneira pertinente estas dificuldades, quando discute o uso da palavra “humano” e “cultura” dentro da mentalidade ocidental:

“Nosso uso da palavra ‘humano’, assim como se dá com a palavra “cultura”, encarna uma ambiguidade muito estratégica. Trata-se ao mesmo tempo de uma identificação de nós mesmos como espécie e da expressão de um ideal moral. Assim como ‘cultura’ conecta uma avaliação peculiarmente ocidental e racionalista das nossas realizações a um fenômeno muito mais geral, também o termo “humano” concatena um fenômeno biológico e “natural” com um conjunto de pressupostos morais. Um ser humano emerge como uma forma de vida com certas capacidades: sua ‘humanidade’ consiste no grau em que ele realiza essas capacidades. Desse modo, ‘tornar-se humano’ em nossa tradição é tanto uma tarefa moral para o indivíduo como uma tarefa evolutiva para a espécie, e a decisão de tratar esses dois aspectos como sendo o mesmo, conferiu ao nosso estudo das origens do homem, suas conotações teleológicas ou moralistas”. (Wagner, 2010:205)

Devemos nos lembrar que o termo “cultura”, para nossa sociedade ocidental, não tem apenas um referencial único, pois há vários e sucessivos significados que são criados mediante uma série de ambiguidades que se referem não apenas ao sentido científico, mas também a outras práticas ou atividades que estão incorporadas no dia a dia no mundo ocidental. Há uma noção de cultura que é abstrata tal como ela é utilizada nas Ciências Sociais, como por exemplo, na Antropologia; mas também há outras possibilidades englobadas no campo da semântica que abrem um leque de possibilidades e outras significações quanto ao uso desta palavra; tal como atualmente, verifica-se diferentes significados quando ouvimos expressões como “cultura de

massa”, “contracultura”, “subcultura”, “cultura urbana”, etc.” (Wagner, 2010). O uso da palavra “cultura” depende muito do contexto em que a palavra está sendo utilizada, pois, segundo Wagner (1975),

“Toda vez que usamos uma palavra (...) num contexto específico, ‘estendemos’ suas outras associações contextuais. Só podemos definir um elemento simbólico, ou atribuir prioridades às suas várias associações convencionais, com base na (suposta) significância relativa dos contextos do qual ele participa. Assim, a definição acaba sendo um exercício de afirmação ou ajuste do ponto de vista cultural do definidor, de suas prioridades e convenções de comunicação.” (Wagner, 2010:79)

Procurei aqui explanar de maneira breve sobre como se deu a construção dos conceitos de cultura e civilização e, conseqüentemente, demonstrar como estas palavras estão intrinsecamente associadas ao pensamento ocidental, que por seu turno, influenciam diretamente os conceitos e arcabouços teóricos da arqueologia, independente do seu período temporal e lugar. Também procurei expor o modo pelo qual a ideologia ocidental está inserida nestes conceitos e como estas agiram de forma ativa em relação às populações nativas do Brasil, em especial, aos Tupi, foco do presente trabalho, em diferentes épocas da História nacional. Em nenhum momento, neste breve texto, pôde-se notar a presença do pensamento não ocidental na construção de ambos os conceitos e isso se constitui em uma grave violência, no sentido operacional e epistemológico (Ingold, 2000; González-Ruibal, 2006, 2012; Gnecco, 2009; Baptista da Silva 2001, 2010; Silva, 2014).

Nas culturas ameríndias, o entendimento de aspectos que abrangem as relações sociais (hábitos e costumes), política (conflitos, alianças), econômica (relação de produção) e a própria cultura material trazem consigo elementos que permeiam a cosmologia e o universo simbólico. Lévi-Strauss (1978) afirma que, entre os povos de tradição oral (sem escrita), os aspectos mitológicos, as manifestações artísticas (entre elas a tecnologia aprendida e as expressões estéticas encontradas na cultura material) são um meio importante de significar, comunicar e sintetizar o conhecimento (Vidal, 1999; Barreto, 2008). Daí a importância de se tentar alcançar a compreensão não somente pela visão cientificista e ocidental, mas também através de elementos próprios pertencentes a estas culturas, até para que haja um contraponto ao discurso

ocidental a respeito de aspectos, como por exemplo, tecnológicos, que podem estar presentes na cultura material. O fosso que se criou entre pensamento ocidental e o não ocidental, certamente difundiu muitos dados incompatíveis com a realidade das sociedades não ocidentais, já que a cultura material e os aspectos sociais destes povos eram, e em muitos casos, ainda são, observados sob a ótica dos pesquisadores cuja mentalidade está constituída por estas noções e conceitos ocidentais, como afirma Wagner (2010):

“(...) o verdadeiro cerne de nossa cultura (ocidental), em sua imagem convencional, é sua ciência, arte e tecnologia, a soma total das conquistas, invenções e descobertas que definem nossa ideia de "civilização". Essas conquistas são preservadas (em instituições), ensinadas (em outras instituições) e ampliadas (em instituições de pesquisa) mediante um processo cumulativo de refinamento. Preservamos uma vasta panóplia de ideias, fatos, relíquias, segredos, técnicas, aplicações, fórmulas e documentos como "nossa cultura", a soma de nossas maneiras de fazer as coisas, a soma do "conhecimento" tal como o conhecemos. (Wagner, 2010:55).

2 – Os Tupi e a Arqueologia brasileira

Falar a respeito da ocupação Tupi deve ser ainda feito com cautela no que se refere à arqueologia. Antes da invasão europeia, a quase totalidade da costa brasileira e partes do interior eram habitadas por esta população²³, que, supõe-se, apresentava homogeneidade linguística e cultural. O mundo Tupi é vasto temporalmente e culturalmente, contando com grande quantidade de documentos e informações produzidos desde a invasão europeia e que vêm sendo utilizados e pesquisados nas mais diferentes áreas do conhecimento. Na arqueologia brasileira, a forma de interpretação dos dados arqueológicos a respeito desta população pode sugerir desde uma visão colonialista da arqueologia, observada pelo caráter monolítico e estático de cultura, até uma visão descolonialista, onde a dinâmica social e o caráter continuísta conformado por uma história indígena de longa duração são fortemente marcados.

Discutiremos neste capítulo como esta questão permeia diretamente a história do pensamento arqueológico nacional, com a utilização de terminologias e metodologias que, em tese, causam o (quase) rompimento da cultura material arqueológica Tupi com as populações reconhecidas historicamente e etnograficamente, inviabilizando, portanto, a constituição da história indígena de longa duração. Tal corrente de pensamento ainda está fortemente presente na arqueologia brasileira, entretanto, também discutiremos o florescimento de outra vertente de pensamento, cuja linha de pensamento e a metodologia empregada na pesquisa arqueológica têm mudado aos poucos este cenário. Esta, ao contrário da primeira, faz uso de dados advindos de outros campos do conhecimento, tais como a Etnologia e a Linguística, permitindo e viabilizando a construção de uma história indígena de longa duração. Trata-se de um referencial teórico-metodológico que será amplamente empregado nesta pesquisa, pois, como atualmente não há existência e/ou ocupações de populações Tupi na região de pesquisa, utilizaremos dados informativos advindos de outros campos do conhecimento para se discutir a

²³ Com a exceção de alguns pontos: a foz do rio Parnaíba, o norte do Espírito Santo, o sul da Bahia e a divisa entre os estados do Ceará e Maranhão, onde se supõe que tais áreas foram ocupadas por populações Macro-Jê. (Fausto, 2005:69)

espacialidade a fim de discutir como se deu a utilização do espaço local. As informações dos aspectos tecnopológicos da cultura material de sítios Tupi em Minas também servirão de aporte à discussão a respeito da cultura material do sítio arqueológico Floresta I e, conseqüentemente, para o debate que compreende o entendimento da inserção deste sítio arqueológico no contexto regional de ocupações Tupi em Minas Gerais.

2.1 Arqueologia Tupi ou Tupiguarani? Da prática de uma arqueologia colonialista à prática de uma arqueologia descolonialista no Brasil

Atualmente, os povos pertencentes ao *tronco linguístico Tupi*, composto por aproximadamente 48 línguas subdivididas em 10 famílias, se encontram espalhados por uma grande área da América do Sul, transpassando fronteiras nacionais e sendo identificado em países como o Uruguai, Paraguai, Argentina, Brasil, Bolívia, Peru e Guiana Francesa. O termo *Tupi-Guarani* define uma das famílias linguísticas do Tronco Tupi, composta por maior quantidade de línguas e dialetos dentre as 10 famílias linguísticas (ISA, 2000). O termo *Tradição Tupiguarani* (sem hífen) foi definido pelos pesquisadores do PRONAPA para designar os portadores da cerâmica policrômica fora da região amazônica. Tal organização considera que as populações históricas e atuais que compõe a família linguística Tupi-Guarani sejam descendentes da antiga população que habitou e dominou a faixa litorânea até o evento histórico da invasão europeia às terras brasileiras (Prous, 1992, 2011). A *tradição Tupiguarani* foi definida pelo PRONAPA como

(...) uma tradição cultural caracterizada principalmente por cerâmica policrômica (vermelho e/ou preto sobre engobo branco e/ou vermelho), corrugada e escovada, por enterramentos secundários em urnas, machados de pedra polida e pelo uso de tembetás. (Chmyz, 1976:146).

Esta tradição arqueológica foi, posteriormente, subdividida em duas subtradições principais denominadas *Corrugada* e *Pintada*, portanto, o elemento diagnóstico definidor destas subtradições é diretamente correlacionado aos aspectos decorativos dos vasilhames cerâmicos. Na parte meridional do Brasil prevaleceu a subtradição Corrugada, que foi associada às

populações Guaraní pré-coloniais; enquanto que na parte setentrional prevaleceu a subtradição Pintada, associada aos Tupinambá que ocuparam a costa e alguns locais específicos nos sertões à época da invasão europeia (Prous, 1992). Na metodologia pronapiana, a classificação era efetuada de acordo com o predomínio do tipo decorativo nas vasilhas cerâmicas, embasada por conceitos de fase e tradição, influenciadas pelo método Ford²⁴ (1962). O uso destes conceitos classificatórios se dá em função do PRONAPA objetivar o estabelecimento de um esquema cronológico do desenvolvimento cultural no país, por meio de prospecções sistemáticas cobrindo grandes partes do território brasileiro. As sequências seriadas semelhantes em uma mesma região produziram conjuntos de fases que, por sua vez, formariam as tradições arqueológicas. Os conceitos demarcariam o compasso da distribuição espaço-temporal, estabelecendo cronologias relativas para determinar a direção das influências, migração e difusão das culturas pré-coloniais que viessem a ser identificadas ao longo das atividades prospectivas desenvolvidas pelo PRONAPA (Noelli, 1993; Dias, 1994, 1995, 2007; Soares, 1996). Nos anos 90 houve uma reação crítica à terminologia proposta para as subtradições (corrugada e pintada) por parte de alguns pesquisadores, que passaram a designar a subtradição *Guaraní* para os achados arqueológicos meridionais e a subtradição *Tupinambá* para os achados identificados na parte setentrional do país.

Embora tenha se efetuado uma alteração quanto à terminologia, na prática não houve profundas mudanças em sua essência. Talvez devido ao fato de que parte do círculo acadêmico na arqueologia brasileira, ainda dos anos 80, guardava ressalvas quanto ao uso de uma abordagem interdisciplinar e ainda estava presa a paradigmas ultrapassados, como as difusionistas, a sociedade Tupi era tratada de maneira homogeneizante e estática, sendo explicada apenas em função da dispersão de suas populações identificada a partir da presença de elementos da cultura material e pautas de

²⁴ A produção humana é percebida dentro de um viés evolucionista, onde o ser humano não é agente vetor nas inovações ou transformações que se dariam por influências externas à sociedade. “O método Ford (...) interessava-se somente pelos *mecanismos pelos quais modificam-se a cultura*. Ford acreditava que as criações humanas só podem surgir por invenção, descobrimento ou empréstimo, sendo que “as novas formas culturais (...) só podem derivar de formas precedentes” (Soares, 1996:42).

comportamentos comuns, deixando de lado toda a heterogeneidade desta sociedade em segundo plano (Soares, 2012; Lezama & Gluchy, 2014):

Isto é reforçado pela ideia de monolitismo histórico, etnográfico e cultural, criticado por Pacheco de Oliveira (1998), quando afirma que “as sociedades indígenas são efetivamente contemporâneas àquela do etnógrafo”, criticando ao mesmo tempo o tratamento dado às sociedades indígenas como em eterna “longa duração”, esquecendo a diversidade e heterogeneidade própria das mesmas. (Soares, 2012:769)

Por um lado, é positivo na abordagem histórico-cultural do PRONAPA, que os remanescentes arqueológicos da população Tupi pré-colonial (ou de contato) seguiram sendo associados às populações Tupi conhecidas historicamente e etnograficamente; por outro lado, essa associação é frágil e restritiva, pois o viés político do Programa, conformado por uma neutralidade científica, desvinculou a arqueologia das discussões indigenistas, que já eram marcadas por um forte posicionamento político na Antropologia brasileira (Milheira, 2014). Mais importante, a arqueologia tupiguarani marcou a clivagem entre os Tupi do passado e os Tupi do presente, elegendo e valorizando os primeiros como seu objeto de estudo e levando aos extremos a máxima colonialista e nacionalista do século XIX de que ‘o índio bom é o índio morto’. Uma vez que a produção desta cerâmica Tupi tenha se iniciado há pelo menos mais de dois milênios, baseando-se apenas pelos aspectos tecnotipológicos e linguísticos, os pronapistas punham em dúvida a evidência de continuidade cultural, justificando a designação de tantas generalizações étnicas que ocorrem e podem ter ocorrido também no passado, em um só término. Essa questão que permeia a continuidade cultural de longa duração para os Tupi está estreitamente associada aos modelos de origem e dispersão que são propostos desde os primeiros decênios do século passado.

O conhecimento na arqueologia a respeito das origens e dispersão Tupi é intimamente aportado em estudos linguísticos desta população, através de métodos que aliam a linguística comparativa à glotocronologia e também pelos dados cronológicos obtidos por meio de datações físico-químicas. Os resultados dos estudos linguísticos variam minimamente de pesquisador para pesquisador; Rodrigues (1964, 2000) aponta a um recuo temporal que alcança 5000AP como momento de individualização do Proto-Tupi e 2500AP para a

família Tupi-Guarani; já Urban (1992, 1996) propõe um período aproximado entre 4 e 2.000BC para a diferenciação das famílias que integram o tronco Tupi e, entre 1.000BC e o início da era cristã para a família Tupi-Guarani. As línguas Tupi e Guarani, que por analogia comparativa se equivalem às diferenças encontradas entre as línguas portuguesa e espanhola, neste sentido, são relativamente semelhantes entre si, e teriam se separado por volta de 1000 anos atrás (Corrêa, 2014; Corrêa & Samia, 2006; Ribeiro, 2003 não publicado). Pesquisas recentes apontam um recuo temporal de até 4.000 anos na parte sudoeste da região amazônica, entretanto, a ocupação neste local é referente às populações Tupi, não Tupi-Guarani (Prous, 2011; Corrêa, 2014).

Não pretendo aqui adentrar o debate sobre os supostos locais de origem e formas de dispersão desta população²⁵, já que as investigações que estão em pleno vapor na Amazônia e as novas datações obtidas nas regiões sudeste e nordeste ainda devem provocar novas retificações nos modelos. Assim, creio que os problemas de ordem metodológica (métodos de datação e contexto sobre as condições de coleta das amostras que foram datadas) e o fato de algumas regiões serem mais bem pesquisadas que outras, gerando um descompasso de pesquisas e datações disponíveis de região para região, levam a diferenças na densidade de conhecimento sobre a temporalidade de ocupação Tupi em cada região (Corrêa & Samia, 2006; Corrêa, 2014). Em todos os casos, as pesquisas indicam que o litoral leste do continente já era ocupado desde 2.600AP até o evento da chegada dos invasores europeus. Já ao interior, os resultados das datações apontam ocupações que remetem ao início da era cristã, encontrados desde o Rio Grande do Sul até a Amazônia meridional e desde o litoral atlântico até o limite fronteiriço oeste brasileiro (Corrêa, 2014; Prous, 2011). De fato, a maioria dos sítios que são associados aos Tupi estão datados por volta de 1000AP e 500AP, portanto, coincidindo com o período marcado pela invasão estrangeira.

O que importa aqui são as consequências das interpretações arqueológicas da ocupação Tupi na arqueologia que se pratica no Brasil, pois a

²⁵ O debate a respeito da origem e dispersão das populações Tupi é fartamente discutido em Brochado 1973, 1984, 1989; Meggers & Evans, 1978; Scatamacchia, 1990; Schimitz, 1991; Fausto, 1992; Dias Jr, 1994/1995; Noelli, 1996, 2008; Heckenberger, Neves & Petersen, 1998; Almeida, 2008; 2013; Cruz, 2009; Dias, 2012; Corrêa & Samia, 2006; Corrêa, 2014.

maneira como eram (e em alguns casos ainda são) conduzidas as interpretações dos dados arqueológicos inferem diretamente nos temas que atualmente permeiam a questão da alteridade e dos direitos das populações indígenas atuais frente à expansão do modelo ocidental e colonialista praticada pelo Estado brasileiro. Quando observamos as relações entre Estado e sociedades indígenas ao longo da História do Brasil, verifica-se que, de fato, sempre houve uma relação de poder e domínio da população brasileira frente aos povos nativos, denotada pelo conceito de *colonialismo interno* (Oliveira, 1960), e a arqueologia participou de forma direta ou indireta na conformação de tal quadro estanque.

No capítulo 1 verificamos que desde a institucionalização da ciência no país, em linhas gerais, tanto a Antropologia quanto a Arqueologia seguiram os aportes teóricos e metodológicos desenvolvidos e utilizados pelas escolas de pensamento europeias e, posteriormente, estadunidenses. Sendo assim, este fato foi preponderante à conformação de um discurso colonialista não somente na academia, mas de um modo geral também na sociedade brasileira, já que, invariavelmente, as elites determinavam os rumos da nação, pois tinham total controle político do Estado e estavam firmemente alinhadas às concepções calcadas pelo pensamento e discurso ocidental.

De meados dos anos 1990 até atualmente, o posicionamento dos trabalhos que envolvem a pesquisa arqueológica tem mudado de maneira significativa, embora lentamente, com adoção de novos marcos teóricos e metodológicos mais associados às abordagens desenvolvidas pelo pós-processualismo e, mais timidamente, pela arqueologia pós-colonial em suas múltiplas vertentes. Antes deste período, a arqueologia brasileira foi desenvolvida sob duas perspectivas: uma relacionada ao enfoque histórico-cultural e determinista ambiental, fortemente influenciada pelos aportes teórico-metodológicos difundidos pelo PRONAPA, e uma segunda vertente, derivada das arqueologias processual e pós-processual, tendo como principal marco referencial a tese de doutoramento de José Joaquim Justiniano Proenza Brochado (1984), intitulada “*An ecological model of the spread of pottery and agriculture into eastern South America*”.

A abordagem histórico-cultural é fortemente influenciada pelo determinismo ecológico e pelo difusionismo. Seus principais articuladores são

os pesquisadores estadunidenses Betty Meggers e Clifford Evans, coordenadores do Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas – PRONAPA – desenvolvido no Brasil entre os anos 1960-70. O programa tinha como objetivo identificar a maior quantidade possível de sítios arqueológicos no Brasil através da realização de amplas prospecções de furos-testes (tradagens) e coleta de material arqueológico em superfície. Tal mapeamento tinha como principal meta estabelecer um esquema cronológico e espacial visando a elaboração de sequências culturais²⁶ das mais diversas sociedades pretéritas; possibilitando assim, entender processos de difusão, migração e influências culturais diversas. O objetivo também era dar embasamento às hipóteses limitantes e restritivas pautadas pelo determinismo ambiental, formuladas para justificar a impossibilidade de existência ou emergência de sociedades culturalmente complexas, tais como as encontradas, por exemplo, no Peru (Incas) e países da América Central (Mayas e Astecas), no leste da América do Sul (Dias, 1995, 2007, 2012; Eremites de Oliveira, 2007). A maior parte dos estudos sobre populações caçadoras-coletoras e horticultoras se utiliza de critérios baseados em conceitos de Tradição, como por exemplo, a Tupiguarani:

No Brasil a definição de fases desconsiderou a premissa subjacente à aplicabilidade do conceito, relacionada à comparação de aspectos cronológicos e contextuais (de ordem cultural e natural) do registro arqueológico que deveria reger sua integração em uma tradição. Por sua vez, as tradições passaram a assumir conotações distintas da enfatizada pela definição original, limitada a descrever fenômenos de continuidade temporal relacionados a aspectos de natureza tipológica. (Dias, 2007:63).

O fato de haver uma forte tradição no Brasil de se considerar as populações indígenas como “eternamente primitivas”, ou seja, como um fóssil guia vivo, incapaz de mudar ou se transformar culturalmente, os grupos indígenas foram deliberadamente excluídos da história nacional e, como já observado no capítulo 1, apenas o índio idílico Tupi, este convenientemente morto, foi figura partícipe, porém, manipulada dentro da História do Brasil,

²⁶ As sequências seriadas, com certo grau de semelhança tecnopológica em uma mesma região, seriam reunidas em fases, para, posteriormente, formar tradições. Estes conceitos marcariam os ritmos da distribuição espaço-temporal dos grupos humanos pré-históricos que viessem a ser descobertos a partir das atividades do PRONAPA (Dias, 2007:60).

idealizada como um símbolo nacional durante um determinado período, de acordo com os interesses do Estado. Reforçada pelo conceito francês de pré-história, aplicado ao contexto de populações sem escrita (Barreto, 1999/2000), e herdando essa tradição colonialista brasileira, a perspectiva pronapiana não conectou a cultura material dos Tupi pré-coloniais com as populações historicamente e etnograficamente reconhecidas e, quando fazia alguma correlação, essa era frágil e não muito importante ao estudo da arqueologia em si (Correa 2013:26). Observa-se, portanto, que a manipulação da História Indígena já vem ocorrendo desde o período anterior à institucionalização das ciências no país. Herdando essas concepções colonialistas, o estudo da cultura material Tupi na arqueologia, sob os auspícios teórico-metodológicos advindos do PRONAPA, rompe os laços entre a cultura material e os povos Tupi atuais ou históricos, num ato de violência epistemológica.

A segunda perspectiva, na busca de um diálogo interdisciplinar com as ciências sociais e humanas, se valeu amplamente de analogias etnográficas, informações da linguística e fatores etno-históricos no estudo arqueológico das populações Tupi. Na proposta de Brochado (1984) a ideia central é a de perceber que as populações indígenas atuais do leste da América do Sul descendem daquelas conhecidas arqueologicamente para o passado pré-colonial:

Portanto, a primeira coisa que considere aqui é que a arqueologia do leste da América do Sul deve ser vista como a pré-história das populações indígenas históricas e atuais. Se não forem estabelecidas relações entre as manifestações arqueológicas e as populações que as produziram, o mais importante terá se perdido. Assim as conotações etnográficas das tradições e estilos cerâmicos não devem ser evitadas, mas, pelo contrário, deliberadamente perseguidas. (Brochado, 1984:565)

Esta perspectiva promoveu o início de um debate mais denso em relação aos modelos interpretativos da arqueologia Tupi, abarcando discussões referentes à estruturação do território (origem e dispersão/migração); organização social (aspectos sociopolíticos e econômicos) e à cultura material Tupi (aspectos tecnotipológicos e estilísticos); tal abordagem objetivava uma retomada da ligação entre a cultura material e a história indígena, estimulando o debate entre a continuidade e a mudança nas sociedades indígenas (Eremites de Oliveira, 2007; Dias, 2012, Milheira, 2014).

Tratam-se, portanto, de duas abordagens teórico-metodológicas opostas dentro da história do pensamento arqueológico nacional. Uma é frisada pelo uso da abordagem histórico-culturalista e marcadamente *descontinuísta*, compreende a História indígena a partir de uma ruptura entre o passado/cultura material arqueológica e o presente/populações indígenas etnograficamente conhecidas, tendo a invasão europeia como ponto crucial desta ruptura. A segunda é marcada pelo uso de uma abordagem interdisciplinar e *continuísta*, onde há uma explícita conexão entre o passado indígena e o atual, focada em uma História Indígena de longa duração (Milheira, 2014).

A associação direta entre a cultura material Tupi do período pré-colonial com a identidade étnica de grupos atuais ou conhecidos historicamente, conforme propõe Brochado e seus seguidores, recentemente tem recebido críticas, especialmente na *Arqueologia Guarani*. Na ótica destes críticos, essa associação direta acaba por gerar dois problemas: uma associação do ponto de vista *etno* e não *êmico* e a desconsideração das mudanças culturais decorrentes do contato entre os Tupi, colonizadores, brasileiros e outras etnias (Assis & Garlet, 2002; Eremites de Oliveira, 2003, 2007; Lima, 2011b; Soares, 2012; Lezama & Gluchy, 2014). Embora a perspectiva proposta por Brochado tenha se utilizado de dados arqueológicos apoiados por descrições históricas, etnográficas e linguísticas, as informações foram utilizadas de forma simplista e generalizante, contribuindo para homogeneizar e/ou desconsiderar as distintas trajetórias histórico-culturais das populações conhecidas etnograficamente e historicamente (Assis & Garlet, 2002; Eremites de Oliveira, 2003, 2007; Lima, 2011b; Soares, 2012). O principal problema estaria no uso deliberado de analogias históricas diretas entre a cerâmica pré-colonial e grupos conhecidos historicamente, com pouca importância dada aos possíveis acontecimentos particulares e históricos que remetem às populações Guarani, que podem, por sua vez, ter promovido uma série de transformações socioculturais, possivelmente associados às diferenciações étnicas entre estas populações atuais. Neste sentido, a abordagem utilizada por Brochado e seus seguidores não leva em conta a autoidentificação de diferentes grupos ao atribuir uma identidade étnica Guarani generalizante e homogeneizante, ou seja, todos são Guarani, o que configuraria uma *violência interpretativa* (Lima, 2011b).

Trata-se de uma questão complicada e de grande desafio à arqueologia, pois essa disciplina não tem acesso às narrativas orais dos povos antepassados e, para se compreender a autoidentificação étnica destas populações torna-se, em minha visão, algo impossível de se realizar com as ferramentas metodológicas que possuímos atualmente na arqueologia. Os aspectos que remetem à identidade e/ou etnicidade dos povos ameríndios são de suma relevância para a arqueologia pós-colonial e são caros dentro das premissas da teoria da etnicidade (Milheira, 2014), pois implicam diretamente em situações políticas e legais, como por exemplo, na questão de demarcação de terras indígenas e à territorialidade como um todo (Eremites de Oliveira, 2003, 2007). A relação identidade étnica e cultura material é um tema atual, especialmente frente ao avanço da globalização, que tem como base de sustento um sistema capitalista selvagem que põe em risco eminente os direitos indígenas como um todo, como pode ser verificado nos emblemáticos casos das grandes usinas hidroelétricas que foram ou vem sendo construídas na região Amazônica - UHE Belo Monte, Jirau, Santo Antônio, Teles Pires, Tapajós - ou ainda, na transposição do rio São Francisco e na exploração de jazidas minerais em grande escala por empresas transnacionais em diversas regiões do país (Rocha, Jácome, Stuchi, Monjeló, Valle, 2013). Esta questão ainda precisa ser mais debatida na arqueologia brasileira, com profundidade e de forma crítica, pois trata-se, ao mesmo tempo, de algo extremamente delicado e polêmico. Entretanto, como cientistas sociais que somos, penso que não devemos deixar de ter um posicionamento político e socialmente atuante na defesa das populações indígenas atuais, pois é uma demanda que vem sendo constantemente debatida na atual agenda da Arqueologia mundial, como veremos mais abaixo.

As influências teóricas da Escola Sociológica Francesa e também dos pós-processualistas foram de grande importância sob diversos aspectos, no desenvolvimento da arqueologia sul-americana, especialmente em pesquisas direcionadas para arqueologia das populações indígenas, pois a

etnoarqueologia e a etnologia²⁷, passaram a oferecer suporte à compreensão de algo que não pode ser alcançado pela arqueologia que lida apenas com cultura material: o pensamento e o entendimento nativo em relação à matéria, seja ela viva ou não. Os estudos dos aspectos simbólicos na cultura material ganharam muita força na virada do século XXI, quando, a partir da perspectiva/abordagem pós-processualista, no Brasil teve início a discussão do papel da cultura, pensada de maneira particular a cada sociedade indígena. Apoiando-se nesta perspectiva, alguns arqueólogos sugerem que somente a partir de analogias etnográficas entre populações indígenas atuais, a arqueologia pode interpretar as representações simbólicas encontradas no arcabouço artefactual das populações pré-colombianas, através, portanto, da etnoarqueologia²⁸ (Silva, 2009). Há uma busca pelo estabelecimento de uma interface entre a Etnologia Indígena e a Arqueologia, na promoção de uma arqueologia menos colonialista.

Neste cenário, o conhecimento e as interpretações arqueológicas se firmaram em uma articulação entre pesquisadores e indígenas, onde a arqueologia abre espaço aos diferentes saberes locais como relevantes na elaboração do conhecimento sobre o passado. Neste sentido, atualmente, há uma revisão teórica-metodológica da disciplina e a proposta de redefinição de suas práticas a partir de uma ética não-colonialista, sendo, portanto, mais ativa política e socialmente, o que desencadeou uma reflexão sobre o papel social

²⁷ A observação etnográfica não nos obriga a escolher entre duas hipóteses: a de um espírito plástico, passivamente modelado por influências exteriores, e a de leis psicológicas universais, porque inatas, engendrando por todo o lado os mesmos efeitos sem deixar papel a desempenhar a história e as particularidades do meio ambiente. O que observamos e devemos tentar descrever são antes as tentativas para realizar uma espécie de compromisso entre, por um lado, certas orientações históricas e certas propriedades do meio ambiente e, por outro, as exigências mentais que, em cada época, prolongam as que têm a mesma natureza daquelas que as precederam no tempo. Ao ajustar-se uma à outra, estas duas ordens de realidades fundem-se e constituem então um conjunto signifiante (Lévi-Strauss, 1983:151).

²⁸ Segundo Baptista da Silva (2010:117), "(...) estas abordagens (...) podem ser usadas com sucesso apenas quando as condições para tal são apropriadas, isto é, quando as informações e documentos de apoio (etno-históricos, etnoarqueológicos) são suficientemente ricos. Desta forma, para a reconstrução de aspectos cognitivos do passado (compreensão dos significados da cultura material e dos grafismos presentes no registro arqueológico), as fontes etno-históricas precisam ser consultadas e os levantamentos etnográficos precisam ser empreendidos. Esta aproximação epistemológica aos dados etno-históricos e às informações etnográficas tornou concreta a possibilidade analítico-interpretativa "de todos os aspectos de uma antiga cultura que são o produto da mente humana (...)".

do arqueólogo e a reconsideração do modo como os arqueólogos representam e interpretam o passado (Silva, 2014). Há de fato o interesse em se fazer uma arqueologia colaborativa, permeada por uma reflexão crítica, política e socialmente ativa frente aos dilemas atuais que são estabelecidos pelo plano político-econômico global.

Esta (re)aproximação da Antropologia e da Arqueologia utilizando-se de métodos da História possibilitou a abertura de um diálogo com as populações não-ocidentais por meio de um discurso anti-colonial, viabilizando uma via de “duas mãos”, onde os fatores técnicos e metodológicos da “ciência ocidental” são confrontados com “ciência nativa e ameríndia”. Em relação ao estudo da cultura material, há o restabelecimento da associação do material arqueológico com as populações Tupi, tendo estas últimas, voz ativa no debate, onde o pesquisador deve respeitar a opinião e significados na perspectiva dos indígenas, sendo assim, nesta abordagem “são realizadas *com, para e/ou pelos* povos indígenas, sendo que o foco da pesquisa está direcionado para a produção de conhecimento *para e pelos* indígenas e não apenas *sobre* estes povos” (Silva, 2014:40), promovendo assim, um avanço quanto à prática de uma arqueologia menos colonizadora. As transformações teórico-metodológicas que ocorrem atualmente na arqueologia brasileira, de uma maneira geral, têm retomado um diálogo há muito esquecido com as populações indígenas e que contribui de sobremaneira tanto nos aspectos científicos quanto político-sociais destas populações e também no restabelecimento de uma História Indígena de longa duração (Cunha, 1992; Corrêa, 2014), não na perspectiva ocidental, mas sim, de acordo com o ponto de vista destas populações.

Neste sentido, acredito que seja necessário superar o antigo paradigma histórico-cultural que ainda tanto influencia a arqueologia brasileira. Em contraposição a uma Arqueologia *Tupiguarani* restrita à parcela morta de uma população estática e fossilizada no tempo e no espaço, uma Arqueologia *Tupi* defende a continuidade histórica destas populações, especialmente frente a situações de contatos interculturais e de cessação dos direitos indígenas no atual paradigma sociopolítico e econômico verificado no mundo globalizado. Sendo assim, no presente trabalho, as populações Tupi são observadas em uma perspectiva que busca contemplar a dinâmica social e as transformações

culturais que aconteceram e ainda vêm acontecendo nesta sociedade. A utilização de dados etnográficos e etno-históricos nesta pesquisa como fonte de conhecimento a respeito desta sociedade justifica-se por esse fator *continuísta* da história destas populações nativas, pois acredito que embora muitas das transformações socioculturais ocorridas entre as populações Tupi sejam diretamente ligadas ao evento histórico da invasão europeia a estas terras, os dados históricos e etnográficos a respeito das populações Tupi podem contribuir diretamente como aporte informativo para se pensar o modo de vida, as relações sociopolíticas e econômicas dos Tupi, que no passado dominavam boa parte do leste do continente sul-americano.

2.2 Tupi: um panorama geral à época do contato; organização sociopolítica e territorialidade

Na época da invasão europeia, os Tupi-Guarani controlavam quase toda a costa litorânea brasileira e a bacia do Paraguai e sua população total andaria por volta dos 4 milhões de indivíduos²⁹ (Viveiros de Castro, 1986). Com algumas diferenças baseadas na língua e na cultura, podemos distinguir dois blocos: o conjunto tupi-guarani, com os Guarani ao Sul, que ocuparam as bacias dos rios Uruguai, Paraguai e Paraná e a costa atlântica desde a Lagoa dos Patos até Cananeia, no litoral paulista; e ao Norte, os Tupinambá, que ocuparam a costa desde Cananeia até o Maranhão, além de partes do interior, especialmente aquelas onde se situavam vales dos grandes rios ou bacias hidrográficas que deságuam no oceano Atlântico. No interior do Brasil é consenso ter a fronteira cultural situada entre os rios Tietê e Paranapanema, ambas no estado de São Paulo (Prous, 1992, 2004, 2011; Brochado, 1984, 1989; Noelli, 1993; Corrêa, 2014).

²⁹ Em relação às populações Tupi-Guarani, segundo Fausto (2000:70), Denevan calcula que à faixa litorânea viviam cerca de 1 milhão de Tupinambá, enquanto Pierre Clastes sugere a presença de 1,5 milhões de Guarani.

A ocupação dos Tupiguarani foi extremamente densa em certas regiões, como a baía de Guanabara, de onde tinham expulsado ou absorvido as populações anteriores. Em outras partes do Brasil, dominavam os baixos vales dos rios principais e o litoral, enquanto as zonas acidentadas eram ocupadas por populações arredias. Arriscaram-se, enfim, em alguns sertões interioranos. Dessa forma, o domínio dos Tupiguarani parece mais uma teia de aranha que um território contínuo. (Prous, 2007:74)

A chegada dos europeus em terras brasileiras, oficialmente ocorrida no ano de 1500, significou uma grande ruptura histórica para as mais diversas populações Tupi espalhadas ao longo da costa marítima. Pelo fato destas populações estarem “na linha de frente” quando do contato, a ruptura social, econômica e política interna destes grupos foi inevitável. Primeiro, devido à perda progressiva de seus territórios não só através da guerra contra os europeus e contra si mesmos, mas também devida a grande depopulação ocorrida pela mortandade provocada por doenças infectocontagiosas trazidas pelos europeus e pela consequente fuga para os sertões; segundo, devido à condição civilizatória por meio da imposição religiosa e pela Autoridade Régia imposta pelos portugueses, que também influenciou de maneira negativa o modo Tupi de ser e viver; e terceiro, a sede de conquista e poder através do desenvolvimento de uma economia voltada para a atividade extrativista (retirada de recursos naturais, principalmente o pau-brasil) e, posteriormente, da monocultura (implantação da cultura de cana de açúcar), que levou um sistema escravocrata dos índios (Fausto, 1992, 2005). Em todos os casos, observa-se que progressivamente, o direito soberano dos povos nativos sobre estas terras foram sendo retirados de suas mãos. São três pontos que acarretaram em graves e desastrosas consequências do ponto de vista sociopolítico das populações nativas, que ainda hoje é verificada na sociedade brasileira, especialmente quanto ao estado de direito dos povos indígenas e às políticas indigenistas desenvolvidas no Brasil a partir do século XX.

No período anterior ao contato, sabe-se que diversos grupos Tupi estavam sempre em contínua movimentação e tinham uma forte relação com os diferentes ecossistemas que conquistavam e ocupavam, pois utilizaram-se dos recursos naturais disponíveis de maneira sistemática para diferentes fins, caracterizado pelo tipo de sistema de subsistência Tupi. Os dados arqueológicos e etnográficos inferem que os diversos grupos Tupi tinham uma

predileção em ocupar áreas que possibilitavam e davam condições de reproduzir o modo de vida característico desta cultura. Esta preferência terrena era caracterizada pela ocupação de terraços fluviais com presença de matas (ciliares e litorâneas), evitando regiões muito acidentadas, frias e de grandes altitudes³⁰. O assentamento de aldeias era preferencialmente localizado em áreas próximas aos rios navegáveis, também uma característica marcante deste grupo cultural, pois se utilizavam muito de barcos e/ou canoas para o deslocamento. A agricultura de coivara, a pesca, a caça e a coleta de frutos e mariscos formavam a base alimentar dessa população. Segundo Fausto (2005:69), a “adaptação ao meio era caracteristicamente amazônica”. A sociedade Tupi, portanto, escolhia áreas de farto recurso hídrico, seja para captação de água potável, exploração da fauna aquática e/ou para se deslocarem para diferentes locais e áreas florestadas para o manejo e cultivo de alimentos, caça e coleta de animais e vegetais. Em todos os casos, observa-se que os locais eram escolhidos de acordo com a disponibilidade de fontes de matéria-prima animal, vegetal e mineral, permitindo a exploração diversificada de tais recursos necessários à manutenção sociocultural como um todo.

As informações sobre a organização política e social dos grupos Tupi e as características de assentamento e subsistência são encontradas principalmente pelos relatos dos primeiros viajantes dos séc. XVI e XVII que estiveram juntos a estas populações à época do contato. São informações nem sempre precisas e, em alguns casos, dúvidas. Por isso, neste momento, recorro também às informações etnográficas, como forma de analogia aos Tupi pré-coloniais, na explicação de como poderia se conformar a questão do domínio territorial, sistema político, formas de assentamento e subsistência entre os Tupi à época do contato. O objetivo aqui, frente à escassez de informações a respeito da organização do espaço dos Tupi pré-coloniais, o modelo de organização do espaço baseado no conhecimento etnográfico dos Tupi históricos servirá como aporte na discussão a respeito da espacialidade do sítio Florestal I, desenvolvido no capítulo 4 deste trabalho.

³⁰ Isso não quer dizer que os locais de ocupação Tupi sejam restritos somente a estas condições físico-ambientais.

A sociedade Tupi possuía uma diversificação quanto aos tipos construtivos, característicos ou peculiares a cada área (microespacial) dentro da totalidade do domínio territorial local (macroespacial). Construíram diferentes tipos de edificações e abrigos para executar diferentes atividades, sejam elas para finalidades de cunho político-sociais, de subsistência ou ritualísticas; as quais, na totalidade de seu conjunto, representavam o sistema de assentamento Tupi, que permitia a manutenção e reprodução cultural, embasados pelos aspectos político-sociais e econômicos desta sociedade.

Os domínios territoriais dos grupos tupi-guarani podem ser classificados em três níveis espaciais inclusivos: *Guará*; *Tekohá* ou *Tecoaba* e *Teii* (Figura 04) e são baseados em laços de parentesco ou consanguinidade e reciprocidade que uniam diferentes grupos ou unidades locais no controle político, econômico e social do território (Noelli, 1993:246):

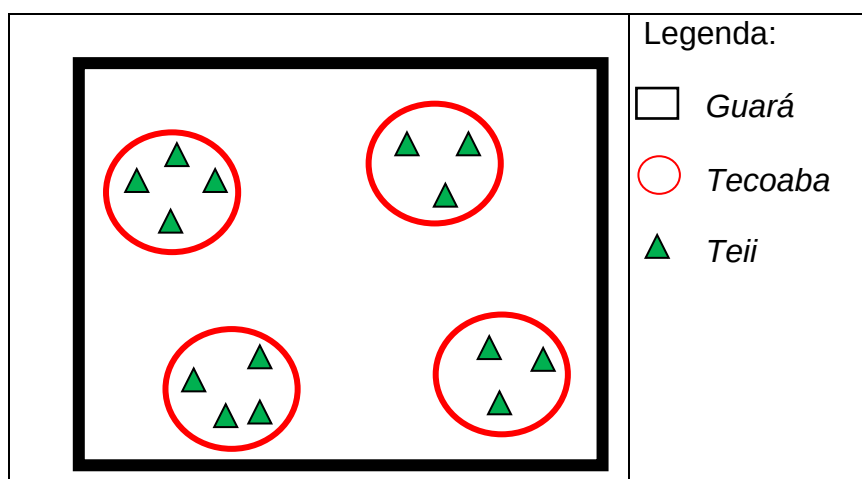


Figura 1 - Esquema de categorias de espaço distribuídas pelo espaço Tupinambá

Os mais diversos grupos Tupi formavam uma espécie de nação ou confederação comandada por um ou mais chefes³¹, configurando um território em Guarani denominado *Guará*. Geralmente delimitada por rios, trata-se de uma região bem definida, onde se estava assegurada o pleno direito do usufruto da terra para subsistência (cultivo, coleta de frutos, caça e pesca) e

³¹ Não havia chefes com poder supralocal. A estrutura da chefia era difusa e fragmentada. Havia aldeias com apenas um chefe e outras onde em cada maloca tinha um (chefe). Aquele que detinha mais prestígio político e/ou espiritual perante a comunidade geralmente se fazia ouvir mais que os demais chefes, no entanto, em tempos de paz, as decisões políticas eram tomadas coletivamente pelos homens adultos (Fernandes, 1949; Fausto, 1992, 2005; Noelli, 1993).

extração de matérias-primas (madeira, minerais) apenas para os habitantes pertencentes à unidade geopolítica. Estas grandes áreas eram formadas através de alianças políticas que se estabeleceriam através de laços de parentesco e de reciprocidade. Tais alianças tinham como objetivo garantir a manutenção e salvaguarda dos territórios conquistados e ocupados. O Guará, por sua vez, era formado por um conjunto de unidades territoriais que, na língua Guarani, era chamado de *tekohá* ou, em tupi-guarani, *tecoaba*; sendo as aldeias as sedes de cada uma destas unidades, correspondentes aos sítios arqueológicos e aldeias históricas (Noelli, 1993). O *tecoaba* era formado por aldeias ligadas por laços de consanguinidade e aliança com fins políticos, bélicos, econômicos, ritualísticos e expeditivos. Ainda não há informações claras sobre como se distinguiam uns dos outros nominalmente ou se havia uma autoidentificação de acordo com cada grupo (Fausto, 1992; Prous, 2004). De área bem definida, o território era delimitado por marcos geográficos situados na paisagem, tais como colinas, serras ou rios, e o uso desta área era constituído por um sistema comunal e exclusivo a cada grupo local. Neste espaço se reproduzia as relações econômicas, sociopolíticas e religiosas, ou seja, no *tekohá* que se configurava toda a organização social dos Tupi, tais como sistema de parentesco, hábitos ou costumes e suas leis (Fernandes, 1949; Fausto, 1992; Noelli, 1993; Assis, 1996; Soares, 1996, 2005):

As fronteiras eram fluidas, fruto de um processo histórico em andamento, no qual se definiam e redefiniam as alianças. Aldeias aliadas formavam conjuntos multicomunitários, como nós de uma rede sem centro: não existia núcleo regional, político-cerimonial, onde residisse um chefe ou sacerdote supremo (...). (Fausto, 2005:77)

Os Tupi estavam organizados em grupos locais, formando as *teii*, que correspondem às famílias extensas, que ocupavam determinada casa nas aldeias. Portanto, aplicando-se por analogia a forma de distribuição do espaço ocupado dos Guarani históricos, a configuração do território de domínio entre os Tupi da costa, possivelmente, se dava da mesma maneira. Era formada por várias confederações coordenadas por líderes políticos e/ou xamânicos. Cada território era composto por um número variável de comunidades ou aldeias compostas por uma ou mais casas coletivas, onde viviam os habitantes cuja ligação se dava por meio de laços de consanguinidade e parentesco. A

possibilidade deste cenário é quase concreta, visto que os próprios europeus notaram esta divisão político-territorial dos Tupi e a utilizaram de maneira estratégica, por meio de formações de alianças, no processo de ocupação da *terra brasilis*.

As aldeias, *amunda* na língua Guarani (Noelli, 1993) ou *taba* em tupi-guarani (Fernandes, 1949), estavam geralmente localizadas em lugares mais elevados da região, tais como colinas suaves, próximos de águas potáveis e piscosas, de matas, para obtenção de lenha, caça de animais e coleta de frutos e de terras férteis para cultivo. Na costa oceânica, as aldeias eram instaladas não muito longe da linha de praia, já que além da pesca, a coleta de mariscos, frutos do mar e outros elementos que compõem a fauna marítima eram importantes, pois faziam parte da dieta alimentar ou da produção de artefatos ou artesanato, tais como conchas e ossos.

Edificavam suas habitações de preferência em lugares em cuja proximidade tem água e lenha, assim com caça e peixe. (Staden, [1547-1555]1974:155)

Quando este principal assenta a sua aldeia, busca sempre um sítio alto e desabafado dos ventos, para que lhe lave as casas, e que tenha a água muito perto, e que a terra tenha disposição para de redor da aldeia fazerem suas roças e granjearias(...).(Soares de Sousa, [1587]1971:303)

Estas aldeias eram compostas por um número que variava de 4 a 8 malocas denominadas *Teii oga* ou *ok*, distribuídas de forma irregular em torno de uma praça central (Fernandes, 1949; Noelli, 1993; Prous, 2004). A ocupação das casas (*Ok*) era determinada de acordo com a linhagem do chefe principal ou *morubixaba* (*teii*) e era composta por dezenas de pessoas. As *teii* representam o sistema de linhagem Guarani, que era patrilinear e subdivididas em famílias constituídas em média por seis pessoas (Noelli, 1993). O pai da linhagem (*teii ru* ou *Oyakã*) era o líder político e espiritual nos diversos níveis que poderia ir desde a *teii*, passando pelo *tekohá*, até o Guará (Noelli, 1993: 250). Fernandes (1949: 55) aponta que a aldeia em si constitui-se em uma unidade social de grande importância analítica, pois é o “grupo social que se coloca entre a menor unidade territorial – a maloca – e a unidade territorial inclusiva – a tribo. Os liames primários que unem reciprocamente os indivíduos

desse grupo são vicinais, envolvendo proximidade no espaço e coexistência no tempo”.

Em cada aldeia dos tupinambás há um principal, a que seguem somente na guerra onde lhe dão alguma obediência, pela confiança que têm em seu esforço e experiência, que no tempo de paz cada um faz o a que o obriga seu apetite. (...) faz o principal sua casa muito comprida, coberta da palma, a que os índios chamam pindoba, e as outras casas da aldeia se fazem também muito compridas e arrumadas, de maneira que lhes fica no meio um terreiro quadrado (...). E nestas casas não há nenhuns repartimentos, mais que os tirantes; e entre um e outro é um rancho onde se agasalha cada parentela, e o principal toma o seu rancho primeiro, onde se ele arruma com sua mulher e filhos, mancebas, criados solteiros, e a algumas velhas que o servem, e pela mesma ordem vai arrumando a gente da sua casa, cada parentela em seu lanço (...). (Soares de Sousa, [1587]1971:302-303)

Os grupos Tupi tinham como hábito, trocar de tempos em tempos, de maneira regular³², o local da área da aldeia. O abandono ou mudança das aldeias entre os Tupi se dava por causas distintas:

1 - De forma organizada e planejada para um local próximo por diferentes motivos práticos ou culturais: tradição, pois era costume não permanecerem em um mesmo local durante muito tempo ou devido à morte de um ente importante; a baixa produção de alimentos nas roças; o deterioramento natural das estruturas de habitação da aldeia ou acidentes (incêndios parciais das estruturas edificadas); e pelo elevado número de mortos sepultados no interior das malocas.

2 - De maneira desorganizada e não planejada: invasões e guerras provocadas por grupos inimigos; epidemias e/ou proliferação de pragas, acidentes (incêndios – neste caso, quando ocorria total destruição das estruturas edificadas da aldeia).

(...) os brasileiros não se demoram em geral mais de cinco a seis meses no mesmo lugar. Carregam grossos pedaços de madeira e grandes palmas de pindoba para a construção e cobertura de suas casas e mudam as aldeias sem lhes mudarem os nomes, o que faz que às vezes os encontremos a um quarto de légua ou mesmo meia légua de distância do lugar em que antes habitavam (...) e se lhe perguntarmos por que mudam tão frequentemente, respondem apenas que passam melhor trocando de ares e que se fizessem o contrário de seus avós, morriam depressa. (Léry, [1577] 1980:230)

³² O período ou ciclo de mudança variava bastante de fonte para fonte: Léry (de cinco a 6 meses); Abbeville (cinco a seis anos); Pe. Navarro (anualmente); Evreux (a cada três anos); Soares, Cardim, Salvador, Grã (de três a quatro anos). (Fernandes, 1949:95)

Os tecoabas eram constituídos de diferentes espaços utilitários e edificações que podiam se situar de maneira interna ou externa à aldeia e era nominada de acordo com a sua localização, função, dimensões e tipo de finalidade ou função social (Noelli, 1993; Assis, 1996).

2.3 Edificações e espaços internos

Ok ou og³³ (casa) – trata-se de edifício para habitação. Geralmente se situava de maneira circular em volta da praça ou pátio central em números que variam de 4 a 9 malocas³⁴. A construção das malocas era realizada de forma coletiva através de um mutirão e atingiam proporções consideráveis, já que vários cronistas apontavam um grande número de habitantes por maloca, variando de 50 até 500 indivíduos³⁵. Staden afirma que as malocas apresentavam cerca de 4m de largura x 50m de comprimento x 4m de altura; Thevet descreve as malocas tendo 6m de largura x 99m de comprimento; para Léry entre 20 – 40m de comprimento; Métraux entre 10-16m de largura e 100m de comprimento (Fernandes, 1948:62). De estrutura básica retangular, a cobertura de palha se estendia até o chão e o contorno do teto era arredondado, em forma de abóboda e possuía de duas a três portas,³⁶ conforme descrito abaixo.

Foram bem uma légua e meia a uma povoação, em que haveria nove ou dez casas, as quais eram tão compridas cada uma, como esta nau capitania. Eram de madeira, e das ilhargas de tábuas, e cobertas de palha, de razoada altura; todas duma só peça, sem nenhum

³³ As palavras descritas em tupi-guarani e transcritas para o português foram pesquisadas em Léry (1980); Noelli (1993) e Assis (1996).

³⁴ O número de malocas variava de 4 a 7 (Staden, 1974) por grupo local e 19-22 (Léry, 1980) no Rio de Janeiro; no Maranhão 19-33 (Abbeville, 1975).

³⁵ Assim como quantidade e as dimensões das casas, o número de habitantes/indivíduos também variava bastante de autor para autor: Métraux (50 à 200); Léry (500 a mais de 600); Cardim (100 a mais de 200); Staden (aproximadamente 40); Nóbrega (aproximadamente 50). (Fernandes, 1949:63)

³⁶ Alguns autores afirmam a existência de duas portas, tais como Caminha (1500) e Métraux (1948); outros porém afirmam a existência de uma terceira porta localizada na parte central da estrutura, como Soares de Sousa (1971), Staden (1974), Léry (1980) e Abbeville (1975).

repartimento, tinham dentro muitos esteios; e, de esteio a esteio, uma rede atada pelos cabos, alta em que dormiam. Debaixo, para se esquentarem, faziam seus fogos. E tinha cada casa duas portas pequenas, uma num cabo, e outra no outro. (Caminha, 1500 in Ribeiro & Moreira Neto, 1992:88)

O interior das casas não possuía paredes ou divisórias internas, sendo assim, o espaço era subdividido em diversos ambientes chamados de lanço ou rancho, com cada família nuclear ocupando um destes espaços interiores da casa. Estes espaços nucleares eram delimitados entre si por esteios, podiam variar de 4 a 7 metros de comprimento, segundo relatos de diversos cronistas quinhentistas e seiscentistas (Fernandes, 1949: 65) e eram denominados na língua tupi como *çapupau* ou *ocarapupau*. No interior da casa havia em cada espaço familiar itens de uso doméstico e cotidiano, tais como vasilhames cerâmicos, jiraus, bancos de madeira, cestarias, ferramentas (líticas, cerâmicas, de ossos, couro animal, etc.), redes para o descanso, flechas, cordas, instrumentos musicais, dentre outros utilitários. Neste espaço nuclear, também havia uma fogueira que era mantida constantemente acesa, mas apenas com a finalidade de aquecer o ambiente local.

Nos *çapupaus*, mais próximo do corredor central, comportava a cozinha (*baemogigpaba*), onde se situava uma fogueira de maiores dimensões (*tataupaba*) e era rodeada por pedras para “calçar” as vasilhas cerâmicas. Utensílios domésticos para cozinhar e para o processamento e armazenamento de alimentos e bebidas deveriam ficar mais próximos a esta fogueira. A presença de objetos de mobília (jiraus, estantes ou suportes) para acondicionar os objetos destinados ao preparo de alimentos e bebidas, tais como vasos cerâmicos, cestarias, cuias, raladores de madeira, copos e colheres se fazia presente nestas áreas da maloca. A cozinha poderia ser dividida entre duas ou mais famílias nucleares que habitavam a maloca, no entanto, sabe-se que a atividade de processamento e cozimento dos alimentos era realizada apenas pelas mulheres adultas. A maloca apresentava um corredor central (*naxepiy*), que ia de uma porta, localizada em uma das extremidades da casa, à outra porta, localizada na outra extremidade e de uso coletivo para o trânsito de pessoas ou para se realizar atividades que envolviam o grupo familiar em sua totalidade ou de forma parcial. A produção

de equipamento para subsistência também poderia ser realizada na parte interna das malocas, como relata Léry ([1587]1980:237):

“(...) o mussucá, que durante todo este tempo permaneceu sossegado num canto da casa a fazer flechas (...)”

Portanto, trata-se de um espaço organizado, distribuído de maneira racional e equitativa, por onde se respeitava os princípios baseados na linhagem familiar, na divisão de trabalho e nas atividades específicas, como podemos observar pelos relatos abaixo:

Nas aldeias dos selvagens, portanto, vivem diversas famílias sob um mesmo teto, possuindo cada uma seu espaço reservado. Dentro ficam suas redes suspensas a sólidos e resistentes pilares, alinhadas uma ao lado das outras. (Thevet, [1555] 1978:143)

Estas grandes cabanas não têm separação alguma. Tudo se vê de ponta a ponta, mas não há confusão alguma, pois cada chefe de família vive em seu canto com suas mulheres, seus filhos, seus escravos e seus móveis. (Abbeville, [1632] 1975:222)

Ocaruçu, ocabigtera ou ocâbigteruçu (praça central) - era um local de grande importância dentro das relações sociais na comunidade, pois ali se realizavam as atividades sociais que envolviam todos os moradores da aldeia, tais como os sacrifícios rituais, festas ou cerimoniais, reuniões e, em alguns casos, sepultamentos. Embora não possuísse um padrão morfológico – circular ou quadrado – sempre se situava na parte central da aldeia, tendo as demais construções ao seu redor (Fernandes, 1949). Trata-se de um espaço que era constantemente limpo e sem qualquer tipo de vegetação. Ali se acendiam fogueiras para preparação de alimentos e bebidas quando ocorriam festas ou rituais antropofágicos, produção de bens materiais ou de encontros fortuitos entre os habitantes.

Entre estas (cabanas) deixam eles um pátio livre, em que matam os seus prisioneiros. (Staden, [1547-1555]1974:155)

Quando o principal da aldeia quer praticar algum negócio de importância, manda recado aos índios de mais conta, os quais se ajuntam no meio do terreiro da aldeia, onde em estacas que têm para isso metidas no chão, armam suas redes de redor da do principal (...). (Soares de Sousa, [1587]1971:317)]

Na praça também poderia estar localizado uma construção própria para as reuniões de conselhos dos chefes, denominada “casa dos homens”, ou a mitaçaba/tupaba, como veremos mais abaixo.

Tapya (casa em que se armazenam ou guardam coisas) – Próximos das casas também havia ateliês para manufatura ou produção de instrumentos e/ou utensílios de uso cotidiano, assim como a “cozinha” e locais de armazenamento de alimento e bebidas ou ainda, instrumentos utilitários e/ou ritualísticos. Segundo Assis (1996:85), os abrigos eram construídos de maneira simples, apenas um telhado apoiado por quatro esteios, no entanto, as dimensões poderiam variar em função da atividade a ser realizada no local ou finalidade. A *tapyia* poderia estar situada próxima das malocas, nos fundos, ao lado ou na frente, como também serem construídos na praça central para finalidades ritualísticas ou sociais.

(...) arranjaram os índios pela madrugada uma cabana no centro da aldeia e lhe deram o nome de ajupaue e depois juntaram-se todos para ver a cerimônia que nunca tinham visto.(Abbeville, [1632]1975:78)

Takana³⁷, opy³⁸ tavyva³⁹ (casa grande/casa dos homens) – esta estrutura geralmente se situava no centro da praça e era construída apenas para reuniões dos homens, especialmente dentre chefes e anciães; uma espécie de conselho dos homens que ditavam os rumos sociopolíticos e econômicos da aldeia ou do território de domínio. Segundo Fernandes (1949:69), neste conselho eram discutidos os principais problemas comuns do grupo local:

As questões que determinavam a reunião do conselho (...) eram assuntos que diziam respeito ao compartilhamento de um conjunto de problemas, criados através da luta em comum pela sobrevivência e pela garantia de meios de subsistência, e pela conservação de toda uma ordem existencial, recebida dos antepassados. (Fernandes, 1949:69).

Segundo Assis (1996:89), a estrutura obedecia ao mesmo estilo tecnológico e construtivo das demais casas, porém poderia não ter as paredes

³⁷ Entre os Tapirapé (Baldus, 1970 in Assis, 1996:90)

³⁸ Entre os Mbyá-Guarani (Assis, 1996:90)

³⁹ Entre os Asurini (Silva, 2000:54)

cobertas, bastando os esteios e o teto de palha. Léry, em um dos seus relatos a respeito de uma atividade social, descreve a casa dos homens da seguinte maneira:

Como as casas dos selvagens são em geral compridas, abauladas no teto e cobertas de ramos cujas pontas tocam o solo, abri com as mãos um buraco para ver a coisa à vontade. (Léry, [1577] 1980:212)

Os homens estavam durante este tempo reunidos em uma outra choça. Lá bebiam cauim e cantavam em honra dos seus ídolos, chamados Maracá (...).(Staden, [1547-1555]1974:88)

Mitaçaba ou tupaba (casa onde pousa o caminhante) – trata-se de uma estrutura mais simples e possivelmente menor que as casas da aldeia, que servia de acomodação aos visitantes e viajantes quando estes eram recebidos de maneira pacífica pelos habitantes da aldeia. Nesta estrutura havia rede para o descanso e local para se acender fogo, tal como na çapupau⁴⁰.

Quando alguém quer dormir na aldeia onde se encontra, o velho manda armar uma bonita rede branca, e, embora não faça frio nessa terra, manda acender três ou quatro fogueiras em torno da rede, já por causa da umidade, já por ser de tradição. Léry, [1577] 1980:238)

Çocaya ou tocaya (abrigo para aves ou outros animais) – são abrigos que tinham a finalidade de prender animais para alimentação para utilizá-los como matéria-prima, tais como as penas das aves, na confecção de artesanato e indumentárias ou para escambo.

Os selvagens criam agutis (cutia) como animais de estimação, mas também apreciam-nos bastante por causa de sua carne, que é excelente. (Thevet, [1555] 1978:112)

Além destas duas espécies de aves domésticas, criam os nossos selvagens patos, que chamam ypec. (Léry, [1577] 1980:148)

⁴⁰ Há relatos onde se afirma que os viajantes também se instalavam na maloca do chefe principal, como por exemplo. o do missionário capuchinho Claude D'Abbeville: *"Depois dos cumprimentos costumeiros, feitos por todos uns após outros, mandou o principal armar nossas redes ao lado da sua, dentro da cabana em que morava com sua família. Não foi ele o único a fazer-nos essa gentileza. Todos os principais das aldeias aonde chegávamos faziam o mesmo; consideravam grande honra hospedar-nos em sua casa e tomavam por afronta a recusa ou a escolha de outro aposento."* (Abbeville, [1632]1975:73)

Ygbirá ou igbirápataguî (paliçada e armadilhas) – O sistema de defesa das aldeias se constituía em paliçadas simples ou duplas e vegetais espinhosos para proteção, como podemos observar pelo relato abaixo:

Gostam de rodear suas choças com uma fortificação, a saber, levantam em volta dela uma estacada de troncos de palmeira rachados (...). Em torno desta estacada erigem ainda uma outra cerca, uma paliçada de paus grossos e compridos, não os colocando, entretanto, junto um do outro, mas a uma distância pela qual não pode passar um homem. (Staden, [1547-1555]1974:156)

Outros espaços, no perímetro interno das aldeias, também deveriam ser utilizados. Devemos nos lembrar que os espaços “vazios” e não citados na bibliografia também poderiam se configurar em espaços utilitários, como por exemplo, como caminhos para se transitar de um local a outro, para se alimentar, para descanso, locais onde as crianças poderiam brincar ou jogar; para descarte de lixo, dentre outros.

2.4 Edificações ou espaços externos

Cóg, copiçaba ou igbapaara (roça) – a atividade agrícola era fartamente praticada entre os povos Tupi, sendo o seu principal meio de subsistência. As roças se situavam na área externa à *taba*, mas dentro do território de domínio (*tecoaba*). Poderiam ter diferentes dimensões e cultivavam, especialmente, a mandioca e o milho (ora um, ora outro, dependia muito da região geográfica). As *capigaba* (casa na roça) eram casas que tinham a finalidade de proteger os indivíduos das intempéries, para o descanso e alimentação, além de armazenamento dos equipamentos agrícolas e outros instrumentos ou utilitários. As estruturas deveriam se parecer com as *tapyia*, já descritas acima, porém um pouco maiores, e poderiam constituir paredes também (Assis, 1996:98-99). Por serem as roças relativamente distantes das aldeias, talvez fosse uma maneira paliativa para que os indivíduos não perdessem tempo com os longos deslocamentos entre os dois locais, otimizando o tempo gasto no processo de limpeza da área e implantação da roça. Roças menores se situavam mais próximas ou no entorno da aldeia, onde se cultivava outras horticulturas, frutos, sementes, ervas e plantas medicinais.

Quando os tupinambás vão às suas roças, não trabalham senão das sete horas da manhã até ao meio-dia, e os muito diligentes até horas de véspera; e não comem neste tempo senão depois destas horas, que se vêm para suas casas; os machos costumam a roçar os matos, e os queimam e alimpam a terra deles; e as fêmeas plantam o mantimento e o alimpam(...).(Soares de Sousa, [1587]1971:311)

Kaá (mata) – fora do perímetro da aldeia e das roças se situam as matas, que é onde se localizam as áreas de caça, pesca, coleta, as jazidas minerais e de argila, além de lenha para diferentes usos (edificações da aldeia, paliçada, confecção de equipamentos utilitários e uso doméstico). Tal ambiente está diretamente voltado ao modo e meio de subsistência dos Tupi.

(...) a localização daquela área dentro da totalidade dos territórios dominados pelo grupo devia principalmente permitir acesso fácil e seguro às fontes de subsistência. (...) o grupo visava assegurar, especificamente, a proximidade de zonas piscosas (rios ou da costa marítima) e de terras agrícolas férteis. A abundância de caças e de aves, (...) nos bosques circundantes também precisava ser garantida. (Fernandes, 1949:66)

Acampamentos, com montagem de estruturas edificadas, também eram comuns quando os grupos Tupi saíam para pescar, caçar e guerrear, onde armadilhas específicas destinadas à realização destas atividades eram elaboradas pelos grupos Tupi (Noelli, 1993). Estes espaços externos à aldeia eram interligados e se comunicavam por diferentes vias ou caminhos de acesso, denominados *pe*, *piara* ou *xerape*, abertos por meio de trilhas no meio da mata. Também devemos lembrar que, por serem excelentes canoeiros, os Tupi se utilizavam muito das rotas fluviais e oceânicas para realizar os deslocamentos.

Do ponto de vista estrutural, a taba constituía-se, portanto, em um elemento integrativo, reunindo diversas famílias em torno de uma vida em comum. Os elementos internos e externos da aldeia, construtivos ou não, eram e ainda são de fundamental importância entre os Tupi.

Compreender aspectos relacionados à espacialidade, quanto à forma de ocupação e a utilização do espaço na sociedade Tupi é de suma importância neste trabalho, pois objetiva-se compreender a espacialidade do sítio arqueológico Florestal I e sua inserção no contexto de ocupação Tupi nesta região do Estado de Minas Gerais. No estado de Minas, o

registro/conhecimento de sítios arqueológicos Tupi compreende quase todas as suas regiões, como veremos mais abaixo; entretanto, mais especificamente à região de pesquisa, embora haja conhecimento de ao menos duas dezenas de sítios Tupi, atualmente é ocupada pelos *Krenak*, população indígena pertencente ao tronco linguístico Macro-Jê. Os *Krenak* são os últimos Botocudos do Leste, vítimas de constantes massacres decretados como "guerras justas" pelo governo colonial e, posteriormente, pelo avanço e ocupação territorial e econômica dos brasileiros. Hoje vivem numa área reduzida reconquistada com grandes dificuldades (ISA, 2016) que, por sua vez, foi diretamente atingida pelo desastre ambiental ocorrido no segundo semestre de 2015, causado pelo rompimento de uma barragem de rejeito de minério no município de Mariana (MG), o qual afetou diretamente a condição biológica do rio Doce e de áreas adjacentes.

Trata-se de importância ímpar compreender a forma de ocupação e utilização do espaço Tupi, assim como os aspectos tecnotipológicos da cultura material Tupi em Minas Gerais e, mais precisamente, do sítio arqueológico Florestal I, cujos resultados da análise da cerâmica serão apresentados mais abaixo (item 2.10.1) e, no capítulo 3, apresentamos os resultados da análise do material lítico; pois, como estamos trabalhando com uma região que é historicamente ocupada por populações não-Tupi, devemos ficar atentos a possíveis traços de alteração/mudança na conformação espacial do sítio arqueológico e na cultura material local, que podem sugerir ou remeter à possibilidade de interação/contato entre estas duas diferentes populações.

2.5 Arqueologia Tupi em Minas Gerais

No estado de Minas Gerais foram registrados menos de uma centena de sítios arqueológicos atribuídos a grupos Tupi. Talvez uma das causas tenha sido a maior atenção ao estudo de populações pré-ceramistas (caçador-coletores) e, no que condiz às populações que já fabricavam cerâmicas ou horticultoras, terem dispensado maior atenção às tradições arqueológicas Una e Sapucaí (Dias Junior & Panachuk, 2008). Apesar deste panorama, os dados publicados a respeito dos Tupi permitem inferir que essa população ceramista

esteve presente em diversas regiões do estado em diferentes momentos cronológicos. As pesquisas também apontam que em algumas regiões aparentemente houve contato dos Tupi com outros povos ceramistas (Aratu/Sapucai), sendo pertinente pensar na possibilidade da ocorrência de coabitação de uma mesma área ou região por dois grupos culturalmente diferentes em um mesmo período cronológico:

(...) posso mencionar as *nhaempepó* de formato piriforme que parecem ter ocorrência limitada na região Sudeste, com o seu formato semelhante às vasilhas associadas aos grupos Jê (tradição Aratu-Sapucai), com quem os Tupi devem ter mantido contato por muito tempo nesta região. (Corrêa, 2014:261)

É importante frisar que, sobre a indústria lítica Tupi, observa-se pelas publicações na arqueologia brasileira que, de maneira geral, pouca atenção foi dada a este tipo de vestígio arqueológico, apesar da diversidade e riqueza desta indústria (Prous, 2011; Noelli & Dias, 1995) e nas pesquisas que são correlacionadas aos sítios Tupi neste Estado também se verifica essa situação. A cerâmica arqueológica, por ser o elemento de maior visibilidade e por ser tratada como elemento diagnóstico da tradição *tupiguarani*, foi sempre o vestígio mais sistematicamente descrito dentre todos os objetos da cultura material Tupi. Desta forma, de maneira geral, as descrições a respeito das indústrias líticas Tupi são demasiadamente pobres e de pouca informação, o que de certa forma contribuiu para que este elemento da cultura material fosse por muito tempo relegado a uma importância secundária na arqueologia brasileira. As peças esteticamente mais “bonitas e sofisticadas”, quando identificadas junto aos vestígios cerâmicos Tupi, punham em dúvida se estas seriam realmente produzidas pelos Tupi, sendo por vezes associadas a grupos caçadores-coletores, levando os pesquisadores a tratar os sítios arqueológicos como locais que teriam sido reocupados pelos Tupi (Prous, 2011).

Devido ao tamanho do Estado, pretendo aqui seguir a orientação encontrada em Panachuk (2004), Almeida (2007) e Dias Junior & Panachuk (2008) a fim de se apresentar locais e características dos sítios, assim como as principais características dos respectivos materiais arqueológicos, a partir de uma divisão, tendo em vista as principais bacias hidrográficas do estado de Minas Gerais. (Figura 2)

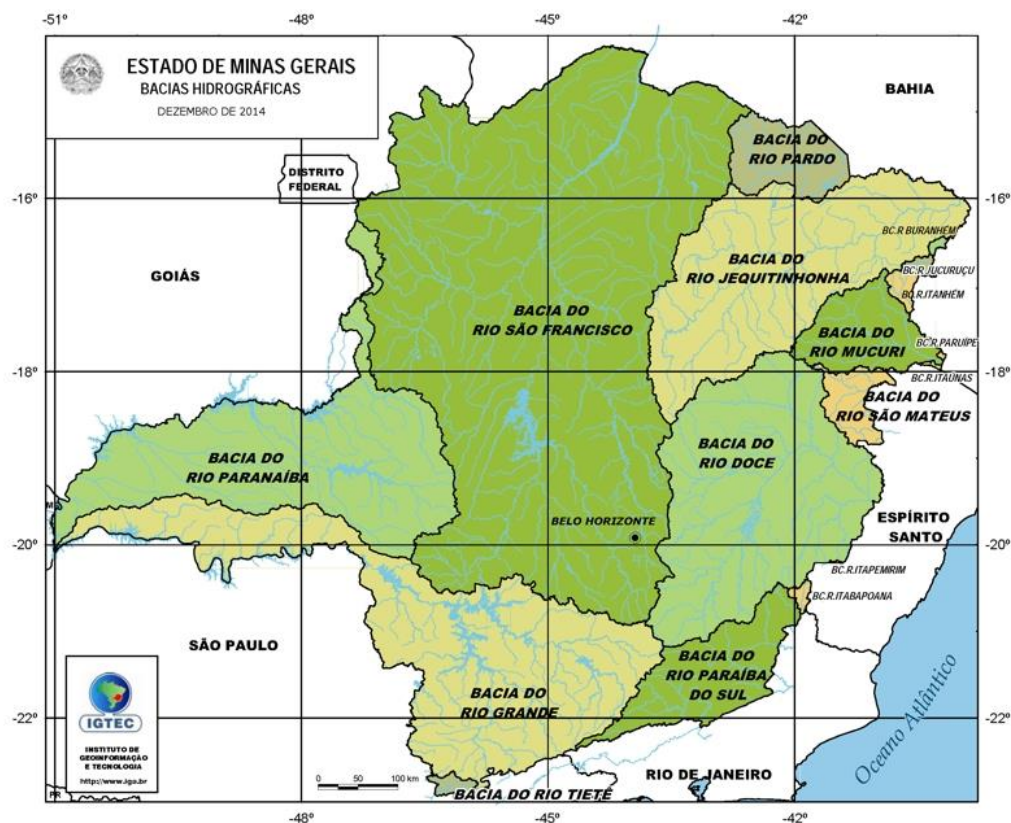


Figura 2 - Localização das bacias hidrográficas de Minas Gerais. Fonte: IGTEC, 2014.

2.5.1 A - Rio Grande (sul e sudoeste de Minas)

O rio Grande tem 1.360km de extensão, nasce na Serra da Mantiqueira e no sentido SE-NW até encontrar o rio Paranaíba (formando o rio Paraná), na divisa dos estados de MG, SP e MS. A presença de sítios da Tradição Sapucaí nesta região é predominante, aonde, segundo Prous (1992:412) “os Tupiguarani nunca chegaram a se implantar firmemente”. Entretanto, dado o fato de que tal afirmação tenha sido baseada em resultados de pesquisas realizadas até a década de 1980, novos achados arqueológicos associados aos Tupi evidenciados nos últimos anos permitem refutar tal afirmação.

Esta região foi alvo de pesquisas sistemáticas nos anos 70 pela equipe do IAB - Instituto de Arqueologia Brasileira - sob a coordenação do arqueólogo Ondemar Dias Júnior. Foram identificados quatro sítios arqueológicos localizados próximo ao rio Sapucaí, um afluente do Grande, nos municípios de Alfenas e Santa Rita do Sapucaí. Todos os sítios se situavam em áreas de elevações suaves, com suas extensões variando entre 5.000 e 10.000 m². Em ocorrências isoladas neste último município, foram identificadas duas urnas

contendo restos de ossos humanos. Ambas apresentavam decorações plástica do tipo corrugado-espatulado (Prous, 2011). Posteriormente, no final da década de 70, foram identificados mais dez sítios arqueológicos nos municípios de Paraguaçu, Fama e Carmo do Rio Claro. De maneira geral, o material cerâmico destes sítios pesquisados pelo IAB em ambas as campanhas apresentou, em sua maioria, ausência de decoração, porém, em menor escala, foram identificados fragmentos de decoração plástica (corrugado e ungulado majoritariamente) e pintada (engobo branco e vermelho com linhas em vermelho ou preta) (Dias Jr. & Panachuk, 2008). Nesta região, sobre o material lítico, há relatos apenas de quatro peças: um alisador de arenito com leves estrias, um fragmento de ponta de quartzo lascado e duas peças de quartzo sem lascamentos secundários (Prous & Alonso, 2010).

Nos anos 90, no município de Conceição dos Ouros/MG, também localizado no vale do rio Sapucaí, foram exumadas pela equipe do IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – duas urnas funerárias com presença de decoração plástica incisa e espatulada (Dias Junior & Panachuk, 2008). Neste mesmo município, escavações para fins de obtenção de licença ambiental, sob a coordenação da arqueóloga Loredana Ribeiro, foram realizadas no ano 2008⁴¹, onde foi evidenciado um sítio arqueológico situado em uma colina suave e em área urbana. O material cerâmico apresentou-se muito fragmentado (provavelmente devido às perturbações do solo causadas pelo processo de ocupação), mas verificou-se, em sua maioria, presença de diferentes tipos de decoração plástica. Também foram observados cacos com presença de decoração pintada, porém, em pouca quantidade. O material lítico se resumiu a poucas lascas em quartzo e quartzito.

No município de Andrelândia/MG, o MHNJB/UFMG, sob a coordenação do arqueólogo André Prous, realizou escavações no sítio Vassoural, que possui cerca de 10.000m². Este sítio, localizado em um terreno de elevação suave e próximo às margens do rio Turvo, apresentou material e resultados semelhante aos dos sítios trabalhados pelo IAB, em que, em relação à cerâmica, prevaleceu uma grande quantidade cerâmica sem decoração e em menor escala, cerâmica com decoração plástica (corrugado e ungulado) e

⁴¹ Comunicação pessoal com Loredana Ribeiro e André Prous (2010)

pintada (engobo branco e linhas vermelhas), respectivamente. Deste sítio, destacam-se a presença de cerâmica modelada com padrões figurativos, trempes e contas de colar (Panachuk & Carvalho, 2008; Dias Junior & Panachuk, 2008; Prous, 2011). O material lítico⁴² é formado por blocos polidores (alguns pesando cerca de 5kgs ou mais), lascas em quartzo e calibradores, além de fragmentos de lâmina de machado em silimanita. Neste município há três datações em TL: 480AP; 610±150AP e 700AP (Dias & Panachuk, 2008). No município de Perdizes, no sítio de mesmo nome, há uma datação por TL de 572±90AP (Corrêa, 2014 apud Figueredo, 2005); já no município de Alfenas há uma datação por C¹⁴ de 520±90AP no sítio denominado Jovino (Corrêa, 2014 apud Dias, 1975; Paulo & Seda 1979/80). Portanto, para esta região do Estado temos uma ocupação que teria perdurado ao menos dois séculos, após o primeiro milênio da nossa Era. Em consulta realizada no site do CNSA – Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos - essa região contabilizou um total de 19 sítios arqueológicos, cujas fichas os associam aos Tupi (Anexo 01).

2.5.2 B - Rio das Velhas (centro-norte de Minas).

O rio das Velhas tem sua nascente localizada próxima à Ouro Preto/MG e percorrendo 801kms, tem sua foz no rio São Francisco, no município de Várzea da Palma/MG, já na região norte do estado. Trata-se do maior afluente do rio São Francisco.

Desta região do estado foram publicados os primeiros registros desta cerâmica pelo arqueólogo Harold V. Walter (1958), na região cárstica da atual cidade de Lagoa Santa. Nos decênios posteriores houve registros desta cerâmica publicados por Hurt & Blasi (1969) e Laming-Emperaire (1974). Em todos os casos, não houve escavações, apenas coleta de material em superfície.

Junqueira e Malta (1978) analisaram material de cinco sítios localizados em três diferentes cidades da mesma região cárstica, Pedro Leopoldo, Matozinhos e Jaboticatubas. Todos os sítios apresentaram diâmetros que

⁴² Comunicação pessoal com André Prous e Ângelo Pessoa Lima (2015)

variavam de 20 a 250m² e se situavam em colinas suaves, próximos aos pequenos afluentes do rio das Velhas. Neste trabalho, os autores constataram na cerâmica local presença de pintura (engobo vermelho, faixas vermelhas e linhas pretas) e, em menor escala, decoração plástica do tipo ungulado. Não foi possível obter formas hipotéticas dos vasilhames pois o material se encontrava muito fragmentado.

Publicação de autoria de Prous, Baeta e Rubiolli (2003) apresenta a presença dos Tupi nesta região através da ocorrência de potes e fragmentos da cerâmica, além de material lítico identificado próximo à região de cárstica de Lagoa Santa, nos municípios de Lagoa Santa, Matozinhos e Confins. Sobre o material cerâmico, os autores destacam uma urna funerária com presença de decoração pintada que ainda continha material ósseo humano e que está depositada no Museu da Lapinha. Sobre o lítico desta região de Minas, destaca-se um colar de contas, lâminas de machado, plaquetas de xisto, blocos hematita trabalhados, além de pequenos seixos perfurados (que aparentemente tinha forma de dentes de felinos) (Prous, Baeta e Rubiolli, 2003; Prous & Alonso, 2010; Prous, 2011).

Tal como nos trabalhos do IAB na região do Rio Grande, já citados acima, os sítios cerâmicos predominantes nesta região estão associados à tradição ceramista Sapucaí, possibilitando aventar a possibilidade de um contato mais intenso entre as duas culturas que, por sua vez, podem ter tido reflexo na cultura material (dos Tupi) destes locais. Nesta mesma região, em Lagoa Santa, no sítio Rio Vermelho, foi identificado pela equipe da Scientia Consultoria (2010) uma vasilha pintada, porém não queimada, associada aos Tupi⁴³. Em consulta realizada no site do CNSA, essa região contabilizou um total de quatro sítios arqueológicos associados aos Tupi (Anexo 01).

2.5.3 C - Rio Jequitinhonha (nordeste de Minas)

O rio Jequitinhonha nasce próximo à cidade histórica do Serro/MG, no seu percurso de 1090kms atravessa o nordeste mineiro e deságua no oceano

⁴³ Comunicação pessoal com Adriano Carvalho (2015).

Atlântico, no estado da Bahia. Nesta região do estado, as informações são mínimas a respeito da presença de material ou localização de sítios Tupi.

Na cidade de Salinas foram encontrados três potes inteiros, um sem presença de decoração e outros dois com presença de decoração pintada. Não há relato sobre a presença de material lítico. Em 2000-2003, em trabalhos realizados com fins de obtenção de licenciamento ambiental, a equipe do professor Carlos Magno Guimarães, da UFMG, registrou a presença de sítios arqueológicos na região de Grão Mogol (Dias Junior & Panachuk, 2008). Em 2006 foi registrada ocorrência de material cerâmico ligado à Tradição Tupiguarani na cidade de São Gonçalo dos Rios das Pedras, próximo a Diamantina⁴⁴. Trata-se de dois potes com presença de pintura (motivos muito diferentes de qualquer coisa já encontrada em Minas Gerais) que estão depositados em coleção particular.

Em 2012, em trabalho de consultoria da empresa Scientia Consultoria, realizado no município de Dom Joaquim, foi identificado alguns poucos fragmentos cerâmicos com pintura típica e lascas em quartzo leitoso; no entanto, não se pôde afirmar se a localidade onde foi encontrado o material, de fato, pode ser considerada um sítio arqueológico associado a esta tradição, dado que os estudos ainda se encontram em andamento⁴⁵. O terreno onde foi identificada a ocorrência é formado por uma encosta suave e está próximo ao rio do Peixe, que atravessa o município. Em consulta realizada no site do CNSA, essa região contabilizou um total de dois sítios arqueológicos associados aos Tupi (Anexo 01).

2.5.4 D - Rio São Francisco (centro e norte de Minas)

O rio São Francisco é um dos mais importantes cursos d'água do país e do Continente sul-americano. Sua nascente está situada na Serra da Canastra/MG, no município de São Roque de Minas, na região centro-oeste do estado. Seu curso atinge 2814kms, no sentido SW-NE, e deságua no Atlântico, na divisa dos estados de Alagoas e Sergipe.

⁴⁴ Comunicação pessoal com Adriano Carvalho (2015).

⁴⁵ Comunicação pessoal com Vinícius Castilho e Anderson Barbosa (2015).

Região pesquisada pela equipe do IAB de 1970 a 1976, idealizado em um programa de levantamento sistemático⁴⁶ que pretendia cobrir toda a parte do rio que passa pelo Estado, ou seja, o alto e alto médio São Francisco. Em meado da década de 1970 foram realizados os primeiros levantamentos no médio São Francisco, no extremo norte de Minas Gerais, sendo identificados sete sítios arqueológicos com presença de material Tupi. Os sítios se situavam em áreas abertas, em meias encostas com relevo suave e tinham tamanhos que variavam de 2.000 a 18.000m². Apesar da pouca quantidade de fragmentos coletados, foi observada a presença de material cerâmico decorado nas modalidades pintada e plástica (Dias Junior, 1975; Dias Junior & Panachuk, 2008). Nesta pesquisa, o material lítico identificado era constituído por lascas de quartzo (menores que 7 cm) com retoques que foram classificados como facas e raspadores. Também foram identificados fragmentos de lâmina de machado (gnaisse e granito), um artefato em quartzito de forma trapezoidal e um seixo fragmentado (Prous & Alonso, 2010).

Em 1981, os arqueólogos P. Junqueira e I. Malta publicaram informe sobre material cerâmico que foi associado aos Tupi no norte do Estado, nas cidades de Januária e Montalvânia. O material não é numeroso e há predominância da decoração plástica ungulada nos fragmentos e vasilhames analisados. Em 1994 os arqueólogos A. Prous; M. Britto e M. Alonso (1994) publicam artigo sobre a presença de material arqueológico ligado à tradição Tupiguarani no vale do rio Peruaçu, município de Itacarambi. O material se resume a quatro potes com presença de decoração plástica do tipo ungulado, como observado por Junqueira & Malta (1981), nesta mesma região do estado. Os locais destas ocorrências se diferenciavam pelo fato de se situarem em locais de abrigo e a céu aberto. A respeito do material lítico desta região, Prous & Alonso (2010) afirmam que no médio vale do rio Peruaçu, foram coletadas lâminas de machado polidas (algumas miniaturas) e uma grande peça nucleiforme de sílex em dois sítios associados aos Tupi.

⁴⁶ Propevale – Programa de Pesquisa do Vale do São Francisco

No município de Pains/MG, há ocorrência de material cerâmico Tupi: trata-se de um pote com presença de decoração plástica (corrugada)⁴⁷, além de três fragmentos com presença de pintura e fusos que estão depositados no MAC – Museu Arqueológico do Carste do Alto São Francisco. Há apenas uma única datação por C¹⁴ para essa região, proveniente do sítio arqueológico Abrigo do Malhador, situado no município de Januária, que foi de 740±40AP (Corrêa, 2014). Em consulta realizada no site do CNSA, essa região contabilizou um total de doze sítios arqueológicos associados aos Tupi (Anexo 01).

2.5.5 E - Rio Paraíba do Sul (leste e sudeste de Minas)

O rio Paraíba do Sul tem 1137Kms de extensão e banha os estados de São Paulo, Minas e Rio de Janeiro. Em Minas Gerais, o rio passa pela região que é conhecida como Zona da Mata.

Após o fim das pesquisas intensivas realizadas pelo PRONAPA, esta região foi alvo de pesquisa do IAB, no ano de 1975, cujo programa foi denominado “Programa Paraíba Mineiro”, onde áreas próximas ao rio Muriaé foram focos de prospecção. Durante esta pesquisa foram registrados alguns sítios Tupi associados à fase Ipuca e Itabopoana (Corrêa, 2009).

Esta região foi alvo de pesquisas sistemáticas em quase duas dezenas de sítios associados aos Tupi desde 2000, nos municípios de Juiz de Fora, Carangola, São João Nepomuceno, dentre outros, pela equipe do MAEA/UFJF - Museu de Arqueologia e Etnologia Americana da Universidade Federal de Juiz de Fora - sob a coordenação da arqueóloga Ana Paula de Paula Loures de Oliveira, gerando farta documentação a respeito deste tema nesta região do estado de Minas. (Loures de Oliveira, 2000, 2005, 2006, 2008; Corrêa, 2009, 2014). O projeto de pesquisa possibilitou, de maneira profunda e sistemática, entender mais a respeito de como se deu a dinâmica de ocupação dos grupos portadores da cerâmica Tupi na região, já que uma grande quantidade de sítios foram sistematicamente pesquisados e há datações disponíveis para alguns dos sítios arqueológicos trabalhados pela equipe do MAEA/UFJF, sendo assim,

⁴⁷ Comunicação pessoal com Gilmar Henriques (2015).

umas das regiões mais bem pesquisados do estado de Minas. Os sítios, de maneira geral, estão situados em terrenos colineares suaves, à meia encosta e sempre próximas de fontes d'água (Corrêa, 2009, 2014).

(...) foi possível vincular quase vinte sítios como portadores de vestígios cerâmicos típicos da tradição arqueológica Tupiguarani. (...) em síntese, temos uma cerâmica arqueologicamente caracterizada como pertencente à tradição Tupiguarani com datações preponderantemente relacionadas a um período pré-colombiano, em uma região que para os séculos de colonização só há referência a populações Jê, arqueologicamente associadas às cerâmicas arqueológicas Una ou Aratu/Sapucai no caso de Minas Gerais (Corrêa, 2009:32-33).

A presença de material com decoração pintada e plástica foi verificada em muitos fragmentos ou potes inteiramente exumados (Loures de Oliveira, 2009; Corrêa, 2009, 2014). Sobre o material lítico pesquisado em cinco sítios por Corrêa (2009), percebeu-se a preferência da tecnologia do lascamento da matéria-prima para obtenção de lascas com gume cortante; porém o autor destaca que também foram observados instrumentos brutos, polidos e picoteados. A coleta de dados sobre o material cerâmico, lítico, fauna e flora foi vasta e, com isso, se pôde realizar uma profunda discussão a respeito das morfologias/formas relacionadas ao tamanho e função, situação dos sítios inseridos no espaço, estudo espacial dos sítios e sobre os aspectos encontrados na indústria lítica local.

Kneip & Crancio (2003) apresentaram resultados de material coletado em sítio a céu aberto no município de Leopoldina, próximo ao rio Pardo. O material cerâmico apresentou, em sua maioria, a presença de decoração plástica, mas também foi observado fragmentos com presença de pintura. Não foram mencionadas características da indústria lítica local, pois não foram encontrados quaisquer materiais arqueológicos de matéria pétreia (Dias & Panachuk, 2008; Corrêa, 2009; Prous & Alonso, 2010). Nesta região do Estado, as diversas datações realizadas em diferentes sítios arqueológicos apontam para uma ocupação Tupi longínqua, que teria durado mais de um milênio e teria se iniciado, segundo a datação mais antiga obtida, nos primeiros séculos da Era Cristã (Loures de Oliveira, 2004; 2006; Corrêa, 2009, 2014). Em consulta realizada no site do CNSA, essa região contabilizou um total de dezessete sítios arqueológicos associados aos Tupi (Anexo 01).

2.5.6 F – Rio Mucuri (nordeste de Minas)

O rio Mucuri possui 446km de extensão. Nasce no nordeste de Minas, no município de Malacacheta e deságua no oceano Atlântico, no sul da Bahia.

Há ocorrência de material cerâmico Tupi nos municípios de Carlos Chagas e Frei Gaspar, a partir de duas amostras de cerâmica que estão depositadas no MHNJB/UFMG, porém, não há maiores informações sobre sítios arqueológicos Tupi nesta região de Minas (Almeida, 2007).

2.5.7 G - Rio Doce (leste de Minas)

O rio Doce tem extensão total de 853kms da sua nascente, no município de Ressaquinha, localizado na Serra da Mantiqueira, Minas Gerais, e sua foz no oceano Atlântico, no município de Linhares, localizado no litoral norte do estado do Espírito Santo. A bacia hidrográfica do rio Doce, que pertence à região hidrográfica do Atlântico Sudeste, localiza-se na Região Sudeste do Brasil, nos paralelos 17°45' e 21°15' de latitude sul e os meridianos 39°55' e 43°45' de longitude oeste. Abrange 222 municípios mineiros e outros 26 capixabas que contam com uma população superior a três milhões de habitantes (IBGE, 2015).

Durante o projeto de licenciamento ambiental da UHE Aimorés, no Vale do Rio Doce, foram descobertos pela arqueóloga Alenice Baeta e sua equipe vários sítios arqueológicos atribuídos à cultura material Tupiguarani, além de dois outros sítios em contexto histórico. Até o início dos trabalhos diagnósticos esta região era praticamente desprovida de estudos sistemáticos, salvo uma pesquisa desenvolvida por Alenice Baeta em 1995 e 1996 nos municípios de Resplendor e Conselheiro Pena, que consistiu na identificação e documentação de abrigos com grafismos rupestres na Serra da Onça. Os sítios Tupi encontravam-se em três distintos compartimentos topográficos: nas praias e terraços do rio Doce, no alto e encostas das colinas às suas margens e em topos altos e meia encosta de seus tributários. Os testemunhos arqueológicos mais encontrados nestes locais foram fragmentos de utensílios cerâmicos com presença de decoração pintada e plástica, além de pesos de rede e fragmentos

de cachimbo. Objetos pétreos polidos ou lascados, além de estruturas formadas por blocos brutos líticos, que também foram identificados em grande quantidade nestes distintos sítios arqueológicos (Baeta & Alonso, 2004; Almeida, 2007; Piló, 2008; Prous & Alonso, 2010; Panachuk et al, 2010).

Na bacia do rio Doce, no município de Mutum, foram localizados quatro sítios Tupi, cujo material cerâmico se assemelha ao encontrado nesta região (Almeida, 2007). As datações obtidas por TL abrangem uma longa ocupação Tupi nesta região, que teria durado quase um milênio, iniciando-se nos primeiros séculos da Era Cristã (Baeta & Alonso, 2004; Panachuk, 2004). Em consulta realizada ao site do CNSA, essa região contabilizou um total de seis sítios arqueológicos associados aos Tupi (Anexo 01).

2.5.8 H – Rio Paranaíba (oeste de Minas)

O rio Paranaíba nasce na serra da Mata da Corda, no município de Rio Paranaíba/MG e, após percorrer 1.170 quilômetros, junta-se ao rio Grande, formando, então, o rio Paraná.

Situado no extremo oeste de Minas, divisa com Goiás, essa região foi pesquisada por Junqueira (1995) e Chmyz (1995), sendo identificado um total de sete sítios arqueológicos associados a esta tradição arqueológica no município de Nova Ponte, no Triângulo Mineiro. Todos os sítios apresentavam situação topográfica semelhante: situados em meia encosta de colinas suaves. Enquanto que Chmyz aponta a predominância da decoração pintada nos seus dois sítios pesquisados, Junqueira apresenta, em sua coleção proveniente de cinco sítios arqueológicos, a decoração plástica sendo mais utilizada que a decoração pintada. Sobre o material lítico local, Prous & Alonso (2010: 51) apontam que,

Dos sete sítios de Nova Ponte com material tupiguarani, apenas um – analisado por I. Chmyz (1995) – parece corresponder a uma ocupação típica; (...) seu instrumental lítico é muito pobre, comportando algumas lascas de arenito silicificado e quartzito, com 2,6 a 5 cm de comprimento (sendo as maiores, corticais); microlascas de quartzo com talão esmagado (o que nos sugere uma debitação sobre bigorna); fragmentos atípicos; uma bigorna e um percutor de quartzito, também utilizados como trituradores; e pequenos polidores manuais planos ou com sulcos, em arenito friável. (Prous & Alonso, 2010:51)

Em consulta realizada no site do CNSA, essa região contabilizou apenas um sítio arqueológico associado aos Tupi (Anexo 01).

Segundo Dias Junior (1976/1977),

“(...) o estado de Minas Gerais, pois, ao que tudo indica, foi uma região de intensas trocas de influência culturais, cujo estudo cada vez mais se reveste de importância e cujos resultados poderão esclarecer muitos problemas pendentes na pré-história da região sudeste e centro oeste”. (Dias Jr., 1976/77:126)

A meu ver, apesar dos esforços concentrados, especialmente no início deste século, ainda não existem dados suficientes para se afirmar e/ou compreender como se deu a dinâmica de ocupação, no atual território de Minas Gerais, pelas populações Tupi no passado, com total segurança. Apesar do material cerâmico se apresentar em várias regiões das grandes bacias hidrográficas do Estado, penso que ainda é preciso um maior levantamento sistemático de sítios e consequente estudo do material arqueológico Tupi; além disso, é preciso um aprofundamento da pesquisa, de modo panorâmico, no que concerne ao material lítico, que como observado mais acima, chamou pouca atenção dos pesquisadores e foi “deixado de lado”, especialmente nos anos 70, 80 e 90.

Algumas regiões possuem características distintas uma das outras em relação à topografia e vegetação, mas em relação à situação topográfica dos sítios, vimos que a maioria aqui comentada se encontra instalada em áreas abertas, a meia encosta de colinas suaves e sempre próximas de fontes d'água. Por estarem geograficamente próximas do litoral, o material cerâmico proveniente das bacias dos rios Doce, Jequitinhonha e do Paraíba do Sul são muito semelhantes aos encontrados no litoral brasileiro (da Bahia ao litoral Norte de São Paulo) e áreas onde há um predomínio de pinturas como decoração dos potes; as regiões dos rios Parnaíba e do Grande apresentaram material mais parecido com os encontrados no interior de São Paulo (Paranapanema), ou seja, maior incidência de decoração plástica; e, por sua vez, as regiões dos rios São Francisco e o das Velhas podem ter sido local de passagem da população Tupi no passado, devido à baixa incidência de material ligado a esta tradição (Prous, 1992, Prous & Alonso, 2010).

2.6 Arqueologia Tupi no Médio Rio Doce

2.6.1 Os aspectos físicos e ambientais locais e a inserção dos sítios arqueológicos na paisagem

Esta região do estado de Minas é formada por morros de gnaiss, sendo que alguns destes morros - como nos casos dos sítios arqueológicos Florestal I e Florestal II – possuem seus topos relativamente aplainados, de encostas abruptas situadas nos vales estreitos dos ribeirões afluentes do rio Doce. As áreas correspondentes às várzeas e terraços próximos ao rio Doce têm seus perfis topográficos planos, de formação superficial predominantemente aluvial e secundariamente coluvial. As áreas pouco mais distantes da calha deste rio compreendem perfil topográfico mais suave, variando de colinas baixas suaves a uma topografia plana. Trata-se de uma área de planície que é cortada pelos tributários do Doce, cujas altitudes estão em média na faixa dos 250m; variando de 84m no nível do rio principal e entre 200 e 400m nos topos. Antes da ocupação desta região pelos luso-brasileiros, a vegetação originária era composta por Mata Atlântica (subdividida em Floresta Densa e Estacional), mas hoje pouco restou desta mata originária. Atualmente, esta região de pesquisa é composta, em parte, por arbustos, gramíneas e por mata secundária (com árvores de pequeno e médio porte), utilizadas como áreas de pastagem (Baeta & Alonso, 2004; Piló, 2008; Panachuk et al, 2010).

2.7 Sítios Arqueológicos Tupi

Os dezesseis sítios arqueológicos Tupi identificados nesta região se situam em compartimentos diferenciados: nas praias e terraços do rio principal, no alto e encostas das colinas às margens do rio Doce e em topos altos e meia encosta de alguns dos afluentes do Doce. Alguns destes sítios arqueológicos, atualmente, encontram-se submersos pelas águas da Usina Hidroelétrica Aimorés – U.H.E Aimorés. Os testemunhos arqueológicos identificados nestes sítios são, de modo geral, fragmentos de artefatos cerâmicos e instrumentos líticos lascados, brutos e/ou pouco modificados, além de vestígios de produção destes. Em um destes sítios (Vala Seca) foi identificado restos de ossos

humanos depositados no fundo de urna parcialmente inteira. Os sítios arqueológicos João Reis, Hermes Piepper e Resplendor II apresentaram restos de estrutura de combustão. Não foram identificados em nenhum dos sítios arqueológicos vestígios de alimentação (Baeta & Alonso, 2004). (Anexo 02).

2.8 O sítio arqueológico Florestal I

O sítio arqueológico Florestal I foi identificado durante o projeto de licenciamento ambiental da Usina Hidroelétrica Aimorés, coordenado pela arqueóloga Alenice Baeta entre os anos 2000-2004. Localizado no município mineiro de Ituêta, nas coordenadas georreferenciadas 24K 0278747/7859803 (South America 69), o sítio arqueológico lito-cerâmico a céu aberto está situado em um topo aplainado de uma colina íngreme (cota altimétrica de 240m), distante 300m do ribeirão Resplendor e ± 50 m acima do nível deste afluyente do rio Doce. A vegetação local é composta em parte por arbustos e gramíneas e por mata fechada, com árvores de pequeno e médio porte. A paisagem local é acidentada, formada por morros de gnaiss de encostas muito abruptas e vales estreitos dos ribeirões (Baeta & Alonso, 2004; Panachuk et al, 2010). (Figura 3)

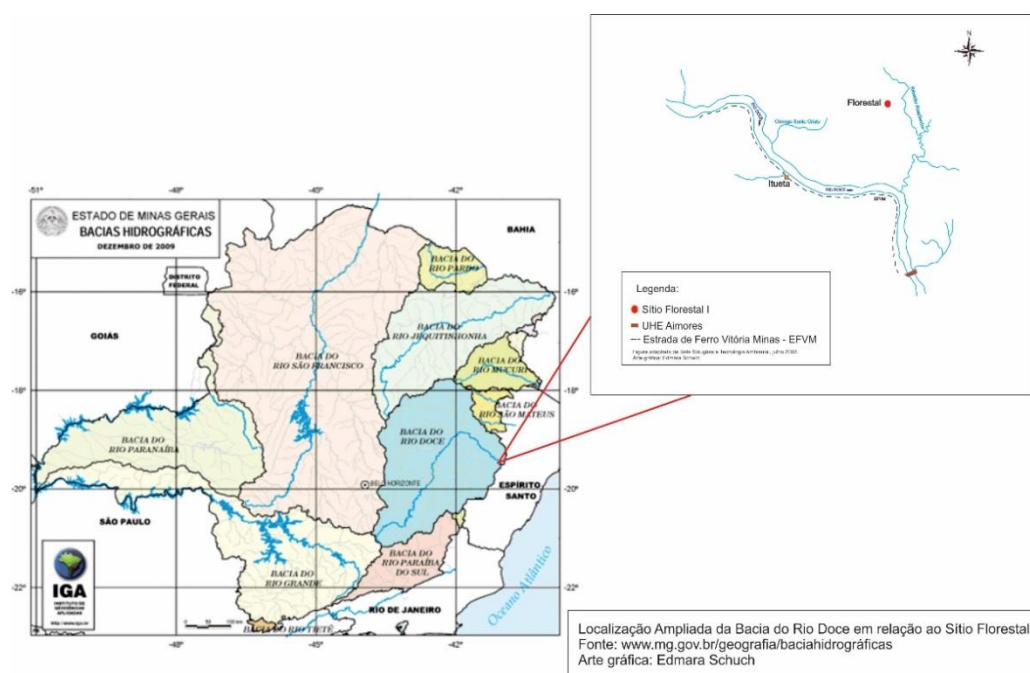


Figura 3 - Localização do sítio arqueológico Florestal I. Fonte: IGA 2009.

O sítio Florestal I está situado em compartimento topográfico diferenciado da maioria dos sítios arqueológicos atribuídos às populações Tupi que habitaram essa região do Médio Doce no passado, pois se situa em um topo de colina íngreme e distante cerca de 7 quilômetros da calha do rio principal (Figura 4). Próximo deste sítio, a cerca de 1,5km de distância, se localiza o sítio arqueológico Florestal II, também situado em um topo aplainado de morro, porém menos íngreme que o sítio Florestal I e que foi alvo de escavações sistemáticas promovidas pelo Setor de Arqueologia do MHN/UFMG.



Figura 4 - Imagem da inserção do sítio arqueológico Florestal I na paisagem. Fonte: Google Earth, 2015

Quando da sua identificação, ainda durante as prospecções arqueológicas, no sítio arqueológico Florestal I foram identificadas várias concentrações de material arqueológico, que eram majoritariamente formadas por cerâmica indígena, apresentando decoração pintada e plástica, além de material lítico lascado e bruto. Estas concentrações de material arqueológico estavam espalhadas na superfície do sítio por uma área de aproximadamente 15.000m². Outros elementos, como grandes blocos granitóides, torrões de

barro queimado e concentrações formadas por lítico bruto também chamaram a atenção dos pesquisadores (Baeta & Alonso, 2004; Piló, 2008).

Na parte coberta por mata fechada constatou-se maior nível de preservação dos testemunhos arqueológicos, sendo observadas as maiores concentrações de material em termos quantitativos e dimensionais. Não se observou desenvolvimento de manchas pretas, geralmente associadas a restos orgânicos decompostos no solo, que podem indicar a ocupação local por grupos humanos. Esta informação pode ser um indicativo de que a ocupação no local tenha sido rápida o suficiente a ponto de não se formar tais manchas de terra orgânica, porém, tal hipótese será alvo de discussão posteriormente. O ribeirão Resplendor é peça importante no entendimento da dinâmica social e econômica desta população pretérita que ocupou a área do sítio, pois há possibilidade deste ter sido navegável por canoas no passado, prática comum entre os grupos Tupi que ocuparam o litoral brasileiro, segundo relatos de diversos cronistas quinhentistas como Lery, Thevet, Staden e Sousa (Fernandes, 1948). Além disso, há suspeita de ter sido realizada coleta de argila neste ribeirão pelos indivíduos que habitaram os sítios Florestal I e II no passado, já que foi constatado no fundo do leito argilas de ótima qualidade para a fabricação de cerâmica (Panachuk et al, 2010; Jácome, 2006), entretanto, trata-se apenas de uma hipótese, pois não foram estabelecidos testes comparativos entre as argilas coletadas e o material cerâmico. Os terraços ou áreas alagáveis ao longo do curso d'água, podem ter sido aproveitadas para o cultivo de hortas, mas trata-se apenas de uma hipótese, que também será discutida no presente trabalho.



Figura 5 - Fotografia do aspecto da paisagem local. Fonte: Setor de Arqueologia/UFMG, 2003

As primeiras intervenções arqueológicas no sítio foram realizadas na fase de diagnóstico e de resgate pela equipe de pesquisadores coordenada pela arqueóloga Alenice Baeta para obtenção da Licença Ambiental da UHE Aimorés nos anos 2000-2002. Nesta etapa foram abertas uma trincheira e seis sondagens em diferentes locais do sítio com o intuito de se observar o estado de conservação do mesmo e da qualidade do material arqueológico. Posteriormente, no ano de 2003, o Setor de Arqueologia do Museu de História Natural e Jardim Botânico da Universidade Federal de Minas Gerais, sob a coordenação do arqueólogo André Prous, promoveu escavação sistemática de outras duas áreas distintas do sítio arqueológico, localizadas na área de mata fechada, onde presumia-se que o material arqueológico poderia estar mais bem preservado. (Figura 5)

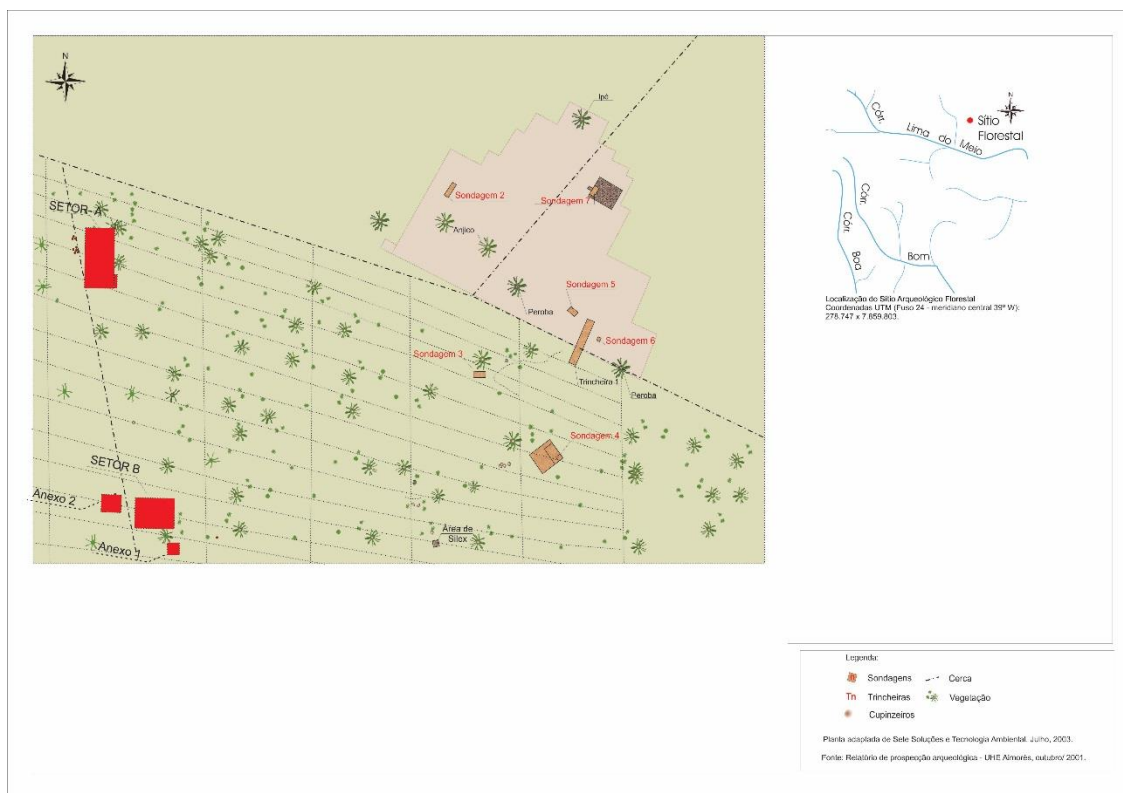


Figura 6 – Intervenções arqueológicas no sítio Florestal I. Fonte: Almeida (2007)

2.9 As escavações realizadas pela equipe do Consórcio Aimorés – CEMIG & CVRD

Quando da identificação deste sítio arqueológico, foi constatado pela equipe de pesquisadores que parte da área era utilizada para agricultura, pois haviam sinais de perturbação na superfície do solo provocado pela utilização mecânica do arado. Havia também outra área, esta de mata fechada, localizada na porção centro sul do sítio arqueológico, onde se constatou estar ainda bastante preservada, sem sinais de perturbação no solo, e onde foram identificados concentrações de material arqueológico em superfície provavelmente *in situ*. Na área revolvida pelo arado foi realizada coleta de fragmentos cerâmicos e lítico lascado ou bruto utilizado em superfície, para evitar que este material arqueológico fosse comprometido e danificado em maior escala. Após a limpeza da superfície na área revolvida, procedeu-se a

setorização desta área com abertura de quadras de 5m² e coleta do material em superfície.

Após esta coleta foi aberta uma trincheira, denominada Trincheira 1, cuja dimensão era de 3,0m x 1,0m. A sua localização se deu em função da grande quantidade de cerâmica arqueológica e lítico lascado em superfície e também pela suspeita desta área ser um antigo fundo de habitação. Verificou-se através da escavação desta sondagem que o nível de interferência do arado chegava a atingir cerca de 20 cm de profundidade, composto por sedimento orgânico argiloso, com presença fortuita de fragmentos cerâmicos e lítico lascado. Também se confirmou que esta área escavada não se tratava de um fundo de habitação, como aventavam os pesquisadores antes da realização da intervenção neste local do sítio arqueológico. Posteriormente, apesar da pouca quantidade de material arqueológico exumado, esta sondagem foi ampliada, com o intuito de observar se havia de fato alguma camada intacta, pois a mesma se encontrava nos limites entre a área revolvida e a mata fechada.. Observou-se na área ampliada que o sedimento encontrava-se muito mais compacto, de coloração marrom-escuro e com presença de carvões esparsos. A quantidade de material cerâmico (composto por fragmentos pequenos) e lítico não foi grande e o pacote arqueológico atingia profundidade máxima de 20 cm. Após este nível, o sedimento tornou-se estéril. A mesma situação foi observada na Sondagem 2, aberta na zona de solo revolvido na parte noroeste do sítio arqueológico (Baeta & Alonso, 2004; Piló, 2008).

Próximo da Sondagem 3, situada na zona de mata fechada, foi identificado um conjunto composto por 15 blocos granitóides, que apresentavam orifícios circulares produzidos por humanos (Figura 7). Suas dimensões médias eram de 2 a 3 cm de diâmetro. Não foram definidas as possíveis funcionalidades destes blocos⁴⁸ pelos pesquisadores, no entanto, havia fragmentos cerâmicos associados a eles. Esta sondagem apresentou as mesmas características em relação às descritas acima. A Sondagem 4 apresentou grande quantidade de fragmentos cerâmicos, além de lítico lascado, alguns calibradores e fragmentos de objetos polidos (amazonitas). As

⁴⁸ Algumas suposições a respeito destas estruturas, seu uso ou significado, não puderam ser comprovadas pelos pesquisadores, no entanto, embora em menor número, estruturas semelhantes a esta também foram identificadas no sítio arqueológico Florestal II.

características do sedimento não mudaram em relação às demais sondagens descritas acima, no entanto, foram identificados nódulos de terra vermelha junto ao sedimento e o pacote arqueológico foi mais profundo, chegando aos 30 cm de profundidade, sendo a camada de 0-10 cm com maior densidade de material.



Figura 7 - Fotografia dos blocos granitóides.
Fonte: Baeta & Alonso (2004)



Figura 8 - Fotografia de cerâmicas em superfície. Fonte: Piló (2008)

A Sondagem 5, aberta na área de solo arado, contava com blocos granitóides semelhantes aos encontrados próximos da Sondagem 3. Associados a estes blocos havia fragmentos cerâmicos que chegavam até 5 cm de profundidade e uma concentração de carvão que os pesquisadores acreditam que seja originário de uma raiz queimada recente, mas houve coleta de amostras. Abaixo do nível dos blocos não foi constatado presença de material arqueológico. A Sondagem 6, localizada na mata fechada, em superfície foi identificado um conjunto composto por uma grande lasca de sílex, um batedor e um grande fragmento de cerâmica, porém, nos níveis abaixo da superfície não foi identificado presença de material ou outros indícios arqueológicos. A última sondagem, de número 7, foi aberta na área revolvida, onde em superfície foi encontrado um pequeno pote cerâmico ainda inteiro. O pacote arqueológico foi mais denso em relação às demais sondagens e chegou aos 30 cm de profundidade. Fragmentos que se encontravam no mesmo nível arqueológico do utensílio cerâmico foi alvo de datação por termoluminescência e apresentou como resultado $1300 \pm 150\text{AP}$ (Baeta & Alonso, 2004).

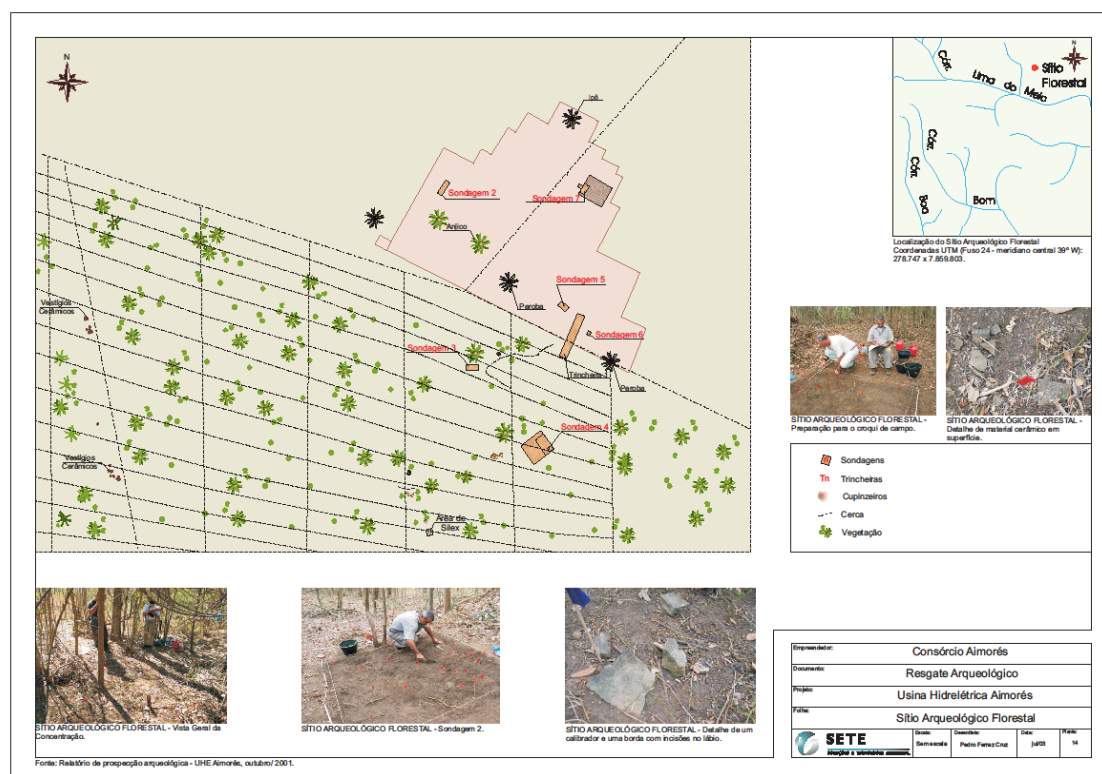


Figura 9 - Localização das intervenções arqueológicas. Fonte: Baeta & Alonso (2004)

Na fase de resgate arqueológico foi procedida uma varredura (na área revolvida e de mata fechada) visando coleta de material arqueológico em superfície em uma área que totalizou 6750m² e que foi subdividida em 12 setores para melhor visualização e mapeamento destes testemunhos arqueológicos. Duas sondagens de 2m² foram abertas nos locais de maior concentração de material arqueológico em superfície, sendo que ambas apresentaram material lítico e cerâmico até os 20 cm de profundidade. Os dois sedimentos apresentaram características semelhantes às demais intervenções realizadas no sítio arqueológico ainda durante a fase de diagnóstico: marrom-escuro, com presença de carvões fortuitos, argilosa e com restos de matéria orgânica (raízes e radículas). Após os 20 cm de profundidade, o sedimento ficou com sua cor amarelada e bastante compactada.

As intervenções arqueológicas realizadas pela equipe do Consórcio UHE Almorés não encontraram vestígios alimentares, como sementes ou ossos de animais. Os pesquisadores acreditam que a falta destes elementos se deram devido ao solo ácido e à ação das intempéries, principalmente, a umidade; no entanto, couraças de cangas, identificadas em diversos pontos na superfície do

sítio, podem ter fornecido pigmento para tintas utilizadas nas decorações da cerâmica pintada (Baeta & Alonso, 2004).

2.10 A escavação realizada pela equipe do Setor de Arqueologia do MHNJB/UFMG

A escavação realizada pelo Setor de Arqueologia se justificou pela boa preservação do material e das estruturas do sítio arqueológico, situação observada previamente pela equipe de pesquisadores nos trabalhos de licenciamento ambiental da usina de energia e pela situação topográfica atípica em que se situava. Além disso, as informações coletadas neste sítio arqueológico poderiam ser de suma importância e agregadas de forma positiva às informações já coletadas do sítio vizinho, o Florestal II, onde a equipe do Setor já estava trabalhando desde 2002, com objetivo de compreender melhor as características da ocupação e do material arqueológico para compará-los aos demais sítios associados a esta tradição arqueológica no estado de Minas e em outras regiões do país.

Duas áreas de maior potencial, onde se encontravam as maiores concentrações de material arqueológico em superfície e ainda intactas, foram escolhidas para serem trabalhadas. Denominadas Setor A e Setor B, estavam distante cerca de 100 metros um do outro no sentido norte-sul. Ambos os setores se situavam em uma parte relativamente aplainada do topo e foram escavados de forma simultânea pela equipe. (Figuras 10 e 11)



Figura 10 - Fotografia da escavação do Setor A. Fonte: Setor de Arqueologia/UFMG, 2003



Figura 11 - Fotografia da escavação do Setor B. Fonte: Setor de Arqueologia/UFMG, 2003

No setor A foram inicialmente abertas 28 quadrículas de 1m² na superfície. De acordo com a evidenciação do material, foram sendo abertos outras quadrículas para maior entendimento da estrutura espacial neste setor, totalizando ao final 57m² de área escavada. No setor B foram abertas a princípio 32 quadras de 1m² na superfície. Da mesma maneira que no setor A, de acordo com a evidenciação do material arqueológico, foram abertas mais quadras durante a escavação, totalizando ao final 101m². Há de se ressaltar que deste total de área escavada que compreende o setor B, há dois anexos que estão separados da área principal, denominados Anexo I, com 20m² e Anexo II, com 36m², situados, respectivamente, a sudeste e oeste da área de escavação principal (Almeida, 2007).

O pacote arqueológico nos setor A chegou ao máximo aos 20 cm de profundidade, enquanto que no setor B o pacote arqueológico chegou aos 35 cm, mas esta presença de material a tal profundidade no setor pode estar relacionada à presença de bioturbações (raízes, tocas de pequenos mamíferos e formigueiros) que podem ter contribuído no deslocamento de algumas peças para níveis mais profundos. Nas duas áreas escavadas constatou-se maior densidade de material nos primeiros 10 cm de profundidade. O sedimento em ambos os setores era de coloração marrom-escuro e argiloso, com presença de muitas raízes e radículas; em alguns pontos havia presença de carvões de forma fortuita, sem formar concentrações que sugerissem serem possíveis estruturas de combustão. Após o pacote arqueológico, o sedimento tornou-se de cor mais amarelada e estéril (Almeida, 2007).

A quantidade de material cerâmico foi superior ao lítico. Os fragmentos cerâmicos, embora de tamanho diminutos ou médios, eram quase que totalmente originários de vasilhames que remetem a diferentes formas e tamanhos. Foi identificada ainda durante a escavação, fragmentos com presença de decoração pintada e plástica típica da tradição arqueológica Tupiguarani. Bolas de argila queimada e calibradores também foram objetos cerâmicos identificados e coletados nesta escavação do Setor de Arqueologia. O material lítico exumado destes locais foi diversificado, observaram-se lascas e restos destas que remete ao uso das técnicas bipolar e unipolar para obtenção. A indumentária lítica também contou peças brutas que foram modificadas (com ou sem intenção) pelas mãos dos humanos para diferentes

funções, como por exemplo, calibradores, batedores, bigornas, polidores, objetos que foram polidos intencionalmente, como as amazonitas, dentre outros (Almeida, 2007). Infelizmente, vestígios de fauna e flora ou de alimentação também não foram identificados nesta escavação, possivelmente, por se tratar de um solo muito ácido e devido às intempéries (trata-se de um sítio a céu aberto) como já observado em pesquisas anteriores neste sítio arqueológico.

2.10.1 Aspectos tecnotipológicos da cerâmica do sítio Florestal I

No sítio arqueológico Florestal I foram coletados um total de 12.972 fragmentos cerâmicos, sendo 8.110 nas fases de prospecção e resgate realizados na obtenção de licenciamento ambiental para construção da UHE-Aimorés e 4.862 provenientes da escavação desenvolvida pelo Setor de Arqueologia do MHN/UFMG.

As informações a respeito do material cerâmico foram retiradas de Baeta & Alonso (2004); Almeida (2007) e Piló (2008). O material cerâmico, de maneira geral, se encontrava bastante fragmentado⁴⁹, possivelmente devido às perturbações no solo causadas por atividades agrícolas e bioturbações (formigueiros, cupinzeiros, tocas de pequenos mamíferos e raízes). O material era composto principalmente por fragmentos originários de vasilhames, dentre os quais identificaram-se fragmentos de borda, bojo, base, além de apêndices (alças). Também foram identificados calibradores, bolas de argila, um fragmento de “peso de rede” e um fragmento que apresentava dois orifícios em forma de “U”, cuja funcionalidade não foi definida (Figuras 12 e 13).

⁴⁹ As variações mínima e máxima do tamanho e espessura dos fragmentos eram de 0,7 cm até 19,0 cm de comprimento e de 0,4 cm até 3,9 cm de espessura, no entanto, a maioria dos cacos cerâmicos eram de tamanhos reduzidos; poucos foram os fragmentos maiores que 10 cm de comprimento.

	
Figura 12 - Fotografia do fragmento cerâmico. Fonte: Almeida (2007)	Figura 13 - Fotografia do calibrador em cerâmica. Fonte: Almeida (2007)

A análise dos fragmentos e utensílios cerâmicos evidenciou uma grande variedade na composição de seus antiplásticos, sendo estes de origem mineral e vegetal. Como componentes da pasta, foram identificados: o quartzo, dos tipos hialino e leitoso, em tamanhos variados (na maioria de <2mm a 4mm, mas em alguns poucos casos, chegaram a 1 cm). Este elemento foi identificado em todos os fragmentos analisados da coleção do Florestal I; foram frequentes também o feldspato, o caco moído (chamote) e a mica. Aparece menos o óxido de ferro, a escória de turmalina, sílica, nódulos de argila branca e carvão de origem vegetal. Apresentaremos abaixo os principais tipos de conjuntos de antiplásticos⁵⁰ observados na pasta. (Tabela 1)

⁵⁰ Foi averiguada a morfologia dos grãos de quartzo, feldspato e escória de turmalina que, em muitos casos, se apresentavam moídos, indicando a possibilidade de terem sido inseridos de maneira intencional. Também são encontrados grãos com aspectos arredondados, que tanto podem ter sido acrescentados à pasta quanto serem componentes originais da argila. No caso da mica, notou-se que em algumas situações este mineral era um componente natural da argila, enquanto em outros serviu como aditivo em forma de pó, ou ainda, em pedaços folheados.

Tabela 1 – Tipo de antiplásticos.

Principais conjuntos de antiplásticos	
Tipo 1	Quartzo / Feldspato / Mica
Tipo 2	Quartzo / Feldspato / Caco moído
Tipo 3	Quartzo / Feldspato / Mica / Caco moído
Tipo 4	Quartzo / Feldspato / Mica / Caco moído / óxido de ferro

Fonte: Almeida (2007)

A principal técnica de manufatura/confecção dos vasilhames cerâmicos foi através do uso de roletes, no entanto, também foi identificada a técnica de modelagem em alguns fragmentos de apêndices (asas), ou ainda o uso conjugado destas duas técnicas em fragmentos de base, onde os roletes eram elaborados sobre uma base previamente modelada. Na coleção foi observada, em sua maioria, esfera redutora⁵¹, sinalizando que a queima dos vasilhames pode ter sido realizada em fogueiras abertas. O miolo da pasta apresentava, em sua maioria, coloração acinzentada (clara e escura) ou preta. A presença de fragmentos com esfera oxidada foi pequena e a coloração observada no miolo destes cacos era branca ou creme.

Em relação ao tratamento da superfície, variava desde o alisado regular até o alisado irregular. Para a obtenção de uma superfície altamente regularizada, como foi observado na maioria dos fragmentos, possivelmente foi utilizado alisadores manuais, tais como pequenos seixos, que por seu turno, foram identificados na coleção lítica do sítio arqueológico, ou alisadores de origem vegetal. Os antiplásticos nestes fragmentos de superfície regularizada eram comumente compostos de grãos finos ou médios. Nos fragmentos cujo tratamento superficial era irregular, possivelmente foi utilizado instrumentos de superfície rugosa para o alisamento ou também, em função dos antiplásticos muito aparentes (grãos grossos). Não foi observado nos fragmentos sem decoração, presença de superfícies polidas ou brunidas. Em fragmentos com presença de decoração, foram identificados tipos específicos de tratamento de superfície que variavam de acordo com o tipo de decoração. Nos fragmentos de decoração cromada, foi observada a preferência por um tratamento superficial regular e fino em ambas as paredes e, presença de engobo nas superfícies que recebiam as tinturas ou elementos gráficos. Os fragmentos com

⁵¹ A queima incompleta com porção reduzida central foi a mais comum; seguida pela queima com porção reduzida interna e externa, respectivamente.

presença de decoração plástica tinham a parede interna com o alisamento regular em todos os casos observados. Não foi possível inferir o tipo de tratamento dado à face decorada, presente sempre na face externa dos fragmentos.

A textura (dureza e compactação) dos fragmentos cerâmicos apresentou-se, em sua maioria, porosa e com distribuição homogênea de antiplásticos no interior. A presença de negativos de bolhas de ar foi identificada em alguns casos e provavelmente eram oriundas do desprendimento de material ou da entrada de ar no interior dos roletes ou entre suas junções. A superfície dos fragmentos cerâmicos, geralmente, apresentava coloração marrom; a cor marrom escura e avermelhada era menos frequente. Foram observadas na coleção fragmentos com decoração crômica e plástica (Figuras 14 e 15), embora a maioria dos fragmentos não apresentasse elementos decorativos, verificou-se a presença de ambos os tipos decorativos em uma mesma peça.



Figura 14 - Fotografia do fragmento cerâmico pintado. Fonte: Almeida (2007)



Figura 15 - Fotografia do fragmento cerâmico ungulado. Fonte: Almeida (2007)

Na coleção foi notada uma grande variedade de tipos de decoração plástica, sendo observada a associação de duas a três variações em um único fragmento. Os tipos mais frequentes eram o ungulado (apresentavam-se de formas alinhadas e/ou não alinhadas, em sentido oblíquo, horizontal e vertical); seguido pelo corrugado, ponteadado e inciso. A maioria das decorações plásticas

se situava na parede externa dos fragmentos oriundos do bojo e nos lábios das bordas. A profundidade das impressões decorativas variava desde rasas até as mais profundamente marcadas na superfície. (Tabela 2)

Tabela 2 – Tipo de decoração plástica.

Tipo de decoração plástica	
Ungulado	Ungulado/Inciso
Corrugado	Ungulado/Estriado
Ponteadada	Ungulado/Acanalada
Acanalada	Ungulado/Escovado
Inciso	Corrugado/Acanalado
Espatulado	Corrugado/Espatulado
Estriado	Acanalado/Inciso
Escovado	Inciso/Escovado
Digitado	Ungulado/Corrugado/Inciso
Ungulado/Digitado	Ungulado/Ponteadado/Escovado
Ungulado/Ponteadada	Ungulado/Inciso/Estriado

Fonte: Almeida (2007)

A decoração pictórica se apresentou bastante deteriorada ou desgastada e, em muitos casos, de difícil visualização. A coleção apresentou fragmentos com decorações monocromáticas, bícromáticas e tricromáticas. A presença de engobo branco foi frequente e, eventualmente, havia nele algum tipo de sobreposição. O engobo vermelho foi constatado em poucas ocasiões. A quantidade de tipos de grafismos foi variada, sendo possível observar alguns padrões gráficos das pinturas. As tintas pretas ou marrons foram utilizadas para desenhos de traços finos ou em formas de pontos; sugerindo que tenham sido confeccionados com um pincel delicado. Com essas cores, observaram-se desenhos de linhas simples, geralmente paralelas entre si, situadas na maioria dos casos em fragmentos de borda e lábio. Em alguns fragmentos verificaram-se presença de linhas pretas simétricas em forma de labirinto sobre fundo branco. Nos fragmentos de borda prevalecia, frequentemente, a decoração do tipo faixa, de cor vermelha. (Tabela 3)

Tabela 3 – Tipo de decoração pintada.

Tipos de decoração pintada
Engobo branco (com ou sem mica)
Engobo vermelho
Engobo branco com faixa vermelha
Engobo branco, com traços pretos/marrons paralelos
Engobo branco, com traço fino vermelho
Engobo branco com linhas onduladas e pontos pretos
Engobo branco com linhas onduladas, pontos e linhas paralelas
Fundo branco, faixa vermelha, traços paralelo
Fundo branco, faixa vermelha, traços finos pretos
Engobo branco, linhas pretas simétricas em forma de labirinto
Engobo branco, faixa vermelha, traços finos arredondados

Fonte: Almeida (2007)

Um diferencial quanto à cerâmica local foi a presença de mica, tanto como elemento antiplástico presente na pasta, quanto para a finalidade decorativa. Foi observada a ocorrência deste mineral em sua forma *in natura* em diversos locais próximos ao sítio arqueológico. Em alguns fragmentos há uma grande quantidade desse mineral, principalmente em forma de pó, dando um “efeito purpurina” na superfície do caco. Este efeito era observado tanto no lado interno, quanto no externo da parede, mas em menor quantidade na face interna dos fragmentos sem decoração. Em alguns fragmentos cromados, parece que a mica foi acrescida em forma de pó junto ao engobo branco e este efeito não foi observado nos fragmentos com decoração plástica. Sabe-se que a mica pode ser um componente natural encontrado na argila, no entanto, pode ser o caso de que o acréscimo controlado e intencional do mineral,, com finalidade decorativa da peça.

2.10.2 Formas identificadas de bordas, lábios e vasilhames

A maioria das bordas analisadas apresentava forma direta e lábio arredondado; seguido por forma introvertida e extrovertida e lábio arredondado. Outras formas encontradas são:

Tabela 4 – Tipologia de borda e lábio

Tipologia de borda e lábio	
Borda extrovertida e lábio plano	Borda introvertida com lábio arredondado
Borda direta, biselada com lábio arredondado	Borda introvertida, biselada com lábio arredondado
Borda direta com lábio arredondado	Borda introvertida com lábio apontado
Borda direta com lábio apontado	Borda introvertida, biselada, com lábio apontado
Borda direta com lábio plano	Borda com reforço externo e lábio arredondado
Borda extrovertida com lábio arredondado	Borda introvertida com lábio plano
Borda extrovertida, biselada com lábio arredondado	Borda introvertida, biselada, com lábio plano
Borda extrovertida com lábio apontado	

Fonte: Almeida (2007)

No setor B foram identificadas duas peças semi-inteiras; ambas peças são vasilhames pequenos (com diâmetros entre 10 e 20 cm) que se parece com pequenas cumbucas (Figura 16). Apenas uma única peça inteira foi exumada da escavação em uma área bastante revolvida pelo arado. Trata-se de um pequeno vasilhame globular com as bordas introvertidas e sem presença de decoração, contudo, sua superfície apresenta-se bastante rugosa (Figura 17).



Figura 16 - Fotografia da vasilha semi-inteira. Fonte: Almeida (2007)



Figura 17 - Fotografia do Vasilhame globular. Fonte: Piló (2008)

A mensuração do diâmetro da boca dos vasilhames, mediante o uso do ábaco e pelo tamanho das bordas identificadas (comp. x larg. x esp.); indicam que os vasilhames são de três tamanhos: pequeno (10 a 20 cm de diâmetro); médio (20 a 39 cm de diâmetro) e grande (>40 cm de diâmetro). As bases identificadas na coleção foram as de formas côncavas; convexas e planas.

Além disso, observaram-se algumas considerações pertinentes quanto às formas reconhecidas no sítio arqueológico e à funcionalidade destas e também a respeito dos vestígios de uso identificados na análise:

- Os fragmentos de borda que possuem pintura na face interna são oriundas de vasilhas abertas, como por exemplo, as tigelas.
- Os fragmentos de borda que possuem pintura no lado externo da borda sugerem formas de vasilhames de tipo fechado, como as igaçabas, por exemplo.
- Alguns fragmentos que possuem a decoração plástica do tipo unglado são oriundas de potes bi-infletidos. Outro dado observado é que os vasilhames com presença destas características (decoração e forma) sugerem que eram destinados ao preparo de alimentos que iam ao fogo, já que existem vestígios de uso (fuligem) em diversos fragmentos de bojo.
- Algumas bordas que possuem decoração plástica no lábio parecem ser oriundas de vasilhas abertas, como por exemplo, as bacias.
- Algumas bordas diretas parecem ser oriundas de potes de forma globular, como as cumbucas por exemplo.
- Um fragmento de base, de grandes dimensões (17,0 cm x 15,0 cm x 1,2 cm) e totalmente plana, foi exumado da escavação do setor A. Na peça há grandes manchas de fuligem que sugerem sua utilização ao fogo e pode ter sido destinada à função de assar ou à torrefação de alimentos.
- Nos fragmentos com presença de elementos pictóricos, quase não foi observado marca de fuligem na parede externa; ao contrário das peças com decoração plástica, principalmente as ungladas, onde houve casos onde se verificou que as marcas de fuligem eram provocadas pelo uso constante das peças ao fogo.
- Estrias internas de uso, que poderiam ser provocadas pela utilização de colheres ou semelhantes, foram observadas em raríssimos casos, porém, não foi possível inferir se tais marcas realmente foram provocadas pelos utensílios ou se tratava de simples arranhões provocados por fatores pós-deposicionais.

2.10.3 Formas identificadas dos vasilhames

As formas identificadas neste sítio arqueológico remetem às formas abertas, bi-infletidas, globulares e fechadas, de diferentes escalas de tamanho, conforme as figuras abaixo. (Figuras 18 a 21)



Figura 18 - Formas Abertas



Figura 19 - Formas bi-infletidas

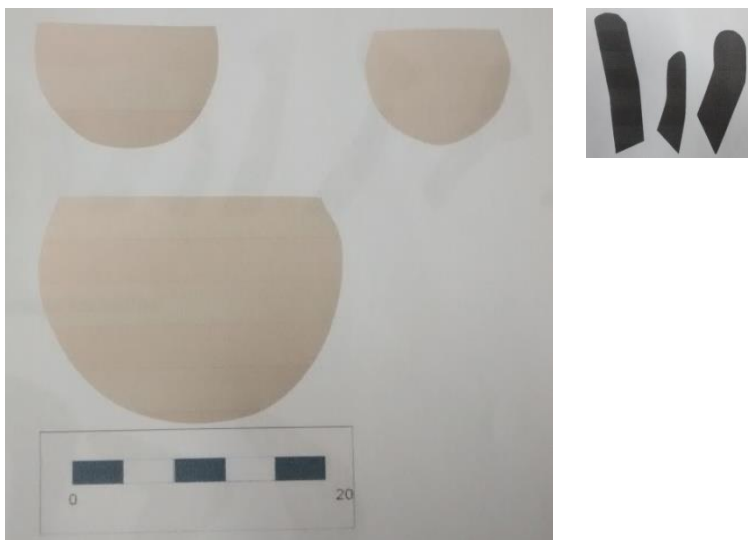


Figura 20 - formas globulares

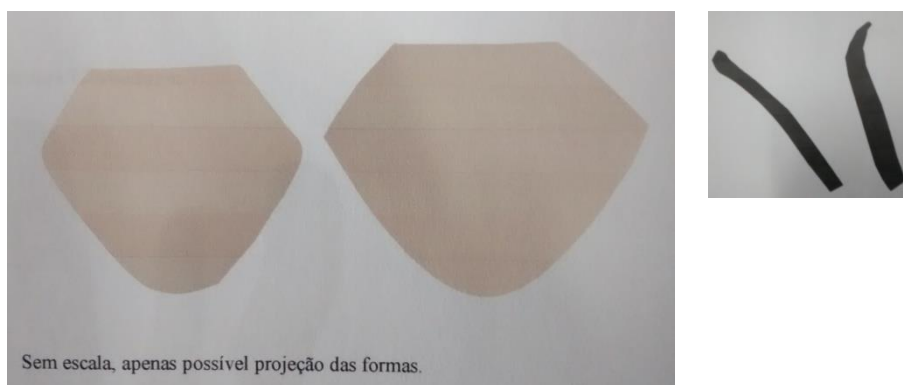


Figura 21 - Formas fechadas

3 – Análise da indústria lítica do sítio arqueológico Florestal I

3.1 Metodologia de análise do material lítico

O material lítico de cada setor foi primeiramente pesado, quantificado e triado, sendo descartados da análise qualitativa os objetos sem quaisquer marcas e/ou vestígios de utilização. O material que seria alvo da análise qualitativa foi higienizado e, posteriormente, cada peça recebeu uma numeração individual. Os parâmetros descritivos utilizados na classificação do material lítico lascado, bruto e/ou pouco modificado do sítio Florestal I seguiram as definições de Prous (1986/90, 2004), Prous & Alonso (1986/1990, 2010), Fogaça (2001), Pessoa Lima (2005) e Ribeiro et al (2009).

3.2 Análise tecnológica do material lítico lascado dos setores A e B do sítio Florestal I

Para organizar e facilitar a leitura vamos apresentar, primeiramente, a quantidade de material lítico lascado analisado, contabilizando todas as peças dos setores A e B⁵². Posteriormente, iremos apresentar os tipos de matéria-prima utilizada e os tipos de córtex observados na coleção lítica lascada. Por último iremos descrever de maneira detalhada os resultados da análise deste material lascado, separando o setor A e o setor B.

Duas técnicas de lascamento, unipolar e bipolar sobre bigorna, foram identificadas na amostra analisada dos setores A e B do sítio Florestal I. A maior parte do lítico lascado remete ao uso da técnica bipolar. A priori, não foram identificadas peças com retoques em ambos setores, o que não causa demasiada surpresa, pois observou-se durante a análise que as lascas produzidas foram utilizadas majoritariamente de forma bruta, talvez pelo fato da matéria-prima disponível nas redondezas do sítio não serem de boa qualidade para se lascar e, conseqüentemente, serem modificadas pela façõagem ou

⁵² Os setores A e B distam entre si cerca de 100m, conforme a figura 6 do capítulo 2 (p. 108).

retoque. No entanto, trata-se de algo que será discutido posteriormente no item das *sínteses preliminares*.

Foram classificadas no total 248 peças em ambos setores, conforme o figura 22 abaixo.

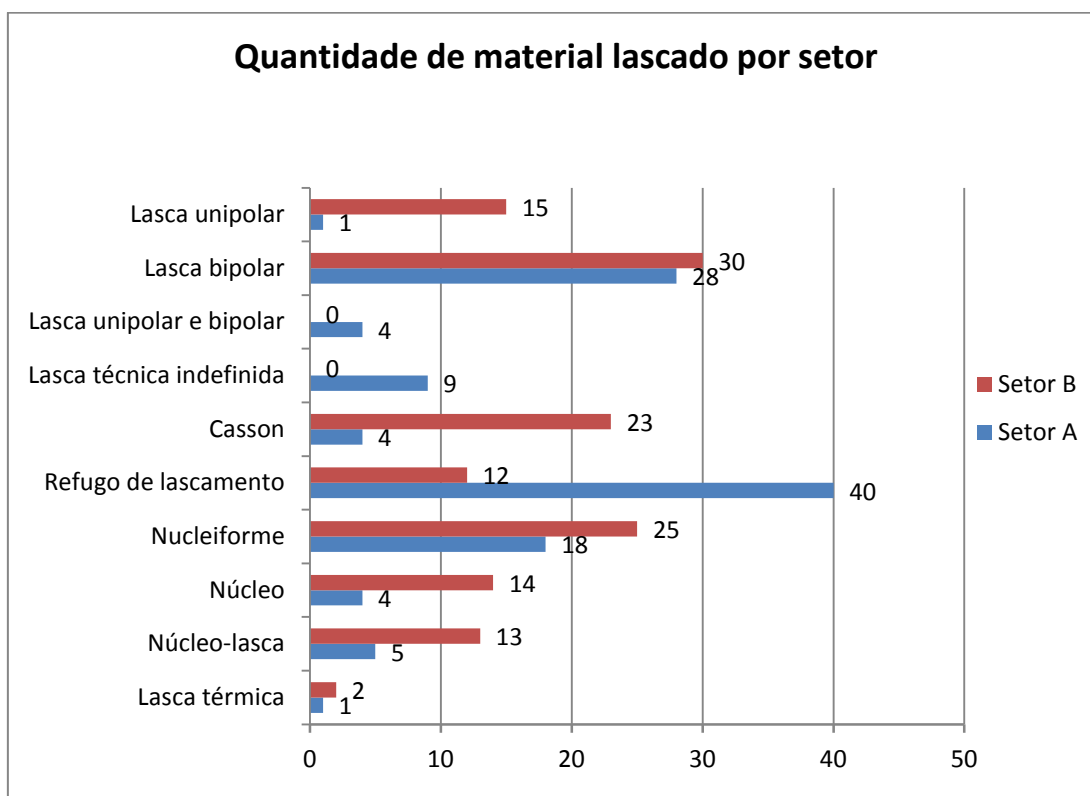


Figura 22 - Gráfico classificação do lítico lascado x quantidade em cada setor escavado

3.2.1 Matéria-prima

No setor A e no setor B teve maior frequência o quartzo, nas seguintes variedades: quartzo leitoso (67), quartzo translúcido (48), quartzo hialino (48), quartzo policristalino (27), quartzo rosa (2) e quartzo híbrido/translúcido e leitoso (2). Outras matérias-primas também foram identificadas entre a indústria de lascas, são elas: feldspato (30), gnaiss (12), calcedônia (6), e sílex (4). Não foi possível identificar a matéria-prima de duas peças, ambas no setor A. (Figura 23)

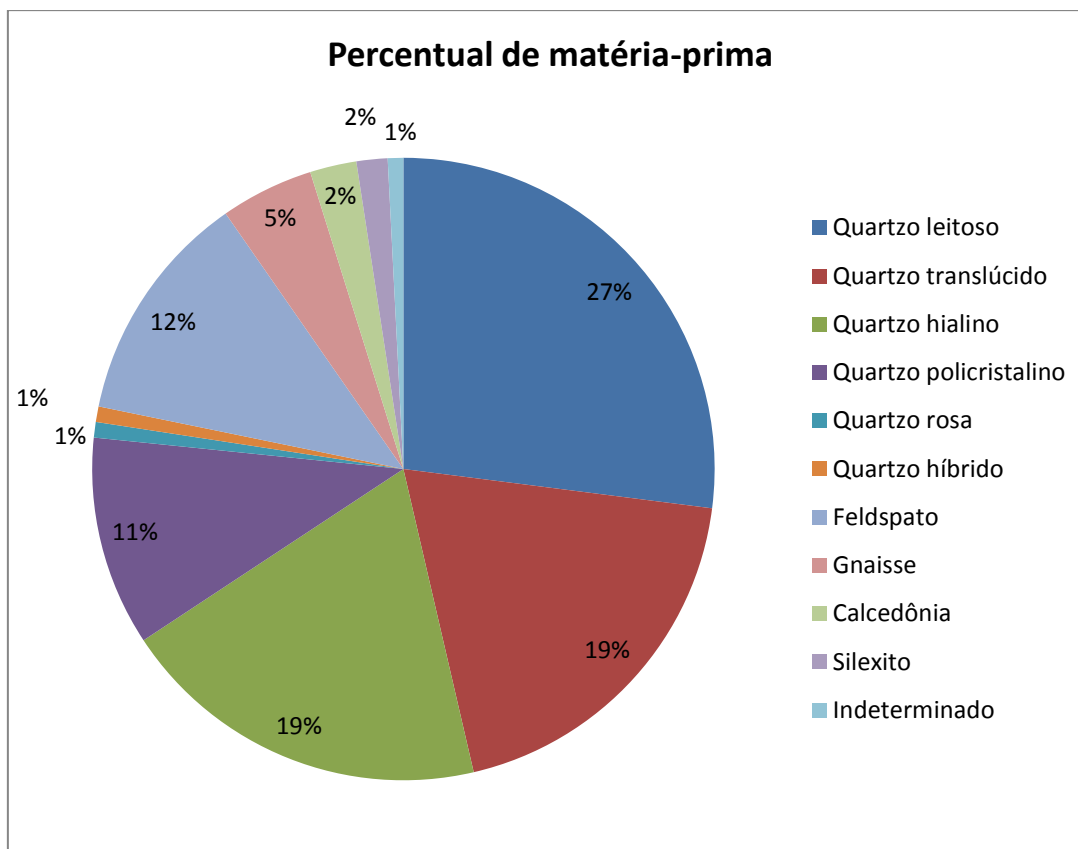


Figura 23 - Gráfico tipo de matéria-prima (setores A e B)

Todas essas matérias-primas - à exceção do quartzo hialino - identificadas em ambos os setores podem ser encontradas nas proximidades do sítio arqueológico Florestal I (Baeta & Alonso, 2004), portanto, apesar do sítio estar situado em topo de morro, a princípio, seus pretéritos habitantes não precisavam percorrer longas distâncias para obter estas matérias-primas. Quanto ao quartzo hialino, que foi utilizado em menor intensidade, pode ser um indicativo que suas fontes ou jazidas estariam situadas longe do sítio ou pode-se vislumbrar a obtenção desta matéria através da troca.

3.2.2 Córtex

As peças da indústria de lascas nos setores A e B, em sua maioria não apresentaram córtex em superfície (158). A presença de córtex de maneira parcial foi identificada em dezoito peças (80); córtex com parte de faceta de cristal (4). Não foi possível determinar o tipo de córtex em 4 peças. (Figura 24)

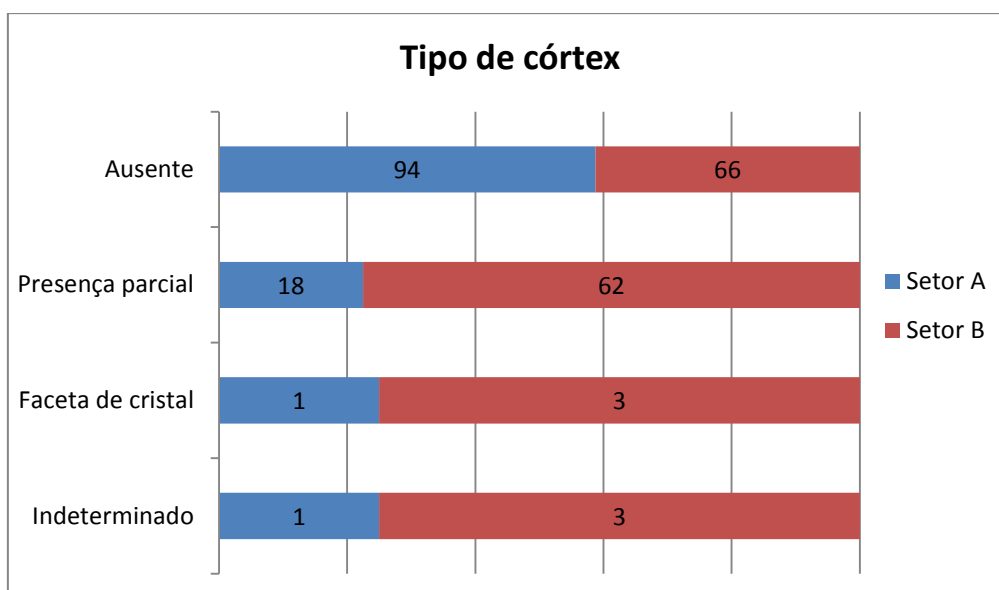


Figura 24 - Gráfico tipo de córtex (setores A e B)

Onde foi possível observar presença de córtex, em especial entre os quartzos leitoso, translúcido e policristalino, ficou claro que todos são provavelmente provenientes de fontes secundárias, como blocos de filão - que afloram no solo - e de seixos rolados - que poderiam ter sido coletados no ribeirão Resplendor. Isso pode ser um indicativo de que a maior parte da matéria-prima utilizada nesta indústria de lascas estava disponível nas proximidades do sítio arqueológico, de modo que seus antigos habitantes procuravam se utilizar do máximo destas matérias disponíveis nas redondezas, possivelmente evitando longos deslocamentos a fim de buscar, talvez, outras matérias-primas de melhor qualidade para se lascar. Devido à grande quantidade de peças com ausência completa de córtex, tudo indica que houve uma exploração intensiva dos blocos de matéria-prima, debitando-lhes, além das faces externas corticais, as camadas internas frescas que originam lascas sem córtex. Essa ausência do córtex pode ser um indicativo que, na maioria das lascas analisadas, remete à fase final da cadeia operatória da debitage. As lascas que possuem córtex parcial podem indicar, talvez, a fase intermediária dentro da cadeia operatória da debitage de lascas.

3.3 Análise do lítico lascado do Setor A

3.3.1 Lascas Bipolares

No setor A foi contabilizado um total de 28 lascas bipolares, sendo a maioria de quartzo. (Figuras 25 e 26)



Figura 25 - Fotografia da peça N° 173 - Lasca bipolar



Figura 26 - Fotografia da peça N° 173 - Lasca bipolar

3.3.1.1 Matéria-prima

O quartzo foi o tipo de matéria-prima mais utilizada para se lascar através da técnica bipolar no setor A, com um total de 19 peças. No entanto, houve diferenciação quanto ao tipo de quartzo. Outras matérias-primas, sendo 8 peças de feldspato e 1 peça de silexito, também foram debitadas através desta técnica, conforme figura 27 adiante.

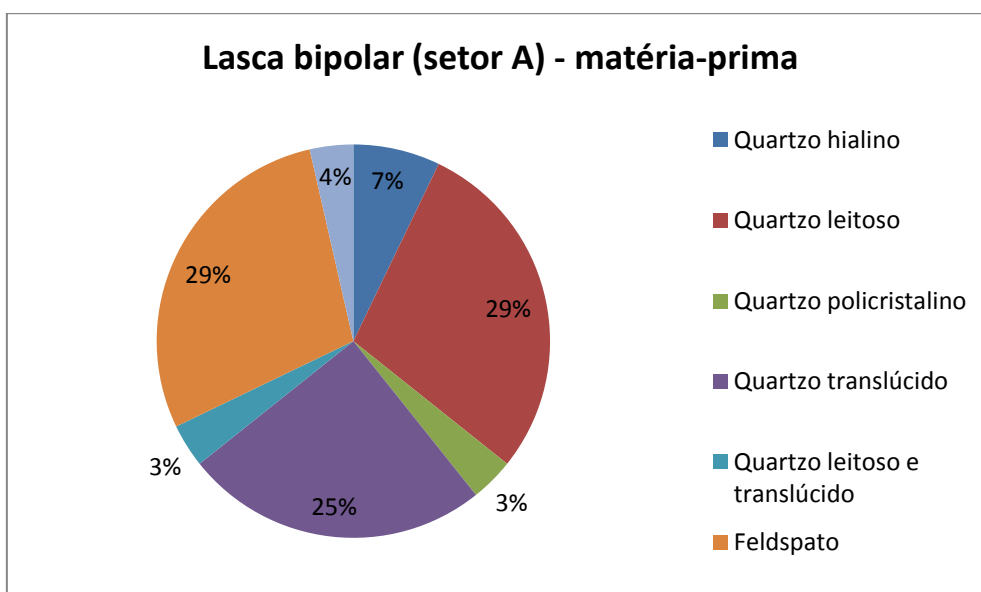


Figura 27 - Gráfico tipo de matéria-prima das lascas bipolares (setor A)

3.3.1.2 Tipos de córtex

A grande maioria das lascas bipolares deste setor não tinha córtex (75%), as demais mostraram presença parcial (18%), ou com faceta de cristal (7%). Esse resultado segue o padrão observado entre o lítico lascado do sítio arqueológico, onde a ausência total de córtex foi uma constante no material analisado, conforme gráfico abaixo. Tal resultado indica que as lascas bipolares deste setor, em sua maioria, remetem à fase final da cadeia operatória da debitage através desta técnica, já que contam com maior percentual dentro da totalidade de lascas bipolares analisadas. (Figura 28)

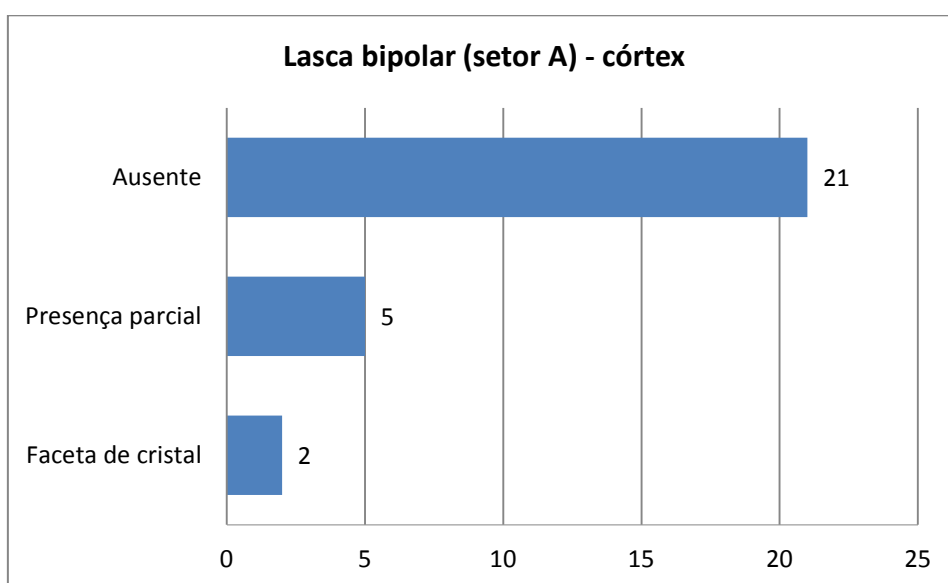


Figura 28 - Gráfico tipo de córtex das lascas bipolares do setor A

3.3.1.3 Tipos de Talão

Como já era de se esperar, a maioria das lascas bipolares neste setor apresentam talão esmagado, fruto da própria técnica de debitage bipolar que deixa os talões com essa característica marcante. As lascas de talões triangular e liso destoam um pouco deste padrão observado entre as lascas bipolares, porém não chega a ser algo totalmente fora do comum; em todos os casos, neste setor ocorreram apenas um caso de cada, respectivamente. A grande quantidade de talões, cuja tipologia não foi determinada, ocorreu principalmente devido à péssima qualidade de matéria-prima que se observa no sítio arqueológico como um todo, impossibilitando sua classificação de forma clara, porém, outros elementos tecnológicos observados nestas lascas

puderam confirmar que estas são realmente produtos de debitagem bipolar. (Figura 29)

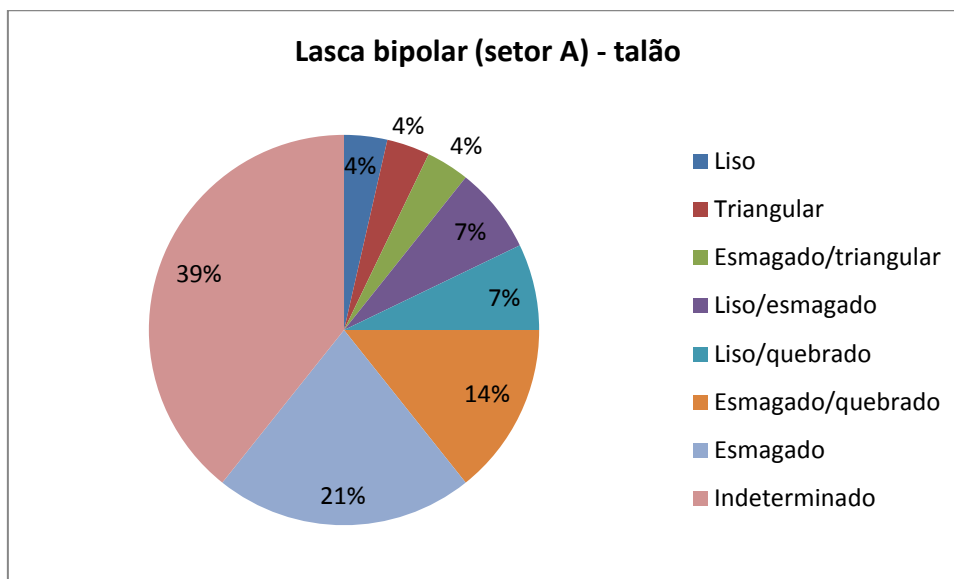


Figura 29 - Gráfico tipo de talão das lascas bipolares do setor A

3.3.1.4 Perfil

Todas as lascas bipolares deste setor apresentam perfil abrupto, um padrão constantemente observado para os produtos de lascamento bipolar.

3.3.1.5 Negativo de lascamento e orientação dos negativos

As lascas bipolares deste setor A do sítio Florestal I apresentam em média 1,8 negativos de lascamento, sendo o número mínimo encontrado 1 e o máximo 10. Na maioria dos casos, os negativos possuem orientação “paralelas no mesmo sentido” (11) ou “paralelas no mesmo sentido e de sentido oposto ao eixo de lascamento” (4). Em menor frequência foi observado “paralelas no mesmo sentido e diagonais” e “paralelas no mesmo sentido e perpendicular”, cada qual com um caso. Novamente, devido à péssima qualidade da matéria-prima local disponível, não foi possível classificar a orientação dos negativos das lascas bipolares de maneira plena em 11 casos. De qualquer maneira, percebe-se que a debitagem destas lascas era realizada em mais de um eixo, portando, foram constantemente movimentadas ou giradas para serem percutidos em vários pontos diferentes da superfície. (Tabela 5)

Tabela 5 – Orientação dos negativos - lasca bipolar - (setor A)

Orientação dos negativos	Quantidade
Paralelas no mesmo sentido	11
Paralelas de mesmo sentido e de sentido oposto	4
Paralelas de mesmo sentido e diagonais	1
Paralelas de mesmo sentido e perpendicular	1
Ilegível	11
Total	28

3.3.1.6 Dimensões das lascas bipolares

As lascas bipolares do setor A apresentam dimensões que variam entre 0,5 a 4,2 cm de comprimento; 0,5 a 2,5 cm de largura e 0,1 a 1,6 cm de espessura. Em todas as lascas bipolares analisadas nota-se que estas são mais longas no comprimento do que largas, o que aparentemente constitui um padrão dimensional, independente do tipo da matéria-prima. (Tabela 6)

Tabela 6 – Dimensões das lascas bipolares (setor A)

Dimensões (cm)	Menor	Maior
Comprimento	0,5	4,2
Largura	0,5	2,5
Espessura	0,1	1,6

3.3.2 Nucleiformes

No setor A, foi contabilizado um total de 18 nucleiformes. (Figuras 30 e 31)



Figura 30 - Fotografia da peça N° 59 - Nucleiforme



Figura 31 - Fotografia da peça N° 102 - Nucleiforme

3.3.2.1 Matéria-prima

A grande maioria dos nucleiformes identificados no setor A tem o quartzo leitoso como matéria-prima, com 9 casos. Também foi observado nucleiformes de quartzo hialino (4), translúcido (2) e rosa (1). Há um caso de nucleiforme cuja matéria-prima é o feldspato. Em um caso não foi possível a identificação (Figura 32). A acentuada quantidade de nucleiformes de quartzo leitoso frente às demais matérias-primas pode estar diretamente relacionada à quantidade de lascas bipolares desta matéria identificadas neste setor, assim como em relação ao quartzo hialino, que de certa maneira, segue esta proporção quando observamos o número de lascas bipolares de tal matéria-prima. Esta relativa proporcionalidade entre quantidade de lascas e nucleiformes não foi observada para o quartzo translúcido e o feldspato.

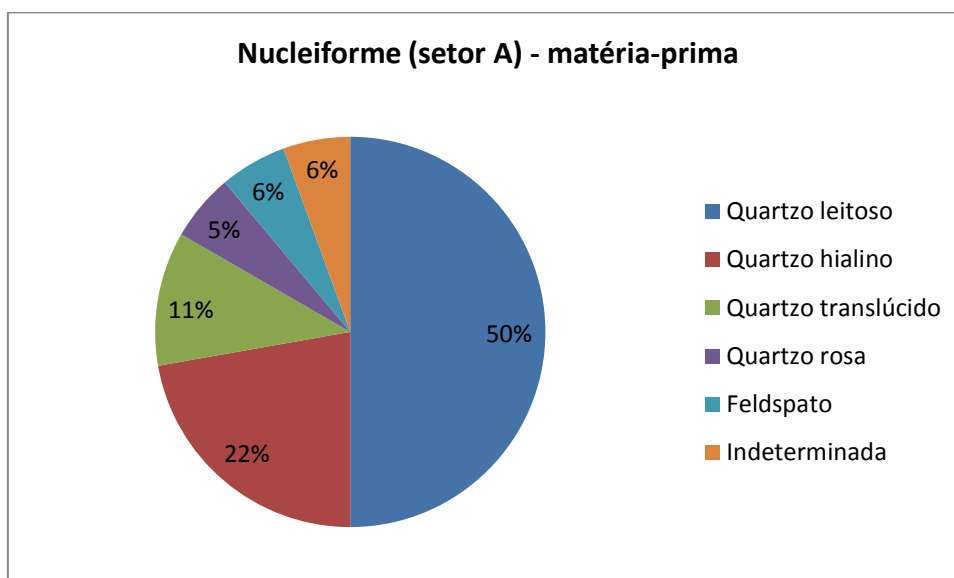


Figura 32 - Gráfico tipo de matéria-prima dos nucleiformes do setor A

3.3.2.2 Tipos de córtex

Os nucleiformes bipolares do setor A, em geral (16) não apresentam córtex. Apenas dois nucleiformes, um de quartzo translúcido e outro de quartzo rosa, apresentam córtex de maneira parcial, conforme a tabela 03 abaixo. Trata-se de algo esperado e característico da debitagem bipolar, pois são estes produtos centrais do lascamento bipolar para se obter lascas e que, por sua vez, são majoritariamente acorticais exatamente pelo fato das lascas terem sido originárias destes (nucleiformes). (Tabela 7)

Tabela 7 - Tipo de córtex – nucleiformes - (setor A)

Tipo de córtex	Quantidade
Ausente	16
Presença parcial	2
Total	18

3.3.2.3 Negativo de lascamento e orientação dos negativos

Os nucleiformes apresentam média 6,3 de negativos de lascamento, sendo o número mínimo de 3 e máximo de 17 negativos de lascamento. A maioria dos casos apresenta orientações “paralelas de mesmo sentido e de sentido oposto ao eixo de lascamento” e de “negativos centrípetos”, com quatro peças cada; seguido por “paralelas no mesmo sentido” e “paralelas de mesmo sentido e de sentido oposto e perpendiculares” com três peças cada. Em menor frequência observa-se “paralelas de mesmo sentido e de sentido oposto e diagonais”, em duas oportunidades, e “paralelas de mesmo sentido, diagonais e perpendiculares”, em apenas uma peça. Há um caso cuja orientação não pôde ser identificada de maneira clara. Os resultados indicam que os blocos foram lascados em mais de dois planos de percussão, coerente com o que foi observado nas lascas bipolares, especialmente em relação ao tipo de talão e a orientação dos negativos destas. (Tabela 8)

Tabela 8 – Orientação dos negativos - nucleiformes (setor A)

Orientação dos negativos	Quantidade
Paralelas de mesmo sentido e de sentido oposto	4
Negativos de orientação centrípeta	4
Paralelas no mesmo sentido	3
Paralelas de mesmo sentido e de sentido oposto e perp.	3
Paralelas de mesmo sentido e de sentido oposto e diagonais	2
Paralelas de mesmo sentido, diagonais e perpendiculares	1
Ilegível	1
Total	18

3.3.2.4 Dimensões

As dimensões dos nucleiformes bipolares deste setor apresentam medidas que variam entre 1,2 e 5,6 cm de comprimento, 0,7 e 4,0 cm de largura e 0,6 e 2,9 cm de espessura (Tabela 9). Em todos os casos observados percebe-se que estas peças são mais longas que largas, no entanto, em

relação às lascas bipolares, os nucleiformes são mais robustos (largos) e espessos.

Tabela 9 – Dimensões dos nucleiformes (setor A)

Dimensões (cm)	Menor	Maior
Comprimento	1.2	5.6
Largura	0.7	4.0
Espessura	0.6	2.9

3.3.3 Núcleo-lascas

Foram identificadas cinco peças destas no setor A. (Figuras 33 e 34)



Figura 33 - Fotografia da peça N° 56 - Núcleo-lasca



Figura 34 - Fotografia da peça N° 56 - Núcleo-lasca

3.3.3.1 Matéria-prima

Neste setor A, as peças núcleo-lasca apresentam o quartzo policristalino (4) como principal matéria-prima. Em uma peça não foi identificada a matéria-prima. (Tabela 10)

Tabela 10 – Tipo de matéria-prima – núcleo-lascas (setor A)

Matéria-prima	Quantidade
Quartzo policristalino	4
Indeterminado	1
Total	5

3.3.3.2 Tipo de córtex

Todas as peças apresentaram córtex de maneira parcial. Por serem de quartzo policristalino, observou-se córtex do tipo anguloso, pois essa matéria é formada por cristais finos ou grossos, mas de tamanho reduzido. (Tabela 11)

Tabela 11 – Tipo de córtex – núcleo-lascas - (setor A)

Tipo de córtex	Quantidade
Presença parcial	5
Total	5

3.3.3.3 Negativos de lascamento

A média de negativos de lascamento foi de 1.6, sendo o número mínimo encontrado 1 e o máximo 2 negativos. Duas peças apresentam os negativos com orientação “paralelas no mesmo sentido” (2); mas também há ou “paralelas no mesmo sentido e de sentido oposto ao eixo de lascamento”(1) e “paralelas no mesmo sentido e diagonais” (1). Em uma peça não foi possível identificar a orientação dos negativos, conforme a tabela 08 abaixo.

Tabela 12 – Orientação dos negativos – núcleo-lascas - (setor A)

Orientação dos negativos	Quantidade
Paralelas no mesmo sentido	2
Paralelas de mesmo sentido e de sentido oposto	1
Paralelas de mesmo sentido e diagonais	1
Ilegível	1
Total	5

3.3.3.4 Dimensões

As dimensões dos núcleos-lascas bipolares deste setor apresentam medidas que variam entre 5,4 e 8,6 cm de comprimento, 3,9 e 6,5 cm de largura e 2,3 e 4,9 cm de espessura (Tabela 13). Trata-se, portanto, de peças de dimensões consideráveis, tanto em relação aos nucleiformes, quanto às lascas bipolares.

Tabela 13 – Dimensões dos núcleo-lascas (setor A)

Dimensões (cm)	Menor	Maior
Comprimento	5,4	8,6
Largura	3,9	6,5
Espessura	2,3	4,9

3.3.4 Lascas Unipolares

Apenas uma lasca unipolar foi identificada neste setor. (Figura 35)



Figura 35 - Fotografia da peça N° 69 - Lasca unipolar

A matéria-prima desta lasca é o quartzo hialino e não apresenta córtex. Apresenta talão, é liso e de perfil curvo, o que remete ao padrão observado em lascas unipolares. A lasca unipolar apresenta um total de seis negativos, sendo estes classificados como negativos de orientação centrípeta. Suas dimensões são de 1,2 cm de comprimento, 2,6 cm de largura e espessura de 0,7 cm.

3.3.5 Lascas unipolar e bipolar

Neste setor foram identificadas quatro peças, sendo que duas são de quartzo hialino e outras duas de quartzo translúcido. Todas as peças com ausência total de córtex. Duas peças apresentam talão liso e esmagado e outras duas possuem talão esmagado e quebrado. Todas as peças têm perfil abrupto, possivelmente neste caso evidenciando o lascamento bipolar. (Figuras 36 e 37)



Figura 36 - Fotografia da peça N° 101 - Lasca unipolar e bipolar



Figura 37 - Fotografia peça N° 79 - Lasca unipolar e bipolar

A média de negativos de lascamento é 8,5, sendo a quantidade mínima de 2 e a máxima de 12. Em duas peças foi possível observar a orientação dos negativos “paralelas no mesmo sentido”. Uma apresenta “paralelas no mesmo sentido e perpendicular” e outra apresenta orientação dos negativos centrípetos, conforme a tabela 10 abaixo. As dimensões destas lascas apresentam medidas que variam entre 2,1 e 2,9 cm de comprimento, 0,9 e 1,9 cm de largura e 0,4 e 1,6 cm de espessura.

Tabela 14 – Orientação dos negativos - lascas unipolar e bipolar (setor A)

Orientação dos negativos	Quantidade
Paralelas no mesmo sentido	2
Paralelas no mesmo sentido e perpendicular	1
Negativos de orientação centrípeta	1
Total	4

3.3.6 Lascas de técnica indefinida

Lascas que não foi possível identificar com total clareza a técnica de debitage utilizada para sua produção, descritas abaixo. Neste setor foram identificadas nove peças. (Figura 38)



Figura 38 - Fotografia da peça N° 121 - Lasca de técnica indefinida

3.3.6.1 Matéria-prima

Estas lascas, cuja técnica de debitage não foi definida, têm em sua maioria o quartzo translúcido como matéria-prima, contando com sete peças; seguido do quartzo hialino, com duas peças. (Tabela 15)

Tabela 15 – Tipo de matéria-prima – técnica indefinida (setor A)

Matéria-prima	Quantidade
Quartzo hialino	2
Quartzo translúcido	7
Total	9

3.3.6.2 Tipo de córtex

Oito peças não apresentam córtex, enquanto que uma apresenta faceta de cristal cortical, conforme a tabela 16, abaixo.

Tabela 16 – Tipo de córtex - técnica indefinida (setor A)

Tipo de córtex	Quantidade
Ausente	8
Faceta de cristal	1
Total	9

3.3.6.3 Tipo de talão

Em cinco peças não foi possível determinar o tipo de talão; duas apresentam talão quebrado e outras duas apresentam talão liso e esmagado/quebrado, respectivamente. (Tabela 17)

Tabela 17 - Tipo de talão - técnica indefinida (setor A)

Tipo de talão	Quantidade
Quebrado	2
Liso	1
Esmagado/quebrado	1
Indeterminado	5
Total	9

3.3.6.4 Tipo de perfil

Sete peças apresentam perfil abrupto, evidenciando a técnica de debitagem bipolar, enquanto que outras duas apresentam perfil inclinado e curvo, respectivamente; características da debitagem unipolar. (Tabela 18)

Tabela 18 - Tipo de perfil - técnica indefinida (setor A)

Tipo de perfil	Quantidade
Abrupto	7
Inclinado	1
Curvo	1
Total	9

3.3.6.5 Negativos de lascamento

A média de negativos de lascamento foi de 2.7, sendo o número mínimo de 1 e a máxima de 11 negativos. Em quatro peças não foi possível observar a orientação dos negativos; duas possuem orientação “paralelas no mesmo sentido e diagonais” e outras três apresentam, respectivamente, negativos de orientação “centrípeta”, “paralelas de mesmo sentido e de sentido oposto e diagonais” e “paralelas de mesmo sentido e perpendiculares”, conforme a tabela 19 abaixo.

Tabela 19 – Orientações dos negativos - técnica indefinida (setor A)

Orientação dos negativos	Quantidade
Paralelas de mesmo sentido e diagonais	2
Negativos de orientação centrípeta	1
Paralelas de mesmo sentido e de sentido oposto e diag.	1
Paralelas de mesmo sentido e perpendiculares	1
Ilegível	4
Total	9

3.3.6.6 Dimensões

As dimensões destas lascas apresentam medidas que variam entre 1,0 e 2,8 cm de comprimento, 0,5 e 1,8 cm de largura e 0,3 e 0,7 cm de espessura. Nota-se pela tabela 20, que se trata de peças muito finas devido a pouca espessura.

Tabela 20 – Dimensões das lascas de técnica indefinida (setor A)

Dimensões (cm)	Menor	Maior
Comprimento	1,0	2,8
Largura	0,5	1,8
Espessura	0,3	0,7

3.3.7 Núcleos

Foram identificados quatro núcleos no setor A. (Figura 39)



Figura 39 - Fotografia da peça N° 149 - Núcleo

3.3.7.1 Matéria-prima

São de diferentes matérias-primas, sendo duas de sílexito, uma de quartzo leitoso e uma de quartzo leitoso e translúcido. (Tabela 19)

Tabela 21 – Tipo de matéria-prima dos núcleos (setor A)

Matéria-prima	Quantidade
Silexito	2
Quartzo leitoso	1
Quartzo leitoso/translúcido	1
Total	4

3.3.7.2 Tipo de córtex

Todas as peças apresentam ausência total de córtex.

3.3.7.3 Negativos de lascamento

Os núcleos provenientes deste setor A apresentam média de 7 negativos de lascamento, sendo mínimo de 2 e máximo 15. Duas peças apresentam orientação dos negativos “paralelas no mesmo sentido” e outras duas peças apresentam orientações centrípetas, conforme a tabela 22. A debitagem destes núcleos se deu de duas formas diferentes: os que possuem orientação dos negativos paralelas no mesmo sentido aparentemente foram debitados em um único plano de percussão, e as outras duas peças foram movimentadas ou giradas em várias posições, debitando o suporte em diversos planos de percussão, já que é possível observar várias marcas de impacto na superfície.

Tabela 22 – Orientações dos negativos – núcleos (setor A)

Orientação dos negativos	Quantidade
Negativos de orientação centrípeta	2
Paralelas de mesmo sentido	2
Total	4

3.3.7.4 Dimensões

As dimensões dos núcleos identificados neste setor apresentam medidas que variam entre 5,6 e 7,1 cm de comprimento, 3,2 e 5,5 cm de largura e 1,9 e 5,4 cm de espessura. (Tabela 23)

Tabela 23 – Dimensões dos núcleos (setor A)

Dimensões (cm)	Menor	Maior
Comprimento	5,6	7,1
Largura	3,2	5,5
Espessura	1,9	5,4

3.4 Análise espacial do material lítico lascado, núcleo-lascas e núcleos do setor A

No setor A foram inicialmente abertas 28 quadrículas de 1m² na superfície. De acordo com a evidenciação do material, foram sendo abertas outras quadrículas para maior entendimento da estrutura espacial neste setor, totalizando ao final 57m² de área escavada (Almeida, 2007).

3.4.1 Distribuição horizontal do lítico lascado do setor A

O lítico lascado deste setor tem maior concentração em dois pontos diferentes na área de escavação, na extremidade norte e na parte central da escavação. Na primeira identificou-se a maior concentração de produtos da debitage bipolar dentre as duas áreas. Todos os elementos participantes da cadeia operatória da atividade de lascamento, como percutores e bigorna; bem como lascas e refugos de lascamento estavam presentes. A maioria do material estava concentrada nas quadras G, H, I e J, especialmente nas linhas 20 e 21. Na parte central da área de escavação foi identificada outra pequena concentração formada por lascas bipolares e produtos da debitage, além da única lasca unipolar, que estava situada na quadra K entre as linhas 15 e 16. Na extremidade sul não se observou a presença de lascas, embora tenham sido identificados núcleo e núcleo-lascas em pouquíssima quantidade. (Figuras 40 e 41)

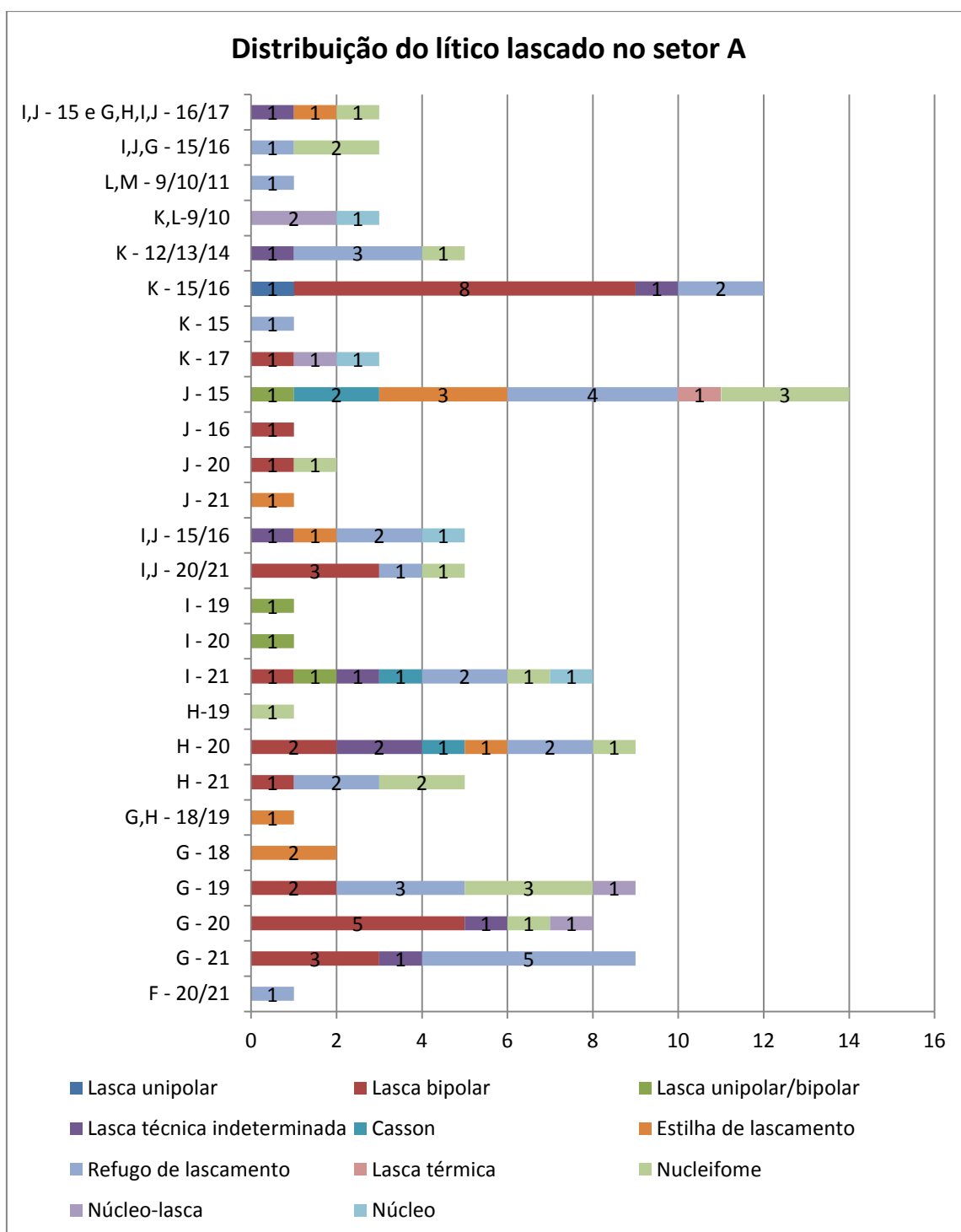


Figura 40 – Gráfico da distribuição horizontal do lítico lascado do setor A

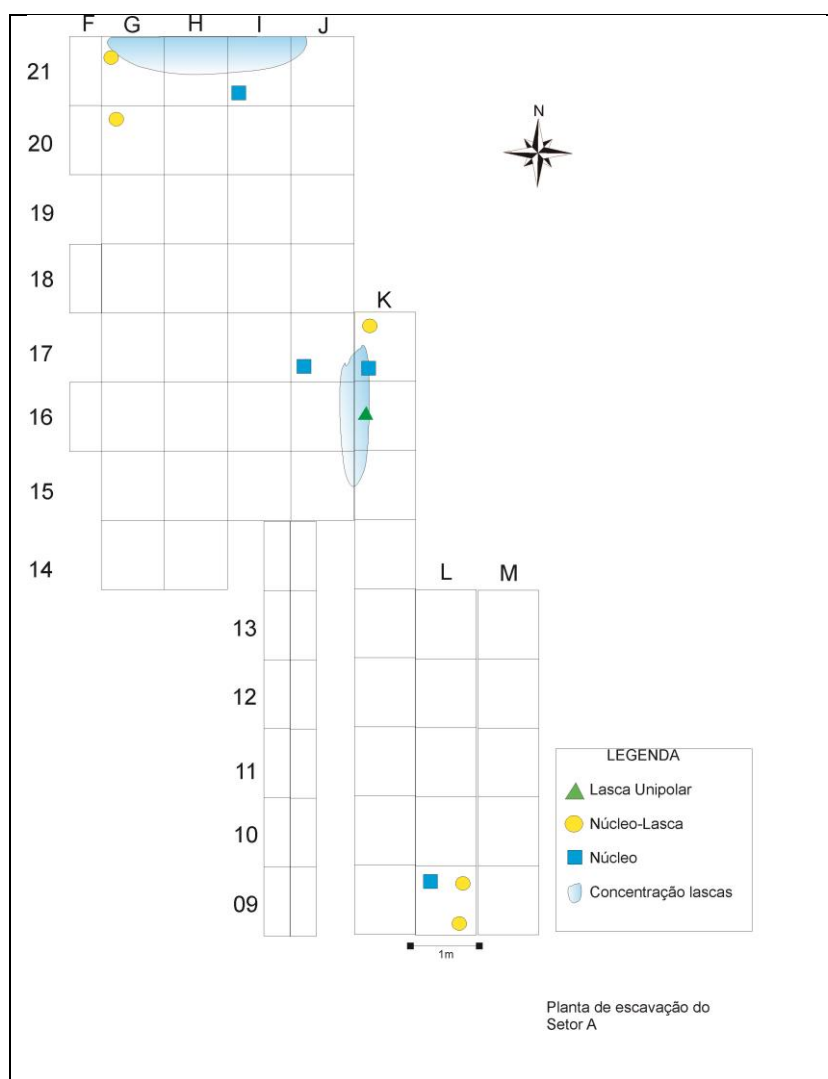


Figura 41- Planta de escavação do setor A com localização do material lascado

3.4.2 Distribuição vertical do lítico lascado do setor A

Neste setor, o pacote arqueológico chegava ao máximo aos 20 cm de profundidade, sendo que de 0 a 10 cm havia maior densidade de material lascado, mais significativo na segunda camada da escavação (0-5 cm), com quase a metade do total do material lítico lascado exumado, conforme o figura 42 abaixo.

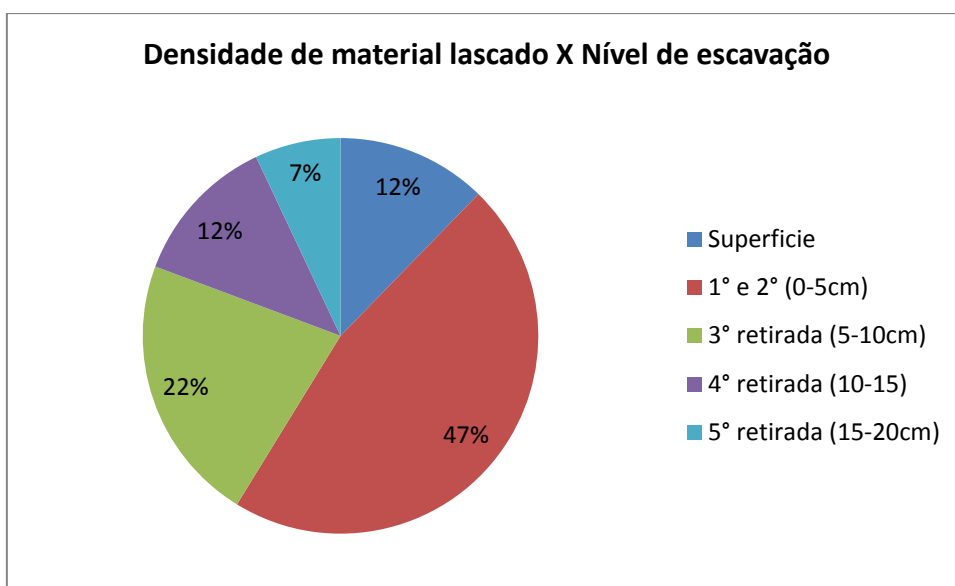


Figura 42 - Gráfico densidade de material lascado por nível de escavação no setor A.

3.5 Análise do lítico lascado do Setor B

3.5.1 Lascas Bipolares

No setor B foi contabilizado um total de 30 lascas bipolares, sendo a maioria de quartzo. (Figura 43 a 45)



Figura 43 - Fotografia da peça N° 10 – Lasca bipolar



Figura 44 - Fotografia da peça N° 375 – Lasca bipolar

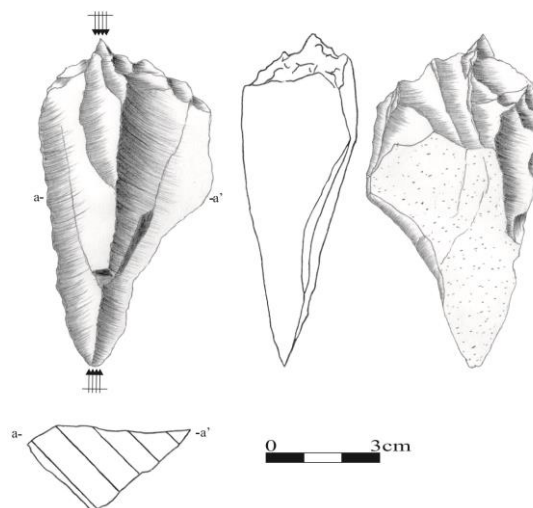


Figura 45 - Desenho da peça N° 375 – Lasca bipolar. Desenho: Ângelo Pessoa, 2016.

3.5.1.1 Matéria-prima

Assim como no setor A, o quartzo foi a matéria-prima mais utilizada para se lascar através da técnica bipolar, com um total de 29 peças. No entanto, houve diferenciação quanto ao tipo de quartzo, que foi identificado nas seguintes variedades: quartzo translúcido (16), quartzo leitoso (8), quartzo hialino (3), quartzo policristalino (1) e quartzo rosa (1). Apenas uma lasca de sílexito foi identificada no setor B. (Figura 46)

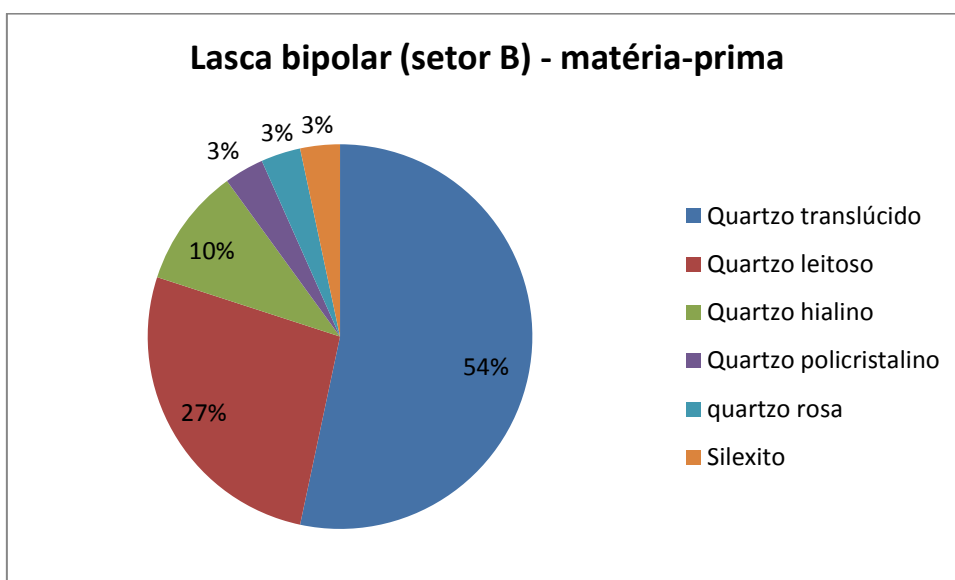


Figura 46 - Gráfico tipo de matéria-prima (setor B)

3.5.1.2 Tipo de córtex

A maioria das lascas bipolares deste setor apresenta presença parcial de córtex (50%), seguido por ausência de córtex (47%) e com faceta de cristal (3%), conforme o gráfico 13 abaixo. Diferentemente do setor A, a presença de córtex nas lascas foi maior que a ausência, mas não chega a ser algo anormal dentro das características da debitação bipolar. Pode ser um indicativo que remete a uma fase intermediária da cadeia operatória, onde talvez estas lascas que apresentaram algum córtex, não tenham sido aproveitadas ou utilizadas. (Figura 47)

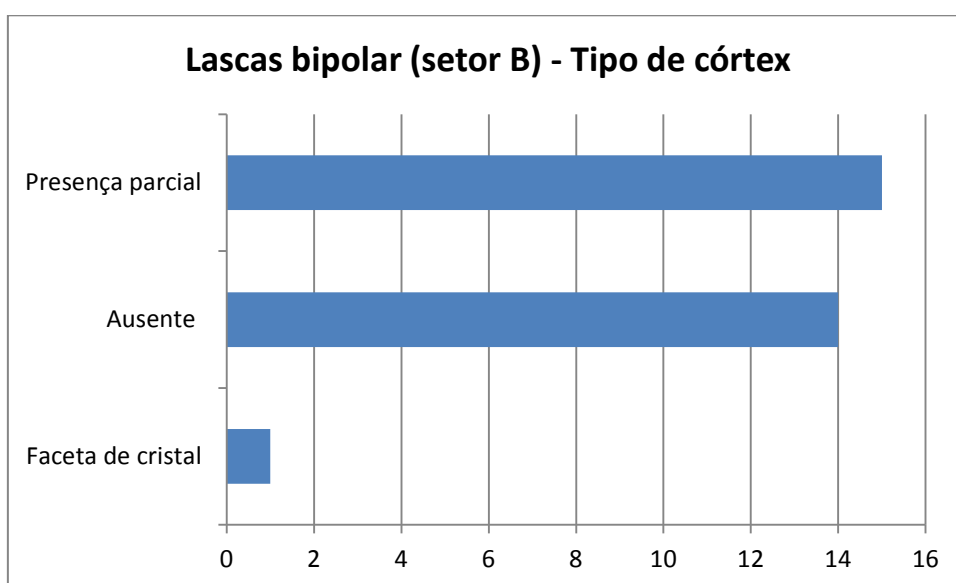


Figura 47 - Gráfico tipo de córtex (setor B)

3.5.1.3 Tipo de talão

Na maioria dos casos, neste setor as lascas apresentam talão de tipo indeterminado, ou porque eram ausentes ou por causa da péssima qualidade da matéria-prima, que não permitiu a identificação clara do tipo de talão. Porém, as demais características tecnológicas observadas nestas lascas confirmam que são produtos de debitação bipolar. As lascas de talões puntiforme, em asa, côncavo e liso também foram identificadas, cada uma com um caso, respectivamente. Talão esmagado, uma característica típica do lascamento bipolar, foi identificado em cinco lascas, conforme o gráfico abaixo.

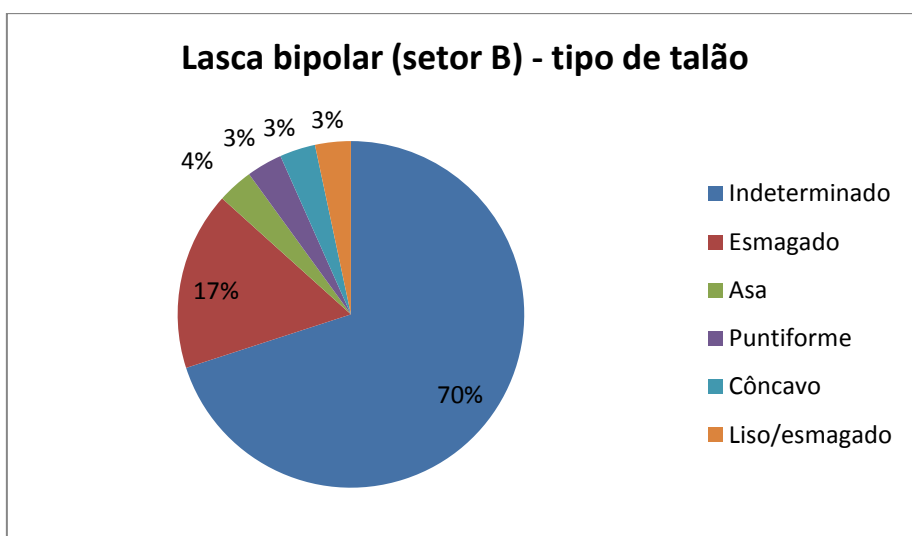


Figura 48 - Gráfico tipo de talão (setor B)

3.5.1.4 Tipo de perfil

A maioria das lascas bipolares do setor B apresenta perfil curvo (19), seguido pelo tipo de perfil abrupto (10), um padrão mais comum para os produtos de lascamento bipolar. Uma lasca apresenta perfil refletido. (Tabela 24)

Tabela 24 – Tipo de perfil – lasca bipolar (setor B)

Tipo de perfil	Quantidade
Curvo	19
Abrupto	10
Refletido	1
Total	30

3.5.1.5 Negativos de lascamento

As lascas bipolares deste setor B apresentam em média 2,3 negativos de lascamento, sendo o número mínimo encontrado de 1 e o máximo 15. Na maioria dos casos, os negativos possuem orientações “paralelas no mesmo sentido” (13), seguido pelo tipo de orientação “paralelas no mesmo sentido e de sentido oposto ao eixo de lascamento” (10). Em menor frequência foi observado “paralelas de mesmo sentido e de sentido oposto e diagonais” (2), “paralelas no mesmo sentido e diagonais”, “paralelas no mesmo sentido e perpendiculares”, de “orientação centrípeta” e “paralelas de mesmo sentido e de sentido oposto, diagonais e perpendiculares”, cada qual em um caso cada.

Em uma lasca bipolar não foi possível identificar a orientação dos negativos de maneira clara (Tabela 25). Os resultados indicam que a debitagem destas lascas era realizada em mais de um eixo, portando, foram constantemente movimentadas ou giradas para serem percutidos em vários pontos diferentes da superfície.

Tabela 25 – Orientação dos negativos – lasca bipolar (setor B)

Orientação dos negativos	Quantidade
Paralelas no mesmo sentido	13
Paralelas de mesmo sentido e de sentido oposto	10
Paralelas de mesmo sentido e de sentido oposto e diagonais	2
Paralelas de mesmo sentido e diagonais	1
Paralelas de mesmo sentido e perpendicular	1
Negativos de orientação centrípeta	1
Paralelas de mesmo sentido e de sentido oposto, diag.e perp.	1
Ilegível	1
Total	30

3.5.1.6 Dimensões

As lascas bipolares do setor B apresentam dimensões que variam entre 1,1 a 8,7 cm de comprimento, 0,5 a 6,7 cm de largura e 0,2 a 2,9 cm de espessura, conforme a tabela 22 abaixo. Em todas as lascas bipolares analisadas nota-se que são mais longas no comprimento do que largas; assim como foi observado no setor A. (Tabela 26)

Tabela 26 – Dimensões das lascas bipolares (setor B)

Dimensões (cm)	Menor	Maior
Comprimento	1,1	8,7
Largura	0,5	6,7
Espessura	0,2	2,9

3.5.2 Nucleiformes

Neste setor foram contabilizados 25 peças nucleiforme. (Figura 49)



Figura 49 - Fotografia da peça N° 29 – Nucleiforme

3.5.2.1 Matéria-prima

A grande maioria dos nucleiformes identificados no setor B tem como matéria-prima o quartzo leitoso (11), seguido pelo quartzo translúcido (5) e policristalino (1). Há uma maior quantidade destas peças em feldspato (8). Sobre esta matéria-prima, acreditamos que a mesma estava sendo reduzida ou triturada para manufatura da cerâmica local, já que a quase totalidade dos antiplásticos possuem essa matéria misturada à massa. (Figura 50)

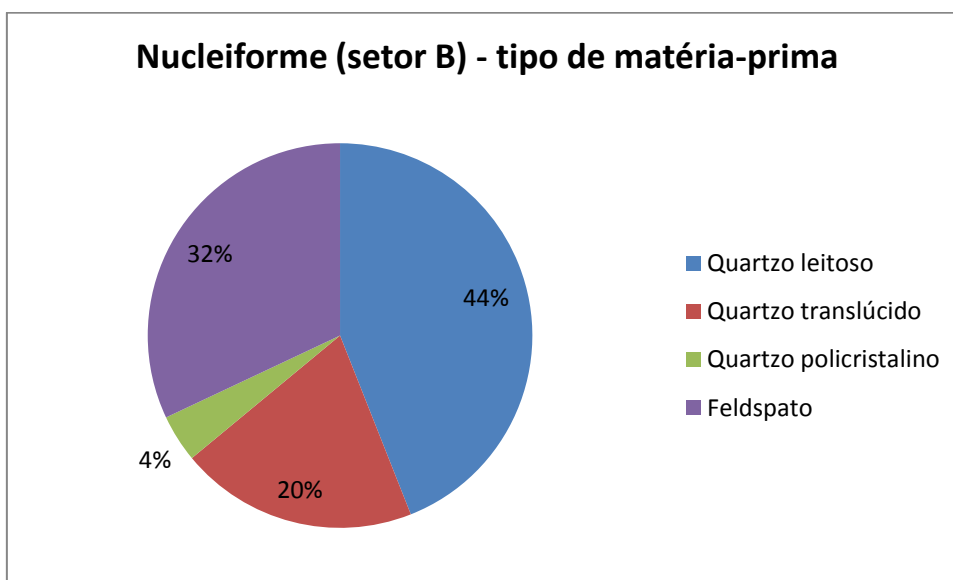


Figura 50 - Gráfico tipo de matéria-prima

3.5.2.2 Tipo de córtex

Os nucleiformes bipolares do setor B, em sua maioria, não apresentam córtex (16). Em menor número há nucleiformes que apresentam córtex de

maneira parcial (9) e em dois casos não foi possível ver com clareza a presença ou não de córtex (Tabela 27). Os resultados são semelhantes com o observado nos nucleiformes do setor A, onde a maioria também apresentou ausência de córtex.

Tabela 27 – Tipo de córtex – nucleiforme (setor B)

Tipo de córtex	Quantidade
Ausente	16
Presença parcial	7
Indefinido	2
Total	25

3.5.2.3 Negativos de lascamento

Os nucleiformes apresentam média de 2,9 de negativos de lascamento, sendo o número mínimo de 1 e máximo de 8 negativos de lascamento. A maioria das peças apresentam orientações “paralelas de mesmo sentido e de sentido oposto ao eixo de lascamento” (7) e de “negativos centrípetos”, com seis peças; seguido por “paralelas de mesmo sentido e de sentido oposto e diagonais” com 4peças. Em menor frequência observa-se “paralelas de mesmo sentido e de sentido oposto e perpendiculares” em três oportunidades; “apenas perpendiculares” em dois casos; “paralelas de sentido oposto”, “paralelas de sentido oposto e diagonais” e “paralelas de sentido oposto, perpendiculares e diagonais”, estas últimas, com uma peça cada, conforme a tabela 24 abaixo. Os resultados indicam que os blocos foram lascados em mais de dois planos de percussão, coerente com o que foi observado nas lascas bipolares, especialmente em relação ao tipo de talão e a orientação dos negativos destas. (Tabela 28)

Tabela 28 – Orientação dos negativos - nucleiformes (setor B)

Orientação dos negativos	Quantidade
Paralelas de mesmo sentido e de sentido oposto	7
Negativos centrípetos	6
Paralelas de mesmo sentido e de sentido oposto e diagonais	4
Paralelas de mesmo sentido e de sentido oposto e perp.	3
Apenas perpendiculares	2
Paralelas de sentido oposto	1
Paralelas de sentido oposto e diagonais	1
Paralelas de sentido oposto, perpendiculares e diagonais	1
Total	25

3.5.2.4 Dimensões

As dimensões dos nucleiformes bipolares deste setor apresentam medidas que variam entre 1,1 e 5,5 cm de comprimento; 0,8 e 4,2 cm de largura e 0,3 e 3,5 cm de espessura (Tabela 29). Em todos casos observados percebe-se que estas peças são mais longas que largas, assim como no setor A.

Tabela 29 – Dimensões dos nucleiformes (setor B)

Dimensões (cm)	Menor	Maior
Comprimento	1,1	5,5
Largura	0,8	4,2
Espessura	0,3	3,5

3.5.3 Núcleo-lascas

No setor B foram contabilizadas 13 peças deste tipo. (Figuras 51 e 52)



Figura 51 - Fotografia da peça N° 300 - núcleo-



Figura 52 - Fotografia da peça N° 300 -

lasca

núcleo-lasca

3.5.3.1 Matéria-prima

Neste setor B, as peças núcleo-lasca apresentam, em relação ao setor A, uma maior diversidade de matérias-primas. O gnaissé foi a matéria-prima mais presente (5), seguido pelo feldspato (3), quartzo policristalino e calcedônia (ambos com dois casos cada) e quartzo leitoso (1), conforme o gráfico abaixo.

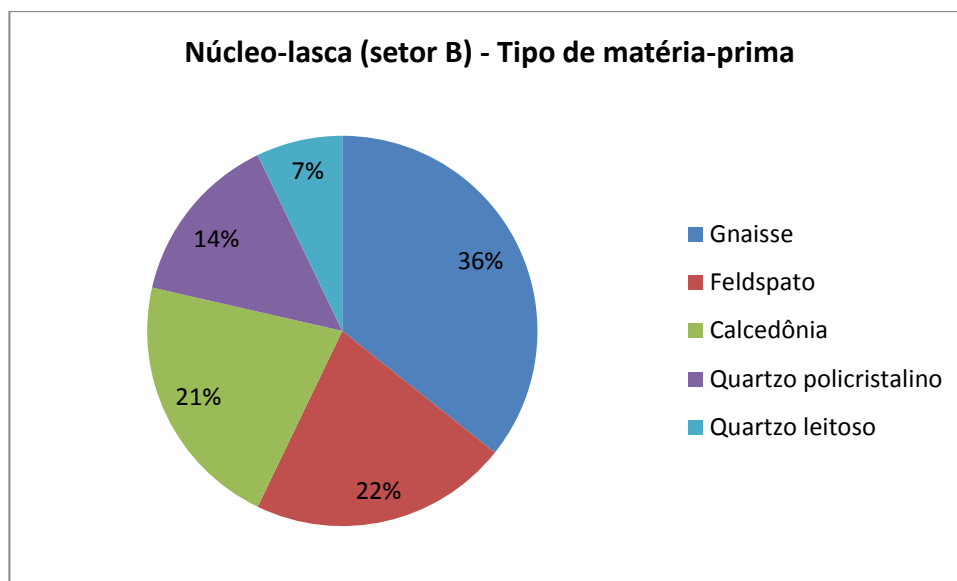


Figura 53 - Gráfico tipo de matéria-prima (setor B)

3.5.3.2 Tipo de córtex

Quase todas as peças apresentaram córtex de maneira parcial (12) e apenas uma peça apresentou faceta de cristal como córtex. (Tabela 30)

Tabela 30 – Tipo de córtex – núcleo-lasca (setor B)

Tipo de córtex	Quantidade
Presença parcial	12
Faceta de cristal	1
Total	13

3.5.3.3 Negativos de lascamento

A média de negativos de lascamento foi de 1.0, sendo o número mínimo encontrado 1 e o máximo 2 negativos. Cinco peças apresentam os negativos com orientações “paralelas no mesmo sentido” (5), mas também há “paralelas

no mesmo sentido e de sentido oposto ao eixo de lascamento” (4), de “orientação centrípeta” (3) e “apenas perpendicular” em um caso. (Tabela 31)

Tabela 31 – Orientação dos negativos - núcleo - lasca - (setor B)

Orientação dos negativos	Quantidade
Paralelas no mesmo sentido	5
Paralelas no mesmo sentido e de sentido oposto	4
Negativos centrípetos	3
Apenas perpendicular	1
Total	13

3.5.3.4 Dimensões

As dimensões dos núcleos-lascas bipolares do setor B apresentam medidas que variam entre 6,1 e 14 cm de comprimento, 4,2 e 10,1 cm de largura e 2,7 e 6,6 cm de espessura. (Tabela 32)

Tabela 32 – Dimensões dos núcleos-lasca (setor B)

Dimensões (cm)	Menor	Maior
Comprimento	6,1	14,0
Largura	4,2	10,1
Espessura	2,7	6,6

3.5.4 Lascas unipolares

Foi contabilizado um total de 15 lascas unipolares no setor B. (Figuras 54 a 57)



Figura 54 - Fotografia da peça 301 – Lasca unipolar

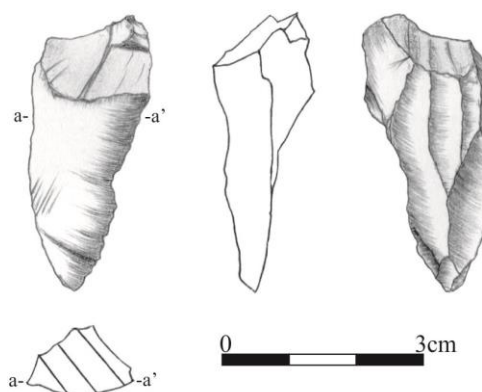


Figura 55 - Desenho da peça 301 – Lasca unipolar. Desenho: Ângelo Pessoa, 2016



Figura 56 - Fotografia da peça N° 238 - lasca unipolar

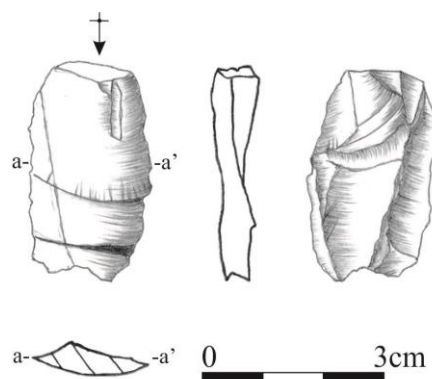


Figura 57 - Desenho da peça N° 238 – lasca unipolar. Desenho: Ângelo Pessoa, 2016.

3.5.4.1 Matéria-prima

Todas as lascas unipolares deste setor apresentam como matéria-prima o quartzo hialino. Chama atenção pelo fato de todas as peças unipolares de ambos os setores serem desta matéria-prima.

3.5.4.2 Tipo de córtex

A maioria das lascas unipolares deste setor não apresenta córtex (8); em menor frequência temos presença parcial (5); faceta de cristal (1) e uma peça não foi possível determinar a presença ou não de córtex (Tabela 33). O panorama indica que a maioria das lascas está inserida dentro das etapas finais das cadeias operatórias de debitage unipolar, provavelmente retiradas de partes mais centrais dos núcleos, com ausência de córtex. As que possuem algum tipo de córtex, provavelmente estão inseridas em etapas iniciais ou intermediárias da cadeia operatória. Trata-se de uma informação pertinente à análise, pois temos peças que contemplam todas as fases da cadeia operatória do lascamento unipolar.

Tabela 33 – Tipo de córtex – lasca unipolar (setor B)

Tipo de córtex	Quantidade
Ausente	8
Presença parcial	5
Faceta de cristal	1
Indeterminado	1
Total	15

3.5.4.3 Tipo de talão

Em seis lascas não foi possível determinar o tipo de talão. Seis lascas apresentam talão liso e puntiforme, respectivamente. Com um caso cada, há talão em asa, côncavo e quebrado respectivamente, conforme o gráfico abaixo.

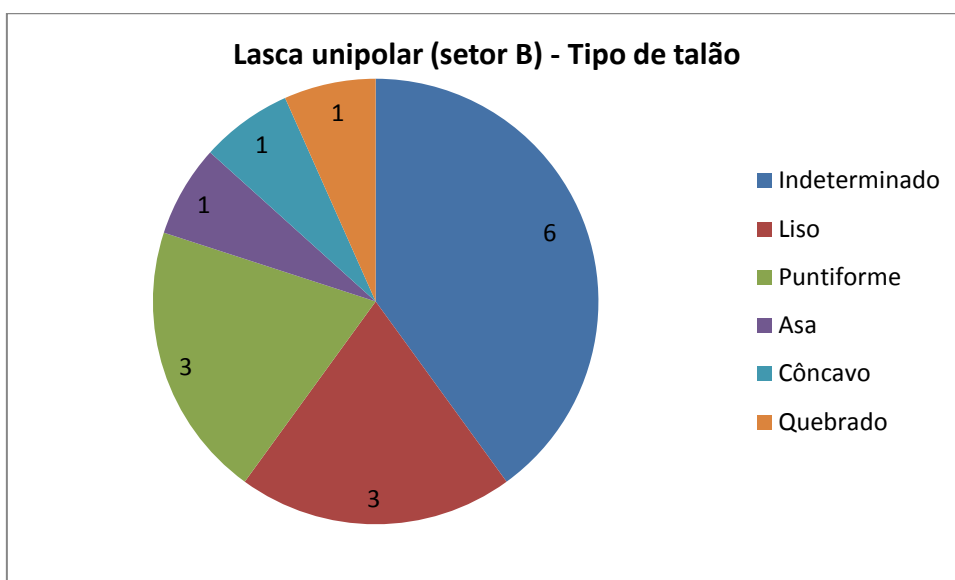


Figura 58 - Gráfico tipo de talão

A grande variação de tipos de talão destas peças unipolares sugere que não há um padrão, talvez indicando um aproveitamento extremo dos núcleos de quartzo hialino, matéria-prima pouco frequente no sítio arqueológico.

3.5.4.4 Tipo de perfil

A maioria das lascas unipolares deste setor apresenta perfil abrupto e reto (8) e com pouca diferença de ocorrência há lascas com perfil curto (7). Não foi possível saber se essa curvatura do perfil poderia ser fruto de uma

intencionalidade ou não por parte dos indivíduos em busca de uma forma determinada ou desejada para seu fim ou utilização. (Tabela 34)

Tabela 34 – Tipo de perfil – lasca unipolar (setor B)

Tipo de perfil	Quantidade
Abrupto	8
Curvo	7
Total	15

3.5.4.5 Negativos de lascamento

A média de negativos foi de 3.0 sendo o mínimo de 1 e o máximo de 12. A maioria das peças apresenta orientação dos negativos “paralelas no mesmo sentido” (8), seguido por “apenas perpendiculares” (3); de orientação centrípeta”, “apenas diagonais” e “paralelas de mesmo sentido e de sentido oposto e perpendicular”, estas últimas presente uma vez cada, conforme a tabela 35 abaixo. O resultado indica que, possivelmente, a maioria das lascas unipolares foram debitadas em um único plano de percussão, mas também sugerem que, em menor frequência, podem ter sido debitadas em mais de um plano de percussão.

Tabela 35 – Orientação dos negativos – lasca unipolar (setor B)

Orientação dos negativos	Quantidade
Paralelas no mesmo sentido	8
Apenas perpendicular	3
Negativos de orientação centrípeta	1
Apenas diagonais	1
Paralelas de mesmo sentido e de sentido oposto e perp.	1
Paralelas de mesmo sentido e de sentido oposto, diag. e perp.	1
Total	15

O resultado indica que, possivelmente, a maioria das lascas unipolares foram debitadas em um único plano de percussão, mas também indicam que, em menor frequência, podem ter sido debitadas em mais de um plano de percussão.

3.5.4.6 Dimensões

As dimensões das lascas unipolares deste setor apresentam medidas que variam entre 1,4 e 3,5 cm de comprimento, 0,7 e 3,0 cm de largura e 0,1 e

1,1 cm de espessura (Tabela 36). Em todos os casos, à exceção de um, cujo comprimento e a largura se equivalem, as lascas unipolares são mais longas do que largas, assim como foi observado entre as lascas bipolares de ambos os setores.

Tabela 36 – Dimensões das lascas unipolares (setor B)

Dimensões (cm)	Menor	Maior
Comprimento	1,4	3,5
Largura	0,7	3,0
Espessura	0,1	1,1

3.5.5 Núcleos

Foram identificados catorze (14) núcleos no setor B. (Figuras 59 e 60)



Figura 59 - Fotografia da peça N° 716 - núcleo



Figura 60 - Fotografia da peça N° 52 - núcleo

3.5.5.1 Matéria-prima

Os núcleos são de diferentes matérias-primas, sendo quatro de quartzo leitoso e duas de quartzo policristalino; cinco de feldspato e três de calcedônia (Figura 61). Chama atenção pelo fato de haver duas peças cuja matéria-prima é a calcedônia, porém, não foram encontradas lascas desta matéria. O feldspato, como já observado no setor A, pode ter sido reduzida com o intuito de ser aproveitada ou inserida na massa argilosa na preparação da cerâmica local.

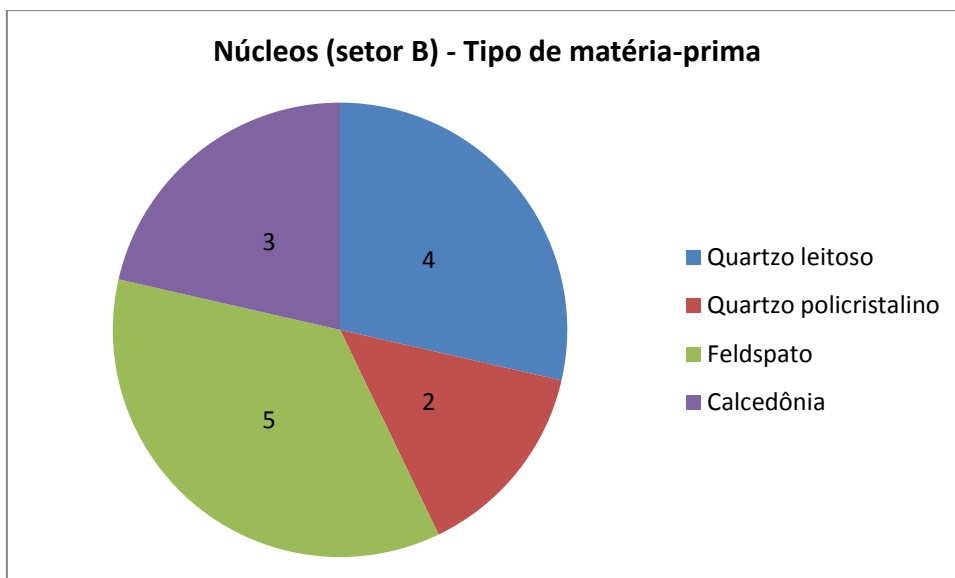


Figura 61 - Gráfico tipo de matéria-prima

3.5.5.2 Tipo de córtex

À exceção de um núcleo, cuja matéria-prima é o feldspato, todos os demais possuem córtex parcial.

3.5.5.3 Negativos de lascamento

Os núcleos provenientes do setor B apresentam média de 3.6 negativos de lascamento, sendo mínimo de 2 e máximo 7. A maioria dos suportes apresenta orientação dos negativos “paralelas no mesmo sentido” (7); em menor frequência temos “paralelas no mesmo sentido e de sentido oposto” (4), “paralelas de mesmo sentido e diagonais”, “paralelas de mesmo sentido e de sentido oposto ao eixo de lascamento e diagonais” e “paralelas de mesmo sentido e de sentido oposto ao eixo de lascamento e perpendiculares” em um caso, respectivamente, conforme a tabela 37 abaixo.

Tabela 37 – Orientação dos negativos – núcleo (setor B)

Orientação dos negativos	Quantidade
Paralelas no mesmo sentido	7
Paralelas de mesmo sentido e de sentido oposto	4
Paralelas de mesmo sentido e diagonais	1
Paralelas de mesmo sentido e de sentido oposto e diag.	1
Paralelas de mesmo sentido e de sentido oposto e perp.	1
Total	14

Assim como no setor A, a debitagem destes núcleos se deu de duas formas diferentes: os que possuem a orientação dos negativos paralelas no mesmo sentido, mais frequente neste setor, foram debitados em um único plano de percussão; as demais peças foram movimentadas ou giradas em várias posições, debitando o suporte em diversos planos de percussão.

3.5.5.4 Dimensões

As dimensões dos núcleos identificados no setor B apresentam medidas que variam entre 2,7 e 12,7 cm de comprimento; 2,9 e 11,3 cm de largura e 1,2 e 8,5 cm de espessura. (Tabela 38)

Tabela 38 – Dimensões dos núcleos (setor B)

Dimensões (cm)	Menor	Maior
Comprimento	2,7	12,7
Largura	2,9	11,3
Espessura	1,2	8,5

3.6 Análise espacial do material lítico lascado, núcleo-lascas e núcleos do setor B

No setor B foram abertas em princípio 32 quadras de 1m² na superfície. Da mesma maneira que no setor A, de acordo com a evidenciação do material arqueológico, foram abertas mais quadras durante a escavação, totalizando ao final 101m² (Almeida, 2007). Há de se ressaltar que deste total de área escavada que compreende o setor B, há dois anexos que estão separados da área principal, denominados Anexo I, com 20m² e Anexo II, com 36m² situados respectivamente a leste e oeste da área de escavação principal, conforme a figura 63 mais abaixo.

3.6.1 Distribuição espacial horizontal do lítico lascado do setor B

O lítico lascado deste setor B tem sua maior concentração na área principal da escavação, com 73 peças dentre todas as categorias classificatórias; o Anexo II apresentou um total de 38 peças, destacando-se que nesta parte da escavação foi exumada a maior quantidade de lascas

unipolares deste setor B, com nove peças no total, além de todas as lascas térmicas. No Anexo I foram identificadas um total de 23 peças.

Na análise da distribuição horizontal do lítico lascado as três áreas do setor B se mostraram bem distintas uma das outras quanto à situação espacial dos vestígios de debitage, especialmente entre a área Principal e o Anexo II. (Figuras 62 e 63). A área Principal apresenta duas concentrações, uma situada na extremidade norte e outra na extremidade leste. Em ambas foi registrada a presença de instrumentos e produtos da debitage unipolar e bipolar, esta última em maior quantidade. O Anexo II apresenta quatro pequenas concentrações de vestígios de lascamento unipolar e bipolar, no entanto, percebe-se uma dispersão maior do material por toda área. Por fim, temos o Anexo I, que se situa a sudeste da área Principal. Esta, por não apresentar quantidade significativa de material arqueológico à época do trabalho, não teve sua escavação ampliada no sentido horizontal e vertical, no entanto, apontamos a presença de um núcleo em quartzo e relativa quantidade de lascas e refugos de lascamento bipolar e unipolar.

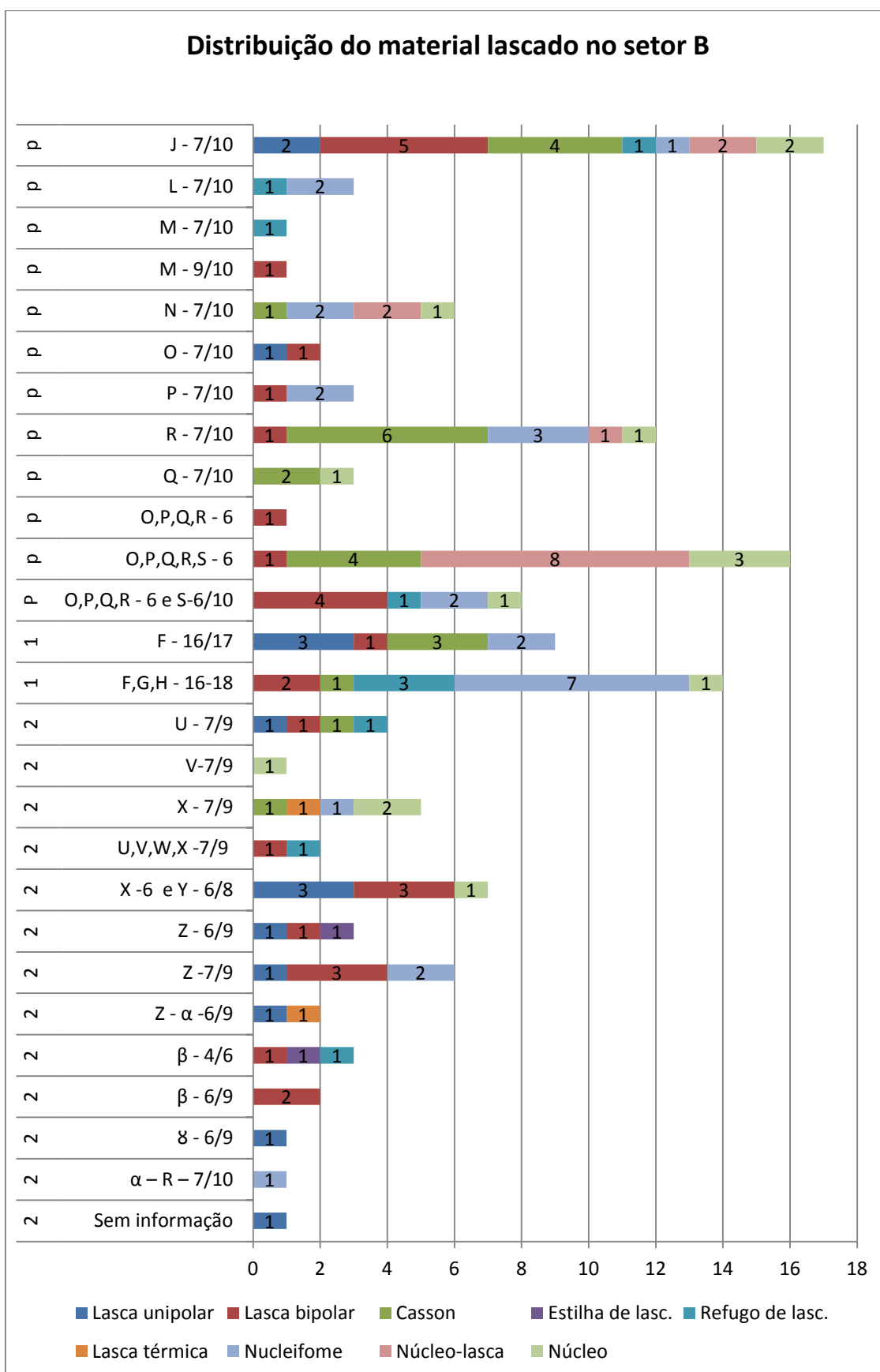


Figura 62 - Gráfico da distribuição horizontal do lítico lascado do setor B

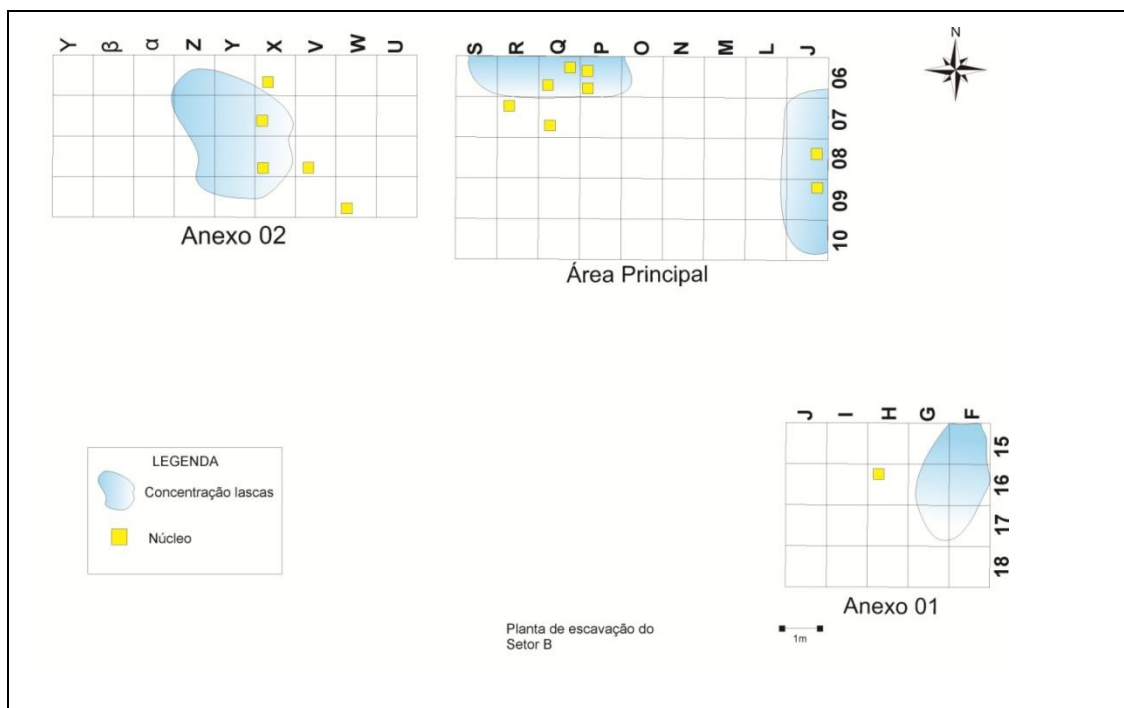


Figura 63 - Planta de escavação do setor B com localização do material lascado

3.6.2 Distribuição espacial vertical do lítico lascado do setor B

Neste setor, a maioria do material associado à indústria de lascamento foi exumada nos primeiros 5 cm da escavação, com mais da metade do total de peças coletadas, como pode ser observado no gráfico abaixo.

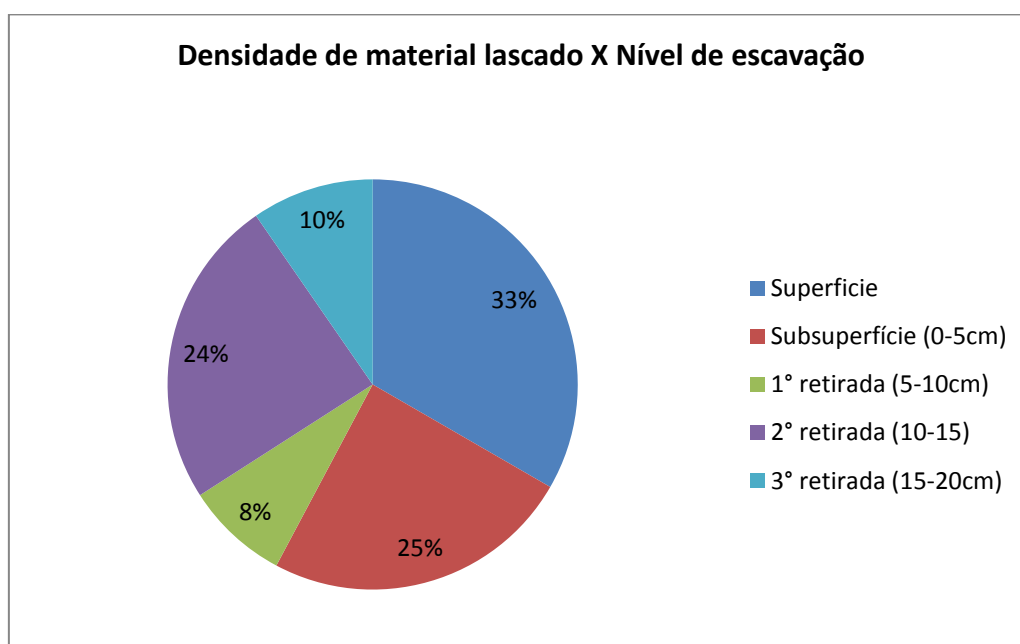


Figura 64 - Gráfico de densidade de material lascado por nível de escavação no setor B.

3.7 Análise tecnológica do lítico bruto dos setores A e B do sítio Florestal I

A parafernália lítica bruta (sem modificação intencional) é composta por peças ativas e passivas, sendo 27 peças no setor A e 92 peças no setor B, totalizando 119 peças (Figura 65). Dividimos em sete categorias de instrumentos utilizados, sendo quatro na categoria *instrumentos ativos* e 3 na categoria *instrumentos passivos*, seguindo as definições de Prous (1986/1990).

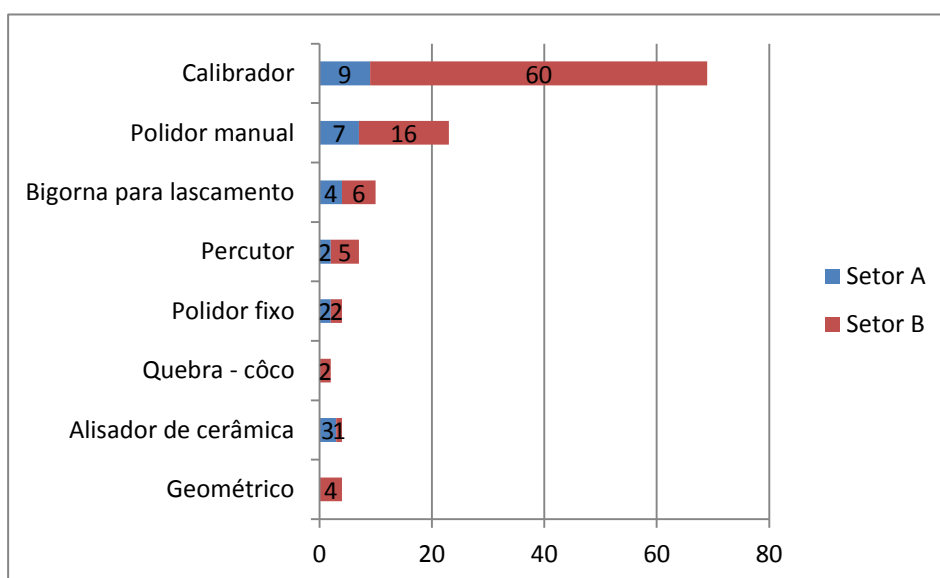


Figura 65 - Gráfico quantidade de instrumentos líticos brutos e pouco modificados x setor

3.7.1 Batedores ou percutores

Na amostra estudada foram identificados sete percutores, sendo dois no setor A e outros cinco no setor B. Todos eles são associados à atividade de lascamento, seja unipolar ou bipolar, já que em ambos os setores há lascas que remetem a essas duas técnicas de lascamento. (Figuras 66 e 67)

Três destes batedores são seixos de quartzo, arredondado, com superfície regular e de tamanho volumoso. As marcas de percussão são picoteamentos situadas nas bordas e na parte central, o que remete ao uso das técnicas unipolar e bipolar. Um destes seixos está fraturado, tem sua superfície com marcas de ação de fogo, mas não foi possível saber se foi intencional ou não. Os outros dois estão inteiros. O último percutor é um seixo pequeno de quartzo, com forma ovoide e está completo. Em um dos polos há marcas muito superficiais de picoteamento. Na sua parte central, observa-se uma pequena

quebra, mas pode ser natural. Pelo seu tamanho e marcas de vestígio, pode ter sido utilizado para lascamento mais delicado ou fino (façonagem ou retoque) através da técnica unipolar. Os outros batedores não descritos aqui são duvidosos, pois estão muito deteriorados.



Figura 66 - Fotografia da peça N° 319 - percutor



Figura 67 - Fotografia da peça N° 118 - percutor

3.7.2 Alisador de cerâmica

Foram identificadas quatro peças, sendo três no setor A. São seixos de quartzo, de dimensões pequenas, esféricos e achatados (discoidais), como se pode observar pelas figuras 68 e 69 abaixo. É possível perceber estrias de polimento provocadas pelo atrito, que também desgastava a superfície destas peças, porém, não se observou formação de concavidades pelo uso. As estrias estão localizadas tanto nas partes centrais, como nas bordas destes instrumentos e não tinham direções definidas.



Figura 68 - Fotografia da peça N° 378 - alisador de cerâmica



Figura 69 - Fotografia da peça N° 201 - alisador de cerâmica

3.7.3 Calibrador

Sem dúvida, dentre todos os instrumentos líticos brutos identificados no sítio arqueológico, este tipo de instrumento é o que mais chama atenção devido à grande quantidade que foi coletada nos locais escavados (Figuras 70 a 73). A grande maioria das peças foi coletada no setor B (60), mas também foi observada uma relativa quantidade coletada no setor A (9). Todos estes instrumentos pétreos têm como matéria-prima o gnaiss e seus suportes eram de tamanhos variados: de 2,2 a 14,2 cm de comprimento, de 1,9 a 10,4 cm de largura e de 0,8 a 5,6 cm de espessura. Apenas se observou sulcos na forma de “U”, o mínimo de foi de 1 e o máximo de 6 sulcos em um único suporte.

A grande quantidade desses instrumentos no setor B pode ser indicativa que este era um local de atividade especializada em fabricar e calibrar hastes de madeira. Não seria algo incoerente pensar que este, seja um sítio especializado nesta atividade, já que nos demais sítios Tupiguarani identificados nesta região não foram encontrados quantidade tão elevada deste tipo de instrumento, especialmente se levarmos em consideração o sítio Florestal II, localizado muito próximo do Florestal I, que apresentou apenas seis peças deste tipo de instrumento (Baeta & Lima, 2004; Pessoa Lima, 2005).



Figura 70 - Fotografia da peça N° 358 – calibrador

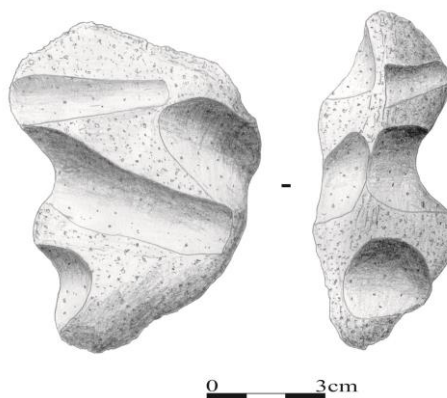


Figura 71 - Desenho da peça N° 358 – calibrador. Desenho: Ângelo Pessoa, 2016.



Figura 72 - Fotografia da peça N° 104 – calibrador

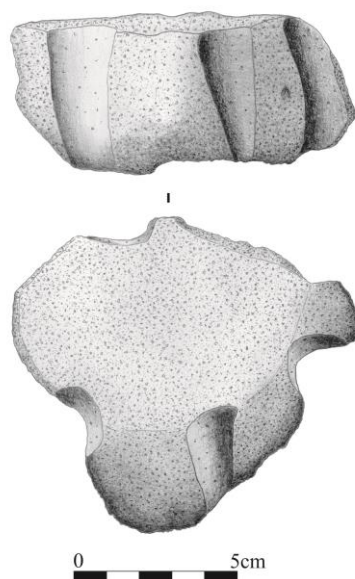


Figura 73 - Desenho da peça N° 104 – calibrador. Desenho; Ângelo Pessoa, 2016.

3.7.4 Polidores manuais

Este tipo de instrumento é muito associado, dentro da bibliografia brasileira, à produção de outros artefatos como lâminas de machados, mão de pilão e objetos de função simbólica (como zoólitos e tembetás), no entanto, a coleção de lítico bruto do sítio Florestal I não apresenta tais fragmentos ou artefatos inteiros, não obstante, a amazonita em estado bruto ou parcialmente polida foi observada (como veremos mais abaixo). Também devemos levar em consideração que este é um sítio lito-cerâmico, portanto, esse instrumento também pode e devia estar associado à produção da cerâmica local. No setor A há sete peças destas e no setor B 16 peças.

Classificamos, dentro desta categoria tipológica, peças cuja forma e tamanho não se “encaixam” propriamente à definição de Prous (1986/1990), no entanto, observando-se outras características destas peças (embora algumas realmente gerassem dúvidas), decidimos por classificá-las como polidores manuais pelo fato destas compreenderem requisitos mínimos para efetuar esta função. Estas são peças majoritariamente em gnaisse e não apresentam formas padronizadas. Umas se parecem com a forma de “bordas de cerâmica”, com “lábios” polidos e marcas de desgaste por polimento (facetas de uso), como pode ser observado nas fotos mais abaixo. Outros possuem formas

cônicas, com superfície coberta por estrias de polimento. Ainda há aqueles com formas não geométricas e de espessura fina, no entanto, é possível observar marcas de uso por polimento em pelo menos uma das superfícies.



Figura 74 - Fotografia da peça N° 10 - polidor manual



Figura 75 - Fotografia da peça N° 10 - Polidor manual

3.7.5 Bigornas

Na amostra foram identificadas dez peças no total para o lascamento bipolar, sendo quatro no setor A e seis no setor B. (Figuras 76 e 77).

Há de se ressaltar que muitas dessas peças identificadas na coleção estão muito deterioradas ou quebradas, o que dificultou bastante a correta classificação durante as análises. As dimensões dos suportes são variadas: entre 5,0 e 21 cm de comprimento, 3,6 e 16 cm de largura e 2,7 e 8,2 cm de espessura. Os suportes são, na maioria dos casos, utilizados na forma bruta, sem qualquer tipo de alteração prévia de superfície, mas há também aquelas cuja superfície foi regularizada através do polimento antes de ser utilizada.



Figura 76 - Fotografia da peça N° 01 - bigorna

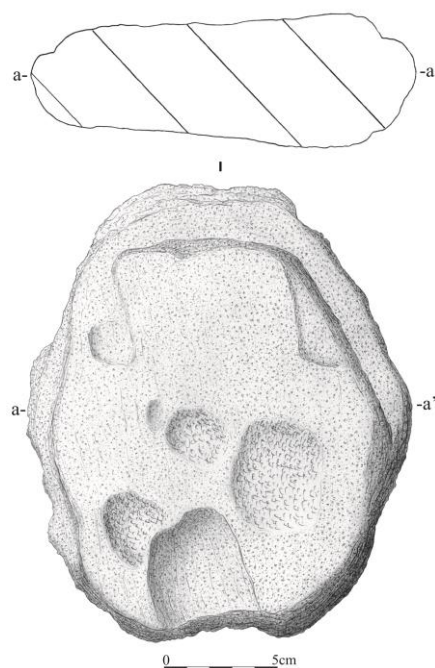


Figura 77 - Desenho da peça N° 19 – bigorna. Desenho; Ângelo Pessoa, 2016.

3.7.6 Quebra-cocos

Na amostra foram identificadas duas peças no setor B, ambas em gnaisse e seriam utilizadas para processamento de frutos (quebra-coquinhos) ou como um pressador (pressão contra hastes de madeira). Nesta última categoria, a dúvida quanto à correta classificação se deu porque há presença de um fundo relativamente cônico, mas não foi possível visualizar as estrias de polimento devido à matéria-prima, que é muito friável ou brilho característico (óleo expelido do fruto) dos quebra-coquinhos (Figura 78). As dimensões dos suportes são: entre 6,4 e 8,2 cm de comprimento, 6,0 e 7,4 cm de largura e 3,1 e 4,8 cm de espessura. Os suportes são na maioria dos casos utilizados na forma bruta, sem qualquer tipo de alteração prévia de superfície.



Figura 78 - Fotografia da peça N° 81 – quebra-coco

3.7.7 Polidores móveis

Foram identificadas quatro peças dessas, sendo duas no setor A e duas no setor B (Figura 79 e 80). Todas elas são de gnaiss e estão quebradas ou fraturadas. As depressões destas peças são circulares, côncavas e bem polidas devido ao uso. As dimensões dos suportes são de 6,1 a 17,5 cm de comprimento, 3,7 a 9,8 cm de largura e espessura de 3,3 a 7,4 cm. Na coleção, apesar de não terem sido identificadas lâminas ou mãos de pilão, há uma relativa quantidade de amazonita, que foram trabalhadas através do polimento.

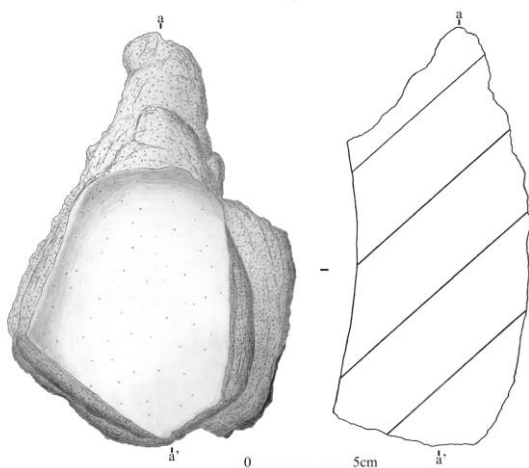


Figura 79- Desenho da peça N° 148 – polidor móvel. Desenho: Ângelo Pessoa, 2016.



Figura 80 - Fotografia em detalhe da superfície do polidor. Peça N° 148

3.8 Análise tecnológica dos instrumentos brutos pouco modificados

3.8.1 Geométricos

Foram identificadas quatro peças destas na amostra, todas coletadas no setor B; três destas de amazonita, que certamente foram trabalhadas através do polimento pelas mãos humanas. A peça nº 361 é a que chama mais atenção, pois apresenta em suas extremidades dois sulcos com perfil curvo, que podem ter sido produzidos com cordas de fibras vegetais ou algo flexível. Um dos sulcos mede 1,1 cm de comprimento, 0,2 cm de largura e 0,3 cm de profundidade; o outro sulco possui medidas de 0,5(c) x 0,1(l) x 0,3(p). Toda a superfície do suporte está polida (Figura 81). A peça nº 360 tem formato retangular e regularizado por polimento. Uma das extremidades é mais afinada (Figura 82). A peça nº 362 possui duas arestas que aparentemente foram debitadas; em parte de sua superfície há sinais de polimento. Talvez seja uma peça em estágio inicial de preparação, já que não possui forma geométrica definida.

Outro objeto (peça nº149), cuja matéria-prima é o gnaiss e sua função não pôde ser determinada, se parece com uma plaqueta em forma de “meia lua”, ambas as faces são bem aplainadas e regularizadas, possivelmente por polimento.



Figura 81 - Fotografia da peça N° 36 - amazonita polida



Figura 82 - Fotografia da peça N° 360 - amazonita polida

3.8.2 Distribuição das peças líticas brutas e pouco modificadas no Setor A

No setor A foram recuperados 27 artefatos brutos, todos eles inseridos na categoria de instrumentos utilizados sem modificação intencional. Artefatos como batedores (cinco peças) e as bigornas (seis peças) podem ser

associados à indústria de lascas neste local. A presença de alisadores de cerâmicas (três peças), assim como os polidores manuais (sete peças) podem ser associados à produção de cerâmica (acabamento superficial). Os calibradores (nove peças) são associados à produção de hastes de madeira. Os polidores móveis (duas peças) geram dúvidas quanto a sua presença neste setor, pois não há artefatos polidos intencionalmente e nem presença de amazonita, mesmo em estado bruto neste local. (Figura 83)

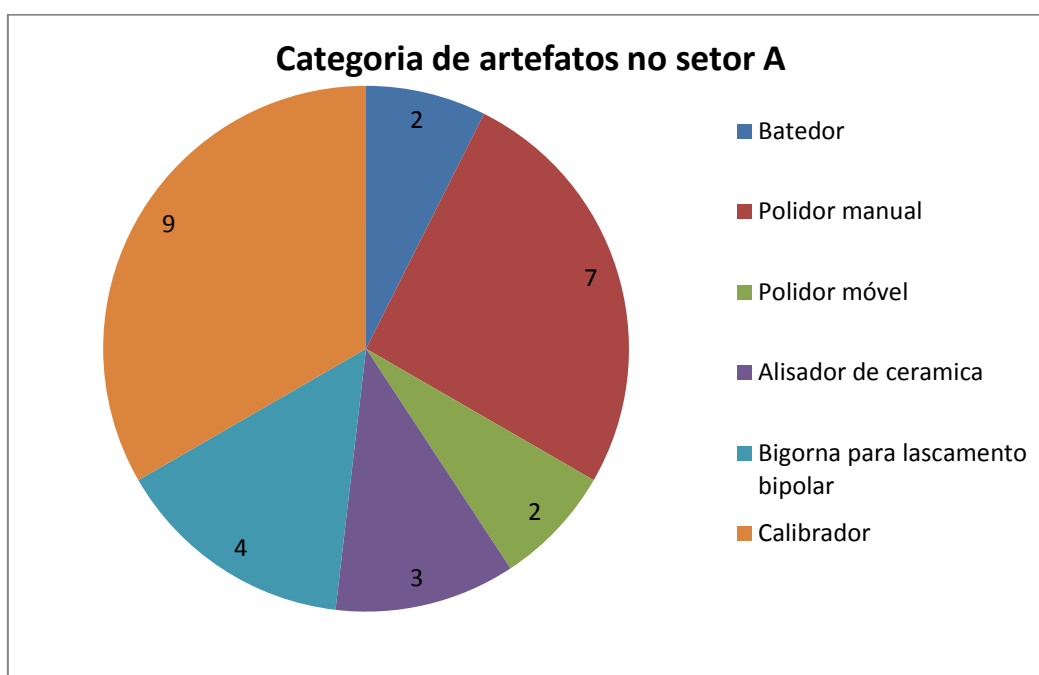


Figura 83 - Gráfico categoria de artefatos no setor A

3.8.3 Distribuição espacial dos artefatos líticos brutos nos setor A

O lítico bruto e/ou pouco modificado se concentra em três áreas distintas. Os vestígios identificados podem ser associados à atividade de lascas, à produção cerâmica, à produção de artefatos polidos ou objetos de função simbólica e, por fim, à atividade bélica. Na extremidade norte, a maior parte dos objetos está situada nas linhas G e I-21 na planta de escavação, portanto, se encontram bem na extremidade norte do setor. Nesta área foram identificados percutores, bigornas, polidores manuais, alisador de cerâmica e calibradores pétreos. Na parte central da escavação chamou atenção a grande quantidade de calibradores pétreos situadas nesta área. Também foram identificados instrumentos próprios para o polimento e para a atividade de

debitagem. Apenas nestas duas áreas da escavação foram identificadas lascas. Já na extremidade sul, embora haja presença de uma pequena concentração de material bruto, ela se mostrou mais diversificada sob os aspectos funcionais das peças, pois foi a única que apresentou polidores móveis neste setor, além da presença de um alisador de cerâmica, bigornas e um calibrador pétreo. Chama atenção pelo fato deste local não apresentar lascas, pois os produtos para a produção destas, como as bigornas, núcleos e núcleo-lascas estão presentes. (Figuras 84 e 85)

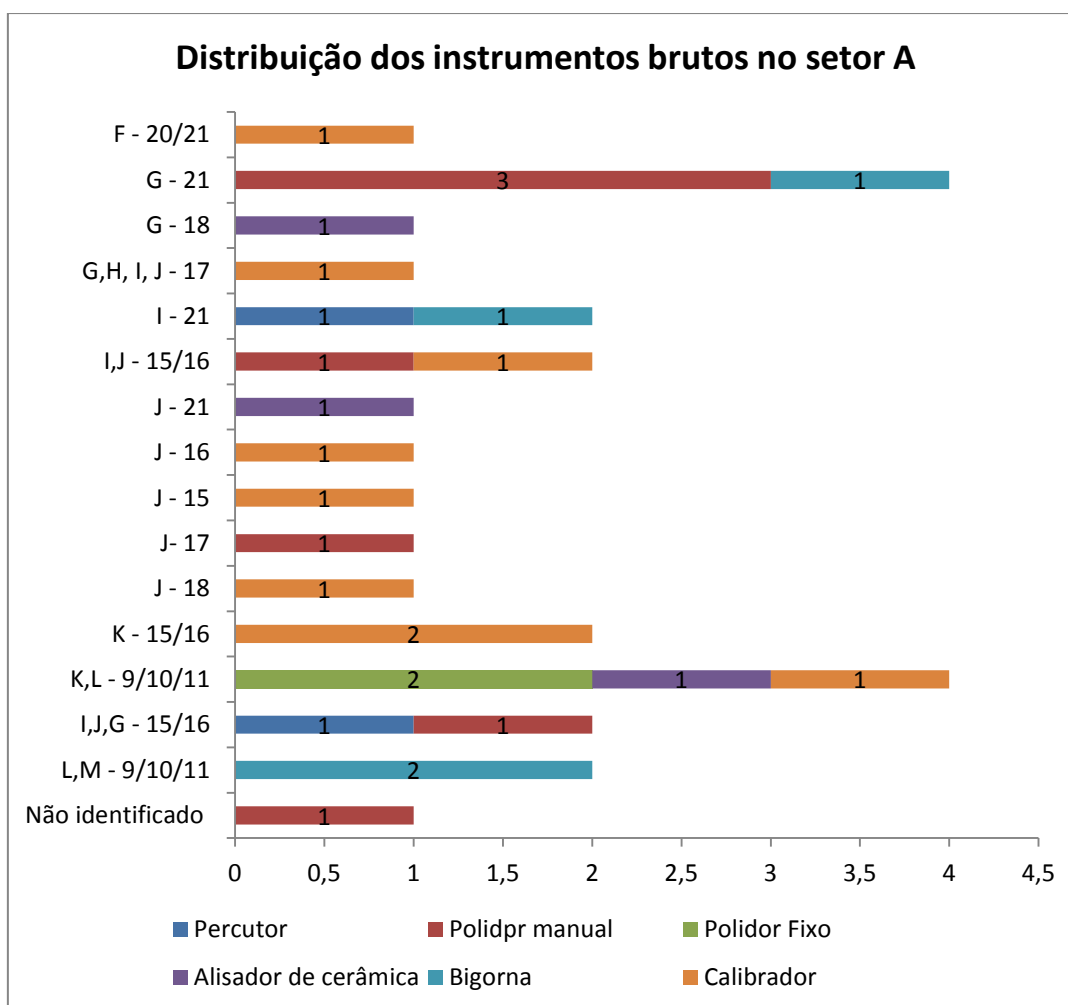
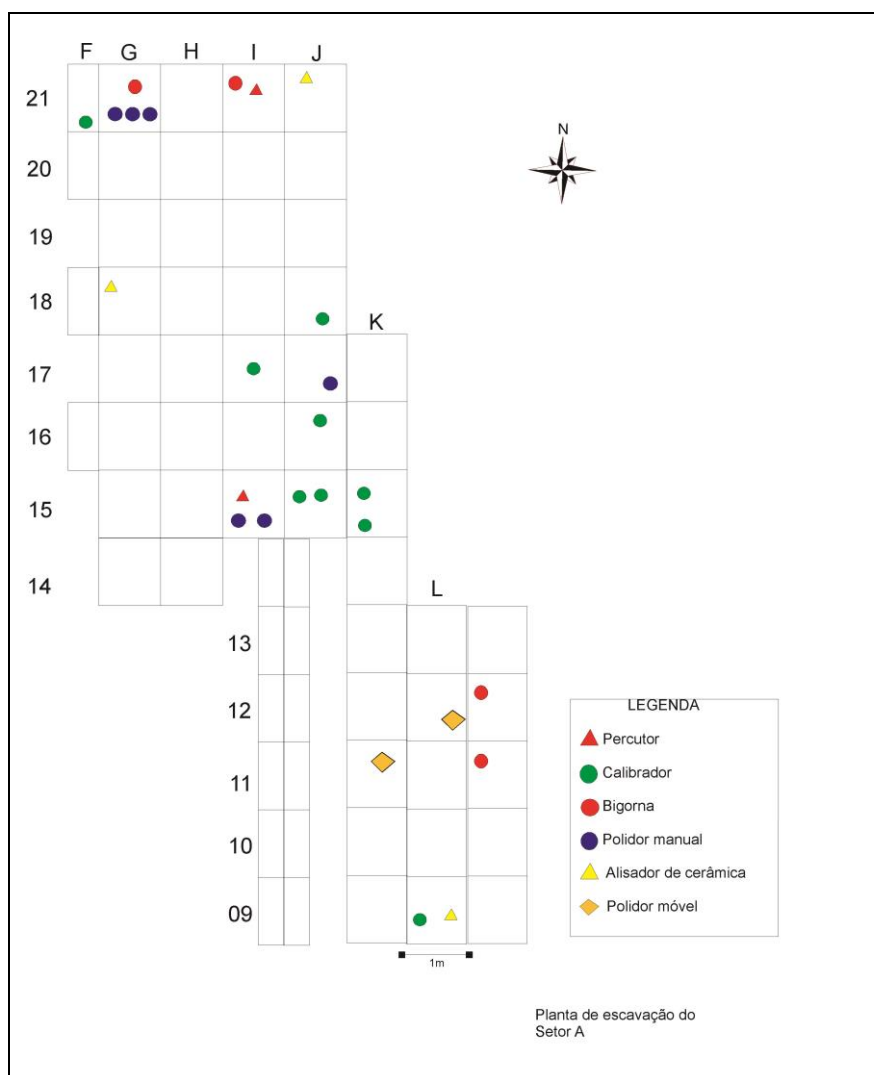


Figura 84 - Gráfico distribuição dos instrumentos líticos brutos no setor A



O pacote arqueológico neste setor chegava ao máximo aos 20 cm de profundidade, sendo que de 0 a 10 cm havia maior densidade de material, mas significativamente na segunda camada da escavação (0-5 cm), com mais nove peças. A terceira camada (5-10 cm) também teve relativa quantidade, com oito peças no total (Figura 86). Os percutores se concentraram nas camadas 3 e 4, assim como os polidores fixos e os alisadores de cerâmica. Talvez o peso destes instrumentos, à exceção dos alisadores, tenham sido determinantes e com o tempo podem ter sido naturalmente deslocados para estes níveis mais profundos. Os polidores manuais foram encontrados por quase todo o pacote arqueológico; já os calibradores só não foram identificados na última camada, mas a maioria estava localizado na camada 2.

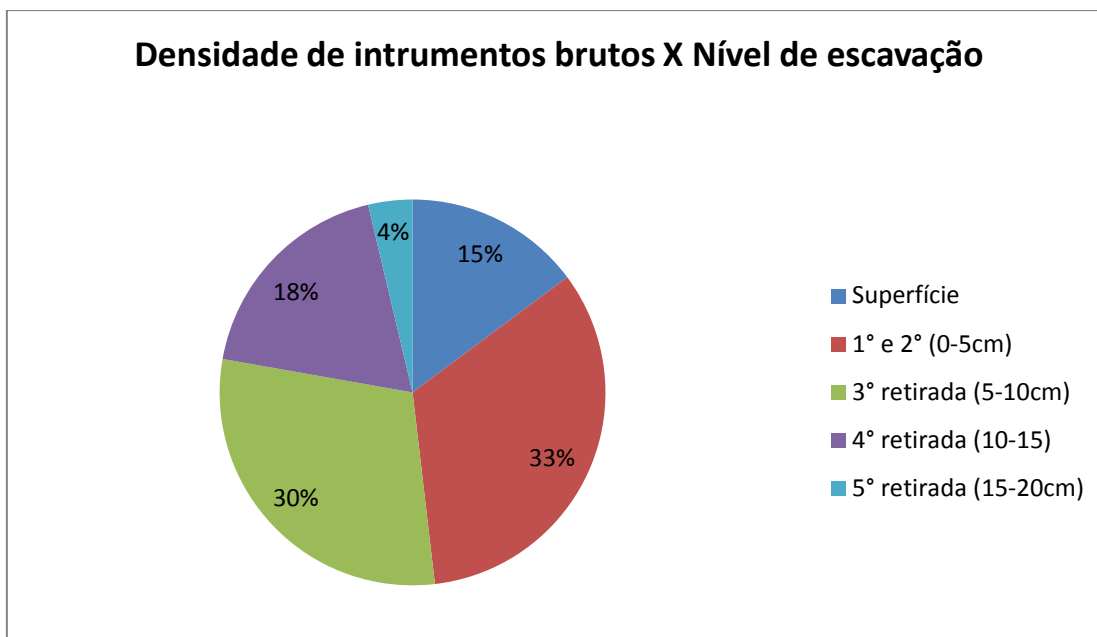


Figura 86 - Gráfico densidade de instrumentos brutos por nível de escavação no setor A

3.8.4 Distribuição das peças líticas brutas e pouco modificadas no Setor B

No setor B foram recuperados 92 artefatos brutos utilizados sem modificação intencional. A maioria deles é composta pelos calibradores, com 60 peças. A segunda categoria com maior quantidade de peças é o polidor manual, com 16 peças. Em menor quantidade, temos a bigornas para lascamento bipolar (seis peças), percutores (cinco peças), quebra-cocos e polidores fixos (duas peças cada) e alisador de cerâmica (1). Neste setor foram identificadas quatro peças modificadas intencionalmente por polimento pelas mãos humanas, classificadas como geométricos, e que podem estar associadas ao universo simbólico e ritual. (Figura 87)

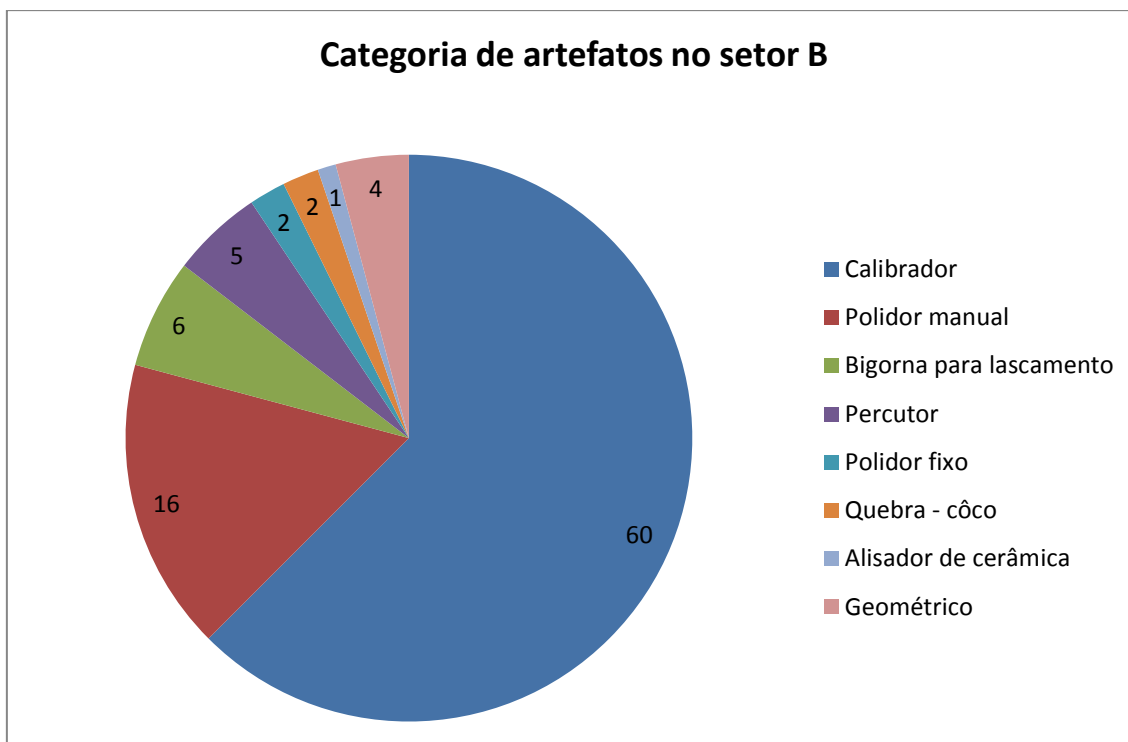


Figura 87 - Gráfico categoria de artefatos no setor B

3.8.5 Distribuição espacial dos artefatos líticos brutos nos setor B

A maioria dos artefatos líticos brutos está localizada na área principal da escavação do setor B, com 47 peças; outras 42 peças foram exumadas no Anexo II e apenas duas peças foram localizadas no Anexo I. Não foi possível identificar a correta localização de uma peça. Podemos observar que de oeste para leste, ou seja, começando no Anexo II até chegar à área principal da escavação, vemos que há uma grande concentração destas peças líticas e, à medida que vai se aproximando do Anexo I, esse material vai rareando bruscamente. Assim como observado na análise da dispersão do material lascado, a Área Principal e o Anexo II apresentaram diferenças quanto a forma de disposição das peças em cada área.

Na área Principal foi constatado que as concentrações de material bruto estavam situadas quase à mesma maneira que o material lascado, pois ocupam as periferias das respectivas quadras. As diferenças principais quanto à situação espacial dos objetos brutos se constata pelo fato de haver alguns instrumentos entre as duas concentrações, na parte mais central da área, bem como um percutor na extremidade oeste. As diferenças quanto à quantidade e tipos funcionais de instrumentos também foram acentuadas entre as

concentrações. Para facilitar a explicação vamos dividir esta área Principal em duas, concentração Leste e concentração Oeste. Na metade leste se concentrou a grande maioria dos calibradores pétreos e dos únicos polidores móveis do setor B, enquanto que na metade oeste identificou-se bigornas, percutores, quebra-cocos e um objeto geométrico com marcas de polimento.

O Anexo II apresentou algumas semelhanças quanto à análise espacial do lítico bruto em relação ao lítico lascado. Observa-se que não houve propriamente concentrações de material bruto, mas sim uma dispersão destes materiais de maneira espalhada por toda a área deste anexo. Os calibradores foram identificados em grande quantidade na área mais central do Anexo II, assim como a maioria dos polidores manuais, além da presença de quebra-coco, percutor e bigorna, cada qual com um exemplar. Chamou atenção pelo fato das amazonitas trabalhadas (geométricos) estarem situadas na extremidade leste nesta área e a maioria das bigornas e percutores estarem situadas mais a oeste nesta área. Já o Anexo I apresenta apenas um polidor manual como artefato bruto. (Figura 88 e 89)

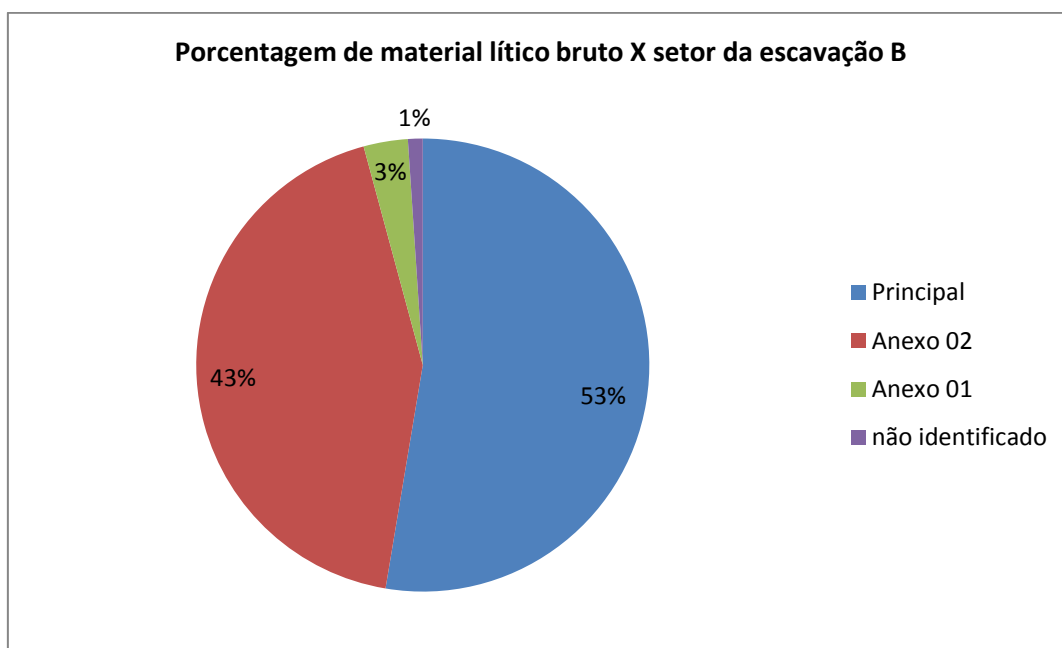


Figura 88 - Gráfico densidade de material lítico bruto por área de escavação do setor B

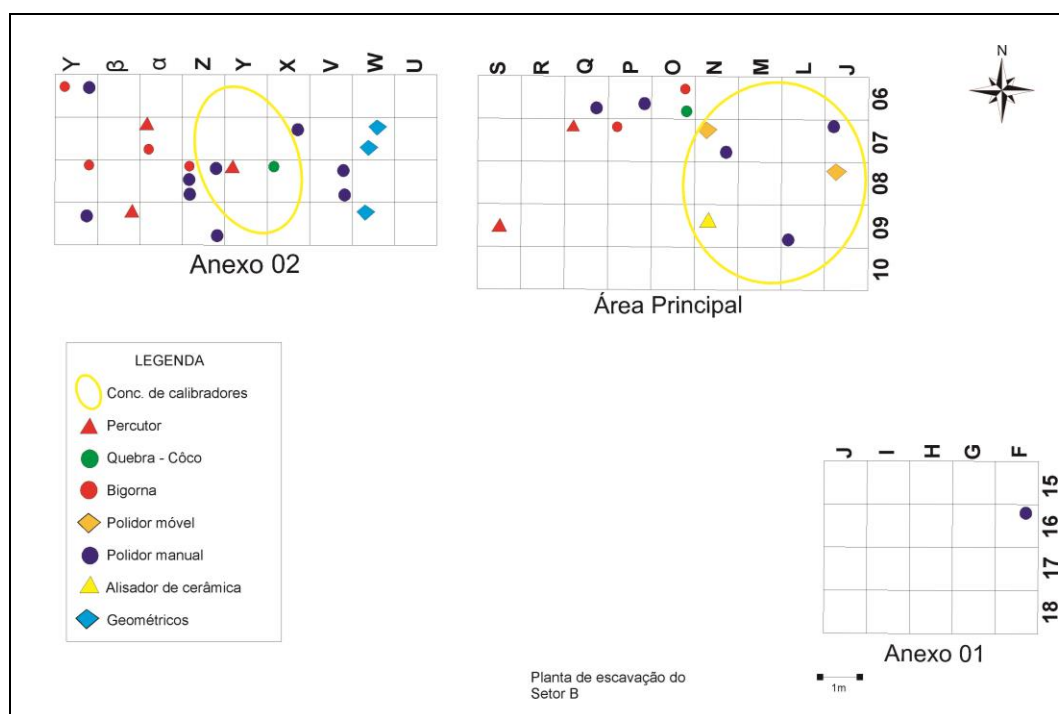


Figura 89 - Dispersão material bruto e/ou modificado no setor B

A maioria deste material lítico bruto se concentra nas camadas de 0-5 cm, ou seja, trata-se de uma camada bem densa e superficial deste tipo de material arqueológico. A partir dos 10 cm de profundidade este material cai drasticamente de quantidade em relação às primeiras camadas. (Figura 90)

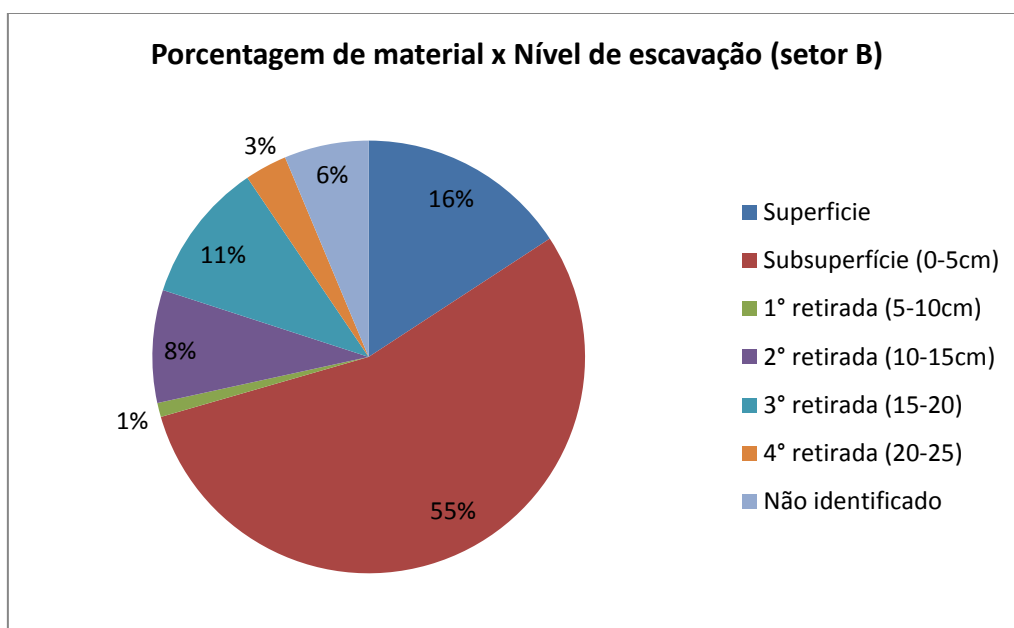


Figura 90 - Gráfico densidade de instrumentos brutos por nível de escavação no setor B

3.9 Sínteses preliminares

3.9.1 Lítico lascado

A matéria-prima mais utilizada para se lascar na amostragem estudada foi o quartzo, especialmente o tipo leitoso, mas também há uma quantidade razoável de lascas e produtos da debitagem em quartzo translúcido e hialino. Há de se ressaltar que todas as lascas unipolares são de quartzo hialino, uma matéria de boa qualidade para essa finalidade. Suspeita-se que, pela pouca quantidade de lascas unipolares e núcleos presentes no sítio, o quartzo hialino deveria ser de difícil obtenção. As demais qualidades de quartzo foram utilizadas de forma acentuada, já que estas matérias-primas são encontradas facilmente nas redondezas do sítio arqueológico, em forma de filões que afloram na superfície ou em forma de seixo rolado; quanto a este último, pode ter sido coletado no ribeirão Resplendor. As demais matérias-primas identificadas nesta indústria de lascamento, como o feldspato, o gnaisse e a calcedônia também podem ser facilmente encontradas nas proximidades do sítio arqueológico.

Onde foi possível verificar a presença de córtex, observou-se que estes são provenientes de fontes secundárias, provavelmente localizadas próximas do sítio arqueológico. A ausência de córtex na maioria das peças, especialmente as de quartzo hialino, pode ser também um indicativo de alto aproveitamento dos blocos da matéria-prima, indicando talvez, que os antigos habitantes poderiam estar evitando grandes deslocamentos para se obter matérias-primas de melhor qualidade para se lascar, preferindo, talvez, trabalhar com matérias-primas locais, mesmo que estas sejam de péssima qualidade para este fim. A ausência de córtex na maioria das lascas também pode indicar que estas remetam à fase final da cadeia operatória, enquanto que as que possuem algum córtex podem ser associadas à fase intermediária dentro da cadeia operatória da debitagem.

A técnica de lascamento bipolar prevaleceu ante a técnica de lascamento unipolar em ambos os setores escavados. Esta percepção se deu através da análise tecnológica do material, que apresenta na maioria dos casos, atributos padronizados - tais como tipos de córtex, geralmente ausente, e de talão, quase sempre com presença de linhas de esmagamento. A

orientação dos negativos observados nas lascas e nos nucleiformes indicam que as peças foram constantemente giradas de forma aleatória e, quanto ao perfil das peças, eram quase sempre retos. As lascas foram utilizadas na forma bruta, por isso, acredita-se que o objetivo principal por parte dos pretéritos lascadores de pedra era de se obter gumes cortantes para diferentes fins, como raspar, cortar, escamar, dentre outros; para provavelmente realizar atividades expeditas. As dimensões dos negativos de lascamento nos nucleiformes do setor A variam de 1,2 a 6,2 cm de comprimento e de 0,7 a 5,1 cm de largura e estão condizentes com a média das dimensões observadas nas lascas, já que as estas não possuíam mais do que 5 cm de comprimento por 2,5 cm de largura. No setor B, as dimensões dos negativos de lascas nos nucleiformes, que variam de 1,9 a 10,2 cm de comprimento e de 1,7 a 10 cm de largura, estão condizentes com as dimensões observadas nas lascas, que atingiam dimensões máximas de 8,7 cm de comprimento por 6,7 cm de largura.

As peças que foram trabalhadas através da técnica de lascamento unipolar são todas de quartzo hialino, porém, não foram encontrados núcleos desta matéria-prima na amostragem estudada. Em ambos setores pôde-se perceber apenas uma cadeia operatória de remontagem sequencial, e esta é relativamente simples, pois se trata apenas da retirada de lascas a partir dos núcleos, que resultaram em lascas simples, provavelmente com objetivo de se conseguir bons gumes. Não foram identificadas peças com retoque ou façonagem na amostragem, no entanto, talvez pela dificuldade de obter matéria-prima de boa qualidade para se lascar, como já observado acima, as possíveis peças produzidas e trabalhadas com mais acuidade poderiam ser mais valorizadas pelos antigos habitantes; sendo assim, abre-se a possibilidade de inferir duas hipóteses: que estas peças mais trabalhadas tenham sido carregadas e abandonadas fora do sítio arqueológico ou ainda, que tenham sido sepultadas juntas aos seus donos.

Em relação aos núcleos, chama atenção os de feldspato, que de fato, não é uma matéria boa para obtenção de gumes cortantes. Acreditamos que os blocos desta matéria estavam sendo reduzidos para que os grãos fossem propositalmente inseridos e utilizados na pasta da cerâmica como elemento antiplástico, já que foi observada a presença desta matéria-prima em quase a totalidade do material cerâmico local (Almeida, 2007; Piló, 2008), no entanto,

sabe-se que esta matéria-prima pode ser encontrada de maneira natural nas argilas, portanto, não há como ter certeza quanto a esta informação.

3.9.2 Lítico bruto e pouco modificado

O instrumental lítico bruto da amostra estudada foi bem variado quanto ao tipo de matéria-prima e foi utilizada na sua forma bruta ou modificada pelos indivíduos, através do polimento ou picoteamento, para diferentes fins ou funcionalidades, que podem ser associadas a diferentes atividades socioeconômicas. Artefatos como batedores e as bigornas podem ser associados à indústria de debitage e foram identificadas nos dois setores. A presença de alisadores de cerâmicas, assim como os polidores manuais, pode ser associada à produção de cerâmica (acabamento superficial). Os calibradores, que são numerosos no sítio arqueológico, especialmente no setor B, são associados à produção de hastes de madeira, indicando, por sua vez, a possibilidade do setor B ser uma antiga área de atividade especializada. Os polidores fixos, que foram identificados nos dois setores, geram dúvidas quanto a sua presença no setor A, pois não há artefatos polidos intencionalmente e nem presença de amazonita, mesmo em estado bruto, ao contrário do setor B, onde foi identificada essa matéria-prima na sua forma bruta ou pouco modificada (peças geométricas) pelas mãos humanas. Outra diferença entre os dois setores foi a identificação de dois suportes no setor B, com presença de fundo cônico e que foram classificados como quebra-cocos. São instrumentos associados ao processamento de alimentos vegetais.

O gnaïsse foi a principal matéria-prima aproveitada como suporte destes instrumentos brutos de modificação não intencional. É uma matéria comum da região estudada, assim como o feldspato e quartzo policristalino (Baeta & Alonso, 2004). Os seixos de quartzo foram utilizados como batedores ou como alisadores de cerâmica. Os geométricos eram quase todos de rochas amazonitas regularizadas através do lascamento, picoteamento e polimento, no entanto, não foram identificadas possíveis jazidas desta rocha nas proximidades do sítio arqueológico. Proporcionalmente, para quase todas as categorias observadas no setor B, a quantidade de peças é superior em relação ao setor A (à exceção do alisador de cerâmica e do polidor fixo),

entretanto, a área escavada do setor B (101m²) também é maior que a do outro setor (57m²), como podemos observar no gráfico a seguir.

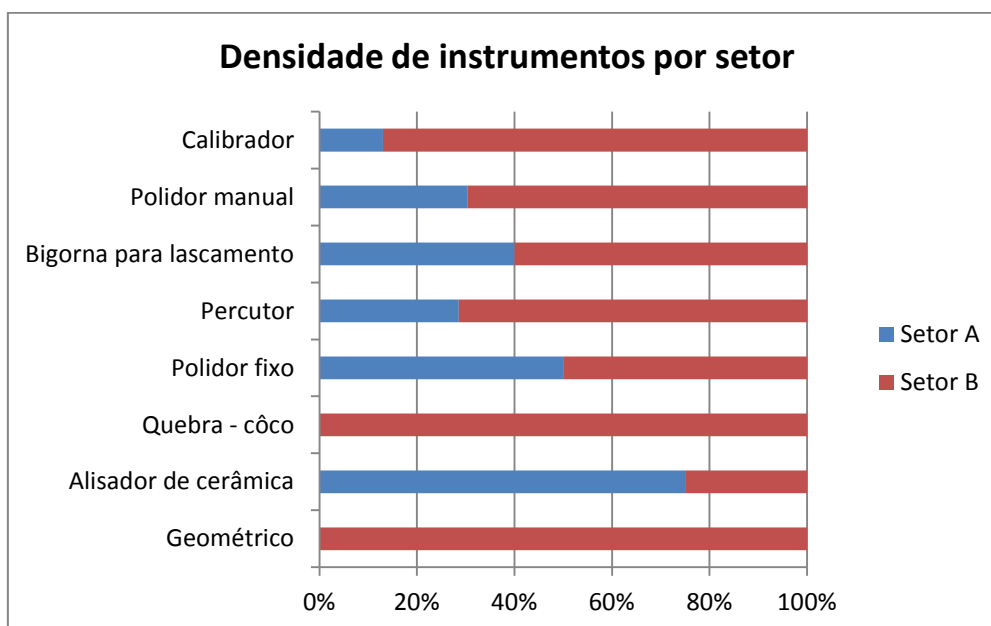


Figura 91- Gráfico densidade de instrumentos exumados entre os setores A e B

3.9.3 Distribuição do material lascado e bruto nos setores A e B

O lítico lascado do setor A está situado em duas concentrações: uma maior e situada na extremidade norte da escavação e outra menor, na parte central da área escavada. O lítico bruto também está situado, em sua maioria, na extremidade norte e central deste setor, porém, na porção sul foi identificado os polidores fixos e bigornas; portanto, a dispersão do material lítico se dá no sentido norte – sul, sendo mais frequente na parte norte e, a medida que vai chegando para a parte sul, o material vai rareando. A maioria do material lítico, tanto lascado, quanto o bruto, foi exumada nos primeiros 10 cm da escavação. (Figura 92)

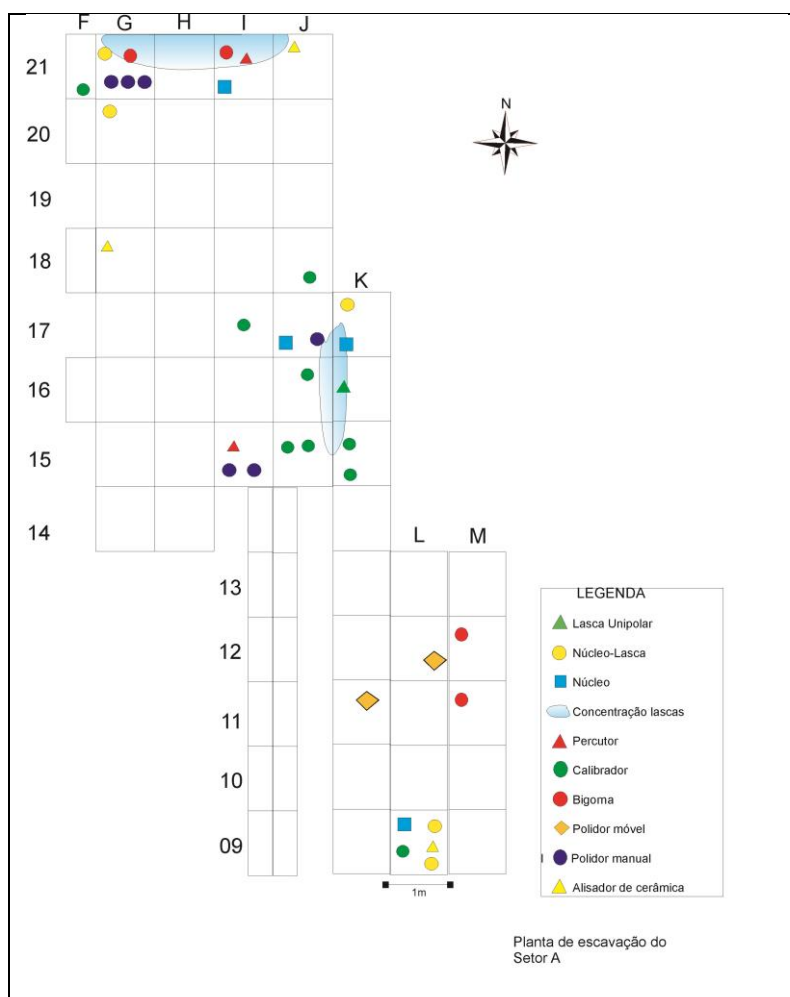


Figura 92 - Dispersão do material lítico no setor A

O lítico lascado do setor B tem sua maior concentração na área Principal da escavação, com mais da metade da totalidade do material lascado exumado, sendo que todos núcleos-lasca são provenientes deste local. Os instrumentos brutos também foram maioria nesta área da escavação. Do Anexo II foram exumadas menos peças lascadas em relação ao setor principal, no entanto, a maioria das lascas unipolares foi exumada deste local. Quase a mesma quantidade de material lítico bruto, em relação à área principal, foi exumada neste Anexo II, destacando-se os geométricos, onde quase todos foram exumados desta parte da escavação. No Anexo I foi coletada a menor quantidade de material lítico lascado e bruto do setor B. Diferentemente do setor A, o material lítico do setor B foi exumado, em sua maioria, nos primeiros 5 cm de profundidade. Podemos concluir que a concentração do material lítico lascado e bruto neste setor B se dá de oeste para leste, ou ainda, começa no

Anexo II, passando pela área principal e começa a diminuir até chegar no Anexo I. (Figura 93)

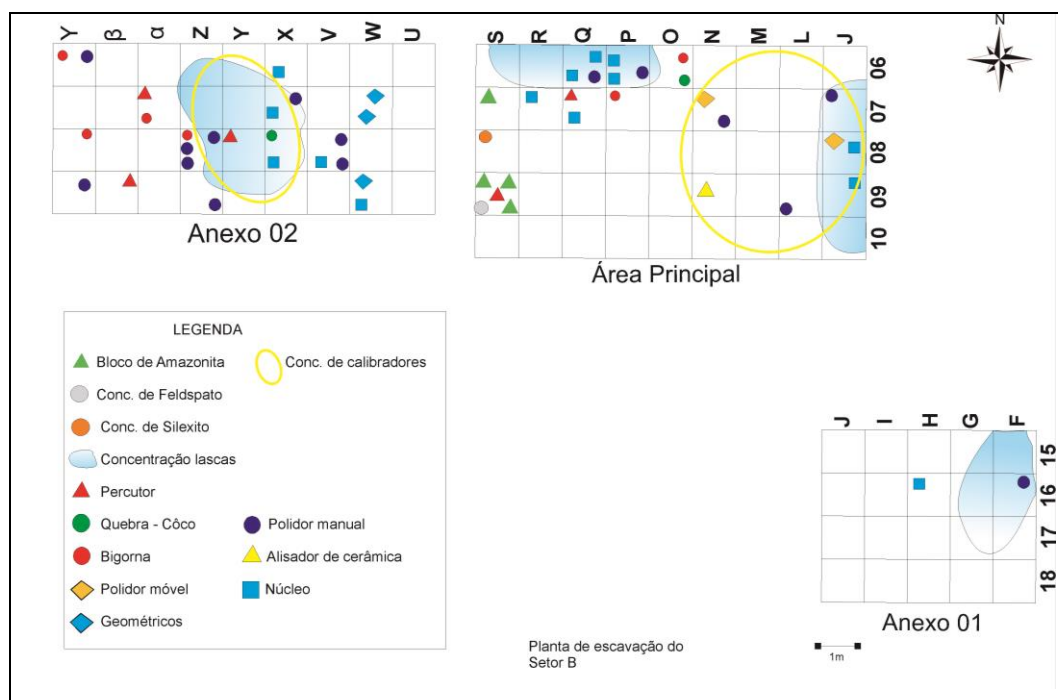


Figura 93 - Dispersão do material lítico no setor B

A priori, o que chama mais atenção quanto à disposição espacial do material lítico em ambos setores é o fato do Anexo II, situado no setor B, ter apresentado uma conformação diferenciada dos demais locais, pois o material lítico se encontrava disperso, de maneira espalhada ou não formando propriamente concentrações de material, como foi observado nas demais áreas. Nos dois setores o pacote arqueológico não é muito espesso e é contínuo, sendo que a densidade de material arqueológico é maior nos primeiros 10 cm de profundidade. Isto é um indicativo de que possivelmente a ocupação humana no passado tenha sido rápida e talvez, mais pontual. Pode ter sido uma única ocupação que não tenha durado muitos anos, mas essa hipótese deverá ser melhor trabalhada à medida que mais dados informativos da região sejam processados de maneira integrada, assim como algumas outras questões levantadas neste capítulo, especialmente quanto à forma e uso do espaço.

3.10 Características gerais da indústria lítica do sítio arqueológico Florestal I

Na região do Médio Rio Doce, pesquisas realizadas nos sítios Tupiguarani demonstraram que o quartzo foi lascado tanto à mão livre, quanto sobre bigorna, sendo que ambas as técnicas poderiam ter sido executadas em uma única peça (Prous & Alonso, 2004, 2010; Amoreli, 2007).

Isso ocorria em função da morfologia (a presença de um plano natural favorável à percussão favorecia o início à mão livre, sobretudo em blocos maiores), da qualidade da matéria (quando a matéria é policristalina, é mais fácil obter lascas grandes por percussão sobre bigorna) e do tamanho do núcleo (peças menores ou em fase final de redução, que não se pode mais segurar à mão livre, ainda podem ser processadas sobre bigorna). Trata-se, portanto, de técnicas complementares e não antagônicas. (Prous & Alonso, 2010:33)

Percebeu-se durante as análises do material que compõe a indústria de lascas deste sítio arqueológico, que as técnicas unipolar e bipolar parecem ter sido utilizadas com a finalidade de se obter lascas brutas de forma expedita ou fortuita para utilização em atividades cotidianas como, por exemplo, cortar, raspar, escamar, etc. Houve maior investimento da técnica bipolar sobre bigorna do que da técnica unipolar, empregadas na debitage de blocos, nódulos ou seixos de diferentes matérias-primas, mas especialmente o quartzo (hialino, translúcido, leitoso ou policristalino) para se obter lascas com gumes cortantes. As lascas, especialmente aquelas produzidas a partir do quartzo, permitiram vislumbrar apenas uma cadeia operatória de remontagem sequencial: relativamente simples, com a retirada de lascas de seixos e blocos de filão de maneira fortuita, que resultaram em lascas simples com a provável finalidade de se conseguir bons gumes. A pouca quantidade de lascas unipolares na amostragem não permitiram inferir se realmente poderia haver peças trabalhadas através da façonagem ou retoques, mas isso não quer dizer que os produtores desta indústria de lascas não dispunham o conhecimento técnico para se produzir artefatos mais elaborados, apenas não foram identificados no sítio arqueológico por motivos ainda desconhecidos. Pesquisas arqueológicas realizadas na Zona da Mata mineira (Corrêa, 2009) e no estado do Espírito Santo (Perota, 1974; Machado, 2006; Ribeiro, 2009; Ribeiro et al, 2009) em sítios associados aos Tupi (regiões estas, adjacentes à área aqui

pesquisada, confirmam que o quartzo, disponível em larga escala nessas regiões, foi muito utilizado para se produzir lascas através das técnicas bipolar e unipolar; onde, por vezes, foi trabalhado utilizando-se um alto grau de conhecimento técnico, usando-se a técnica da façonagem e do retoque para produzir instrumentos mais elaborados:

(...) os vestígios que permitem identificar as técnicas empregadas na debitagem (dos sítios do litoral sul capixaba) mostram principalmente o lascamento unipolar, seguido pelo lascamento bipolar de pequenos suportes (blocos, nódulos e seixos) de quartzo, principalmente translúcido e hialino. A maioria dos vestígios de lascamento controlado sugere a remontagem de cadeias operatórias muito simples, ainda que a presença de lascas com abrasão e microlascas evoque a produção de instrumentos mais elaborados, com retoques nas extremidades para delineamento de gumes. (Ribeiro, 2009:21)

Fica claro que temos em todos os sítios a presença de duas técnicas de debitagem, a unipolar e a bipolar, que foram empregadas de forma a obter os melhores resultados possíveis de acordo com as características de performance das matérias-primas utilizadas. (...) Vemos que o quartzo hialino (...) por ser uma matéria-prima com excelente performance para o lascamento, foi priorizada para a técnica de lascamento unipolar, que permite maior controle dos resultados. (Corrêa, 2009:243)

Anteriormente, começamos a discutir que na amostragem foram identificadas lascas que são associadas à fase final da cadeia operatória (principalmente aquelas com ausência de córtex) e lascas que foram associadas à fase intermediária dentro da cadeia operatória (com alguma presença de córtex na superfície). Onde estariam lascas associadas à primeira fase dentro da sequência da cadeia operatória de debitagem? Talvez a resposta esteja no fato dos indivíduos terem utilizado e aproveitado ao máximo dos blocos de matéria-prima disponíveis, onde a retirada das lascas era realizada por meio da técnica bipolar e unipolar de forma alternada, dependendo da qualidade da matéria-prima. Além disso, não foram observados núcleos cuja matéria fosse de boa qualidade para o lascamento e apenas quatro nucleiformes de quartzo hialino foram identificados na amostragem, reforçando, portanto, essa questão do alto aproveitamento da matéria-prima na indústria de lascamento.

Sobre o material bruto já pesquisado no Médio Vale do Rio Doce (Prous, 2004, 2007, 2011; Prous & Alonso, 2004; Baeta & Alonso, 2004; Pessoa Lima, 2005; Souza 2008, 2013), além da Zona da Mata Mineira (Loures de Oliveira,

2004, 2006, 2008, 2009; Corrêa, 2009) e no Espírito Santo (Ribeiro et al, 2009), apenas para citar alguns locais que estão mais próximos da região de pesquisa, os resultados demonstram que os instrumentos brutos modificados intencionalmente têm como matéria-prima especialmente as rochas friáveis, como o gnaiss, granito e, em alguns casos, a silimanita. Matéria-prima farta nesta região do estado de Minas, o gnaiss foi frequentemente utilizado de diferentes maneiras: em sua forma bruta ou modificado através do polimento para diversos fins. Outras matérias-primas, como quartzo hialino, policristalino, leitoso ou translúcido (nas formas de seixos, blocos poliédricos ou de filão) foram utilizados na indústria de lascas ou ainda, associados à produção da cerâmica local, seja de maneira modificada ou na forma bruta. Feldspato e amazonita também foram matérias-primas identificadas dentro deste aparato instrumental lítico bruto na coleção do sítio arqueológico.

Instrumentos como lâminas de machado, mãos de pilão, bigornas, polidores fixos ou móveis, alisadores de cerâmica e objetos ligados ao universo simbólico ou ritual Tupi, como os tembetás, são exemplos, em linhas gerais, do instrumentário lítico que pode ser identificado e associado a esta matriz cultural arqueológica. À exceção das lâminas de machado e mãos de pilão, que são instrumentos associados não somente à matriz arqueológica Tupi, mas também à tradição ceramista Aratu e Sapucaí, não foram observados no Florestal I; no entanto, outros tipos de instrumentos pétreos brutos, como por exemplo, percutores (para lascamento unipolar e bipolar), calibradores, polidores (móveis e fixos), bigornas (para lascamento bipolar ou processamento de frutos), alisadores, além de geométricos, compõe a tralha instrumental observada na amostragem estudada. Estes instrumentos brutos foram utilizados para diferentes finalidades, sejam elas atividades cotidianas, produção de (outros) artefatos, processamento de vegetais ou de uso simbólico ou decorativo. Essa diversidade quanto à questão funcional de cada categoria de instrumento observada e também às diferentes atividades que podem estar associadas ao uso destes instrumentos pode ser um indicativo de que este sítio arqueológico era possivelmente um local importante na confecção e uso desta tralha lítica bruta.

O entendimento de cada categoria funcional do material lítico bruto é de fundamental importância para se discutir a questão da utilização do espaço do

sítio arqueológico. Determinadas áreas podem ter sido utilizadas para determinadas atividades especiais, portanto, a utilização de uma área qualquer dentro do sítio pode estar diretamente atrelada aos conjuntos artefatuais encontrados em cada local, neste caso, especificamente, os líticos brutos e polidos. Essa análise vai refletir diretamente no entendimento do padrão de assentamento e da maneira que foi utilizado o espaço deste sítio, que por si só, chama atenção, pois está situado em um local diferenciado dos demais sítios Tupiguarani identificados na região do Médio Rio Doce. Há de se ressaltar que muitas dúvidas em relação às possíveis funcionalidades de tais objetos líticos brutos surgiram ao longo da análise devido à matéria-prima que, de maneira geral, é de péssima qualidade. Como esse grupo pretérito Tupi, que habitou e produziu esse instrumental lítico, se utilizava muito de matérias-primas na sua forma bruta; muitas vezes ao se analisar uma peça, dúvidas quanto à correta classificação das peças surgiu a todo o momento. Realmente se tratava de um instrumento ou era apenas um lítico bruto não utilizado? Com esse problema posto, apesar da falta de clareza quanto aos atributos tecnológicos necessários ao cumprimento de uma função específica, buscamos verificar de maneira minuciosa as marcas ou vestígios de produção e uso, correlacionando-os com a morfologia da peça (forma e tamanho) e a matéria-prima. Para ajudar no entendimento funcional de cada peça, buscamos deduzir os possíveis gestos ou movimentos realizados pelo(s) indivíduo(s), a fim de se entender se tais gestos estariam coerentes com as marcas ou vestígios de produção ou uso do artefato.

A questão da matéria-prima utilizada nesta indústria lítica pode ter relação direta não só com os aspectos morfo-tecnológicos das peças analisadas durante a pesquisa, mas também pode refletir diretamente a dinâmica socioeconômica e cultural desta população que anteriormente habitou essa região do estado de Minas; ou seja, uma influência direta aos hábitos culturais. Pode ser apenas uma questão de escolha daquilo que irá melhor servir para as mais diversas atividades, de cunho social ou simbólico. Estariam eles apenas mais interessados na eficiência em detrimento dos aspectos estéticos? Ou a disponibilidade e o tipo de matérias-primas encontradas na região foram cruciais nas escolhas para se produzir um instrumento? Uma questão de escolha ou necessidade? Ou ainda, se ambas estariam agindo de

forma simultânea no cerne da questão? É preciso trabalhar mais essa relação da disponibilidade de recursos neste nicho ecológico regional com o tipo de material lítico, cerâmico e faunístico encontrado no sítio Florestal I (e nos demais sítios arqueológicos da região) para que possamos estabelecer algum tipo de interpretação que remeta à forma de ocupação e uso do espaço inter e intra-sítios. A relação entre a cultura material do sítio Florestal I e dos demais sítios arqueológicos, apesar das muitas semelhanças, pode clarear muito na compreensão da forma de ocupação e o uso do espaço.

Esses fatores podem nos levar a uma reflexão mais aprofundada a respeito da ocupação Tupi dentro deste contexto regional. Pesquisas realizadas no litoral sul do Espírito Santo (Ribeiro et al, 2009) permitiram compreender melhor o uso e a funcionalidade do espaço inter e intra sítios Tupi nesta região do país, observando-se principalmente aspectos tecno-funcionais do material lítico, mas também da cerâmica local em relação aos aspectos ambientais locais, além da relação direta entre estas duas matérias (presença/ausência; maior/menor quantidade de um tipo de matéria em relação a outra em cada sítio arqueológico) na articulação do espaço interno e externo e entre sítios. O Florestal I e os outros sítios Tupi estão situados em um mesmo contexto ambiental, variando mais quanto à distância de cada um em relação ao rio Doce e ao compartimento topográfico diferenciado. São fatores que ainda serão analisados no capítulo 4, mas podemos adiantar algumas questões pertinentes na compreensão da possível “funcionalidade” do sítio arqueológico Florestal I: há mais semelhanças ou mais diferenças em relação à forma de ocupação e uso do espaço inter e intra-sítios? Seriam estes locais sítios de moradia e/ou sítios de atividades específicas? Como isso se reflete na cultura material e nas escolhas tecnológicas? A disponibilidade de recursos naturais e/ou materiais e de alimentos, em termos de acesso (fácil/difícil) estaria diretamente relacionada à conformação do Florestal I e dos outros sítios ocupados por grupos Tupiguarani?

4 - A articulação do espaço intra-sítio e inter-sítios: estudo interpretativo

4.1 Análise espacial do sítio arqueológico Florestal I

Como mencionado na introdução do presente trabalho, a análise tecnológica do material lítico era imprescindível para que fosse possível promover uma análise espacial do sítio arqueológico. Com o material lítico analisado e tendo seus dados processados, buscarei neste capítulo entender como as escolhas tecnológicas, morfológicas e funcionais dos artefatos líticos e cerâmicos podem ser percebidas na forma de ocupação e utilização do espaço; além de outros aspectos compreendidos dentro da dinâmica social e econômica dos indivíduos Tupi que transformaram esse espaço.

Um dos grandes problemas enfrentados neste tipo de análise começa pelo próprio processo de escavação do sítio arqueológico, pois cada fase interventiva, seja a que compreende a arqueologia empresarial ou a acadêmica, utilizou-se de diferentes metodologias no procedimento das respectivas escavações arqueológicas. Outra dificuldade detectada deu-se de maneira análoga quanto ao nível de preservação do material cerâmico do sítio, pois foi constatada uma alta intensidade de fragmentação provocada, possivelmente, por fatores pós-deposicionais, tais como atividades agrícolas ou bioturbações, que impossibilitaram a remontagem dos fragmentos restringindo a conformação de desenhos gráficos visando um maior e mais abrangente reconhecimento das possíveis formas dos vasilhames para cada setor escavado. Outro problema percebido foi quanto à documentação a respeito das escavações realizadas ainda na fase de obtenção de licença ambiental, configurada em perdas de importantes documentos informativos sobre o processo de escavação que poderiam ajudar nas reflexões quanto à espacialidade e ocupação do sítio arqueológico. Alguns pontos no que tange à metodologia utilizada para a análise do material cerâmico exumado e coletado na fase de prospecção e de resgate também não foram muito efetivos para o entendimento do uso e organização do espaço interno do sítio. Na análise deste material, se realizou uma descrição quantitativa e qualitativa dos fragmentos, não sendo contemplado o reconhecimento das possíveis formas dos vasilhames a partir dos perfis das bordas. As informações proporcionadas

através do reconhecimento das formas e da estimativa quantitativa de vasilhas em cada local do sítio arqueológico permitem, em muitos casos, abordar diversos aspectos da organização do espaço (La Salvia & Brochado, 1989; Brochado, 1991; Prous, 1992; 2011; Corrêa, 2009), o que de fato, devida à falta destes importantes dados em relação à área escavada pela arqueologia empresarial, a análise microespacial de um dos setores do sítio (o setor C) ficou relativamente prejudicada.

4.2 Análise espacial inter-sítio do Florestal I

Os vestígios arqueológicos do sítio Florestal I se distribuem numa área de aproximadamente 15.000m² situada em um topo de colina relativamente aplainado. Os setores A e B se situam na porção oeste do sítio, em uma área coberta por mata e distam entre si cerca de 100 m em linha reta no sentido norte - sul. O setor C compreende pequenas áreas escavadas na fase de licenciamento ambiental, que por seu turno, encontram-se situadas na porção leste do sítio arqueológico, em sua maioria⁵³, em uma área já bastante perturbada por atividades agrárias e sem presença de cobertura vegetal. (Figura 94)

⁵³ Conforme a figura 92 verifica-se que as sondagens 3, 4 e parte da trincheira 1 se situam em área de mata.

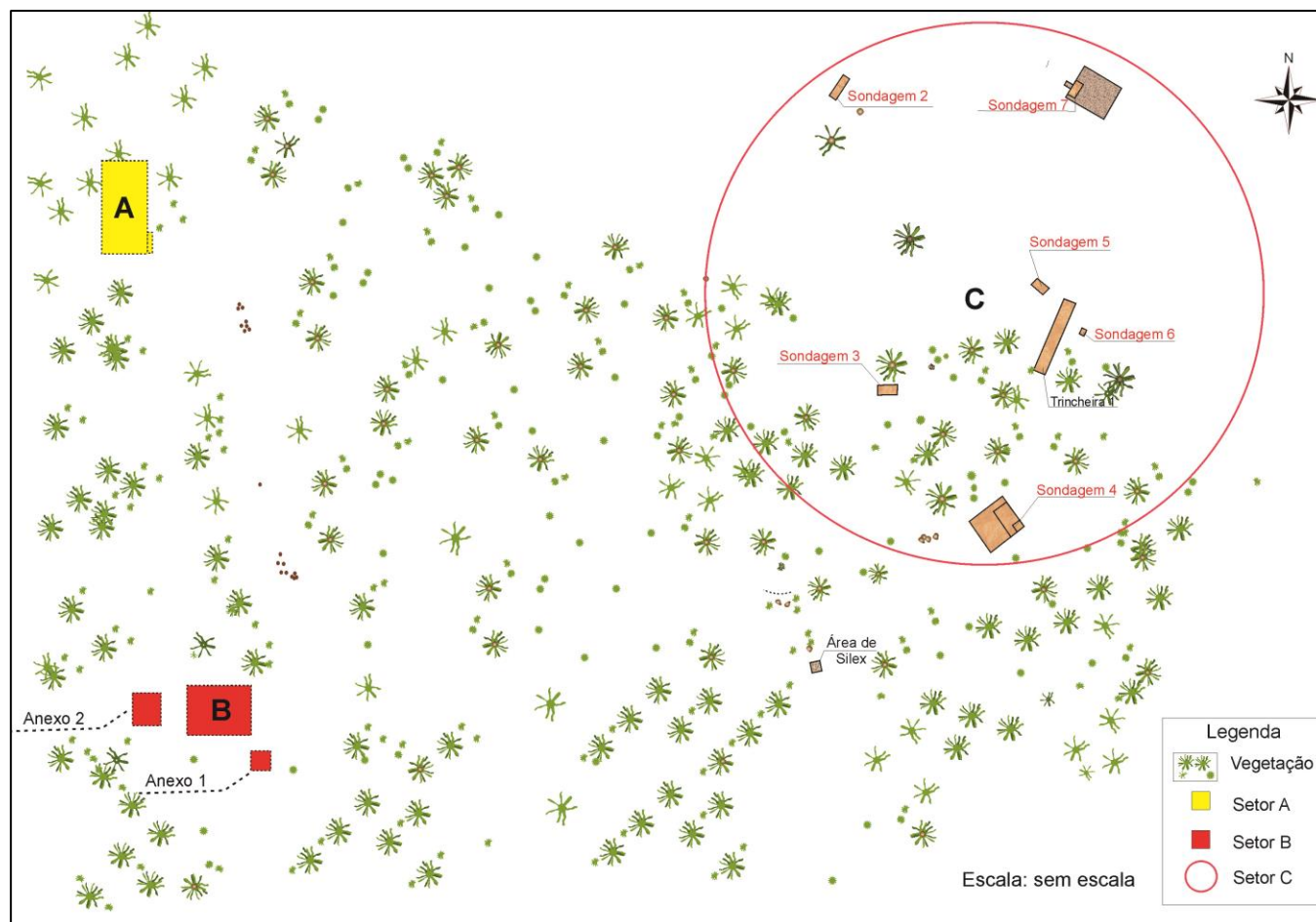


Figura 94 - Croqui de localização das áreas escavadas. Adaptado de Baeta & Alonso (2004).

Vestígios alimentares, como ossos de animais e sementes, não foram identificados nas escavações arqueológicas; sendo assim, as evidências recuperadas em todas as áreas escavadas se resumem a fragmentos cerâmicos e peças líticas lascadas e brutas e/ou pouco modificadas, conforme os quadros 01 e 02 adiante. Por outro lado, em superfície foram localizadas ou informadas ocorrências de outros tipos de materiais arqueológicos.

No setor C do sítio foram identificados conjuntos compostos por blocos granitoides grandes e pesados (alguns deles com mais de 50 cm de diâmetro ou mais), que apresentavam orifícios circulares artificiais (*cupules*) dispersos pela superfície rochosa. Este tipo de estrutura foi recorrente em parte do topo (setor C, próximo às sondagens 3 e 5), formando conjuntos estruturados com peças radiais ao redor de um bloco central (Baeta & Alonso, 2004). Inferiu-se a possibilidade desses blocos terem servido como instrumentos brutos, tais com quebra-cocos e/ou bigorna, mas não foram realizadas experimentações que pudessem confirmar tal hipótese. Também se aventou a possibilidade destas estruturas estarem associadas à combustão ou mesmo como demarcadoras de algum sepultamento, mas tais hipóteses foram descartadas após as escavações (Baeta & Alonso, 2004; Prous & Alonso, 2010). Blocos de laterita (canga), trabalhados pelas mãos humanas foram identificados na superfície, na área que compreende o setor C. Os blocos foram regularizados para formar toscos paralelepípedos de 20 a 40 cm de aresta e continham depressões, mas não foi possível determinar se essas depressões foram formadas pela utilização durante alguma atividade específica. Encontravam-se agrupados, geralmente, na periferia das concentrações de material cerâmico do setor C e, por este motivo, acredita-se que estes blocos poderiam ter sido utilizados como assento pelos indivíduos, na confecção de artefatos (Baeta e Alonso, 2004; Prous & Alonso, 2010; Panachuk et al, 2010). Os proprietários da terra onde se situa o sítio arqueológico afirmaram terem coletado grande quantidade de amazonita próximo a uma das concentrações de cerâmica situadas no sítio, no entanto, não há como precisar em que local foram coletadas e se estas peças eram trabalhadas ou não (Prous, 2011:40).

Tabela 39 – Localização dos vestígios cerâmicos no sítio arqueológico

Setor	Área escavada	Localização no sítio	Sub-áreas	Tipo de vestígio identificado						
				Cerâmica						
				Vasilhames (formas)			Outros			
				Abertas	Fechadas	Globulares	Calibradores	Peso de rede	Bola de argila	Outros
A	57m ²	NO/área de mata		X	X	X				
B	101m ²	SO/área de mata	Principal	X	X	X	X	X	X	X
			Anexo II		X					X
			Anexo I	X	X					
			Trincheira 01							
			Sondagem 02							
C	17m ²	L/área arada e de mata	Sondagem 03							
			Sondagem 04							
			Sondagem 05							
			Sondagem 06							
			Sondagem 07			X				
			Sondagem 01b*							
			Sondagem 02b*							
			Setor C**	X	X		X	X	X	

*2ª campanha

**não foi possível avaliar a localização dentro do setor C

Tabela 40 – Localização dos vestígios líticos no sítio arqueológico

Setor	Área escavada	Localização no sítio	Sub-áreas	Tipo de vestígio identificado				
				Lítico				
				Lascado	Bruto e/ou modif.	In natura	Blocos laterita	Blocos granitóides
A	57m ²	NO/área de mata		X	X			
			Principal	X	X	X		
B	101m ²	SO/área de mata	Anexo II	X	X			
			Anexo I	X	X			
			Trincheira 1	X				
			Sondagem 02	X				
			Sondagem 03					X
			Sondagem 04	X	X			
C	17m ²	L/área arada e de mata	Sondagem 05	X				X
			Sondagem. 06	X	X	X		
			Sondagem 07					
			Sondagem 01b*	X	X			
			Sondagem 02b*	X	X			
			Setor C**	X	X	X	X	

Em todos os setores do sítio que foram escavados o material cerâmico e lítico, estes encontravam-se principalmente entre os níveis 0 (superfície) e os 10 primeiros centímetros de profundidade, sendo que poucos objetos foram identificados após os 20 centímetros de profundidade. Nas concentrações maiores de material arqueológico e que foram alvo das intervenções arqueológicas, não foi observada formação de “manchas pretas”, que geralmente são resultantes do enriquecimento do solo através do acúmulo de matérias orgânicas.

Uma vez esclarecida a profundidade do sítio, o objetivo agora é compreender, através da análise da dispersão do material arqueológico no sentido horizontal, de que forma se deu a ocupação e o uso deste espaço e como os resultados desta análise podem contribuir para o entendimento do papel do sítio no contexto de ocupação dos Tupi nesta região. Para isso, vou priorizar a análise dos microespaços do sítio arqueológico, que correspondem às áreas que sofreram intervenções por meio de escavações. Em um segundo momento, vou analisar estes dados do Florestal I de maneira integrada, para que seja possível realizar uma análise macroespacial deste sítio, procurando entender as semelhanças e diferenças que podem ser detectadas quando confrontamos os dados informativos deste sítio com outras informações provenientes dos sítios arqueológicos Tupi desta região.

4.3 Análise espacial dos setores A, B e C

Localizado nas coordenadas GTM 24K 0278639/7859772, o **setor A** se situa na parte noroeste do sítio Florestal I. A análise da distribuição horizontal do material arqueológico no espaço escavado mostra três áreas mais densas e concentradas de material cerâmico: uma na extremidade norte da escavação (**concentração 1**); uma situada na parte central (**concentração 2**) e outra na extremidade sul do setor (**concentração 3**). A concentração 2 foi a de maior densidade de material arqueológico, seguida pela concentração 1 (Figura 93). Em relação ao material lítico, como já observado no capítulo 3 do presente trabalho, vimos que as lascas, a priori, foram produzidas com o objetivo de se conseguir gumes cortantes e serem utilizadas para realização de atividades expeditas, como por exemplo, cortar, raspar ou escamar. Tais aspectos

permitem inferir que as lascas identificadas neste setor poderiam se configurar em elementos destinados ao uso doméstico, que por sua vez, poderiam ser encontrados também no interior das habitações Tupi. Quanto ao lítico bruto e/ou pouco modificado identificado neste setor, alguns artefatos são associados a atividades diversas: à produção de lascas, tais como os percutores, bigornas e polidores manuais, à produção cerâmica, como os polidores manuais e alisadores, à produção de artefatos polidos (mãos de pilão, lâminas de machado) ou objetos de função simbólica (tembetás), através do uso de polidores móvel e, finalmente, às atividades bélica, de caça e pesca, tais como os calibradores/aguçadores, que por seu turno, são associados à função de regularizar ou calibrar varas de madeira para produção de setas.

Quanto aos resultados obtidos da análise do material cerâmico, não foi possível avaliar ou estimar a quantidade de vasilhames cerâmicos neste local devido à alta fragmentação do material e à impossibilidade de remontagem de vasilhames (Almeida, 2007:58), entretanto, as formas de recipientes cerâmicos reconhecidas no setor A são variadas e podem remeter a distintas funcionalidades de acordo com as características morfológicas do vasilhame, o tipo de decoração, bem como a ausência ou presença desta última (La Salvia & Brochado, 1989; Brochado, 1991; Prous, 1992; Corrêa, 2009). As formas reconhecidas foram: fechadas (*igaçaba*), bi-infletidas (*camuciajura*), abertas (*nhaen*) e globulares (*nhaempepo*). Estas formas remetem, especialmente, a uma “tralha” essencialmente destinada ao uso doméstico e podem ser correlacionadas ao acondicionamento, processamento e preparo de alimentos e bebidas (fermentadas ou não), bem como para servir ao consumo e para o transporte de alimentos e bebidas. As *igaçabas* e algumas formas abertas (*nhaen*) podem também ser associadas aos enterramentos tupi (Brochado, 1991), entretanto, em relação à utilização destes tipos de vasilhames como urnas ou acompanhamento funerário, no Florestal I, vejo esta possibilidade em aberto, pois, na área do sítio arqueológico não foram identificadas evidências de estruturas funerárias. Ao verificarmos os resultados da análise tecnotipológica do material cerâmico, embora a quantidade de formas reconhecidas neste setor tenha sido aquém do esperado devido à alta fragmentação do material, esta área apresentou alta incidência de fragmentos cerâmicos com presença de vestígios de fuligem, indicando, portanto, que

algumas das vasilhas que se situavam neste setor foram levadas ao fogo e provavelmente utilizadas no preparo de alimentos ou bebidas (Almeida, 2007).

Ao se analisar a disposição espacial do lítico bruto e/ou pouco modificado, em relação às respectivas concentrações de material cerâmico, verifica-se que os primeiros se situam, majoritariamente, nas áreas periféricas ou nos limites externos das concentrações cerâmicas. Quanto ao lítico lascado, que conta com pouco mais de 30 lascas neste setor, observou-se a mesma forma de dispersão, embora fossem restritas às concentrações 1 e 2, mas situadas também nas áreas periféricas ou externas a estas. (Figura 95)

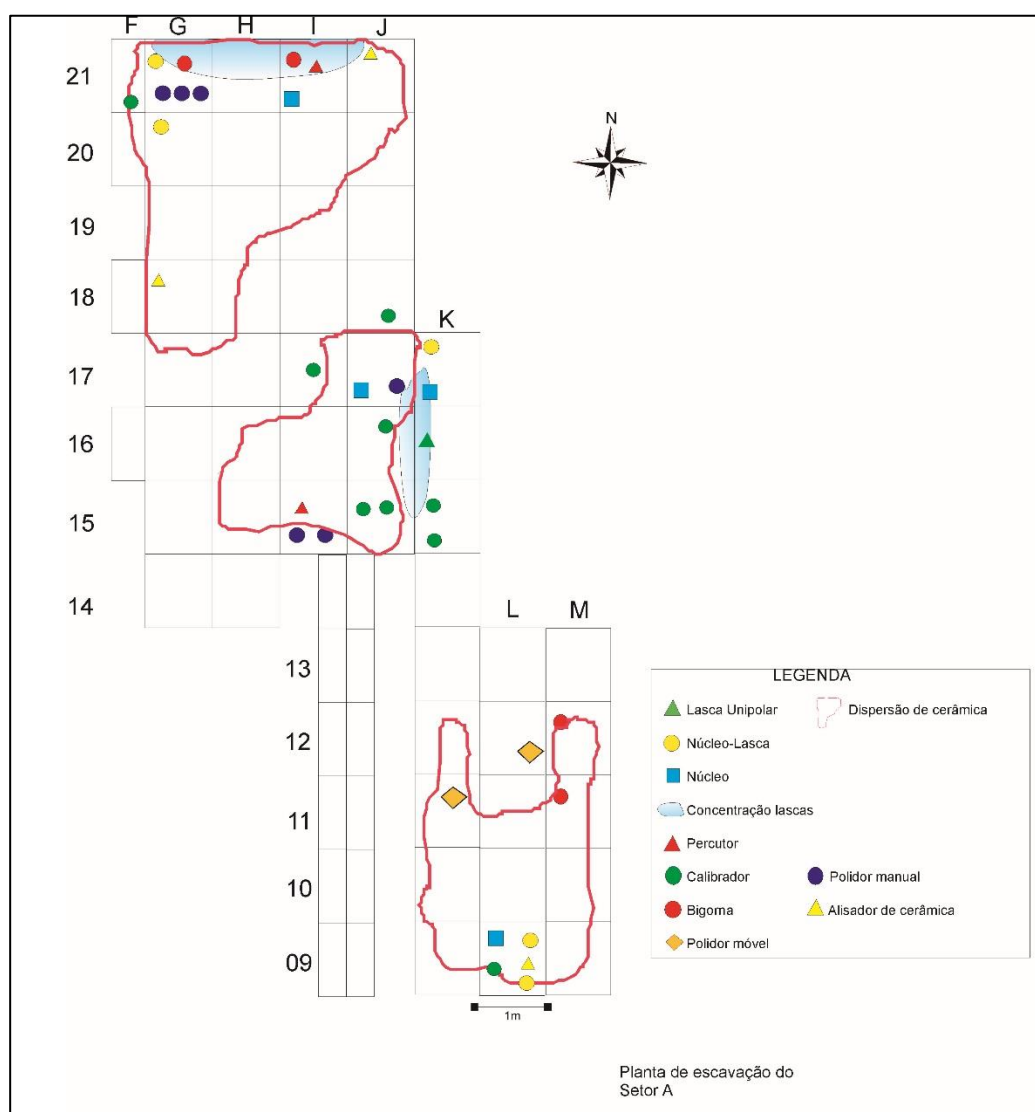


Figura 95 - Dispersão do material arqueológico do setor A

A concentração 1 conta com uma alta densidade de matéria cerâmica e lítica. Nesta área foram identificados todos os elementos próprios à produção de lascas unipolares e bipolares (percutores, bigornas e polidores manuais). Embora não tenham sido identificadas lascas unipolares neste local, a presença de lascas bipolares e outros vestígios que remetem à debitação bipolar se mostraram quantitativamente superior dentre as três concentrações. Também foram identificados alisadores cerâmicos, que assim como os polidores manuais, são instrumentos que podem ser associados ao tratamento e/ou acabamento superficial dos recipientes cerâmicos, e um calibrador lítico.

Quanto ao material cerâmico, nesta concentração 1 foram reconhecidas apenas duas formas de vasilhames: uma *igaçaba* e um pequeno recipiente bi-inflético, cujos fragmentos de borda possuíam marcas de fuligem de uso, indicando, portanto, que estas possivelmente foram levadas ao fogo (Almeida, 2007). A presença da *igaçaba* é uma informação interessante ao estudo do sítio arqueológico, pois este tipo de vasilhame pode ser associado ao preparo, à fermentação e ao armazenamento de líquidos fermentados (cauim), que por sua vez são comumente associados às festas e aos rituais antropofágicos realizados pelos Tupi da costa no passado. Associado ao fato deste fragmento de borda da *igaçaba* possuir vestígios de fuligem de uso permite inferir que o preparo de cauim teria ocorrido, se não neste local especificamente, ao menos na área que compreende o sítio arqueológico. Tal fato denota, portanto, a presença de um dos hábitos culturais mais expressivos e importantes desta sociedade, o qual inferiu diretamente no jogo das relações sociais e na dinâmica social desta população no passado. Já o vasilhame bi-inflético (*camuciajura*), que tem sua funcionalidade associada à produção e consumo de bebidas, pelo fato do fragmento apresentar marcas de fuligem, podem indicar que este pote pode ter sido utilizado ao preparo de bebidas (fermentadas ou não), denotando a sua utilização doméstica.

A concentração 2 caracteriza-se pela grande quantidade de calibradores. Embora esta concentração conte com a maior presença de vestígios cerâmicos do setor A, não foram identificados alisadores cerâmicos, mas há presença de polidores manuais. Do mesmo modo, apesar de esta área apresentar grande quantidade de elementos que podem ser associados à produção de lascas bipolares, não foi observado presença de bigornas,,

entretanto, um percurtor com marcas vestigiais que sugerem seu uso para ambas técnicas de debitage foi identificado neste local. Outra característica desta concentração está no fato de alguns dos vestígios líticos lascados e brutos e, entre estes, a única lasca unipolar identificada neste setor A, se situarem nos limites externos da concentração cerâmica. As morfologias dos vasilhames reconhecidas nesta área foram: bi-infletida (*camuciajura*), abertas (*nhaen*) e globulares (*nhaempepo*). Os fragmentos de borda, que remetem, respectivamente, às morfologias aberta e globular, apresentaram marcas de vestígio de uso (fuligem), indicando a possibilidade destas terem sido utilizadas na cocção de alimentos. O vasilhame de forma aberta apresentou decoração plástica escovada; através do desenho gráfico, observou-se tratar de um grande vasilhame, com cerca de 40 cm de diâmetro, que possivelmente tenha sido destinado ao uso coletivo.

A concentração 3, situada na extremidade sul do setor A, embora contasse com a menor densidade de material cerâmico e quase ausência de lítico lascado, chama a atenção pela diversidade de objetos pétreos brutos e/ou pouco modificados identificados neste espaço. O estranhamento se dá pela ausência de lascas e outros vestígios que são produtos da debitage, já que foram identificados duas bigornas, núcleos e núcleos-lascas neste local, indicando que, talvez, o local não tenha sido uma área destinada à produção de lascas. Esta concentração também apresentou os únicos exemplares de polidor móvel do setor A, além de um alisador de cerâmica e um calibrador. Em relação à morfologia dos vasilhames, a única forma reconhecida nesta concentração remete a um grande vasilhame de forma aberta, com presença de decoração plástica e fuligem de uso, cuja função pode ser associada ao processamento e preparo de alimentos (Brochado, 1991).

Na hipótese do setor A corresponder a uma habitação/maloca (ou ao menos parte de uma), é possível correlacionar cada concentração cerâmica a um espaço ocupado por uma família nuclear (*çapupau* ou *açarapupau*)? Como visto no capítulo 2, nestes locais eram realizadas atividades cotidianas diversas e, em alguns casos, produção expedita de pequenos objetos. No quadro de dispersão espacial apresentado (figura 95), podemos observar que entre as três concentrações cerâmicas (que possuem em média, 12m² de área - 4x3m), há um espaço de 1 a 2m com menor densidade de material arqueológico. A

hipótese de que nestes espaços relativamente vazios poderiam se situar os esteios divisórios que separavam cada espaço nuclear torna-se factível, pois, segundo informações dos cronistas e outras fontes bibliográficas, estes espaços nucleares poderiam ter de 4 a 7m de comprimento (Fernandes, 1949:65). Outro dado interessante quanto à conformação espacial está no fato do conjunto de artefatos formado pelo material lítico estar situado na periferia ou externa às concentrações cerâmicas, podendo indicar um acondicionamento destes artefatos nos “cantos” de cada espaço nuclear, sugerindo que o uso de tais artefatos poderia ser restrito às famílias nucleares que ocupavam os respectivos espaços.

Os resultados da análise microespacial deste setor A permitem inferir que: as concentrações 1 e 2 se assemelham mais quanto à densidade e ao tipo de material cerâmico e lítico lascado identificados no setor. Ambas concentrações possuem diversidade morfológica e funcional de vasilhames cerâmicos, que por seu turno, podem ser associados ao uso doméstico; também se observou que estas concentrações apresentaram maior densidade de vestígios que remetem à produção de lascas através da debitage unipolar e bipolar, além das próprias lascas, que possivelmente foram destinadas ao uso doméstico. A principal diferença entre estes dois locais está em relação à presença de tipos específicos de artefatos: na concentração 1 verificou-se a possibilidade da presença de vasilhame cerâmico do tipo *igaçaba*, além de alisadores cerâmicos e de bigorna, instrumentos ausentes na concentração 2; enquanto que esta última apresentou a maior quantidade de calibradores do setor. Já a concentração 3 se caracterizou pela baixa densidade de material arqueológico em geral, com destaque para quase total ausência de lascas, embora tenha se identificado um instrumental lítico bruto e/ou pouco modificado diversificado.

As informações a respeito da forma de dispersão do material permitem inferir que no setor A poderia situar-se uma antiga maloca indígena, no entanto, vejo duas possibilidades viáveis quanto à utilização do espaço dentro do contexto tupi: a primeira, onde as concentrações 1 e 2 estariam situadas na parte interna da unidade de habitação e a concentração 3 situando-se na parte externa; e a segunda, onde as três concentrações estariam situadas na parte interna da antiga casa.

Na primeira hipótese teríamos as concentrações 1 e 2, que se assemelham mais quanto a densidade e aos aspectos tecnotipológicos encontrados no material cerâmico e lítico, configurando-se em espaços destinados à ocupação nuclear (*çapupau*), enquanto que a concentração 3, que se situa mais distante das outras concentrações, se configuraria em um espaço reservado a atividades de produção de artefatos que, neste contexto, estaria fora da maloca. Esta concentração 3 é a de menor densidade de material arqueológico, no entanto, conta com a presença de polidores móveis, bigornas e calibradores, instrumentos que podem ser associados a diversos tipos de atividade. A questão da presença de um possível vasilhame cuja morfologia pode ser associada também ao processamento de alimentos, nesta área externa, não se torna um empecilho para este modelo de ocupação microespacial, pois alguns alimentos poderiam ser processados e preparados em área próxima, mas externa à maloca (Noelli, 1993; Assis, 1996). Dentro deste modelo, além da área externa abrigar um local de produção de artefatos, esta também se configuraria em uma área reservada ao processamento e preparo de alimentos e bebidas.

Na segunda hipótese teríamos as três concentrações inseridas na parte interna da casa, tendo as concentrações formando um espaço de uso comum, como por exemplo, uma cozinha. As concentrações 1 e 2 possuem uma tralha essencialmente de uso doméstico, pois além da presença de lascas, as duas concentrações contêm vasilhas que são correspondentes a categorias funcionais, que poderiam indicar o uso do espaço reservado à cocção de alimentos e preparo de bebidas e, como já mencionado, os fragmentos cerâmicos percebidos em grande quantidade nestas duas áreas apresentaram marcas de vestígios de uso (fuligem). Quanto à concentração 3, esta se configuraria enquanto um espaço reservado à ocupação de uma família nuclear (*çapupau*), pois observamos possuir menor quantidade de material arqueológico, portanto, seria este espaço “mais limpo”, contudo, observa-se que os instrumentos líticos brutos se situam na periferia ou externos à concentração cerâmica, sendo assim, estocadas nos “cantos” do espaço.

Trata-se de hipóteses que, a meu ver, podem ser mais bem avaliadas quando observamos alguns estudos arqueológicos que remetem à configuração e uso do espaço de estruturas de habitação identificadas em

outros sítios arqueológicos Tupi. Pesquisas realizadas em um sítio pré-colonial Guarani (Carle, 2002), localizado nas cercanias do município de Rio Grande/RS, identificaram pelo menos duas unidades habitacionais. Enquanto que uma habitação apresenta poucos vestígios materiais (casa 1), a outra apresentava grande quantidade de vestígios (casa 2). Nesta segunda, além da presença de negativos de esteios construtivos, verificaram-se negativos de esteios menores, que sugerem a presença de mobília interna (jiraus), além de outros vestígios materiais, alimentares e duas estruturas de combustão (Carle, 2002: 71-81). A pesquisadora afirma que na área interna das estruturas de habitação (casa 2), apresentava divisões delimitadas pelas marcas de negativos de esteio, sugerindo assim, que tais locais pudessem corresponder aos espaços ocupados por uma família-nuclear (*çapupau*). Em um destes espaços nucleares, sugere a presença de material cerâmico de maneira localizada, onde, “no interior da disposição retangular aparece pouquíssima cerâmica, mas para sul deste muitos fragmentos surgem e a norte está limpo de vestígios” (Carle, 2002:75). Na área externa da casa, verificou-se a presença de pelo menos uma estrutura de combustão, cuja autora sugere representar uma pequena fogueira para cocção de alimentos ou para a queima de cerâmica, embora não houvesse vestígios materiais associados. Já no sítio Candelária, também localizado no Rio Grande do Sul, os pesquisadores verificaram a divisão do espaço interno em duas possíveis unidades de habitação. Em uma delas parece ter existido um grande fogão central (*baemogigpaba*) com presença de restos de vasilhas corrugadas. Enquanto que em uma das extremidades da suposta habitação, situavam-se núcleos de pedra, no lado oposto verificou-se a presença de lascas, restos de vasilhas com presença de decoração ungulada. Instrumentos brutos (polidores e calibradores) estão situados por todo o espaço da estrutura de habitação (Schimitz et al, 1990).

Em relação à segunda hipótese, especificamente, a cozinha (*baemogigpaba*), segundo a bibliografia (Fernandes, 1949; Noelli, 1993; Assis, 1996), poderia se situar mais próxima do corredor central (*naxepiy*) das casas. Em alguns casos, a cozinha era utilizada de maneira compartilhada entre duas ou mais famílias nucleares e, geralmente, era equipada por objetos destinados ao processamento de alimentos e bebidas, bem como para servi-los. Por outro

lado, de acordo com os relatos e dados etnográficos (Fernandes, 1949; Assis, 1996), apenas as mulheres eram aptas ao preparo e à função de servir alimentos entre os Tupi. Chama a atenção, portanto, a quantidade de calibradores líticos identificados na concentração 2; artefatos relacionados à função de produção e manufatura de hastes para as setas, uma atividade que seria realizada apenas pelos homens, de acordo com os relatos de cronistas. Apesar do preparo e serviço da alimentação serem atividades essencialmente femininas, como sugerem os relatos dos cronistas que estiveram com estas populações no passado, poderia a cozinha ser um espaço de uso compartilhado por homens e mulheres? Entre os Araweté, aparentemente, tal situação restritiva não é observada. Entre os indivíduos desta população Tupi há alta fluidez da divisão sexual de trabalho, onde as mulheres e os homens podem participar conjuntamente do preparo de diferentes alimentos, como por exemplo, a carne. Outros alimentos, no entanto, têm seu preparo restrito apenas a indivíduos de um determinado sexo, como por exemplo, os vegetais, que são preparados apenas pelas mulheres (Viveiros de Castro, 1986:160-161). Sendo assim, a possibilidade de compartilhamento da cozinha não é totalmente inviável, ao menos segundo os dados etnográficos a respeito dos Araweté.

Alguns fatores verificados nos estudos citados acima pesariam contra a hipótese do setor A ter sido destinado à habitação, tais como a ausência de vestígios dos negativos das estruturas construtivas da habitação (buracos de esteio) ou de elementos que compunham a mobília interna das malocas (negativos de esteios de suporte para objetos ou jiraus). Tampouco foram identificados restos de estrutura de combustão, ou ainda, blocos carbonizados, que poderiam fazer parte das fogueiras destinadas ao preparo dos alimentos. A presença de fogueiras, destinadas ao aquecimento do ambiente interno da maloca e ao preparo dos alimentos e bebidas entre os Tupi é comumente citada nas fontes bibliográficas especializadas (Fernandes, 1949; Noelli, 1993). Embora a escavação do setor A apresentasse restos de carvões nas concentrações 1 e 2 (entre as quadras I e J-18, I-16 e H-16) e terra queimada entre elas (H-15), não foi possível confirmar se a presença destes vestígios teria sido originada pela ação ou atividade antrópica antiga. Todavia, a ausência destes testemunhos arqueológicos poderia estar relacionada aos

processos pós-deposicionais, tais como a ação das intempéries, ou ainda, devido à grande quantidade de ninhos de insetos e outras bioturbações; no entanto, desconfiamos que a ausência de carvões (e também de outros restos/vestígios de matéria orgânica) tenha ocorrido devido à acidez do solo ou ainda em decorrência da reciclagem natural de matéria orgânica realizada pelas árvores ao longo dos anos.

Ainda que pese a ausência de alguns dos elementos vestigiais observados nos estudos de caso citados mais acima, a meu ver, o fato do setor A contar com um conjunto artefactual que pode ser diretamente associados à atividade doméstica e a dispersão deste material arqueológico sugerir algumas semelhanças quanto à forma de uso do espaço no contexto tupi para as habitações, verificada por meio de relatos e pesquisas etnográficas e arqueológicas, reforçam a hipótese de que este local teria sido utilizado como uma área de habitação, onde possivelmente estaria situada uma antiga maloca indígena.

Localizado a cerca de 100m a sul do setor A, nas coordenadas GTM 24K 0278639/7859772, o **setor B** é a maior área do sítio arqueológico escavada de maneira sistemática, através da técnica de *décapage*. A análise da distribuição horizontal da cerâmica e do lítico lascado e bruto no espaço escavado apresenta semelhanças e diferenças em relação ao setor A. As três áreas escavadas que compõe o setor B são bem distintas entre si, especialmente entre a Área Principal e o Anexo II.

A **Área Principal** apresenta duas concentrações de cerâmica, uma situada na parte leste e outra situada na parte oeste. Embora sejam ambas muito mais densas de material arqueológico do que o observado no setor A, percebemos que a dispersão tanto da cerâmica, quanto do material lítico lascado e bruto se assemelham a este setor. O **Anexo 02** se situa a oeste da Área Principal e apresenta quatro áreas de concentração. Como veremos mais abaixo, trata-se de um local cuja dispersão espacial, a tipologia e os aspectos quantitativos do material arqueológico se diferem muito do observado na Área Principal. Por fim, temos o **Anexo 01**, que se situa a sudeste da Área Principal. Esta área, apesar de não apresentar quantidade significativa de material arqueológico, trouxe algumas informações pertinentes ao estudo da espacialidade deste setor B. (Figura 96)

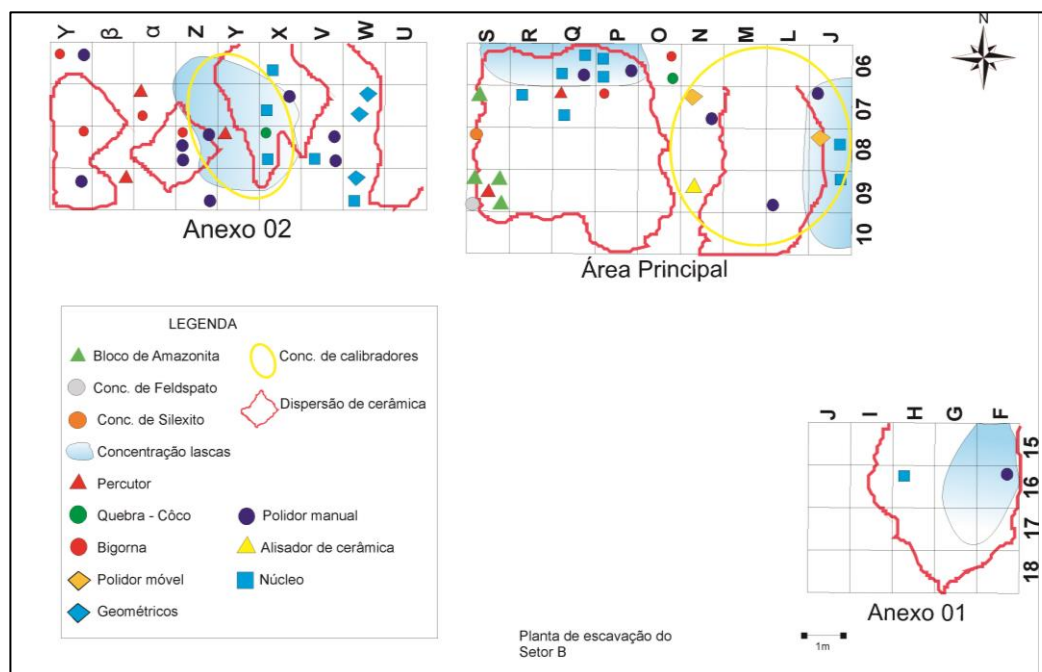


Figura 96 - Dispersão do material arqueológico no setor B

Em relação ao material lítico, todos os elementos que remetem à debitage de lascas unipolar e bipolar foram identificados neste setor. O lítico lascado apresenta maior diversidade quanto às matérias-primas utilizadas na confecção de lascas. Também foi observada nesta área maior quantidade de vestígios que remetem ao lascamento unipolar, que foram raros no outro setor escavado. Todos os objetos que compõem o conjunto lítico bruto e/ou pouco modificado já identificados e descritos durante a análise do setor A também estão presentes neste setor B; no entanto, este último apresentou outros tipos de artefatos, tais como objetos polidos e os quebra-cocos. Também chamou atenção a presença de blocos em forma *in natura* de feldspato, óxido de ferro, silexito e amazonita.

Quanto ao material cerâmico, as formas de recipientes reconhecidas no setor B são mais variadas, em relação ao setor A, quanto à quantidade e às possíveis funcionalidades. No setor B, as formas reconhecidas foram: fechadas (*igaçaba*), bi-infletidas (*camuciajura*), abertas (*nhaen*) e globulares (*nhaempepo*) (Almeida, 2007). Assim como no setor A, observamos que as formas dos recipientes também podem ser destinadas ao uso doméstico, correlacionadas ao transporte, acondicionamento, processamento, para servir e consumir alimentos e bebidas. Este setor também mostrou maior variedade

artefatual dentro do conjunto cerâmico; identificou-se fragmento de peso de rede, que possivelmente tinha função destinada à atividade de pesca, três calibradores em cerâmica e um objeto que apresentava dois orifícios em forma de “U”, mas de funcionalidade indefinida (Almeida, 2007). Portanto, nesta área do sítio arqueológico, em relação ao material cerâmico, observa-se maior quantidade e diversidade morfológica e funcional de vasilhames reconhecidos; além de apresentar objetos cerâmicos que podem ser associados a diferentes atividades socioeconômicas que, por seu turno, não foram identificados no setor A.

De fato, neste setor B há maior quantidade e diversidade de elementos que remetem à indústria lítica e cerâmica local. A grande quantidade de calibradores pétreos exumados no setor B, a presença de amazonita de forma trabalhada e bruta, a maior densidade de lascas, a diversidade ímpar de instrumentos brutos e o fato de haver matéria-prima mineral de forma concentrada põem em questão se o espaço que compreende este setor, ou seja, se ele teria sido utilizado apenas como moradia ou se teria sido, além disso, uma área destinada à produção e confecção de artefatos, como um ateliê. Mas também se destaca a maior diversidade tecnotipológica em relação ao material cerâmico do setor A, o que contribui, junto com as características do material lítico acima indicado, para sugerir uma especificidade deste setor em relação ao A.

Ao se verificar a distribuição do material lítico juntamente com a cerâmica dispersa no local, vemos algumas diferentes possibilidades quanto ao uso do espaço neste local do sítio arqueológico. Desta área também não foi possível estimar a quantidade de vasilhames devido à alta fragmentação do material cerâmico, que impossibilitou a sua remontagem (Almeida, 2007). No entanto, devido ao maior volume de fragmentos, é provável ter havido maior quantidade de recipientes cerâmicos neste setor. Em vista disso, neste local poderia habitar mais indivíduos, já que uma quantidade maior de vasilhames poderia atender a um contingente maior de indivíduos ou famílias nucleares. Trata-se de uma informação válida, pois, ao se observar a bibliografia especializada, verifica-se que vários autores quinhentistas apontam para uma não uniformidade quanto à quantidade de famílias que poderiam ocupar uma maloca tupi; visto que, como vimos no capítulo 2, a quantidade de ocupantes

em cada maloca está estritamente ligada aos aspectos que abrangem as relações políticas e sociais na sociedade Tupi.

A Área Principal é a de maior densidade de material cerâmico e é a que mais se parece com o setor A em relação à forma de dispersão espacial do material arqueológico, mesmo levando-se em conta as diferenças quantitativas dos respectivos locais. Ao observarmos a distribuição do material lítico em relação às concentrações cerâmicas, percebe-se que, assim como no setor A, o material pétreo se situa na periferia ou externos às concentrações cerâmicas (doravante denominadas, respectivamente, de Oeste e Leste, para melhor compreensão dentro da análise espacial desta área Principal). (Figura 97)

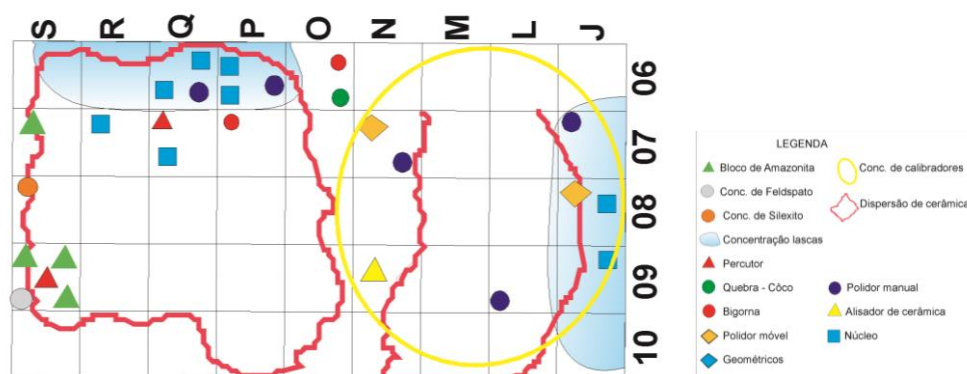


Figura 97 - Dispersão material arqueológico na área principal

O material lítico lascado e o cerâmico possibilitam inferir que a maioria dos artefatos poderia ser destinados ao uso doméstico, contribuindo para a hipótese de que este local tenha sido destinado à habitação no passado. As concentrações Leste e Oeste apresentam lascas unipolares e bipolares que, possivelmente foram utilizadas na realização de atividades expeditas, tais como cortar, raspar, descamar, etc.; além de todos os elementos da produção de lascas (percutores, bigornas e polidores manuais), sendo que, de maneira geral, prevaleceu maior quantidade de produtos da debitage bipolar em ambas concentrações. As principais diferenças perceptivas entre estas duas áreas de concentração remetem à presença e dispersão do lítico bruto e algumas peças cerâmicas que são funcionalmente associadas a outras atividades. Na metade Leste se concentra a grande maioria dos calibradores pétreos e um dos polidores móveis identificados no setor B. Em relação ao material cerâmico, neste local foi identificado um fragmento de peso de rede,

um calibrador em cerâmica e uma “bola de argila” seca e disforme. Foram reconhecidas cinco formas de recipientes, sendo que quatro vasilhames remetem à forma aberta (*nhaen*) e uma possui forma globular. Entre as formas abertas, identificaram-se duas pequenas tigelas, que possivelmente foram utilizadas para servir e/ou para o consumo de alimentos e bebidas. O outro vasilhame de forma aberta possui grandes proporções (mais de 35 cm de diâmetro) com presença de pintura interna e sem vestígio de uso, possivelmente foi destinada para servir alimentos ou armazenar líquido (água). O último vasilhame de forma aberta é grande, porém menor que a anterior e mais rasa. Esta se destaca por possuir decoração pintada na face interna e decoração plástica na borda e nos lábios; possuía vestígios de uso (fuligem). As características tecnotipológicas deste vasilhame inferem a sua utilização ao processamento e/ou preparo de alimentos ou ainda para servi-los. Um recipiente de forma globular (*nhaempepo*), com presença de decoração plástica e sem presença vestígios de uso, foi a outra forma de recipiente reconhecido neste local. Embora não apresentasse vestígios de uso, este tipo de morfologia de recipiente é associado ao preparo de alimentos (Brochado, 1991).

A concentração Oeste apresentou maior diversidade tipológica de instrumentos (bigorna, percutor e geométrico⁵⁴), além de maior quantidade de núcleos e concentrações formadas por minerais (silexita, feldspato e amazonita) em sua forma bruta (sem vestígios de trabalho antrópico). Neste local foi possível estabelecer a maior quantidade de formas reconhecidas de recipientes cerâmicos do sítio arqueológico, com um total de doze formas, que foram reconstituídas graficamente. As formas identificadas foram: sete vasilhames de forma aberta (*nhaen*), quatro recipientes de forma bi-infletida (*camuciajura*) e um recipiente de forma globular (*nhaempepo*). Entre as formas abertas, observaram-se três grandes recipientes com presença de pintura e

⁵⁴ De acordo com Prous (1986/1990), o polimento foi a técnica mais utilizada para se produzir objetos a partir de uma pedra em seu estado bruto, para posteriormente dar uma forma desejada que, a priori, não está relacionada à performance prática, como por exemplo, os adornos (tembetás, contas de colares ou braceletes, dentre outros), denotando, portanto, uma função simbólica (Prous, 1986/1990; Ribeiro et al, 2009). Enquadram-se nesta categoria, os **geométricos**, que são peças picoteadas e polidas sem marcas de uso, possivelmente utilizadas para fins rituais (Ribeiro et al, 2009).

vestígio de uso (fuligem), indicando que estas foram provavelmente levadas ao fogo. Um destes vasilhames possui tamanho menor que as outras duas e seu fundo seria mais raso, sendo possível que este tenha sido utilizado ao processamento de alimentos. As outras duas, possivelmente, foram utilizadas no preparo de alimentos. Outro vasilhame de grandes proporções, sem presença de decoração e com marcas de vestígio de uso (fuligem), possivelmente foi destinada ao preparo de alimentos. Dois vasilhames de forma aberta e de tamanho mediano (15 a 25 cm de diâmetro) com presença de pintura e sem vestígios de uso e outro, com presença de decoração plástica e sem vestígios de uso, foram identificadas nesta área e possivelmente eram destinadas para servir e para o consumo de alimentos. Os quatro vasilhames bi-infletidos possuíam decoração plástica, entretanto, apenas uma apresentou vestígios de uso (fuligem). Este tipo de vasilhame é associado à produção e ao consumo de bebidas (Corrêa, 2009). O recipiente de forma globular (*nhaempepo*) não possuía decoração e vestígios de uso. Embora não apresentasse vestígios de uso, este tipo de morfologia de recipiente é associado ao preparo de alimentos (Brochado, 1991). Também nesta área, foram identificados dois calibradores em cerâmica e um fragmento de alça cerâmica (Almeida, 2007).

Na área situada entre estas duas concentrações, foram identificados instrumentos brutos e/ou pouco modificados: quebra-coco, bigorna, percutor, polidor manual e o único alisador de cerâmica identificado no setor B. Nas duas concentrações verificou-se a presença de polidores manuais; tais instrumentos são associados à produção de vasilhames cerâmicos. A disposição entre material lítico e cerâmico, onde observa-se que o material lítico se situa majoritariamente nas periferias ou áreas externas às respectivas concentrações de material cerâmico; e os resultados das análises tecnotipológicas do material arqueológico nesta área do setor B são muito semelhantes ao observado no setor A. Deste modo, sigo a mesma linha de raciocínio quanto às possibilidades de uso do espaço, onde cada concentração de material arqueológico corresponderia a uma área ocupada por uma família nuclear (*çapupau* ou *acarapupau*) ou como áreas de uso comum, tal como uma cozinha. Desta forma, tratamos esta área Principal do setor B como um local

que foi destinado à habitação e onde, possivelmente, estaria situado uma antiga maloca indígena.

Assim como no setor A, nesta área Principal não foram verificados vestígios dos negativos das estruturas construtivas da possível habitação (buracos de esteio); assim como marcas negativas dos elementos que pudessem compor a mobília interna das malocas (negativos de esteios de suporte para objetos ou jiraus). Estruturas de combustão ou blocos carbonizados, que poderiam ser associados às fogueiras destinadas ao preparo dos alimentos, também não foram identificadas. Tal como no setor A, nesta área foram identificados restos de carvões e terra queimada, mas não foi possível confirmar se a presença destes vestígios estaria ligada à ocupação Tupi ou atividade antrópica posterior.

O Anexo 02 apresentou quatro concentrações de material arqueológico, todas de alta densidade de matéria lítica. O resultado da análise de dispersão do material arqueológico mostra que o material lítico se encontra espalhado por quase toda a área do Anexo II e não externas às concentrações cerâmicas, como na Área Principal. (Figura 98)

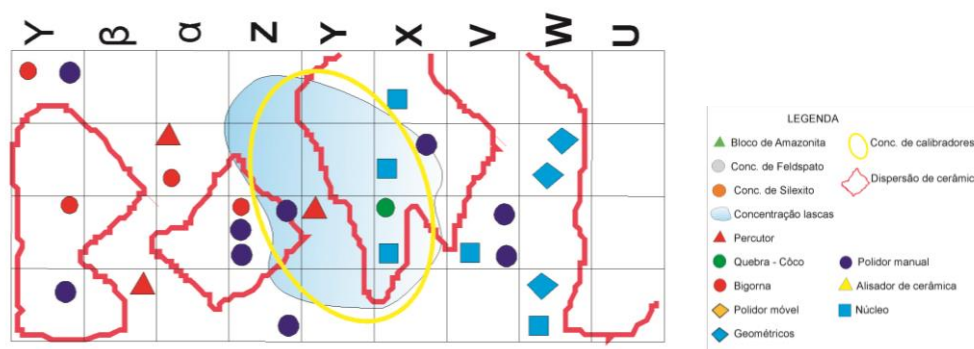


Figura 98 - Dispersão material arqueológico no Anexo 02

Além da presença de todos os produtos da debitage unipolar e bipolar, o lítico bruto e/ou pouco modificado se mostrou de formas bastante variadas quanto aos aspectos tecnotipológicos e funcionais, sendo identificada grande quantidade de calibradores pétreos, além de todos os instrumentos brutos identificados na área Principal. Também chamou atenção a presença de amazonitas trabalhadas (geométricos) estarem situadas na extremidade leste

desta área, local de menor densidade de material lítico e cerâmico, mais próximas da área Principal.

A densidade de material cerâmico nesta área é bem menor do que a encontrada na área Principal, inferindo-se, portanto, que neste local não havia presença de muitos vasilhames como observado na área Principal. Os resultados da análise tecnológica dos fragmentos exumados deste local demonstraram que estes cacos, aparentemente, são originários de vasilhas pequenas (Almeida, 2007). Tal dado pode ser reforçado, pois apenas duas formas pequenas de recipientes bi-infletidos foram reconhecidas neste local da escavação. Ainda em relação ao material cerâmico, ressaltamos a presença do fragmento com dois orifícios em forma de “U”, cuja funcionalidade não pôde ser definida; no entanto, pelo fato desta peça se localizar em uma área de produção de outros artefatos, como propomos aqui, seria possível que este fragmento cerâmico possa ser correlacionado à produção de outros artefatos? De maneira geral, os resultados da análise tecnotipológica do material cerâmico exumado no Anexo 02 reforça a hipótese desta área se configurar em ateliê de produção de objetos e artefatos, pois não há grande quantidade de vestígios cerâmicos neste local e as formas reconhecidas remetem a pequenos vasilhames que provavelmente foram utilizados para o consumo de líquidos, armazenamento ou para servir bebidas. Embora esta morfologia de vasilhame seja associada ao preparo de bebidas (Corrêa, 2009), ambas apresentam vestígios ou marcas de uso (fuligem), sugerindo, portanto, que estas foram levadas ao fogo; o que não infere que tais bebidas tenham sido preparadas especificamente neste lugar, que é tratado como uma oficina. Os vasilhames poderiam ter sido utilizados no preparo de bebidas sim, mas, após o preparo, estes poderiam ter sido trazidos para este local.

As evidências arqueológicas apontam para a hipótese de este local ter sido utilizado como uma área destinada à produção de artefatos, mas também pode trazer outras informações que são pertinentes dentro do jogo das relações sociais. Sabe-se que a confecção (e também o uso) de adornos pétreos era uma atividade exclusiva dos homens adultos, assim como a produção da maioria dos artefatos líticos. Dado o fato deste local apresentar grande quantidade de artefatos próprios para a confecção de instrumentos utilizados apenas pelos homens, tais como setas, adornos e machados, e

também apresentar uma dispersão espacial diferenciada do material, abre-se a hipótese deste local ser eminentemente ligado aos homens, o que por sua vez, sugere que esta área não tenha sido utilizada para habitação, mas sim utilizada como um ateliê ou oficina lítica, que como vimos no capítulo 2, seria correspondente a uma *tapyia*.

Já o Anexo 01, apesar da baixa densidade de fragmentos cerâmicos e material lítico lascado e bruto e/ou pouco modificado que se encontravam de forma difusa pela superfície e subsuperfície, esta área apresenta algumas informações pertinentes ao estudo da espacialidade deste setor B. Quanto ao material lítico, verificou-se a presença de pouquíssimas lascas ou produtos da debitage e foi identificada apenas a presença de um núcleo e um polidor manual. Já em relação ao material cerâmico, identificou-se neste local um fragmento de borda cuja forma reconhecida remete a um vasilhame do tipo *igaçaba*; além de um fragmento cuja borda é originária de um vasilhame de forma aberta, de grandes dimensões e com presença de pintura. Trata-se de uma informação importante, pois, se vislumbram duas hipóteses quanto ao uso desta pequena área: a primeira hipótese é de que este local funcionasse como um lugar específico para o processamento de bebidas e alimentos, conformando-se, portanto, em uma cozinha; a segunda hipótese trata este local como uma área de produção de vasilhames cerâmicos, dado ao fato também da presença de um polidor manual neste local. No entanto, devemos trabalhar com cautela esta possibilidade, pois não foi identificada a presença de estruturas de combustão neste local e nem presença de restos de argila ou outros elementos que porventura poderiam ser associados à produção de potes cerâmicos. Já a primeira hipótese me parece mais viável, pois as *igaçabas* também poderiam ser utilizadas tanto para armazenar, quanto para servir as bebidas alcoolizadas (cauim) produzidas pelos Tupi (Brochado, 1991). Em todos os casos, este local se configuraria em uma área externa à possível maloca existente no passado, que aqui é tratada onde se situa a área Principal.

É perceptível uma organização espacial dos artefatos de maneira diferenciada entre as três áreas deste setor. A princípio, os resultados levam a crer que o setor B tem potencial para se configurar como uma área multifuncional, onde parte dela seria destinada à habitação e onde, possivelmente, se situava uma das malocas dos antigos ocupantes do sítio

(área Principal); próxima a esta estaria situada uma área utilizada para confecção de objetos e artefatos (Anexo 02) e, por fim, outra área, também externa à habitação, que é tratada aqui como um local cujos alimentos e bebidas poderiam ser processados e/ou consumidos, portanto, se configurando como uma cozinha externa (Anexo 01).

Na Área Principal observou-se que há grande quantidade de objetos líticos e cerâmicos que podem remeter ao uso cotidiano. Lascas, que poderiam ser utilizadas em atividades expeditas no preparo de alimentos, vasilhames cerâmicos, que também podem ser associados ao uso doméstico, seja no processamento de alimentos e bebidas, para o armazenamento, para servir e para consumir alimentos e bebidas foram verificadas em grande quantidade neste local. Reforça a hipótese de que esta área tenha sido uma antiga maloca indígena a forma de dispersão destes elementos no espaço, pois, de fato, assemelha-se muito à verificada no setor A.

No Anexo 02, verificou-se que a grande quantidade e diversidade tipológica de matéria lítica, a baixa densidade de material cerâmico e a forma de dispersão destes materiais, ajudam a inferir que este local, poderia sim, ser um local diferenciado dos demais, onde aqui é tratado como área de produção e confecção de objetos e artefatos. A presença de objetos que podem ser associados aos homens, como observado no Anexo 02, é algo interessante de se pensar, pois a hipótese reflete diretamente uma relação estritamente social, que é a divisão sexual do trabalho, configurada, neste caso, em locais específicos para a realização das atividades masculinas.

O Anexo 01, que apresentou pouco material arqueológico, possibilitou inferir se tal local pudesse ser tratado como uma cozinha externa, e como vimos anteriormente, estudos realizados em outros sítios arqueológicos (Carle, 2002), demonstram que essa possibilidade é viável dentro do contexto de ocupação Tupi.

Localizado nas coordenadas GTM 24K0278747/7859803, o **setor C** se situa na parte leste do sítio arqueológico. Como já mencionado, devido à metodologia utilizada, tanto no resgate, quanto na análise do material arqueológico desta área, tornou-se impossível operar uma análise voltada à microespacialidade, tal como foi realizada nos setores A e B, entretanto, a

hipótese de esta área apresentar uma ou duas unidades habitacionais não pode ser descartada.

O setor C apresentou grande quantidade de material cerâmico, onde cerca de 8.000 fragmentos eram oriundos de vasilhames. Destaca-se a presença de mais de uma dezena de calibradores cerâmicos e um (possível) fragmento de peso de rede. As (poucas) morfologias de vasilhames reconhecidas foram formas abertas e bi-infletidas⁵⁵ (Piló, 2008) e também verificadas tanto no setor A, quanto no setor B.

Quanto ao material lítico, esta área se caracterizou pela baixa densidade de material lascado (menos de 40 peças), entretanto, a maioria das lascas era obtida por meio do uso da técnica de debitage unipolar (Baeta & Alonso, 2004). Chamou-me atenção a preferência pelo uso da técnica de debitage unipolar em detrimento ao uso da técnica bipolar, que foi mais utilizada nos setores A e B do sítio arqueológico. Seria este local ocupado por indivíduos que davam maior predileção a esta técnica de debitage na confecção de lascas? Em relação ao lítico bruto e/ou pouco modificado, destaca-se a grande quantidade de calibradores (quase 80 peças) e apenas a presença de um percutor neste local (Baeta & Alonso, 2004), desta forma, embora tenha sido identificada grande quantidade de calibradores nesta área (assim como no setor B), não foram identificados, à exceção do percutor, outros tipos instrumentos brutos e/ou pouco modificados que foram identificados nos setores A e B do sítio arqueológico.

Devido ao alto volume de material cerâmico e pelos aspectos tecnomorfológicos identificados no material arqueológico, considera-se a hipótese de que nesta área que compreende o setor C, também poderia situar, no mínimo, uma antiga unidade de habitação Tupi.

⁵⁵ Não foi possível avaliar o tamanho destes vasilhames, pois não há escala de referência nos desenhos gráficos.

4.4 Considerações a respeito da espacialidade e uso do espaço no sítio arqueológico Florestal I.

Embora a densidade de material arqueológico entre os setores A e B se difira, visto que no setor B a quantidade foi superior ao setor A, ao observarmos os resultados das análises tecnotipológicas do material arqueológico e a forma de dispersão destes, verificamos que há semelhanças e diferenças entre estes dois locais pesquisados; entretanto, os resultados contribuem de forma incisiva à hipótese de que ambas localidades se configurassem em antigas áreas de habitação e onde, possivelmente, existiriam malocas indígenas nas duas respectivas.

No setor A os resultados que abrangem os aspectos tecnotipológicos e espaciais do material arqueológico identificados nas concentrações 1 e 2 se assemelham muito aos resultados encontrados em relação à área Principal do setor B, tanto quanto aos aspectos tecnotipológicos do material, quanto aos aspectos que remetem à espacialidade, pois, ao se verificar a forma de dispersão do material arqueológico destes locais, observou-se que há uma nítida semelhança entre eles, onde o material lítico situou-se na periferia ou na área externa às concentrações cerâmicas das respectivas áreas. As demais áreas dos respectivos setores, a concentração 3 (setor A), o Anexo 02 e o Anexo 01 (setor B) apresentam características peculiares tanto quanto aos aspectos tecnotipológicos do material arqueológico como também em relação à quantidade e dispersão espacial destes. Quanto à concentração 3, situada no setor A, foram propostas duas hipóteses ao uso desta área; uma cujo material arqueológico estaria localizado no lado externo da maloca e outra onde este estaria situado internamente. Considerando-se a primeira hipótese para a concentração 3, este local e os Anexos 01 e 02 se assemelham entre si pelo fato de serem tratadas, dentro desta análise espacial, como possíveis locais situados externamente à possível área de habitação e/ou onde se situaria a antiga maloca indígena nas respectivas áreas.

O Anexo II, localizado no setor B é a área que apresentou maiores peculiaridades em todo o sítio arqueológico, tanto quanto aos aspectos tecnotipológicos do material arqueológico, quanto aos aspectos que remetem à espacialidade e dispersão deste material. Neste local observamos a baixa

presença de material cerâmico, onde apenas duas formas de pequenos vasilhames foram reconhecidas, além de um artefato cuja funcionalidade não foi definida. O que chamou atenção nesta área foi a alta densidade de material lítico, seja lascado ou bruto e/ou pouco modificado; onde se verificou uma forma de dispersão diferenciada de todos as demais áreas do sítio arqueológico, pois este material figurou de maneira dispersa ou difusa pela superfície e não situado na periferia, ou de maneira externas às concentrações cerâmicas. Devido a estes fatores, o local está sendo tratado aqui como uma área de produção e/ou confecção de objetos e outros artefatos, tal como um ateliê.

Avaliando-se estes resultados dentro de uma perspectiva holística, a hipótese de ambas áreas serem remanescentes de possíveis antigas habitações indígenas localizadas neste sítio arqueológico é viável. Embora o setor B apresente duas outras áreas que se caracterizaram pela apresentação de uma conformação espacial e tecnotipológica do material arqueológico diferenciada, isto não invalida tal hipótese, pois a área Principal deste setor B se configuraria na área da possível casa tupi e estas duas outras áreas poderiam ser utilizadas como áreas anexas, porém pertencentes a esta possível maloca, fazendo parte, portanto, como áreas partícipes da dinâmica social dos indivíduos que ocupavam este espaço. Em minha opinião, trata-se de um local de maior complexidade, denotada por uma possível multifuncionalidade do local, o que por seu turno, vislumbra a hipótese de, talvez, tratar-se de uma área de maior importância na aldeia, já que é um local marcado pela sua especificidade, quando observamos as demais áreas deste sítio arqueológico.

Avaliamos que no sítio arqueológico Florestal I poderia ter entre três e quatro áreas onde se situariam antigas casas indígenas. Dentro deste modelo, consideram-se os setores A e B, cada qual possuindo uma maloca, e o setor C com uma ou duas casas situadas na sua área⁵⁶. Com isso teríamos a seguinte configuração espacial para as possíveis áreas de habitação no sítio: (Figura 99)

⁵⁶ No setor C, pelo fato de não ter sido possível realizar a análise micro-espacial, estamos nos baseando apenas nas informações disponíveis.

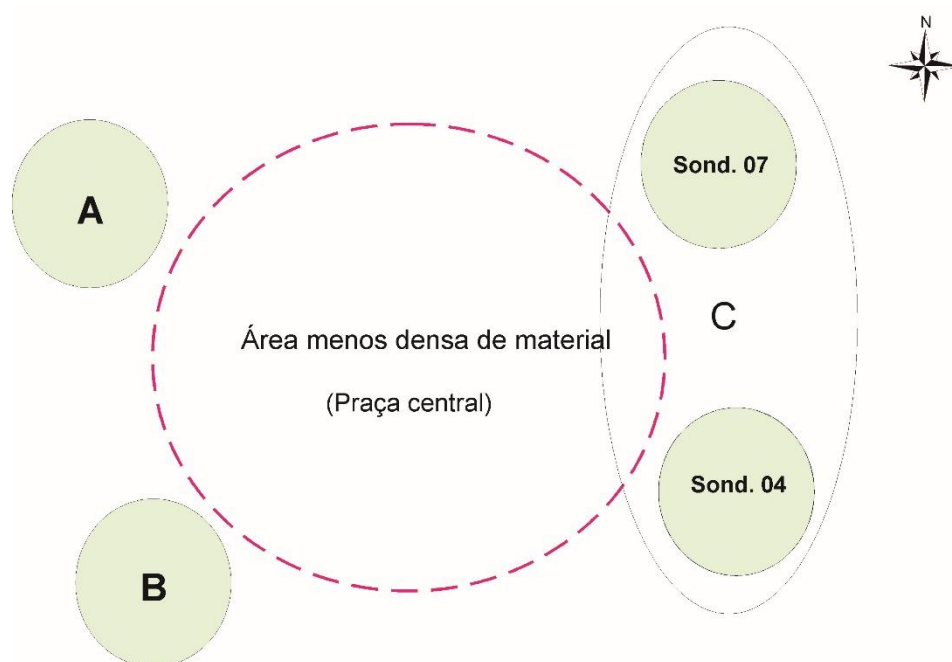


Figura 99 - Localização das possíveis casas indígenas no Florestal I

Os resultados das análises tecnotipológicas e espaciais dos setores A e B, em relação ao setor C, nos traz informações importantes quanto ao uso do espaço no Florestal I. Ao verificarmos a relação quantitativa do material arqueológico entre estes setores, observamos que o setor C se difere pela pouca quantidade de matéria lítica lascada e pela ausência de muitos dos instrumentos brutos e/ou pouco modificados que foram observados nos setores A e B; por outro lado, a quantidade de vestígios cerâmicos é muito superior em relação a estes últimos. Sob os aspectos tecnotipológicos, vimos que no setor C prevaleceu a presença de vestígios oriundos da técnica de debitage unipolar, que por sua vez foi menos frequente tanto no setor A, quanto no setor B. As semelhanças identificadas entre o setor C e os outros dois setores se resumiram apenas quanto às formas reconhecidas de vasilhames, pois todas as morfologias identificadas no setor C também foram observadas nos setores A e B; também pela presença de calibradores líticos, embora no setor A a quantidade destes artefatos tenha sido muito inferior em relação aos outros dois setores. De fato, pelo menos em relação a alguns determinados tipos de artefatos, os setores B e C se assemelham, pois em ambos observou-se a presença de calibradores cerâmicos e fragmentos de peso de rede, além de grande quantidade de calibradores líticos.

Conforme a figura 25 acima, verifica-se que há um espaço central que na área do sítio é marcada pela ausência ou a não formação de concentrações de material arqueológico. Dado esse fator dentro da configuração espacial do sítio arqueológico seria este espaço uma antiga área aberta, que costumeiramente é mencionada na bibliografia especializada, como uma praça central? Trata-se de um importante dado informativo, pois reforçaria a hipótese de que este sítio teria sido no passado uma antiga aldeia indígena Tupi, como veremos mais abaixo. Os sítios arqueológicos de habitação Tupi são caracterizados pela presença de concentrações cerâmicas, onde, na maioria das vezes, apresentam apenas uma ou duas destas concentrações. Estas, geralmente, são associadas às antigas estruturas habitacionais (Prous, 2011; Panachuk et al., 2010). A disposição das concentrações de material pode variar, pois podem estar alinhadas ou dispersas desordenadamente. Segundo Prous (2011:31), eventualmente podem parecer organizadas ao redor de um espaço central com presença de poucos vestígios, onde, provavelmente, tal espaço seria uma praça reservada a atividades coletivas. Sendo assim, as estruturas habitacionais então formariam um arco ou, mais raramente, um círculo completo. A conformação espacial da distribuição das concentrações de vestígios arqueológicos do Florestal I se assemelha mais à segunda opção indicada pelo autor, onde se observa a formação de concentrações relativamente organizadas, que envolvem uma área central caracterizada pela baixa presença de material arqueológico.

Na bibliografia pesquisada a respeito de sítios arqueológicos Tupi de Minas Gerais, do Espírito Santo e do Rio de Janeiro (Prous, 1992, 2011; Prous & Alonso, 2010; Baeta & Alonso, 2004; Loures de Oliveira, 2004, 2009; Corrêa, 2009; Ribeiro, 2009; Ribeiro et al., 2009; Panachuk, 2005; Panachuk et al., 2010; Dias & Panachuk, 2008; Jácome, 2006; Piló, 2008) observou-se que os sítios de habitação Tupi interioranos, na maioria dos casos, se situavam próximos de fontes de água corrente, instalados em áreas localizadas à meia encostas ou em topos de morros, próximos de fontes de argilas e matéria-prima mineral. As dimensões destes sítios variavam de 500 a 20.000 m² de área de dispersão de material arqueológico. Sendo assim, percebe-se que o sítio arqueológico Florestal I apresenta todas as características observadas acima, pois localiza-se próximo ao ribeirão Resplendor, à fontes de matéria-

prima e possui uma área estimada em 15.000m², sendo portanto, mais um indício de que este sítio seria uma antiga aldeia Tupi.

4.5 O sítio Florestal I e sua inserção no contexto microrregional: a análise macroespacial

Talvez pelo fato de as pesquisas arqueológicas terem, por muito tempo, sido focadas no material cerâmico, devido às diretrizes teórico-metodológicas propostas, especialmente pelo PRONAPA, o estudo das coleções líticas tupi por muitas vezes foi condicionado à uma importância periférica dentro da arqueologia tupi (Noelli & Dias, 1995; Prous & Alonso, 2010). Por este motivo, muitas e importantes informações referentes aos mais diversos grupos tupi foram “descartadas”, mesmo que de maneira involuntária, por parte dos pesquisadores. Os aspectos envolvidos no processo de vida de um artefato, desde a captação da matéria-prima até o descarte e reuso do objeto, são fontes informativas sobre relações socioculturais internas e externas ao grupo, que por sua vez, podem ajudar na compreensão da utilização do espaço. Uma leitura mais aprofundada do material lítico, observando-se os aspectos tecnotipológicos e sua inserção no espaço em interação com os demais vestígios arqueológicos, pode mostrar a existência de possíveis áreas específicas de atividade, em parte ou na totalidade de um sítio arqueológico. A maioria dos instrumentos líticos, está inserida em diferentes processos de produção, de diferentes atividades, que abrangem diferentes aspectos socioeconômicos da sociedade Tupi, tais como de produção de lascas, produção de cerâmica, doméstica, bélica, caça, pesca, coleta, dentre outras atividades; sendo assim, a inserção ou não de um determinado tipo de instrumento e o contexto de deposição do objeto, especialmente em relação aos brutos e/ou pouco modificados, pode indicar a qual atividade uma determinada área pode ser associada. Observamos que a presença ou ausência, ou mesmo a densidade de tipos específicos de instrumentos líticos lascados e brutos e/ou pouco modificados em cada área do sítio arqueológico Florestal I, contribuiu de alguma forma para uma melhor compreensão espacial e do uso de cada setor trabalhado, onde se verificou que uma determinada área tem potencial informativo para sustentar a hipótese de esta ter sido

utilizada como área de moradia, mas também, aproveitada como áreas de produção e confecção de instrumentos líticos e, possivelmente, outros artefatos. Os resultados das análises tecnopológicas do material arqueológico, aliadas às análises espaciais da cultura material e das concentrações formadas por estes últimos, no espaço do sítio arqueológico Florestal I, possibilitam inferir que este local tem grande potencial quanto à afirmação de que, no passado, esta área era uma aldeia Tupi.

Na região de pesquisa foram identificados 18 sítios arqueológicos Tupi, sendo que 15 destes apresentaram artefatos líticos e/ou cerâmicos (Baeta & Alonso, 2004; Piló, 2008). Como já observado no capítulo 2 do presente trabalho, os sítios estão distribuídos em três diferentes tipos de compartimento topográficos: terraços (em casos específicos, alguns dos sítios arqueológicos estão situados em praias fluviais), à meia encosta e nos topos.

As diferenças entre os sítios, no que diz respeito aos artefatos líticos, estão centradas na proximidade de cada um deles às respectivas fontes de matéria-prima, sendo que em determinados casos, alguns sítios arqueológicos apresentaram artefatos confeccionados com certos tipos de matéria-prima, cujas jazidas não se situavam muito próximas destes. Foi o caso do Florestal I e do Florestal II, onde apenas nestes sítios foram identificadas lascas em sílex que, por seu turno, a possível jazida desta matéria se situava nas proximidades destes locais. Em outros sítios foram identificadas lascas de quartizito, provavelmente devido ao fato destes sítios arqueológicos estarem situados nas proximidades das jazidas desta matéria-prima. A amazonita, por exemplo, identificada em abundância no Florestal I, aparentemente foi trazida de uma provável jazida situada em um local relativamente próximo do sítio, embora outros sítios arqueológicos, situados em locais mais próximos desta possível jazida, não apresentaram quaisquer vestígios dessa rocha. Na indústria de lascas percebeu-se o predomínio da técnica de debitage bipolar em todos os sítios, embora alguns tenham apresentado lascas com vestígios de façomagem e retoque, o que não foi observado no Florestal I e Florestal II⁵⁷. Em relação aos instrumentos brutos e/ou modificados (polidos e picoteados), à exceção do Florestal I, os demais sítios não apresentaram grande quantidade de artefatos.

⁵⁷ Embora, como observado no capítulo 2, no setor C haja presença de duas possíveis peças em quartzo com sinais de retoque.

Outro fato constatado que chama atenção é que tanto no Florestal II, quanto no Florestal I e, em especial este último, pois este seria também um local de larga produção de artefatos e/ou utensílios, não foram identificados lâminas de machado ou mãos de pilão, que por sua vez, foram identificadas nos sítios de meia encosta e, em especial, nos sítios situados em áreas de terraço que se situavam próximos às jazidas de silimanita. Verifica-se, portanto, que não há grandes diferenças, sob os aspectos tecnotipológicos, da parafernália lítica dos sítios tupi inseridos neste contexto microrregional. Seriam estes objetos de grande valor para os indivíduos? Para mim, a hipótese mais plausível recai novamente na interpretação da forma de uso do espaço. Como estes artefatos foram identificados, em sua maioria, nos sítios situados nos compartimentos à meia encosta (Piló, 2008) e, portanto, em áreas apropriadas à agricultura, talvez a questão de tais tipos de artefatos não terem sido identificados nos sítios Florestal I e Florestal II evidencia que estas áreas de topo provavelmente não deveriam ser utilizadas para o manejo agroflorestal e/ou para o plantio. Possivelmente as áreas baixas e mais próximas do ribeirão Resplendor e, portanto, fora da área dos respectivos sítios, deveriam ser utilizadas para tal finalidade. Trata-se de uma hipótese plausível já que as roças indígenas não necessariamente se situavam próximas às aldeias, pois o domínio territorial dos *tecoabas* abrangia um perímetro de dezenas de quilômetros.

Em relação à cerâmica, a metodologia de análise deste material se resumiu a uma análise descritiva e qualitativa dos fragmentos cerâmicos, portanto, não foram realizadas muitas remontagens ou, ao menos, a tentativa de se reconhecer as possíveis formas dos vasilhames através dos fragmentos de borda por meio de desenhos gráficos. Algumas poucas vasilhas que foram remontadas sugerem formas que também foram identificadas no Florestal I e no Florestal II, inclusive uma grande urna (*igaçaba*). Quanto aos aspectos tecnotipológicos, tais como técnica de manufatura, textura, cor e queima, tratamento de superfície e os motivos decorativos, a priori, também foram identificados no Florestal I. A principal variação se deu quanto aos tipos de antiplásticos utilizados, cuja composição variava de sítio para sítio. Os calibradores cerâmicos, em princípio, somente foram identificados no Florestal I e no Florestal II. Peso de rede em cerâmica também foi identificado em um sítio

que se situava em uma área de baixada próximo a dois afluentes do rio Doce (Baeta & Alonso, 2004; Piló, 2008).

Chamou-me atenção um fato que se relaciona aos sítios pré-coloniais denominados Quatis e Olício. O sítio arqueológico Olício, situado em uma área de terraço próximo ao rio Doce e de outras duas nascentes, portanto, um local que, possivelmente, teria condições de ser ocupado pelos Tupi, apresentou pequenos blocos granitoides com pilões esculpidos, fragmentos de tembetá em amazonita, além de algumas peças líticas (lascadas e polidas) e fragmentos de granito (Baeta & Alonso, 2004: 79-83). Já o sítio arqueológico Quatis, situado em terreno plano próximo de um córrego, apresentou manchas circulares cujo interior apresentava, em abundância, material lítico lascado, seixos com marcas de uso, seixos com lascamentos corticais longitudinais (choppers) e fragmento de lâmina de machado (Baeta & Alonso, 2004: 105-107). Segundo os pesquisadores (Baeta & Alonso, 2004; Piló, 2008), estes sítios arqueológicos não foram associados diretamente aos Tupi porque não apresentavam vestígios cerâmicos (Piló, 2008:145-150). Pois bem, acredito que tenha sido um equívoco dos pesquisadores tal consideração a respeito destes sítios simplesmente pelo fato de não haver a presença de vestígios cerâmicos. Trata-se de um exemplo clássico à crítica de Noelli e Dias (1995), já citada anteriormente neste capítulo, onde, pelo fato dos arqueólogos darem maior importância ao material cerâmico e este ser considerado como elemento diagnóstico na vinculação cultural (especialmente aquelas do período pré-colonial) e nesse caso, aos Tupi, possivelmente, estes sítios arqueológicos poderiam deter informações preciosas a respeito de aspectos que abrangem não só o material lítico tupi, mas também aspectos que remetem ao entendimento da ocupação desta população nesta microrregião do Brasil. Teriam sido estes sítios locais de atividades especializadas?

Três datações foram realizadas em sítios desta área de pesquisa: no Florestal I (1300 +- 150A.P), no sítio João Reis, que se situa às margens do Doce (750 +-40 A.P) (Baeta & Alonso, 2004) e no Florestal II (350 - 550BP) (com. pessoal Panachuk (2016). Portanto, apesar de contar como poucas datações, temos uma ocupação Tupi que durou quase um milênio nesta região, entretanto, acredito que um volume maior de datações, produzidas por meio de outras técnicas (C¹⁴; dendrocronologia, etc.), aliadas à realização de outras

pesquisas arqueológicas e produção de novos dados nesta região, poderemos ter maior confiabilidade ou confirmação desta hipótese.

Dentre estes sítios mencionados acima, apenas os sítios arqueológicos Florestal I e Florestal II estão situados em topo de morro, diferenciando-se, portanto, dos demais sítios Tupi identificados na região do Médio Rio Doce. O sítio Florestal II teria sido uma antiga aldeia Tupi (Panachuk et al., 2010), e localiza-se a cerca de 1,5km de distância do Florestal I, distante cerca de 300m do ribeirão Resplendor. Sendo assim, por se situarem perto um do outro e pelas suas semelhanças quanto aos aspectos físico-ambientais em que se situam, parece lógico realizar um estudo comparativo entre ambos, a fim de complexar, a partir das semelhanças e diferenças entre eles, o entendimento do sítio em estudo, o Florestal I. Seriam as escolhas tecnológicas empregadas para se obter os instrumentos identificados, a execução da *cadeia operatória* de produção e o uso dos objetos (para atividades cotidianas, de extração, produção, de uso simbólico ou decorativo), semelhantes entre os sítios Florestal I e Florestal II? Tratam-se de quesitos importantes para entender os procedimentos técnicos e motores (que são dinâmicos e particulares, mas ao mesmo tempo, coletivos e internos a um grupo) e de que maneira estas escolhas auxiliam na *compreensão da utilização e ocupação do espaço*.

Na análise comparativa os dois sítios serão observados tanto como sincrônicos quanto como diacrônicos entre si. Primeiramente, ambos serão considerados como ocupados pelo grupo ou mesmo por grupos distintos, mas sem que as possíveis semelhanças/diferenças possam estar ligadas ou associadas a fatores de ordem cronológica e/ou temporal. Num segundo momento iremos abordar algumas diferenças no contexto espacial dos artefatos que sugerem mudanças causadas e/ou motivadas por fatores de ordem diacrônica, ou seja, diferenças causadas por fatores temporais, que podem envolver questões socioculturais e históricas, que por sua vez, podem agir diretamente na organização espaço-funcional.

Pelos resultados da análise espacial do sítio Florestal 2 (Pessoa Lima, 2005; Jácome, 2006; Amoreli, 2007; Panachuk, 2005; Panachuk et al., 2010; Prous & Alonso, 2010; Prous, 2011), a área que compreende o sítio comporta vários locais principais, formados por grandes concentrações e vários pontos secundários com menor densidade de material arqueológico que formavam um

anel de 125x90m de diâmetro ao redor de um espaço vazio, sobre o qual pesquisadores afirmam ser possivelmente uma praça, assim como foi observado no Florestal I. As concentrações maiores de material arqueológico seriam correspondentes aos locais onde se situariam as antigas malocas indígenas (Figura 100). Nestes locais identificaram-se conjuntos formados por vasilhames cerâmicos de diferentes tamanhos e funções, provavelmente destinados ao uso doméstico; além de lascas e instrumentos líticos brutos e/ou pouco modificados. Nos limites de cada suposta habitação “estão associadas uma ou duas estruturas cobrindo cerca de 2m², comportando três ou quatro blocos, cujo tamanho e características nos parecem adequados para que possam ter servido de bancos e, alguns deles, de bigornas” (Panachuk et all, 2010:102).

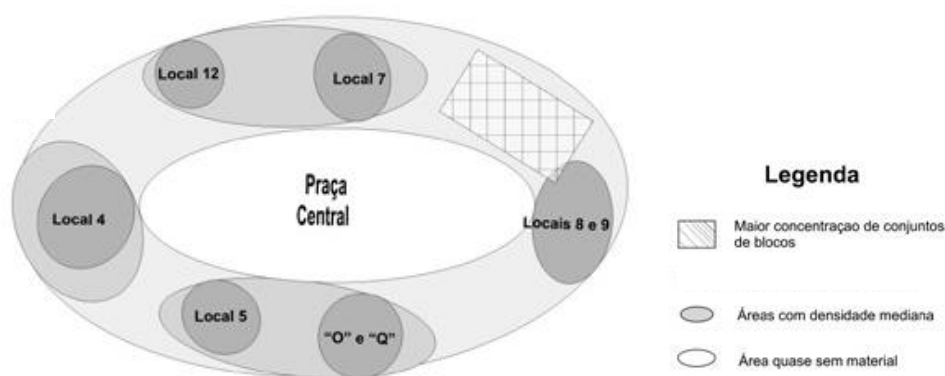


Figura 100 - Localização das áreas de concentração no Florestal II. Fonte: Panachuk et all (2010:103)

De maneira geral, sobre a disposição dos artefatos líticos em relação ao material cerâmico, no Florestal II, observou-se que as concentrações de material lítico se situavam nos perímetros ou externas às concentrações formadas de fragmentos cerâmicos, ou ainda, próximas aos blocos de pedra poliédricos, que por sua vez, também foram observados no setor C do Florestal I. Quanto ao material lítico, especificamente, observou-se uma oposição quanto à quantidade e tipologia destes materiais: na metade oeste deste sítio arqueológico, os resultados apontaram maior predominância de vestígios lascados⁵⁸ e presença de calibradores líticos, enquanto que na metade leste

⁵⁸ O local 04 mostrou-se peculiar pela predominância do lascamento unipolar enquanto que nos demais locais houve predomínio do lascamento bipolar sobre bigorna (Amoreli, 2007)

verificou-se pouca quantidade de lascas e predomínio de outros tipos de instrumentos brutos e/ou pouco modificados (Prous & Alonso, 2010; Panachuk et al, 2010).

Assim como no Florestal II, verificou-se no Florestal I essa diferenciação qualitativa e quantitativa do material lítico. Dentro de uma perspectiva microespacial, observou-se que em ambos os sítios arqueológicos, na maioria dos casos, nas áreas onde se supõe a existência de antigas malocas indígenas, o material lítico se situava na periferia ou externas às concentrações de cerâmica. Quanto à análise macroespacial, em relação ao Florestal I, considerando-se o setor C, ocupando a metade leste e os setores A e B, ocupando a metade oeste do sítio Florestal I (Figura 101); observou-se que, enquanto que na metade leste houve pouca presença de material lítico lascado, uma predileção ao uso da técnica de debitage unipolar e menor quantidade e diversidade tipológica de instrumentos brutos e/ou pouco modificados, na metade oeste ocorreu justamente o contrário, pois houve maior densidade de lascas e maior quantidade de vestígios que foram associados à técnica de debitage bipolar e, quanto ao material bruto e/ou pouco modificado, houve maior quantidade e diversidade tipológica.

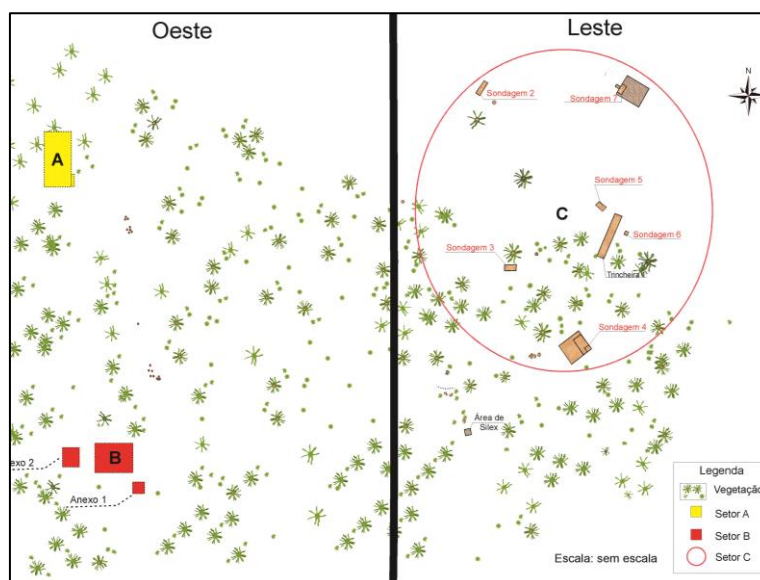


Figura 101 - Localização da área Leste e Oeste no Florestal I

Em relação ao material cerâmico, não houve diferenciação quanto aos aspectos morfotipológicos dos vasilhames entre os sítios, pois todas as formas

encontradas no Florestal I também foram observadas no sítio Florestal II; além disso, em ambos identificaram-se calibradores cerâmicos, bolas de argila e fragmentos de peso de rede. Outra semelhança perceptível entre os dois sítios foi a presença dos blocos de laterita, que seriam utilizados como assento, e os conjuntos de estruturas formadas por blocos granitoides e a maneira como estes se distribuem pelo espaço dos respectivos sítios. No Florestal II, estes blocos estão, em sua maioria, situados na porção nordeste do sítio (Panachuk et al, 2010:107), enquanto que no Florestal I, foram identificados apenas no setor C. Portanto, os sítios se assemelham também pela presença destes vestígios e por estes estarem situados de maneira concentrada em locais específicos dentro dos respectivos espaços.

As dimensões do sítio, a área total de escavação e a quantidade de material arqueológico exumado do Florestal II são superiores ao Florestal I, entretanto, se levarmos em conta a quantidade de vestígios exumados pelo tamanho da área escavada nos respectivos sítios, proporcionalmente, temos maior quantidade de material arqueológico no Florestal I. Em relação apenas aos instrumentos brutos e/ou pouco modificados, verifica-se que, no Florestal I, a quantidade deste tipo de vestígio é muito superior ao do Florestal II, conforme o tabela 41 abaixo:

Tabela 41 – Quantidade de material x área de sítio

Sítio	Área total	Área escavada	Quant. de frag.cerâmicos	Quant. de vestígios líticos	
				Lascas e detritos	Bruto/modificado
Florestal I	15.000 m ²	175m ²	12.972	283	192
Florestal II	22.000 m ²	900m ²	+16.000	1.622	65

Tendo em vista que os resultados dos dados tecnotipológicos da cultura material e de sua dispersão nos dois sítios arqueológicos seja relativamente semelhante, a discussão sobre o uso do espaço será centrada nos instrumentos brutos e/ou pouco modificados, pois, de fato, podemos afirmar que a principal diferença entre os dois sítios está diretamente relacionada à quantidade deste tipo de artefato, com destaque, a meu ver, para a grande quantidade de calibradores identificados no Florestal I. Por que tantos calibradores no Florestal I, quase duas centenas? Outra diferença percebida

entre os dois sítios está no fato do Florestal II não ter apresentado concentrações de matéria-prima mineral bruta (silexito, feldspato, amazonita), que por sua vez, foram verificadas no Florestal I. Em ambos os sítios não foram identificados instrumentos que exigissem maior investimento para sua fabricação, como por exemplo, lâminas de machado e/ou mãos de pilão, no entanto, foi identificado no Florestal I amazonita em seu estado bruto e com sinais de trabalho antrópico (polimento), indicando que tais objetos poderiam ter sido produzidos no local; enquanto que no Florestal II foi identificada apenas uma peça em amazonita com sinais de polimento (Amoreli, 2007).

Os calibradores, na bibliografia especializada, a priori são associados à produção de tembetás, na produção de instrumentos em osso e na regularização de hastes de flechas. Trata-se de um artefato que é identificado em sítios Tupi da região sul e sudeste do Brasil (Pessoa Lima, 2005), entretanto, não são todos os sítios Tupi que tiveram sua presença registrada e, tampouco, em tão grande quantidade, como no Florestal I. Poderíamos associar diretamente este tipo de artefato à presença dos blocos de amazonita verificados no sítio, entretanto, experimentações realizadas por Pessoa Lima (2005), demonstraram que os calibradores não são adequados para a preparação de tembetás devido ao custo-benefício (pois a demanda de tempo seria muito alta) e pelo fato das experimentações não terem reproduzido sulcos semelhantes aos encontrados em peças arqueológicas. Sendo assim, a atividade que produziu canaletas mais parecidas com as encontradas em peças arqueológicas, conforme as experimentações realizadas, foram através da regularização de hastes de madeira (Pessoa Lima, 2005). Portanto, a presença dos calibradores indicaria, em princípio, uma alta intensidade de manufatura de hastes para setas, sendo que estas podem ser aproveitadas em diferentes tipos de atividades, como de caça/pesca e guerra, por exemplo.

Segundo Prous (*in* Panachuk et al, 2010:108), devido ao fato do sítio Florestal I estar instalado em local muito íngreme e de difícil acesso e pela presença de grande quantidade de calibradores neste local, o autor levanta a hipótese de a área ter sido utilizada como um local de refúgio ou de defesa durante supostos períodos belicosos. Tal quantidade deste tipo de instrumento poderia ser indício de que no local haveria uma intensa produção de setas, o que levaria, por sua vez, a levantar à hipótese desta área também se configurar

em um local especializado na confecção de armas que poderiam ser utilizadas nas guerras Tupi. Teria sido o Florestal I ocupado durante épocas marcadas por guerras intertribais, já que a guerra desempenhava um papel importante dentro dos aspectos sociopolíticos e econômicos nesta sociedade (Fernandes, 1949; 1970)?

Embora o sítio arqueológico se situe em local de difícil acesso, tais questionamentos são difíceis de serem respondidos, pois não há evidências arqueológicas tanto materiais, quanto cronológicas, que possam sustentar tal hipótese. As escavações não encontraram vestígios que remetesse a estruturas de alguma antiga paliçada. Embora diversos cronistas relatem a presença destas estruturas defensivas nas aldeias Tupi, não há como afirmar se estas eram presentes nos sítios interioranos ou apenas nas aldeias de ocupação litorânea. Segundo Assis (1996:92), estas estruturas defensivas eram “instaladas *principalmente* no entorno das aldeias localizadas nas proximidades de grupos inimigos”. Portanto, de fato há a possibilidade desta estrutura, não necessariamente, ser encontrada em todas as aldeias tupi do passado e, além disso, especificamente em relação ao Florestal I, é impossível afirmar se seus ocupantes teriam inimigos nas proximidades da aldeia.

Em relação apenas à presença maciça dos calibradores no sítio, não há como afirmar se a quantidade destes artefatos seja estritamente relacionada à produção de setas para serem utilizadas apenas nas atividades que cerceiam a guerra, já que as setas também podem ser utilizadas em outras atividades, tais como na caça ou na pesca. Deve-se ressaltar, ainda, que não é totalmente comprovado que os calibradores tenham sua função associada apenas à regularização de hastes, já que os Tupi se utilizavam de muitos tipos de matérias-primas perecíveis, o que nos leva a pensar se este tipo de artefato não poderia ser associado à produção e confecção de outros tipos de objetos associados a outras atividades. Portanto, quanto à utilização do espaço como local defensivo, a meu ver, trata-se de uma hipótese de difícil confirmação.

Através da análise de parte do material cerâmico do sítio arqueológico Florestal I em comparação ao material cerâmico dos demais sítios Tupi desta região do Médio Rio Doce, Piló (2008:146) caracterizou o Florestal I como um “sítio típico de acampamento com ocupação perene”; entretanto, os resultados das análises tecnopológicas da cultura material e espaciais inter e intra-sítios

possibilitaram inferir/sugerir que o sítio arqueológico seria uma antiga aldeia Tupi. No Florestal I, embora apresentasse menos concentrações de material arqueológico que o Florestal II, também se observou configuração espacial semelhante à encontrada neste último; onde foi possível identificar a existência de uma área mais vazia de material, que pudesse configurar em uma possível área de praça, que por sua vez, teria sido rodeada por supostas malocas indígenas. Os aspectos tecnotipológicos e deposicionais dos artefatos cerâmicos e líticos indicam que estes foram utilizados, especialmente, nas atividades de cunho doméstico e/ou cotidianas, como no preparo de alimentos, à pesca, à caça ou à coleta, por exemplo. O fato do Florestal I não ter sido utilizado apenas como um local destinado à moradia, mas também como um local de ampla produção de artefatos líticos e, possivelmente, de outros utilitários associados às distintas atividades socioeconômicas, em minha visão, tal fator contribui de forma enfática para a atribuição do espaço ter sido no passado uma aldeia Tupi e não apenas como um sítio-acampamento, como sugere o mesmo autor. Quanto ao fato do sítio ter tido uma ocupação rápida, ideia também sugerida por Piló (2008), conforme observado no capítulo 2, os grupos Tupi tinham como hábito trocar de tempos em tempos e de maneira regular o local da área da aldeia. Esta troca ou abando do local seria motivada por aspectos práticos e culturais ou devido a fatores externos (invasões/guerras, epidemias, etc.).

Mas o que seria uma ocupação rápida ou perene? Trata-se de um parâmetro ocidental do autor? A quantidade de artefatos é volumosa no sítio arqueológico e a formação (ou não) de manchas pretas não pode ser diretamente vinculada ao tempo de permanência ou ocupação de um local (Noelli, 2003; Assis, 1996; Prous, 2011). Em minha opinião, o único dado que pode sugerir uma ocupação breve do local seria o fato do pacote arqueológico não ser muito espesso e composto por um único tipo de material, claramente associado aos Tupi. Para se confirmar tal hipótese, o ideal seria basear-se por datações em diferentes pontos (no sentido horizontal e vertical) do sítio arqueológico, entretanto, temos apenas uma datação por termoluminescência, como já explicitado anteriormente.

A despeito dos resultados discutidos acima e das possibilidades levantadas quanto à utilização do espaço deste sítio e do Florestal II, seria

possível a ocupação de ambos espaços em um mesmo período cronológico, já que são consideradas possíveis antigas aldeias? Outra questão pertinente a ser discutida está relacionada à configuração espacial de ambos os sítios, já que a priori, observa-se que os dois sítios possuem uma forma de assentamento que é semelhante à configuração espacial de assentamentos verificada tanto em relação a determinadas populações pré-históricas não Tupi, quanto em muitas das populações etnograficamente conhecidas atualmente, inclusive entre os falantes tupi-guarani. Nesta reflexão, recorro à hipótese de que estes fatores observados possam refletir questões que podem estar ligadas às ordens cronológicas e socioculturais agindo de maneira direta na configuração do espaço utilitário.

Se dentro de uma perspectiva que remete à espacialidade os resultados das análises mostram que há semelhanças entre a forma de utilização do espaço, onde ambos os sítios teriam sido uma antiga aldeia Tupi, por sua vez, podemos concluir que estes locais tenham sido, provavelmente, ocupados em momentos diferentes dentro de uma escala temporal. Os aspectos que abrangem o domínio territorial e a organização política Tupi podem confirmar essa hipótese. Como já observado no capítulo 2 do presente trabalho, os domínios territoriais dos grupos tupi-guarani podem ser classificados em três níveis espaciais inclusivos: *Guará*, *Tekohá* ou *Tecoaba* e *Teii*. O *Guará* era formado por um conjunto de unidades territoriais (*tecoaba*), que por sua vez, tinham as aldeias como as sedes de cada uma destas e, na bibliografia, estes locais são correspondentes aos sítios arqueológicos de habitação (Noelli, 1993). Os dados provenientes dos relatos dos cronistas (Fernandes, 1949:72) a respeito da distância entre as aldeias das populações Tupi da costa são bem variados, no entanto, não observei distância menor do que 7 km entre uma aldeia e outra. Sendo assim, embora se trate de informações que se referem às ocupações litorâneas, creio que não faz sentido a existência de duas aldeias em tão curta distância, já que os sítios arqueológicos Florestal I e II distam entre si cerca de 1,5km. Desse modo, estas informações podem não somente reforçar a hipótese que ambos sítios tenham sido ocupados em momentos diferentes, bem como corroborar com os resultados das datações realizadas nestes sítios, que apontam uma larga diferença cronológica quanto à ocupação do espaço.

Algumas das plantas das aldeias elaboradas por arqueólogos em diversos locais do país mostram que as unidades de habitação Tupi raramente se organizavam ao redor de uma praça central como ocorria entre os grupos Aratu/Sapucaí, mas reuniam-se de maneira irregular no espaço (Prous, 2007:74). Verificou-se que tanto no Florestal I, quanto no Florestal II, a configuração espacial dos sítios arqueológicos se assemelha mais com a configuração observada entre os grupos Aratu/Sapucaí pré-históricos e a configuração das populações Tupi e Jê etnograficamente conhecidas no Brasil. Sendo assim, a hipótese para as semelhanças identificadas na análise espacial entre os sítios seria um reflexo de mudanças provocadas por fatores externos e, ao mesmo tempo, próprias da sociedade Tupi? No Florestal II, os pesquisadores levantam a hipótese de que a configuração espacial, tendo em vista a distribuição das concentrações, a forma de dispersão e as características tecnotipológicas e estilísticas do material arqueológico presente em cada microespaço, remetem à estrutura anelar identificada com as aldeias Jê do Brasil central, que por sua vez, interferiria de forma direta na interpretação espacial e uso do espaço, que seria demarcado, essencialmente, pelas relações sociais figuradas dentro de relações de gênero (Panachuk et al, 2010).

No Médio Vale do Rio Doce, a ocupação por populações indígenas pertencentes ao tronco linguístico Macro-Jê é conhecida pelo menos desde o século XVII a partir de relatos de naturalistas, viajantes e missionários (Paiva, 2010); além disso, existem pesquisas no Baixo Rio Doce e no sul do Espírito Santo, onde se identificaram áreas cujas localidades eram ocupadas por populações (históricas) Macro-Jê (Botocudos), mas que também foram identificadas sítios e cultura material atribuída aos Tupi (Perota, 1971, 1974). Na região de estudo, onde atualmente habitam as populações que são associadas ao tronco linguístico Macro-Jê (Krenak) já foram encontrados fragmentos de vasilhames típicos da Tradição Aratu-Sapucaí, atribuídos a grupos Jê (Baeta & Alonso, 2004). Neste contexto, acredito que não seja impossível que estas diferentes populações tenham se encontrado e interagido em algum momento da história, quando ainda a região era ocupada por populações Tupi.

Esta situação, pensando em tal possível configuração (ou seria re-configuração?) espacial observada no Florestal I e II, me leva a pensar na discussão que Viveiros de Castro (2002b) promove⁵⁹ a respeito da alteridade Tupi, do canibalismo e suas inconstâncias quanto aos multissignificados que podem permear o conceito de predação dentro de sua cosmologia⁶⁰, que por seu turno, é diretamente transpassada à ordem sociocultural que envolvem também as relações sociais, políticas e econômicas:

(...) não se tratava de impor maniacamente sua identidade sobre o outro, ou recusá-lo em nome da própria excelência étnica; mas sim de, atualizando uma relação com ele (relação desde sempre existente, sob o modo virtual), transformar a própria identidade. A inconstância da alma selvagem, em seu momento de abertura, é a expressão de um modo de ser onde "é a troca, não a identidade, o valor fundamental a ser afirmado". Afinidade relacional, portanto, não identidade substancial, era o valor a ser afirmado. (...) Exatamente, aliás como os valores contidos na pessoa dos inimigos devorados: os Tupinambá sempre foram uma "sociedade de consumo". (Viveiros de Castro, 2002:181-264)

A cultura estrangeira foi muitas vezes incorporada, apropriada e domesticada como um signo a ser assumido e praticado como tal, pelos Tupi (Ribeiro & Jácome, 2014), denotando assim, a plasticidade sociocultural desta população, que por meio da "predação material" do outro, assimila e incorpora à sua própria cultura, aspectos que findariam em transformações socioculturais e, entre estas mudanças, as transformações espaciais dos assentamentos de habitação de uma forma anteriormente constituída para uma outra forma espacialmente diferenciada. Neste contexto, sendo a conformação espacial das possíveis aldeias, observada como um signo de alteridade que foi capturado e incorporado pelos Tupi, tal como as multissignificações que envolvem o conceito de predação (Viveiros de Castro, 1986, 2002b); a configuração de um

⁵⁹ Embora o foco da discussão do autor esteja relacionada à interação entre os Tupi e os invasores europeus.

⁶⁰ Sobre a inconstância selvagem, Viveiros de Castro (2002:191) afirma que "(...) é um tema que ainda ressoa, em seus múltiplos harmônicos, na ideologia dos modernos disciplinadores dos índios brasileiros. (...) ela de fato corresponde a algo que se pode experimentar na convivência com muitas sociedades ameríndias, algo de indefinível a marcar o tom psicológico, não só de sua relação com o cardápio ideológico ocidental, mas também, e de um modo ainda mais difícil. de analisar, de sua relação consigo mesmas, com suas próprias e 'autênticas' ideias e instituições. (...) e, sobretudo, ela constitui um desafio cabal as concepções correntes de cultura, antropológicas ou leigas, e **aos temas conexos da aculturação ou da mudança social**, que dependem profundamente de um paradigma derivado das noções de crença e de conversão.

modelo espacial semelhante aos do Jê identificada nos sítios arqueológicos Florestal I e no Florestal II poderia ter sido fruto de uma possível interação entre estas populações (?), mesmo se observando um continuísmo quanto às práticas tecnológicas tradicionais dos Tupi verificada na cultura material?

Apesar das diferenças quantitativas e cronológicas entre os dois sítios arqueológicos, a parafernália lítica e cerâmica é semelhante em ambos, e não denotam sinais de que tenham ocorrido quaisquer influências externas (contato com outros povos não Tupi) que poderiam vir a refletir em uma mudança tecnológica ou estilística da cultura material. Visto que ambos os sítios, apesar de terem uma diferença cronológica quanto às respectivas ocupações de quase um milênio, segundo as datações, o fato deles possuírem semelhante configuração espacial, que por seu turno, remete a uma configuração que se parece com as dos Jê, pode esse fator ser indicativo, tendo-se em vista o conceito de predação (Viveiros de Castro, 1986, 2002b), de que a interação entre estes dois povos (Tupi e não Tupi) tenha sido bastante antiga nesta região? Ou ainda, teriam ambas as populações coabitado a mesma região durante um determinado período?

Por enquanto, ao menos no ponto de vista da arqueologia, não há dados suficientes a respeito da ocupação desta região no passado que pudessem ajudar a confirmar ou desmentir tais hipóteses; porém, também não deixam de ser hipóteses válidas, que podem vir a ser debatidas com o desenvolvimento de pesquisas arqueológicas que possam acrescentar novos dados a respeito da cultura material e cronológicos que, por sua vez, possam contribuir nas discussões do que se refere às ocupações pré-históricas nesta região de Minas Gerais.

É indispensável na pesquisa arqueológica observar a contextualização dos vestígios dentro de uma perspectiva macro e micro. Ao se pesquisar os Tupi, podemos nos deparar com diferentes contextos arqueológicos, mesmo se tratando de um mesmo povo. Ao longo dos últimos séculos, os povos Tupi sofreram uma grande ruptura quanto aos aspectos socioculturais devido aos fatores históricos inerentes à chegada do colonizador europeu e que, por sua vez, se refletiram no plano material e imaterial desta sociedade. Muitos dos aspectos culturais dos Tupi passaram (e ainda passam) por diversos processos de transformação, que por sua vez, são marcados por fatores sociais, políticos

e econômicos que acometem a formação e estabelecimento da nação no Brasil.

Nas atuais populações Tupi, observa-se que muitas destas manifestações culturais ainda estão presentes, embora algumas em maior ou menor escala de intensidade. Ao se estudar as formas de ocupação das populações pretéritas Tupi na arqueologia, acredito que tenhamos que ter em mente que essas transformações agiram (e ainda agem) diretamente; não só quanto aos aspectos relativos à cultura material, mas também quanto às formas de utilização e ocupação do espaço. Segundo Viveiros de Castro (1986:106),

A primeira coisa a chamar a atenção de quem quer que examine a bibliografia referente aos povos de língua Tupi-Guarani é a associação entre uma diferenciação mínima ao nível linguístico, uma dispersão máxima em termos geográficos, e uma não menos elevada heterogeneidade no que tange a morfologia social. Se a ligação entre os dois primeiros fenômenos deve ser atribuída a um jogo de fatores histórico-culturais, a saber: o complexo "migratório" TG, somado aos deslocamentos e remanejamentos populacionais produzidos pela invasão europeia (a proximidade linguística indicando ainda uma separação relativamente recente), a relação entre os dois últimos parece poder, numa primeira aproximação, se articular causalmente. Ou seja: a variabilidade das formas organizacionais TG dever-se-ia a adaptações diferenciais a meio-ambientes específicos, e a influências culturais diversas. (Viveiros de Castro, 1986:106)

As populações Tupi atuais são diferentes entre si, não somente quanto à organização social, mas também quanto às formas de utilização do espaço. Atualmente, entre estas populações são encontradas desde pequenos grupos caçadores-coletores até grandes grupos sedentários. São constituídas, portanto, diferentes formas estruturais quanto à organização social e economia de subsistência, sendo assim, devemos ter em mente que as características dos tipos de habitação e morfologia espacial das aldeias, assim como os aspectos culturais observados no comportamento social de cada etnia também são variadas. De que maneira estas diferenças observadas, em variados estudos etnográficos, podem ser inferidas na pesquisa arqueológica? Traduz-se em possibilidades de se observar o registro arqueológico de uma mesma unidade cultural em diferentes contextos? Viveiros de Castro (1986) afirma que as tentativas de dar conta de tal situação procuram partir de uma origem histórico-ideal, onde a sociedade Tupinambá é observada como a matriz cultural, pois é tomada como uma espécie de gentio idílico, que conteria a

cultura Tupi em toda sua essência. A partir dela os pesquisadores procuram observar, nas atuais populações, semelhanças e diferenças no que concerne aos aspectos socioculturais e econômicos, comparando-as aos antigos “senhores” do território brasileiro:

Sabe-se como é um tema obsessivo entre os tupinólogos a especulação quanto ao destino da enorme população Tupinambá que se “internou” no sertão desde os primeiros decênios do século XVI; já Baldus e Wagley buscavam nos Tapirapé os Tupinambá perdidos. Do lado dos Guaraní, o problema é o de saber qual a relação entre as “parcialidades” atuais e os índios das missões jesuíticas, e/ou aqueles que nunca foram reduzidos e aldeados. (...) a variação entre os grupos agricultores costuma ser enfrentada pela estratégia de se as considerar como restos dispersos de um mosaico que, recomposto - descartando-se as agregações espúrias, de influência histórica alógena, e as perdas culturais -, restituiria a imagem verdadeira da sociedade Tupinambá, que funciona assim como modelo, ponto de partida e de chegada. (Viveiros de Castro, 1986:107)

O problema para a arqueologia é entender como as transformações da sociedade Tupi aparecem na evidência arqueológica. Se sociedade Tupi é altamente plástica e variada morfossocialmente (Viveiros de Castro, 1986), cabe à arqueologia buscar entender essas diferenças não somente se prendendo à linguística e aos remanescentes arqueológicos, mas ir além disso, para que não se caia numa neutralidade epistemológica, onde os fatos que remetem aos Tupinambá esclarecem alguns dos fatos das atuais populações Tupi-Guarani e vice e versa (Viveiros de Castro 1986:108). É preciso buscar também na arqueologia Tupi, atingir um nível de abstração que dê conta de todas as diferenças internas que, possivelmente, também ocorriam de grupo para grupo, sem que fiquemos presos aos relatos e/ou informações destes antigos povos. Da mesma maneira, é preciso “dosar a medida” quando utilizamos as fontes etno-históricas como ferramenta de trabalho quando estamos estudando essa cultura na arqueologia, pois se a variabilidade morfo-social indica certa plasticidade, devemos ter cuidado a fazer tais associações, pois acredito que cada sociedade Tupi tinha (e tem), particularidades que às diferenciavam uma das outras. Como observar estas diferenças na prática arqueológica quando na verdade estamos misturando questões que remetem a fatores que são diretamente associados à ordem sincrônica e diacrônica na história desta ?

Acredito que, assim como as línguas Tupi-Guarani, que são faladas por diversas populações indígenas e carregam multissignificados, a cultura material também é capaz de carregar significados capazes de esclarecer algumas destas transformações internas que eventualmente ocorreram dentro das estruturas sociais dos antigos Tupi. Em parte da arqueologia brasileira, tem-se observado certa rigidez quanto à classificação da cultura material deste antigos povos, onde tudo é agrupado sobre a alcunha de *Tradição Tupiguarani*, conformando, portanto, em uma ruptura entre o passado e o presente destas populações. Ora, se dentro da perspectiva aqui utilizada, onde se aceita a existência da homogeneidade entre os diversos povos dentro de alguns aspectos socioculturais, mas, por outro lado, acredita-se também que havia diferenças internas entre estas, portanto, “juntar tudo dentro um saco”, única e exclusivamente baseando-se pelos aspectos linguísticos e materiais, no meu entendimento, trata-se de um erro. Trata-se de uma situação que limita as possibilidades de se estabelecer uma análise mais aprofundada da cultura material, pois esta é encarada dentro de um senso comum, onde se acaba caindo na neutralidade epistemológica mencionada acima. Acredito que a cultura material pode ser potencialmente informativa no que concerne à estruturação social e organização do espaço dos antigos ocupantes de um sítio arqueológico, dentro de uma visão contextualizada no tempo e no espaço, onde a cultura material tem papel ativo dentro das relações sociais (Hodder, 1982, 1988). Acredito que, no caso dos Tupi, é preciso ter em mente, que, principalmente as diferenças existentes nos conjuntos artefatuais e sua disposição nos sítios arqueológicos podem nos trazer informações que evidenciam tanto as diferenças comportamentais internas dos antigos grupos Tupi, quanto as diferentes formas de relação destes com o meio ambiente externo.

Considerações Finais

O trabalho que me propus a fazer foi pautado por duas linhas de raciocínio, mas que, no entanto, convergiram para desenvolvimento da pesquisa do sítio arqueológico Florestal I. Nos capítulos 1 e 2 discuti que desde o início e ao longo do desenvolvimento das ciências humanas, esta sempre esteve firmemente pautada nos conceitos de *cultura* e *civilização*, que por sua vez, eram permeados por conceitos advindos da filosofia iluminista, positivista e racionalista. Neste sentido, as noções de cultura/civilização e humanidade eram estabelecidas em uma superioridade do ser humano frente à natureza, onde a civilização europeia era colocada no pedestal máximo dentro de uma escala de desenvolvimento cultural que era linear e uniforme. Discuti como esse pensamento foi crucial à justificativa para a colonização e imposição cultural frente aos povos não-ocidentais e, entre estes, os Tupi. O estabelecimento de uma relação de poder e domínio dos europeus frente às populações autóctones, portanto, é sustentada pelo componente civilizatório fundado na sociedade ocidental, agindo diretamente, por meio da violência física e cultural contra os indígenas Tupi, como parte da estratégia no estabelecimento do domínio territorial na *terra brasilis* e, posteriormente, na política de construção de uma identidade nacional brasileira, configurando-se em uma forma de *colonialismo interno* (Oliveira, 1960, Ferreira, 2007).

Com a instituição e *mundialização da ciência* (Ferreira, 2007), ocorrida na metade final do século XIX, a Arqueologia cientificista, fortemente influenciada pelos conceitos de cultura e civilização vigentes na Europa, surgiria permeada por conceitos de cunho evolucionista e racista, onde a presença do discurso colonialista, acentuada pela relação de poder e assimetria, era verificada nos mais diversos estudos das diferentes culturas não ocidentalizadas. Já neste período, no Brasil, a cultura material arqueológica e etnográfica dos Tupi era francamente associada às populações pré-coloniais, sendo reconhecidos traços decorativos e formas das vasilhas, denotando, portanto, a utilização de um forte componente classificatório da cultura material para o estabelecimento de uma escala de desenvolvimento evolutivo.

A mudança de paradigma, do evolucionismo para o histórico-culturalismo influenciou de sobremaneira a arqueologia brasileira, pois esta última abordagem passou a ser fortemente presente na arqueologia nacional, em alguma medida se mantendo até os dias atuais. Assim, a interpretação das variações nos padrões morfológicos dos artefatos possui conotações étnicas e as mudanças culturais internas das populações são explicadas em termos de processos de difusão e migração. A cultura material, portanto, é classificada em termos de unidade cultural, tendo a cultura, um papel meramente normativo. Neste sentido, especialmente a partir do advento do PRONAPA, cujas pesquisas eram fortemente influenciadas pela abordagem histórico-culturalista e pelo determinismo ambiental da Escola Ecológica estadunidense, os pesquisadores viam as populações pré-colombianas e etnográficas Tupi como estáticas e/ou fossilizadas no tempo e no espaço, sendo incapazes de promover internamente as mudanças ou transformações culturais. Sendo assim, as variações observadas na cultura material Tupi eram explicadas por fatores externos à cultura *per si*, e o uso de conceitos de *tradição* e, principalmente, *fase*, para “maquiar” as variações tecnotipológicas que porventura eram identificadas no material arqueológico, a pouca importância dada aos possíveis aspectos simbólicos que poderiam estar contidos na cultura material e por fim, a rigidez quanto às características ambientais que eram apropriadas à ocupação Tupi, portanto, o fator ambiental sendo determinante nos modelos de dispersão e às possíveis áreas de assentamento, consequentemente, provocaram uma visão fragmentada do universo cultural Tupi.

A partir da tese de doutorado de Brochado (1984), a arqueologia Tupi e o estudo desta sociedade como um todo passaram a ser observados a partir de uma outra e diferente ótica, que por sua vez, foi fundamental à fomentação de uma história de longa duração para esta sociedade. O uso de analogias para se compreender o passado das populações Tupi (espacialidade e o fato da cultura material arqueológica ser explicitamente considerada como remanescente material de populações históricas e etnograficamente conhecidas) contribuiu de forma incisiva à discussão de uma história de longa duração, sendo, portanto, um componente importante e alternativo contra o discurso colonialista do qual a arqueologia brasileira fez parte e, infelizmente,

em alguns casos continua a promover tal discurso em diferentes frentes de pesquisa, especialmente contra as populações indígenas como um todo. Tais indicações teórico-metodológicas foram e ainda são importantes para a prática da etnoarqueologia junto aos povos Tupi e contribuem para o papel de uma arqueologia socialmente mais comprometida e politicamente mais alinhada aos interesses indígenas frente ao modelo econômico e social ocidental atual.

Embora atualmente, na região de pesquisa onde se situa o sítio arqueológico Florestal I, não haja mais presença de povos indígenas associados ao tronco linguístico Tupi, acredito que a pesquisa tenha contribuído no conhecimento a respeito do passado desta sociedade dentro da arqueologia Tupi em Minas Gerais. Procurei compreender, a partir do estudo do material lítico, juntamente com os resultados das análises do material cerâmico e com apoio das fontes de informação históricas e etnográficas desta sociedade, como se deu a utilização do espaço, abrangendo aspectos que vão desde a microespacialidade até a macroespacialidade, que por sua vez, permitiram vislumbrar alguns dos aspectos compreendidos dentro da dinâmica social e econômica dos indivíduos Tupi que transformaram e ocuparam este espaço nesta microrregião de Minas Gerais.

O estudo do material lítico, que em um passado não muito distante na arqueologia brasileira foi relegado a uma importância secundária no estudo das populações ceramistas e, entre elas os Tupi, mostrou-se bastante eficiente não somente à compreensão da espacialidade do sítio arqueológico em si, mas também possibilitando o entendimento do papel (socioeconômico) deste sítio inserido no contexto microrregional. Foi possível refutar algumas das hipóteses levantadas a respeito da utilização do espaço originada de estudos realizados no sítio arqueológico anteriormente, e ainda, discutir e aprofundar algumas hipóteses levantadas a respeito da utilização do espaço deste sítio, tendo como base os resultados das pesquisas arqueológicas realizadas no sítio Florestal II.

A utilização dos resultados dos dados advindos da cultura material local de maneira integrada e o aporte das informações etnográficas e históricas das populações Tupi foram cruciais ao entendimento ou melhor compreensão da espacialidade deste sítio arqueológico, sendo possível discutir como se deu a utilização do espaço de maneira interna e setORIZADA, onde se verificou que cada microespaço é denotado por diferenças peculiares quanto à forma de

dispersão dos artefatos arqueológicos e/ou por semelhanças percebidas em todos os setores estudados. O estudo integrado dos resultados discutidos em cada microárea, por seu turno, ajudaram a compreender a utilização do espaço no sentido macroespacial, visto que comparando-se com os dados dos demais sítios arqueológicos desta região e, em especial do sítio arqueológico Florestal II, foi possível vislumbrar o papel deste sítio arqueológico no contexto microrregional, discutindo-se questões que relacionam espacialidade, temporalidade e fatores históricos inerentes a essa região do Estado. Desta forma, os resultados da pesquisa contribuem no debate a respeito desta sociedade como um todo, demonstrando que esta (sociedade Tupi) não pode ser observada como estática ou sendo tratada monoliticamente e que as mudanças culturais observadas nela não devem ser pautadas apenas por fatores externos, como observa-se em diversos estudos cuja abordagem teórica-metodológica pronomiana é referência. Trata-se de uma sociedade dinâmica socialmente e denotada pela sua plasticidade morfossocial, sendo assim, não creio que a rigidez histórico-culturalista e a influência do determinismo ambiental, tão caros à arqueologia brasileira, consegue explicar as múltiplas diferenças existentes nesta sociedade.

A arqueologia brasileira precisa andar adiante, procurando “fazer” arqueologia não somente utilizando informações de outros campos do conhecimento, como propõe Brochado e alguns de seus seguidores, mas também se utilizando do conhecimento não-ocidental ou da ciência nativa, na tentativa de se compreender as populações pré-coloniais sob uma outra ótica, que ao mesmo tempo seja prolífica tanto aos pesquisadores, quanto aos indígenas, na produção de uma arqueologia menos colonialista, socialmente e politicamente atuante em prol destas populações que querem, simplesmente, serem mais respeitadas por aqueles que invadiram e tomaram-lhe estas terras.

Referências Bibliográficas

ABBEVILLE, Claude d'. **História da missão dos padres capuchinhos na ilha do Maranhão e terras circunvizinhas**. Tradução de Sérgio Milliet. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Editora da Universidade de São Paulo, 1975.

ALMEIDA, Alexandre Pinto Coelho de. **Estudo da cerâmica Tupiguarani do Sítio Arqueológico Florestal I**. 2007. 76f. Monografia (Graduação em Ciências Sociais), FAFICH/UFMG, Belo Horizonte, 2007.

_____. **Histórico de pesquisas realizadas no estado de Minas Gerais a respeito da Tradição arqueológica Tupiguarani**. Não publicado, 2015.

ALMEIDA, Rita Heloísa de. **O Diretório dos Índios: um projeto de civilização no Brasil do século XVIII**. Ed. Universidade de Brasília, 1997. 370p.

AMORELI, Filipe. **A indústria lítica do sítio Florestal II**. 2007. 84f. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) FAFICH/UFMG, Belo Horizonte, 2007.

ASSIS, Valéria Soares de. **Da espacialidade Tupinambá**. 1996. 130f. Dissertação (Mestrado em História. Área de concentração: Arqueologia) Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1996.

_____ & GARLET, Ivori. Subsídios históricos e etnográficos para uma etnoarqueologia Mbyá-Guarani. **Revista de História Regional**, v. 7, n.1, Ponta Grossa PR, 2002, p. 207-213.

BAETA, Alenice & ALONSO, Márcio. **Relatório de Prospeção Arqueológica nas áreas de abrangência da AHE Aimorés, nos municípios de Aimorés, Ituaeta e Resplendor-MG – IPHAN/MG – v.1**, Belo Horizonte, 2004.243p.

_____. & PILÓ, Henrique. A presença Tupiguarani no médio vale do rio Doce Aspectos - Preliminares sobre a sua cerâmica. **Anais do XII Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira**, São Paulo, 2003.

BAPTISTA DA SILVA, Sérgio. **Etnoarqueologia dos grafismos kaingang: um modelo para a compreensão das sociedades Proto-Jê meridionais**. 2001. 367f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) PPGAS/USP. São Paulo, 2001.

_____. Iconografia e ecologia simbólica: retratando o cosmos Guarani. In André Prous & Tania Andrade Lima (eds.). In: **Os Ceramistas Tupiguarani**. v.3. Superintendência do IPHAN de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010, p.115-149.

BARRETT, John. Agency, the Duality of Structure, and the Problem of the Archaeological Record. In: I. Hodder (ed). **Archaeological theory today**. Cambridge/Oxford: Polity Press/Blackwell, Cambridge, 2001. p. 141-164.

BARRETO, Cristiana Nunes Galvão de Barros. **Meios místicos de reprodução social: arte e estilo na cerâmica funerária da Amazônia Antiga**. 2008. 317f. Tese (Doutorado em Arqueologia) – MAE/USP. São Paulo, 2008.

_____. A construção de um passado pré-colonial: uma breve história da arqueologia brasileira. **Revista da USP**, São Paulo, Vol.44, n. 1, pp.32-51. 1999/2000.

BINFORD, Lewis. Hacia la construccion de teoria en Arqueologia: Introduccion General. ORQUERA, L.; HORWITZ, V. **Clásicos de teoría arqueológica contemporánea**. Buenos Aires: Sociedad Argentina de Antropologia, 2007[1981]. p. 29-39

Brochado, José Proenza Justiniano. **An ecological model of the spread of pottery and agriculture into Eastern South America**. 574f. Tese de doutorado, University of Illinois, Urbana, 1984.

_____.Expansão dos Tupi e da Tradição Polícroma amazônica. **Dédalo**, n. 27, 1989. São Paulo, p. 65-82.

_____.What did the Tupinambá cook in their vessels? A humble contribution to ethnographic analogy. **Revista de Arqueologia Brasileira**, n. 6. São Paulo, 1991. p. 40-89

BUENO, Lucas. **Variabilidade tecnológica nos sítios líticos da região do Lajeado, Médio Tocantins**. 2005. 470f. Tese (Doutorado em Arqueologia) – MAE/USP. São Paulo. 2005

CARLE, Mirian Baptista. **Investigação Arqueológica em Rio Grande – uma proposta de ocupação guarani pré-histórica no Rio Grande do Sul**. 2002. 95f. Mestrado (Mestrado em História) Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1996.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. Introdução a uma história indígena. In: Carneiro da Cunha, M. (Ed.) **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Cia. das Letras. 1992. p. 9-24.

CHMYZ, Igor. Terminologia arqueológica brasileira para a cerâmica. 2 ed. rev. e amp. **Cadernos de Arqueologia**, Paranaguá: Museu de Arqueologia e Artes Populares, n. 1, 1976. p 119-148,

_____.Programa de Salvamento Arqueológico – Atividade do Centro de Pesquisas Arqueológicas da Universidade Federal do Paraná. **Relatório Final – Estudos Ambientais**, 1995.

CORRÊA, Ângelo Alves. **Tetama nas matas mineiras: Sítios Tupi na Microrregião de Juiz de Fora/MG**. 2009. 381f. Dissertação. (Mestrado em Arqueologia) MAE/USP, São Paulo, 2009.

_____. Longue durée: História Indígena e Arqueologia. **Ciência e Cultura**, Campinas, v. 65, p. 26-29, 2013.

_____. **Pindorama de Mboîa e Iakaré. Continuidade e mudança na trajetória das populações Tupi**. 2014. Tese. 466f. Tese (Doutorado em Arqueologia) MAE/USP, São Paulo, 2014.

_____ & SAMIA, Danielle Gomes. Cronologia da Tradição Arqueológica Tupiguarani. In: II Simpósio internacional "A Antiguidade do Homem na América", 2006, São Raimundo Nonato. **Anais do II Simpósio internacional "A Antiguidade do Homem na América"**, 2006.

CUCHE, Danys. **A noção de cultura nas ciências sociais**. Bauru: EDUSC, 1999. 256p.

DIAS, Adriana Schmidt. **Repensando a Tradição Umbu a partir de um Estudo de Caso**. 1994. 170f. Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1994.

_____ Um projeto para a arqueologia brasileira: breve histórico da implementação do PRONAPA. **Revista do CEPA**. Santa Cruz do Sul. v.19, n.22. p. 24-39, 1995

_____. **Sistemas de assentamento e estilo tecnológico: uma proposta interpretativa para a ocupação pré-colonial do alto vale do rio dos Sinos, Rio Grande do Sul**. 2003. 399f. Tese (Doutorado em Arqueologia) –MAE/USP, São Paulo, 2003.

_____. Novas perguntas para um velho problema: escolhas tecnológicas como índices para o estudo de fronteiras e identidades sociais no registro

arqueológico. **Boletim Museu Paraense Emílio Goeldi**. Ciências Humanas, Belém, v. 2, n. 1, p. 59-76, jan-abr. 2007.

____ & SILVA, Fabíola Andréa. Sistema tecnológico e estilo: as implicações desta inter-relação no estudo das indústrias líticas do sul do Brasil. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**. São Paulo, n.11, p. 95-108. 2001.

DIAS JUNIOR, Ondemar. Evolução cultural em Minas Gerais e no Rio de Janeiro. **Anuário de Divulgação Científica**. UCG. Goiânia, Ano 3/4 pp. 110-130. 1976/1977.

____; CHEUICHE, Lilia & CARVALHO, Eliana. Fase Belvedere: uma fase Tupiguarani do estado de Minas Gerais. In: **Boletim do Instituto de Arqueologia Brasileira**, 7: 05-17, R.J, 1975.

____ & PANACHUK, Lilian. Características da tradição Tupiguarani no sudoeste do Brasil. In: Prous, A. & Lima, T. Andrade Eds. **Os Ceramistas Tupiguarani**. v.1. Superintendência do IPHAN de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008, p.91-116.

EARLE, Timothy. Political domination and social evolution. In: INGOLD T. **Introduction to social life**. Companion Encyclopedia of Anthropology, Humanity, Culture and Social Life. London/New York: Routledge, 1994. pp. 940-961

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador: uma História dos costumes**. Rio de Janeiro: Zahar, Vol 1, 1990.

EREMITES DE OLIVEIRA, Jorge. Da pré-história a história indígena: (Re) pensando a arqueologia e os povos canoeiros do Pantanal. **Revista de Arqueologia**, 16: 71-86. São Paulo: SAB. 2003.

_____. **Cultura Material e Identidade Étnica na Arqueologia Brasileira: Um estudo por ocasião da discussão sobre a tradicionalidade da ocupação Kaiowá da terra indígena Sucuri'y.** **Sociedade e Cultura.** Goiânia, v. 10, n.1, p. 95-113, jan./jun. 2007.

FAUSTO, Carlos. Fragmentos de história e cultura Tupinambá: da etnologia como instrumento crítico de conhecimento etno-histórico. In: M. Carneiro da Cunha (ed.), **História dos índios no Brasil.** São Paulo: FAPESP/ Cia das Letras/SMC. 1992. pp. 381-396.

_____. **Os índios antes do Brasil.** Jorge Zahar Ed., 2005. 94p.

FERNANDES, Florestan. **A Organização Social dos Tupinambá.** São Paulo: Hucitec. 1949. 325p.

_____. **A Função Social da Guerra na Sociedade Tupinambá.** São Paulo: Livraria Pioneira. Editora e Edusp. 1970. 424pp.

FERREIRA, Lúcio. **Território primitivo: A Institucionalização da Arqueologia no Brasil (1870-1917).** 2007. 336f. Tese (Doutorado em História) ICH/UNICAMP, Campinas/S.P. 2007

_____; NASTRI, J. (Org.). **Multivocalidad y Activaciones Patrimoniales en Arqueología: Perspectivas desde Sudamérica.** 1ed. Buenos Aires: Universidad Nacional del Centro de la Prov. de Buenos Aires/Fundación de Historia Natural, 2014, v. , p. 35-59.

FOGAÇA, Emílio. **Mãos para o pensamento, a variabilidade tecnológica de indústrias líticas de caçadores – coletores holocênicos a partir de um estudo de caso: as camadas VIII e VII da lapa do Boquete (Minas Gerais, Brasil - 12.000-1050 B.P).** 2001. 358f. Tese (Doutorado em História) Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.

GNECCO, Cristóbal. Caminhos de la Arqueología: de la violencia epistémica a la relacionalidad. **Boletim Museu Paraense Emílio Goeldi**, Ciências Humanas, 4(1), 2009. pp. 27-37.

GOMES, Denise. O perspectivismo ameríndio e a ideia de uma estética americana. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Ciências Humanas, v. 7, n. 1, p. 133-159, jan.-abr. 2012.

GONZÁLEZ-RUIBAL, Alfredo. The Past is Tomorrow. Towards an Archaeology of the Vanishing Present. **Norwegian Archaeological Review**, Vol. 39, No. 2, 2006:110-125.

_____. Arqueología Simétrica: Un giro teórico sin revolución paradigmática. **Complutum**, 2007, Vol. 18: 283-319

_____. Vernacular cosmopolitanism: an archaeological critique of universal reason. In: L. Meskell (ed). **Cosmopolitan archaeologies**. Durham: Duke University Press. pp. 113-139. 2009

_____. Hacia otra arqueología: diez propuestas. **Complutum**, 2012, Vol. 23 (2): 103-116.

GOSDEN, Chris. Postcolonial Archaeologies: Issues of identity, culture, and knowledge. In: I. Hodder (ed). **Archaeological theory today**. Cambridge/Oxford: Polity Press/Blackwell.2001. pp. 241-260

HODDER, Ian. **The Present Past**. N.Y: Pica Press. 1982

_____. **Interpretación en Arqueología: corrientes actuales**. Barcelona: Crítica, 1988

HODDER, Ian; HUTSON, Scott. **Reading the Past. Current Approaches to Interpretation in archaeology**. Cambridge, Cambridge University press. 2003.

INGOLD Tim. Introduction to social life. **Companion Encyclopedia of Anthropology, Humanity, Culture and Social Life**. London/New York: Routledge, 1994.

_____. Society, nature and the concept of technology. **Perception of the Environment: essays in livelihood**, dwelling and skill. London/New York: Routledge, 2000.

ISA. **Povos Indígenas do Brasil, 1996-2000**. Instituto Socioambiental, São Paulo. 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Divisão territorial brasileira 2014**. Disponível em:

<ftp://geoftp.ibge.gov.br/organizacao_territorial/divisao_territorial/> Acesso em: 04 de jun. de 2015.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Consulta sobre sítios arqueológicos/CNSA/SGPA**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/sgpa/cnsa_resultado.php> Acesso em: 06 de jan. de 2016.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **Quadro geral dos Povos 2016**. Disponível em: <<https://pib.socioambiental.org/pt/povo/krenak>> Acesso em: 12 de abr. de 2016.

JÁCOME, Camila. **Ayquatiá da Yapepó – Estudos dos materiais utilizados na cerâmica Tupiguarani em MG**. 2006. 151f. Dissertação (Mestrado em Artes Visuais) EBA/UFMG, Belo Horizonte, 2006

_____; CARVALHO, Adriano & PANACHUK, Lilian. Os gestos na decoração plástica de vasilhas tupiguarani de Minas Gerais in: Prous, A. & Lima, T. Andrade Eds. In: **Os Ceramistas Tupiguarani**. v.2. Superintendência do IPHAN de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010, p. 37-56.

JAMIESON, Ross W. Colonialism, Social Archaeology and lo Andino: Historical Archaeology in the Andes. Source: **World Archaeology**, Vol. 37, No. 3, Historical Archaeology (Sep., 2005), pp. 352-372

JOHNSON, Matthew. **Teoria Arqueológica**. Barcelona: Ariel, 2000. 288p.

JUNQUEIRA, Paulo & MALTA, Ione. Horticultores e ceramistas pré-históricos no noroeste de Minas Gerais. In: **Arquivos do Museu de História Natural da Universidade Federal de Minas Gerais**, V. 6/7, PP. 275-287, Belo Horizonte, 1981.

KASHIMOTO, Emilia Mariko & MARTINS, Gilson Rodolfo. A problemática arqueológica da tradição cerâmica tupiguarani em Mato Grosso do Sul. In: André Prous & Tania Andrade Lima (eds.). **Os Ceramistas Tupiguarani**. Belo Horizonte: Superintendência do IPHAN de Minas Gerais. v.1; ilust. 2008. p.149-178.

KNEIP, Lilian. & CRANCIO, Filomena. O sítio cerâmico da fazenda Vargem Linda, Leopoldina/MG. In: **Revista da Sociedade de Arqueologia Brasileira**, São Paulo, v. 12/13: 93-102, 2003.

LA SALVIA, Fernando. & BROCHADO, José Proenza. **Cerâmica Guarani**. Porto Alegre, Posenato Arte e Cultura: 1989, 2ª ed. 176p.

LARAIA, Roque. B. **Cultura: um conceito antropológico**. Rio de Janeiro: 24ª ed. Jorge Zahar Ed., 2009. 113p.

LÉRY, Jean de (original Francês:1578) **Viagem à Terra do Brasil**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1980. 304p.

LÉVI-STRAUSS, Cláude. **Mito e Significado**. Lisboa: Edições 70, 1978, 80 p.

_____. **O Olhar Distanciado**. Lisboa: Edições 70, 1983, 413p.

LEZAMA, Antonio. & GLUCHY, María Farías. – La cuestión guarani como um problema de perspectiva. In: **Arqueologia Guarani no Sul do Brasil**. Rafael G. Milheira, Gustavo P. Wagner (orgs). Curitiba: Appris, 2014. Pp. 155-176.

LIEBMANN, Matthew. 2008. Introduction: The intersections of Archaeology and Postcolonial studies. In: M. Liebmann e U. Z. Rizvi (eds). **Archaeology and the Postcolonial Critique**. Lanham: Altamira Press. pp. 1-20.

LIMA, Tania Andrade. Cultura material: a dimensão concreta das relações sociais. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi**. Cienc. Hum., Belém, v. 6, n. 1, p. 11-23, jan.- abr. 2011

_____. O problema da atribuição de identidades étnicas a registros arqueológicos. In: D. Loponte & A. Acosta (eds.). **Arqueologia Tupiguarani**. Buenos Aires: INAPL. pp.07-22. Buenos Aires, 2011

LOURES de OLIVEIRA, Ana Paula. **Arqueologia e Patrimônio da Zona da Mata Mineira: São João Nepomuceno**. Organização de Ana Paula de Paula Loures de Oliveira – Juiz de Fora: Editar, 2004.

_____. **Arqueologia e Patrimônio da Zona da Mata Mineira: Juiz de Fora/** Organização de Ana Paula de Paula Loures de Oliveira – Juiz de Fora: Editar, 2006.

_____. **Arqueologia e Patrimônio da Zona da Mata Mineira: Carangola/** Organização de Ana Paula de Paula Loures de Oliveira – Juiz de Fora: Editar, 2008.

_____. **Estado da Arte das pesquisas arqueológicas sobre a Tradição Tupiguarani**. Organização de Ana Paula de Paula Loures de Oliveira – Juiz de Fora: Editar, 2009.

MACHADO, Christiane & SENE, Gláucia Malerba - Lopes Consórcio Camargo Corrêa / Mendes Júnior/ Estacon, **Salvamento Arqueológico na Área de Ampliação do Aeroporto Eurico Salles, Vitória, ES. Relatório Final RT 001/06**, Rhea Estudos e Projetos Ltda, Instituto de Arqueologia Brasileira – IAB. Vitória / Rio de Janeiro, Fevereiro de 2006.

MÉTRAUX, Alfred. **La Civilisation Matérielle des Tribus Tupi-Guarani**. Paris: Librairie Orientaliste Paul Geuthner. 1928. 331p.

_____. **A Religião dos Tupinambás**. São Paulo: Edusp. 1979. 225p

_____. O Índio Guarani. **The HandBook of South American Indians - The tropical forest tribes**. Smithsonian Institution of Washington. v.3. 1948.

MONTEIRO, John Manuel. Os Guarani e a história do Brasil meridional: séculos XVI-XVII. In: CARNEIRO DA CUNHA, M. (org.) **História dos Índios no Brasil**. São Paulo, Companhia das Letras, 1992, p. 475-498.

_____. **TUPIS, TAPUIAS E HISTORIADORES Estudos de História Indígena e do Indigenismo**. 2001. 231f. Tese (Doutorado na Área de Etnologia, Sub-área História Indígena e do Indigenismo) – IFCH/UNICAMP, Campinas/SP 2001.

MILHEIRA, Rafael Guedes. **Arqueologia Guarani: na Laguna dos Patos e Serra do Suldoeste**. Pelotas. Ed. Da UFPel, 2014. 306p.

NOELLI, Francisco Silva. **Sem Tekoha não há Tekó (em busca de um modelo etnoarqueológico da aldeia e da subsistência Guarani e sua aplicação a uma área de domínio no delta do rio Jacuí, Rio Grande do Sul)**. 1993. 381f. Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1993.

_____. & DIAS, Adriana Schmidt. Complementos históricos ao estudo funcional da indústria lítica Guarani. **Revista do CEPA**, Santa Cruz do Sul, v. 19, n. 22, p. 7-23, 1995.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **O Processo de Assimilação dos Terena**. Rio de Janeiro: Museu Nacional. 1960.

OLSEN, Bjørnar. Genealogías de la asimetría: por qué nos hemos olvidado de las cosas. In: **Arqueología Simétrica: Un giro teórico sin revolución paradigmática**. Complutum, 2007, Vol. 18: 287-291.

PACHECO DE OLIVEIRA. João. & FREIRE. Carlos Augusto da Rocha. **A Presença Indígena na Formação do Brasil** / João Pacheco de Oliveira e Carlos Augusto da Rocha Freire – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006. 272p.

PAIVA, Adriano Toledo. **Os indígenas e os processos de conquista dos sertões de Minas Gerais (1767-1813)**. Belo Horizonte. Argumentum. 2010. 208p.

PANACHUK, Lilian. **Fragmentos da Tradição Arqueológica Tupiguarani** (Minas Gerais, Brasil.) 2004. 71f. Monografia (Graduação em Ciências Sociais). FAFICH/UFMG. Belo Horizonte, 2004.

_____ & CARVALHO, Adriano. Os gestos na decoração plástica de vasilhas Tupiguarani em Minas Gerais in: **Os Ceramistas Tupiguarani: elementos decorativos**/André Prous e Tania Andrade Lima - Belo Horizonte: Superintendência do IPHAN de Minas Gerais, 2010. p.57 – 88.

_____ ; CARVALHO, Adriano. JÁCOME, Camila, AMORELI, Filipe. & PROUS, André. Reflexões sobre as aldeias Tupiguarani: apontamentos metodológicos in: **Os Ceramistas Tupiguarani: eixos temáticos**/André Prous e Tania Andrade Lima - Belo Horizonte: Superintendência do IPHAN de Minas Gerais, 2010. P. 77-114.

PATTERSON, Thomas. C. A brief history of Postcolonial theory and implications for Archaeology. In: M. Liebmann e U. Z. Rizvi (eds). **Archaeology and the Postcolonial Critique**. Lanham: Altamira Press. 2008. pp. 21-34.

PEROTA, Celso, *Dados Parciais sobre a Arqueologia Norte Espírito-Santense*. In: Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas: resultados preliminares do quarto ano – 1968/69. **Publicações Avulsas do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Belém, v.15. 1971

_____. Resultados preliminares sobre a arqueologia da região central do Estado do Espírito Santo. Resultados Preliminares do Pronapa (5º Ano), 1966-1970. **Publicações Avulsas**, Museu Emílio Paraense Emílio Goeldi. Belém, n.26.1974.

PESSOA LIMA, Ângelo. **Função dos calibradores e sua inserção na cultura material Tupiguarani**. 2005 . 89f. Monografia (Graduação em Ciências Sociais), FAFICH/UFMG, Belo Horizonte, 2005.

PFAFFENBERGER, Brian. Fetishised objects and humanised nature: towards an anthropology of technology, **Man** 23:1988. p. 236–52.

_____. Social Anthropology of Technology. **Annual Review of Anthropology**, n. 21, 1992. p. 491-516

PILÓ, Henrique. **Arqueologia Tupiguarani: relações entre as implantações dos sítios e cultura material no Médio Rio Doce**. 2008. 161f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) PPGAN/UFMG, Belo Horizonte, 2008.

PINKOSKI. Marc. Julian Steward, American Anthropology, and Colonialism. **Histories of Anthropology Annual**, Volume 4, 2008, pp. 172-204

PROUS, André. Os artefatos líticos, elementos descritivos classificatórios. **Arquivos do Museu de História Natural da Universidade Federal de Minas Gerais**. Belo Horizonte, v.11, pp.1-90, 1986/1990

_____. **Arqueologia Brasileira**. Brasília, Ed.UNB: 2a ed. Brasília, (1992) 2003. 613p.

_____. Apuntes para análisis de industrias líticas. **Ortigueira**: Fundación Federico Maciñeira, 2004. 151p.

_____. **O Brasil antes dos brasileiros**, Jorge Zahar Ed. 2a Ed. Rio de Janeiro, 2007. 102p.

_____. Estudios sobre los portadores de la cerámica Tupiguarani en Brasil. In: D. Loponte & A. Acosta (eds.). **Arqueologia Tupiguarani**. Buenos Aires: INAPL.. Buenos Aires, 2011. pp. 23-109

_____ & ALONSO, M. Análise do material arqueológico lítico in: CONSORCIO AIMORÉS (Baeta & Alonso eds.) - **Relatório final do Resgate Arqueológico AHE Aimorés**, IPHAN/MG - Belo Horizonte, 2004.

_____. BAETA, Alenice. & RUBBIOLI, Ezio. – **O patrimônio arqueológico da região de Matozinhos: conhecer para proteger** / Belo Horizonte: Ed do Autor, 2003. 132p.

_____; ALONSO, Márcio; AMORELI, Filipe; PESSOA LIMA, Ângelo; SOUZA, Gustavo de & ALMEIDA, Alexandre Pinto Coelho de. As indústrias líticas dos ceramistas Tupiguarani. In: André Prous & Tania Andrade Lima (eds.). **Os Ceramistas Tupiguarani**. Belo Horizonte: Superintendência do IPHAN de Minas Gerais. v.3, 2010. p.27-76

RIBEIRO. Darcy & MOREIRA NETO. Carlos de Araújo. **A fundação do Brasil: testemunhos 1500-1700**. Organizadores Darcy Ribeiro e Carlos Araújo Moreira Neto. Ed Vozes, Petrópolis, 1992. 447p.

RIBEIRO, Loredana. **Inovações Tecnológicas e Migração – os modelos lingüísticos e arqueológicos para a dispersão Tupi**. 2003. Não publicado.

_____; PESSOA LIMA, Ângelo; Souza, Letícia Moura de; Jácome, Camila. Os Tupiguarani do sul do Espírito Santo usavam muito a pedra, além do barro a indústria lítica na pré-história tardia (e depois). In: MORALES, W. F. (Org.); MOI, F. P. (Org.). (Org.). **Cenários Regionais em Arqueologia Brasileira**. São Paulo/Porto Seguro: Annablume; ACERVO - Centro de Referência em Patrimônio e Pesquisa, 2009.

_____ & JÁCOME, Camila. Tupi ou não Tupi? Predação material, ação coletiva e colonialismo no Espírito Santo, Brasil. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Ciências Humanas, v. 9, p. 465-486, 2014.

ROCHA, Bruna. C.; JÁCOME, Camila; STUCHI, Francisco. F.; MONGELO, Guilherme Z. ; VALLE, Raoni. Arqueologia pelas gentes: um manifesto, constatações e posicionamentos críticos sobre a arqueologia brasileira em tempos de PAC. **Revista de Arqueologia SAB**. São Paulo, v. 26, 2013. p.130-140.

RODRIGUES, Aírton. A Classificação do Tronco Lingüístico Tupi. **Revista de Antropologia**. São Paulo: FFLCH/USP, 12: 99-104, 1964.

_____. Hipóteses sobre as Migrações dos três subconjuntos Meridionais da Família Tupi-Guarani. In: **Anais do II Congresso da Associação Nacional de Linguística**, XIV Instituto Linguístico, Florianópolis: ABRALIN

SCHMITZ, Pedro Ignácio. Uma aldeia Tupiguarani. Projeto Candelária, RS, Arqueologia do Rio Grande do Sul. **Documentos**, 4, São Leopoldo, 1990.135 p.

_____. O que comia o Guarani pré-colonial. **Revista de Arqueologia**, SAB 6. 1991. p. 90-106.

SILVA, Fabíola Andrea. Etnoarqueologia: uma perspectiva Arqueológica para o estudo da cultura material. **Métis: História e Cultura**, Caxias do Sul, v8, 2009. p. 121-139

_____. El pasado en el presente de los Asurini do Xingu: Narrativas arqueológicas y narrativas indígenas. In: RIVOLTA, M.C; MONTENEGRO, M;

SOARES, André. **Organização Sócio-Política Guarani: Aportes para a Investigação Arqueológica**. 1996. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1996.

_____. Pelo fim do Frankeinstein Guarani. **Diálogos** (Maringá. Online), v. 16 (2), mai.-ago./2012. pp. 767-790.

SOUSA, Gabriel Soares de, 1540-1591. **Tratado descritivo do Brasil em 1587**. Quarta edição, São Paulo, Companhia Editora Nacional e Editora da USP:1971.

STADEN, Hans. **Viagem ao Brasil**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1974. 216p.

THEVET, André, **1502-1590. As singularidades da França Antártica**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1978. 269p.

TRIGGER, Bruce G. **História do Pensamento Arqueológico**. São Paulo: Odysseus, 2004. 455p.

URBAN, Greg. A história da Cultura Brasileira Segundo as Línguas Nativas. In: **História dos Índios no Brasil**. CARNEIRO DA CUNHA, M (org). S. Paulo: Cia. das Letras/ FAPESP/ SHC, pp. 87-102, 1992.

_____. On the Geographical Origins and Dispersion of Tupian Languages. **Revista de Antropologia**. São Paulo: FFLCH/USP, 39(2): 61-118, 1996

VIDAL, Lux. O modelo e a marca, ou o estilo dos “misturados”: cosmologia, história e estética entre os povos indígenas do Uaçá. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 42, n. 1-2, 1999.

VIVEIROS DE CASTRO, E. Proposta para um II Encontro Tupi. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v 27/28 n.03, p. 403-407, 1985.

_____. Araweté: **Os Deuses Canibais**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 1986. 744p.

_____. **A inconstância da alma selvagem e outros ensaios de Antropologia**. São Paulo: Cosac & Naify Edições, 2002.

WAGNER, Roy. **A Invenção da Cultura**. São Paulo, Cosac Naif, 2010. 255p.

WATSON, Patty. Archaeology, Anthropology, and the Culture Concept. **American Anthropologist**, New Series, Vol. 97, No. 4 (Dec., 1995), p. 683-694.

WEBMOOR, Timothy. Un giro más tras el “giro social”. El principio de la simetría en arqueología. **Complutum**, 2007, Vol. 18: 296-304.

Anexo – 1. Sítios CNSA

CNSA	Nome	Município
001 MG00	Lapa dos Bichos	Januária
002 MG00	Abrigo do Malhador	Januária
004 MG00	Lapa do Índio	Januária
103 MG00	Sítio do Virgulino	Januária
104 MG00	Sítio Muquirana	Alfenas
111 MG00	Sítio Jovino	Alfenas
112 MG00	Sítio Carrachi	Alfenas
113 MG00	Sítio Mata das Garças	Alfenas
187 MG00	Morro da Abelha	Francisco Sá
229 MG00	Córrego do Maranhão	Carangola
250 MG00	Primavera II	Corinto
271 MG00	Cavinha do Porto	Andrelândia
303 MG00	Lapinha II bis A	Lagoa Santa
368 MG00	Três Barras	Botumirim
577 MG00	Sítio do Joaquim II	Montalvânia
593 MG00	Aldeia de Macaúbas	Varzelândia
598 MG00	Belvedere	Santa Rita do Sapucaí
609 MG00	Sítio do Galdino	Montalvânia
610 MG00	Sítio Mamed	Montalvânia
641 MG00	Lapa do Dragão	Montalvânia
657 MG00	Vargem Linda	Leopoldina
695 MG00	Fazenda do Rosário	Três Corações
702 MG00	Cava de Baixo	Paraguaçu
703 MG00	Cava de Cima	Paraguaçu
704 MG00	Guaripava	Paraguaçu
705 MG00	Sítio do Neneca	Paraguaçu
706 MG00	Pinhalzinho	Paraguaçu

780	MG00	Sítio Fernandão	Pouso Alegre
856	MG00	Sítio Santa Rosa	Rio Novo
857	MG00	Sítio dos Coqueiros	Lima Duarte
858	MG00	Sítio Panorama	Carmo do Rio Claro
859	MG00	Sítio Graças a Deus II	Carmo do Rio Claro
872	MG00	Campo da Gabiroba	Carmo do Rio Claro
910	MG00	Areia Branca	Ipanema
911	MG00	Cruz de Malta	Ipanema
912	MG00	Fazenda do Marçal	Caratinga
916	MG00	Pedra Furada	Manhuaçu
917	MG00	Córrego de Areia	Mar de Espanha
918	MG00	Primavera	São João Nepomuceno
919	MG00	Estiva	Guarani
921	MG00	Santa Rosa	Rio Novo
922	MG00	Coqueiros	Lima Duarte
923	MG00	Poca	São João Nepomuceno
924	MG00	Bongue	Mar de Espanha
927	MG00	Novo Horizonte	Guarani
928	MG00	Teixeira Lopes	Juiz de Fora
933	MG00	Goiabeiras	São João Nepomuceno
934	MG00	Vira Chapéu	São João Nepomuceno
936	MG00	Emílio Barão	Juiz de Fora
973	MG00	Antônio de Paula	Sacramento
974	MG00	José Francisco	Sacramento
982	MG00	Barra do Gigante	Botumirim
984	MG00	José do Socorro	Turmalina
013	MG01	Rio Vermelho 1	Santa Luzia
014	MG01	Rio Vermelho 2	Santa Luzia
048	MG01	Sítio do Caçador	Consolação
	MG01	Mass 04	Itapagipe

106			
165	MG01	Córrego Santana	Taparuba
166	MG01	Cantagalo 2	Riachinho
249	MG01	Fazenda da Cachoeira	Alpercata
052	MG02	Fazenda Santa Cruz	Carangola
250	MG00	Primavera II	Corinto

Anexo – 2. Localização Sítios Arqueológicos. Fonte: Baeta & Alonso, 2004.

Sítios Arqueológicos - Siglas	Coordenadas UTM E	Coordenadas UTM N
Vala Seca-VS	24K 0287655	7842547
Cachimbeiro-CH *	24K0281821	7845356
Barro Branco-BB	24K0286665	7843709
Madeira-MD	24K0286164	7843703
João Reis-JR	24K0283818	7844472
Wilson Tiago-WT	24K0282500	7844661
Ilha Lorena-IL	24K0280767	7845742
Olício-OL	24K0279899	7851074
Pedra do Resplendor I * PRI	24K0279821	7852115
Pedra do Resplendor II PRII	24K0279701	7852547
Bela Vista-BV *	24K0276790	7853751
Monte das Oliveiras I ou Flores - MOII	24K0276729	7853554
Monte das Oliveiras II- MOII	24K0276569	7854254
Monte das Oliveiras III ou Reginado- MOIII	24K0275465	7854052
Cravadinho- CR	24K0267686	7860226
Vala Grande-VG	24K0265680	7859646